



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO – PARATUR  
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO  
PRODETUR/PA**

**DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES  
TURÍSTICAS  
DO PÓLO MARAJÓ – PA**

**BELÉM-PARÁ  
Novembro - 2010**

P221d

PARATUR

Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Marajó – PA. / Ministério do Turismo. Paratur. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.  
322 f. il

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS dos Pólos Belém, Tapajós e Marajó – PA do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR

1. Turismo 2. Turismo Sustentável I. Ministério do Turismo II. Expansão Gestão em Educação e Eventos III. Título

CDD: 338.4791

**MINISTÉRIO DO TURISMO**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva  
Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

**MINISTRO DO TURISMO**

Ministro: Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho

**SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Secretário: Frederico Silva da Costa

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Diretor: Edimar Gomes da Silva

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I**

Claudio Corrêa Vasques – Coordenador  
Ana Carla Fernandes Moura - Técnica Nível Superior  
Marina Neiva Dias – Técnica Nível Superior  
Mário Rudá Pontes de Andrade – Técnico em Turismo  
Miranice Lima Santos – Técnica Nível Superior  
Ricardo de Sousa Mendes - Engenheiro

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

Governadora: Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

**COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO – PARATUR**

Diretor Presidente: Luiz Antônio Souto

**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS – PRODETUR/PA**

Coordenação Geral  
Márcia Sueli Castelo Branco Bastos – Turismóloga - Especialista em Meio Ambiente

**COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Admilson Alcântara – Estatístico

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Nelson Luis Carvalho de Oliveira – Arquiteto

**EQUIPE TÉCNICA**

Cláudia Regina Bastos Neder – Arquiteta  
Ana Cláudia Farias – Turismóloga  
Leonardo Cardoso Gomes – Administrador  
Lorena Cardoso Gomes – Administrador  
Edmê Cunha da Silva – Turismóloga  
Jean da Silva Barbosa – Turismólogo  
Gilena da Silva Lima – Turismóloga

**ELABORAÇÃO EMPRESA EXPANSÃO GESTÃO EM EDUCAÇÃO E EVENTOS**

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Grace Adeodato Maia - Doutora em Educação

## **EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO**

Ana Alice Macedo de Castro Lima - Engenheira Civil – Especialista em Projetos de Infraestrutura

Ivo Luis Oliveira Silva - Turismólogo – Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

João Batista Vianey Silveira Moura - Geógrafo – Especialista em Educação Ambiental

Janiere Barbosa Nogueira - Historiadora – Especialista em Ensino de História

Ruth Helena Linhares Leite - Bibliotecária – Especialista em Sistemas Automatizados de Informação em Ciências e Tecnologia

## **EQUIPE DE PESQUISADORES**

Thiago de Lima Sales - Turismólogo– Especialista em Gestão de Negócios e Marketing

Cristiane Fonsêca Pantoja - Turismóloga – Especialista em Engenharia Ambiental e Saneamento Básico

Janaína Holanda Ximenes -Turismóloga – Especialista em Políticas Públicas de Turismo

Wagner Esmerino Girão -Turismólogo – Especialista em Políticas Públicas de Turismo

Larissa Maia Nunes – Advogada – Especialista em Direito Tributário

## **EQUIPE DE APOIO DO PROJETO**

Carla Alves dos Santos

Jacqueline Mendes Pinheiro Braga

João Luis Matos Ribeiro

Sâmia Maria Santos da Silva

Dyana Manuella Aguiar Lima

**SUMÁRIO**

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	27
<b>1</b>	<b>CONTEXTO</b>	29
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	32
<b>3</b>	<b>OBJETIVO DO PDITS</b>	33
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO GERAL DO PÓLO MARAJÓ</b>	34
<b>5</b>	<b>PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS</b>	41
<b>6</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	44
<b>PARTE II</b>	<b>DIAGNÓSTICO DA ÁREA TURÍSTICA</b>	46
<b>1</b>	<b>Diagnóstico da Área Turística</b>	46
<b>1.1</b>	<b>Caracterização Geral</b>	46
a	Situação Geográfica	46
b	Rede Viária de Acesso à Região e aos Principais Atrativos	48
c	Descrição e Mapeamento da Área	53
<b>1.2</b>	<b>Infraestrutura e Serviços Urbanos</b>	56
1.2.1	Análise da Evolução dos Processos de Urbanização e Migração	56
1.2.2	Caracterização Qualitativa e Quantitativa dos Componentes da Infraestrutura	58
a	Sistema de Abastecimento de Água	58
b	Sistema de Esgotamento Sanitário	61
c	Sistema de Limpeza Urbana	62
d	Rede de Drenagem Pluvial	64
e	Sistema de Transporte Urbano	64
f	Sistema de Comunicação	69
g	Cobertura da Iluminação Pública	70
h	Serviços de Saúde	71
i	Segurança Pública	73
<b>1.3</b>	<b>Dinâmica Socioeconômica</b>	75
a	Análise da Evolução Econômica e Desempenho do PIB no Período Recente	75
b	Evolução Demográfica	79
c	Condições de Vida	82
d	Análise da Contribuição do Turismo	86
<b>1.4</b>	<b>Aspectos Socioambientais</b>	87
a	Recursos Naturais	87
b	Identificação e Descrição de Áreas Degradadas	94
c	Identificação e Avaliação dos Impactos no Meio Ambiente	95
d	Gestão Ambiental: Políticas Públicas e Programas de Gestão Ambiental	96
e	Gestão Ambiental nas Empresas Públicas e Privadas	98
f	Avaliação dos Projetos Ambientais	99
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA</b>	101
<b>2.1</b>	<b>Atrativos e Produtos Naturais</b>	101
a	Identificação dos Diversos Tipos de Atrativos Naturais e Unidades de Conservação	101
b	Descrição da Oferta de Outros Produtos de Cunho Ambiental	123

c	Identificação da Demanda para Criação de Novas Unidades de Conservação	129
d	Identificação e Avaliação dos Impactos causados nos Atrativos Naturais por Atividades Turísticas	130
e	Análise do Potencial de desenvolvimento dos Atrativos Naturais ainda Não Explorados	132
<b>2.2</b>	<b>Atrativos e Produtos Histórico-Culturais</b>	<b>134</b>
a	Identificação, Descrição e Caracterização dos Diversos Tipos de Atrativos e Produtos Turísticos de Cunho Histórico-Cultural	134
b	Comentários sobre o Potencial de Desenvolvimento de Novas Atrações Ainda não Exploradas	152
c	Descrição da Situação de Proteção e Conservação dos Atrativos Históricos e Culturais Frágeis que Podem ser Afetados pelo Turismo	153
d	Identificação do Potencial de Desenvolvimento dos Atrativos ainda Não Explorados	153
g	Identificação dos Possíveis Impactos Negativos sobre tais Atrativos	154
<b>2.3</b>	<b>Outros Atrativos e Produtos Turísticos</b>	<b>154</b>
<b>2.4</b>	<b>Alojamento Hoteleiro</b>	<b>156</b>
a	Descrição, Análise e Evolução da Capacidade Hoteleira	156
b	Definição da Tipologia e da Categoria dos Empreendimentos Hoteleiros	158
c	Informações sobre a Taxa de Ocupação Anual e Mensal dos Empreendimentos	158
d	Apreciação Geral da Qualidade dos Empreendimentos	159
e	Indicação do Número de Empregos Gerados por Tipo e Categoria de Estabelecimento e Localização	160
<b>2.5</b>	<b>Alojamentos Extra-Hoteleiros</b>	<b>160</b>
a	Identificação por Município dos Alojamentos Extra-Hoteleiros	160
b	Comentários sobre a Evolução de cada Categoria de Hospedagem	161
<b>2.6</b>	<b>Equipamentos de Alimentação</b>	<b>161</b>
a	Tipos, Categorias e Números de Estabelecimentos	161
b	Indicação do Número de Empregos Gerados	163
c	Apreciação Geral da Qualidade dos Estabelecimentos	163
<b>2.7</b>	<b>Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Tours</b>	<b>165</b>
a	Identificação, Número de Empregados, Regulamentação dos Serviços, Integração dos Produtos Turísticos, Apreciação Geral da Qualidade dos Serviços Ofertados e Indicação do Número de Empregos Gerados	165
b	Número e Organização dos Guias de Turismo	165
<b>2.8</b>	<b>Locadoras de Veículos e Serviços de Transporte Turístico</b>	<b>165</b>
a	Informações Referentes à Aluguel de Veículos, Qualidade, Preço, Adequação a Demanda e Profissionalismo	165
b	Número de Empresas, Localização, Número de Funcionários	165
c	Caracterização dos Meios e Modos de Transporte	166
<b>2.9</b>	<b>Equipamentos para Venda de Artesanato</b>	<b>167</b>
a	Caracterização por Tipo dos Produtos e sua Atratividade	167
<b>2.10</b>	<b>Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos</b>	<b>168</b>
a	Capacidade Total dos Equipamentos e das Instalações por Tipo	168
b	Considerações sobre as Empresas de Apoio para Organização de Eventos	168

<b>2.11</b>	<b>Animação e Entretenimento</b>	168
a	Especificação da Tipologia da Oferta	168
<b>2.12</b>	<b>Informação Turística</b>	169
a	Indicação dos Serviços de Informação Turística	169
b	Indicação da Existência de Sinalização Turística nas Estradas e Núcleos Turísticos	169
<b>2.13</b>	<b>Investimentos Futuros do Setor Privado</b>	169
a	Informação sobre a Previsão de Investimentos em Alojamentos Hoteleiros	169
<b>3</b>	<b>CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O TURISMO</b>	185
<b>4</b>	<b>GESTÃO DO TURISMO E ASPECTOS CORRELATOS</b>	189
<b>4.1</b>	<b>Organização para a Gestão e Processo Participativo</b>	189
a	Organização das Entidades que compõem o Sistema de Gestão do Turismo	189
b	Indicação e Caracterização de Mecanismos de Coordenação e Participação da Comunidade no Processo de Gestão do Turismo na Área, com Ênfase para as Forças e Fragilidades	192
<b>4.2</b>	<b>Gestão Pública do Turismo</b>	192
<b>4.3</b>	<b>Políticas Públicas e Instrumentos de Planejamento</b>	195
a	Impactos e ou Limitações das Políticas Públicas e da Capacidade de Gestão Pública sobre o Desenvolvimento do Turismo	195
b	Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial	196
c	Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico	199
<b>4.4</b>	<b>Marco Legal e Fiscal</b>	199
a	Análise das Leis que regulam as Atividades Turísticas	199
b	Informação sobre os Impostos sobre Serviços Turísticos e as Taxas de Aeroportos	201
<b>5</b>	<b>DEMANDA TURÍSTICA ATUAL</b>	206
<b>5.1</b>	<b>Perfil do Turista</b>	206
a	Caracterização dos Turistas do Pólo Marajó	206
b	Indicação dos Tipos e Grupos de Turistas que se Espera Atrair para a Área e Investimentos Necessários para o Desenvolvimento	245
<b>5.2</b>	<b>Gastos Turísticos</b>	246
a	Volume e Evolução do Gasto por Turista na Área Turística	246
b	Magnitude dos Gastos Turísticos	248
<b>6</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b>	252
a	Identificação dos Principais Competidores	252
b	Identificação dos Pontos Fortes e Fracos dos Competidores	258
<b>7</b>	<b>PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO</b>	265
<b>7.1</b>	Caracterização dos Atores Responsáveis pela Promoção e Comercialização do Destino	265
<b>7.2</b>	Indicação de Ações de Planejamento de Promoção e Comercialização	266
<b>7.3</b>	<b>Canais Comerciais e Instrumentos para a Promoção do Destino</b>	270
<b>7.3.1</b>	Empresas de Recepção e Cadeia de Comercialização	270
a	Indicação das Agências e Operadoras de Serviços	270
b	Capacidade de Estruturar Produtos e Fazê-los Chegar aos Mercados	271
c	Análise do Trabalho Desenvolvido pelas Agências de Recepção	271

7.3.2	Tipo de Ações e Materiais Promocionais utilizados e Meios de Medição de seus Impactos	272
7.4	<b>Financiamento da Ação de Promoção</b>	272
8	<b>DEMANDA TURÍSTICA POTENCIAL</b>	275
a	Caracterização do Perfil e das Tendências do Mercado Doméstico	275
b	Caracterização do Perfil e das Tendências do Mercado Internacional por Mercado Geográfico	279
c	Análise do Mercado Potencial para Indicação da Formatação da Oferta Turística	284
d	Projeções do Crescimento da Demanda	286
9	<b>PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA - TSI</b>	290
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	293
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
	<b>ANEXOS</b>	

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Pólo Marajó – Distribuição da População Urbana e Rural por Gênero	58
<b>Tabela 2</b>	Soure - Consumidores e Consumo de Água por Classe 2004-2007	59
<b>Tabela 3</b>	Salvaterra - Consumidores e Consumo de Água por Classe 2004/2007	60
<b>Tabela 4</b>	Soure - Veículos por Tipo 2001/2009	67
<b>Tabela 5</b>	Salvaterra - Veículos por Tipo 2001/2009	68
<b>Tabela 6</b>	Ponta de Pedras - Veículos por Tipo 2001/2009	69
<b>Tabela 7</b>	Soure - Composição do PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ Mil)	76
<b>Tabela 8</b>	Soure - Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor (R\$ Mil)	76
<b>Tabela 9</b>	Salvaterra - Composição do PIB a Preço Mercado Corrente 2002-2006 (R\$ Mil)	77
<b>Tabela 10</b>	Salvaterra - Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002 - 2006 (R\$ Mil)	77
<b>Tabela 11</b>	Ponta de Pedras - Composição do PIB a Preço Mercado Corrente (R\$ Mil)	78
<b>Tabela 12</b>	Ponta de Pedras - Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002- 2006 (R\$ Mil)	78
<b>Tabela 13</b>	Pólo Marajó - População Total no Período de 1970 a 2008	79
<b>Tabela 14</b>	Pólo Marajó - Indicadores Demográficos	79
<b>Tabela 15</b>	Soure- Distribuição da População na Zona Urbana e Rural Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1970/2007	80
<b>Tabela 16</b>	Salvaterra - Distribuição da População na Zona Urbana e Rural Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1970/2007	80
<b>Tabela 17</b>	Ponta de Pedras - Distribuição da População na Zona Urbana e Rural Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1970/2007	80
<b>Tabela 18</b>	Pólo Marajó - Distribuição da População por Sexo 1970/2007	81
<b>Tabela 19</b>	Distribuição da População por Idade 2007	81
<b>Tabela 20</b>	Pólo Marajó - Esperança de Vida ao Nascer (IDH-M, 2000)	81
<b>Tabela 21</b>	Pólo Marajó - Índice de Desenvolvimento Humano - 2000	82
<b>Tabela 22</b>	Pólo Marajó - Evolução do IDH	82
<b>Tabela 23</b>	Soure - Cobertura de Serviços Públicos Básicos	83
<b>Tabela 24</b>	Salvaterra - Cobertura de Serviços Públicos Básicos	83
<b>Tabela 25</b>	Ponta de Pedras - Cobertura de Serviços Públicos básicos	83
<b>Tabela 26</b>	Pólo Marajó -Taxas de Analfabetismo, 2000	83
<b>Tabela 27</b>	Pólo Marajó - Taxa de Escolarização, 2000	83
<b>Tabela 28</b>	Pólo Marajó - Número de Estabelecimentos de Ensino	84
<b>Tabela 29</b>	Pólo Marajó – Distribuição do Número de Alunos Matriculados por Grau de Escolaridade Municipal	84
<b>Tabela 30</b>	Pólo Marajó – Distribuição do Número de Alunos Matriculados por Grau de Escolaridade Estadual	85
<b>Tabela 31</b>	Pólo Marajó - Taxa de Evasão Escolar	85
<b>Tabela 32</b>	Estabelecimentos de Hospedagens, Unidades Habitacionais e Leitos em Soure – 2000 a 2008	157
<b>Tabela 33</b>	Estabelecimentos de Hospedagem, Unidades Habitacionais e Leitos em Salvaterra – 1998 a 2003	157

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

<b>Tabela 34</b>	Principais Pólos Emissores de Turistas em Visita à Soure	207
<b>Tabela 35</b>	Principais Pólos Nacionais Emissores de Turistas em Visita à Salvaterra	221
<b>Tabela 36</b>	Principais Mercados Nacionais e Internacionais Emissores de Turistas em Visita à Ponta de Pedras	234
<b>Tabela 37</b>	Fluxo Turístico de Passageiros dos Vôos Domésticos e Principais Pólos Nacionais Emissores de Turistas em Visita a cidade de Belém	245
<b>Tabela 38</b>	Elementos Prioritários detectados no Estudo de Expectativa de Demanda e maiores concorrentes do Pólo Marajó	253
<b>Tabela 39</b>	Elementos Prioritários detectados no Estudo de Expectativa de Demanda para a Região.	257
<b>Tabela 40</b>	Cadastro de Hóspedes no Estado do Pará em 2006 e 2007	280
<b>Tabela 41</b>	Projeção da Evolução do Turismo na Área Turística do Marajó para os Anos de 2010, 2015 e 2020	288

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b>	Búfalo no Município de Soure	39
<b>Figura 2</b>	Pólo Marajó - Potencialidades Produtivas	41
<b>Figura 3</b>	Balsa travessia Icoaraci/Porto Camará	48
<b>Figura 4</b>	Travessia da Balsa entre Salvaterra/Soure	50
<b>Figura 5</b>	Cabine de vendas de passagens Fluviais	50
<b>Figura 6</b>	Praia do Pesqueiro	51
<b>Figura 7</b>	Praia do Pesqueiro	51
<b>Figura 8</b>	Praia Grande de Joanes	52
<b>Figura 9</b>	Planta Urbana do Município de Soure	54
<b>Figura 10</b>	Reserva Extrativista Marinha de Soure	55
<b>Figura 11</b>	Canaleta a céu aberto no Município de Soure	62
<b>Figura 12</b>	Coleta de lixo no Município de Soure	63
<b>Figura 13</b>	Coleta de lixo no Município de Soure	63
<b>Figura 14</b>	Urubus na Praia de Soure	63
<b>Figura 15</b>	Horários de saída e chegada Salvaterra/Soure/Salaterra	65
<b>Figura 16</b>	Embarcações típicas da região	66
<b>Figura 17</b>	Embarcações típicas da região	66
<b>Figura 18</b>	“Ambulancha” em serviço	72
<b>Figura 19</b>	Hospital Municipal Menino Deus, Soure/PA	73
<b>Figura 20</b>	Polícia Militar e Montaria de Búfalos	74
<b>Figura 21</b>	Lixão no Município de Ponta de Pedras	88
<b>Figura 22</b>	Matadouro Municipal de Soure	89
<b>Figura 23</b>	Matadouro Municipal de Soure	89
<b>Figura 24</b>	A Região Hidrográfica Rio do Amazonas	89
<b>Figura 25</b>	Rio Paracuari	103
<b>Figura 26</b>	Enseada do Tombo do Jutai	104
<b>Figura 27</b>	Praia do Pesqueiro	105
<b>Figura 28</b>	Praia do Araruna	106
<b>Figura 29</b>	Praia da Barra Velha	107
<b>Figura 30</b>	Praia do Mata-Fome (Garrote)	108
<b>Figura 31</b>	Fazendas na Região de Soure	109
<b>Figura 32</b>	Praia Grande em Salvaterra	110
<b>Figura 33</b>	Praia dos Pescadores	111
<b>Figura 34</b>	Praia Grande de Joanes	112
<b>Figura 35</b>	Ilha do Farol	113
<b>Figura 36</b>	Igarapé Água Boa	114
<b>Figura 37</b>	Criação de Búfalos	115
<b>Figura 38</b>	Ilha Cagada	116
<b>Figura 39</b>	Furo do Miguelão	117
<b>Figura 40</b>	Praia da Mangabeira	118
<b>Figura 41</b>	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó	120

<b>Figura 42</b>	Reserva Extrativista Marinha de Soure	121
<b>Figura 43</b>	Mata do Bacurizal	122
<b>Figura 44</b>	Praia do Caju - Una	123
<b>Figura 45</b>	Praia do Céu	124
<b>Figura 46</b>	Igarapé Pingo d'água	125
<b>Figura 47</b>	Igarapé Caraparú	126
<b>Figura 48</b>	Igarapé Jubim	127
<b>Figura 49</b>	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz	136
<b>Figura 50</b>	Capela São José	136
<b>Figura 51</b>	Coretos em Soure	137
<b>Figura 52</b>	Obelisco	137
<b>Figura 53</b>	Monumento Cruzeiro	138
<b>Figura 54</b>	Batalhão de Polícia Militar de Soure	138
<b>Figura 55</b>	Casa da Cultura de Soure	139
<b>Figura 56</b>	Ateliê Arte e Manguê	139
<b>Figura 57</b>	Meu Sossego	140
<b>Figura 58</b>	Igreja de São Francisco	140
<b>Figura 59</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	141
<b>Figura 60</b>	Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Padroeira Marajó	141
<b>Figura 61</b>	Cais do Arrimo	142
<b>Figura 62</b>	Ruínas de Pedras de Joanes	142
<b>Figura 63</b>	Farol de Ponta de Pedras	143
<b>Figura 64</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	143
<b>Figura 65</b>	Capela de São Francisco de Borja	144
<b>Figura 66</b>	Peço Municipal	144
<b>Figura 67</b>	Cuias Pintadas	147
<b>Figura 68</b>	Cestarias de Fibra	147
<b>Figura 69</b>	Produção do Artesanato Marajoara	148
<b>Figura 70</b>	Produção do Artesanato Marajoara	148
<b>Figura 71</b>	Produção do Artesanato Marajoara	148
<b>Figura 72</b>	Artesanato Marajoara em Madeira e Cerâmica Marajoara	148
<b>Figura 73</b>	Artesanato Marajoara em Madeira e Cerâmica Marajoara	148
<b>Figura 74</b>	Danças Folclóricas.	149
<b>Figura 75</b>	Marujada	149
<b>Figura 76</b>	Dança do Carimbó	149
<b>Figura 77</b>	Tacacá	150
<b>Figura 78</b>	Maniçoba	150
<b>Figura 79</b>	Açaí	151
<b>Figura 80</b>	Bacuri	151
<b>Figura 81</b>	Taperebá	151
<b>Figura 82</b>	Ouriço e Castanha do Pará	151
<b>Figura 83</b>	Comunidade de Santana	155
<b>Figura 84</b>	Comunidade de Tartarugueiro	155

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b>	Soure - Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso	50
<b>Quadro 2</b>	Salvaterra - Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso	51
<b>Quadro 3</b>	Ponta de Pedras - Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso	53
<b>Quadro 4</b>	Distância dos Distritos Rurais de Salvaterra em Relação à sede	55
<b>Quadro 5</b>	Soure - Abastecimento de Água	58
<b>Quadro 6</b>	Salvaterra - Abastecimento de Água	59
<b>Quadro 7</b>	Ponta de Pedras - Abastecimento de Água	60
<b>Quadro 8</b>	Pólo Marajó – Distribuição do Sistema de Esgotamento Sanitário	61
<b>Quadro 9</b>	Horário de viagens Empresa Arapari	65
<b>Quadro 10</b>	Horário de viagens Barco Luiz Guilherme	65
<b>Quadro 11</b>	Horário de viagens Barco Leonardo Luiz	66
<b>Quadro 12</b>	Salvaterra - Transporte Interno	67
<b>Quadro 13</b>	Salvaterra - Trafegabilidade para os Distritos	68
<b>Quadro 14</b>	Soure - Estabelecimentos de Saúde	71
<b>Quadro 15</b>	Salvaterra - Estabelecimentos de Saúde	71
<b>Quadro 16</b>	Ponta de Pedras - Estabelecimentos de Saúde	71
<b>Quadro 17</b>	Pólo Marajó - Total de Leitos por município e leitos/ 1000 habitantes em 2003 e 2009	72
<b>Quadro 18</b>	Pólo Marajó - Capacidade Hoteleira	158
<b>Quadro 19</b>	Comparação em relação a preço de mercado no segmento de meio de hospedagem	159
<b>Quadro 20</b>	Soure - Alojamentos Extra-Hoteleiros	160
<b>Quadro 21</b>	Salvaterra - Alojamentos Extra-Hoteleiros	161
<b>Quadro 22</b>	Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação do Município de Soure	162
<b>Quadro 23</b>	Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação do Município de Salvaterra	163
<b>Quadro 24</b>	Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação do Município de Ponta de Pedras	163
<b>Quadro 25</b>	Comparação em relação a preço de mercado no segmento de alimentos e bebidas	164
<b>Quadro 26</b>	Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó	170
<b>Quadro 27</b>	Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó	174
<b>Quadro 28</b>	Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó	178
<b>Quadro 29</b>	Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó	180
<b>Quadro 30</b>	Número de recursos que contribuem a cada segmento turístico e seu nível de atratividade	181
<b>Quadro 31</b>	Avaliação da Atividade Turística Pólo Marajó	183
<b>Quadro 32</b>	Tarifa de Embarque Doméstico e Internacional	202
<b>Quadro 33</b>	Tarifas de Incidentes sobre as Operações de Aeronaves	203
<b>Quadro 34</b>	Tarifa paga pelo Passageiro	204
<b>Quadro 35</b>	Tarifas pagas pelo Consignatário ou Transportador da Carga	204

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

<b>Quadro 36</b>	Permanência Média e os Gastos Totais, per capita e Diário	247
<b>Quadro 37</b>	Distribuição dos Gastos por item	247
<b>Quadro 38</b>	Percentuais dos Gastos dos Turistas nos Meios de Transporte	247
<b>Quadro 39</b>	Percentuais dos Gastos dos Turistas nos Meios de Hospedagem	248
<b>Quadro 40</b>	Composição do PIB do Estado do Pará a Preço de Mercado (em R\$ 1 milhão)	249
<b>Quadro 41</b>	Segmentos Prioritários	252
<b>Quadro 42</b>	Potenciais Competidores Nacionais e os Segmentos Turísticos	252
<b>Quadro 43</b>	Potenciais Competidores Internacionais e os Segmentos Turísticos	256
<b>Quadro 44</b>	Pontos Fortes e Fracos dos Competidores Nacionais	258
<b>Quadro 45</b>	Pontos Fortes e Fracos dos Competidores Internacionais	262
<b>Quadro 46</b>	Países Prioritários para Ações Mercadológicas de Curtíssimo Prazo	280
<b>Quadro 47</b>	Projeções do Crescimento da Demanda 2008–2011	286
<b>Quadro 48</b>	Números de Destinos Turísticos, por Região, que Apresentam Casos de Exploração	290
<b>Quadro 49</b>	Síntese da Demanda Atual, Potencial, Segmentos a serem trabalhados e Produtos a serem Comercializados no Pólo Marajó. Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009	297

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Pólos Turísticos Atendidos pelo PRODETUR no Estado do Pará	30
<b>Mapa 2</b>	Microrregiões Geográficas do Pólo Marajó	34
<b>Mapa 3</b>	Pólo Marajó - Configuração Territorial	37
<b>Mapa 4</b>	Mapa da Localização dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras	47

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b>	Procedência dos Turistas Internacionais do Município de Soure	207
<b>Gráfico 2</b>	Meio de Transporte Utilizado Para Chegar ao Município de Soure	208
<b>Gráfico 3</b>	Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Soure	208
<b>Gráfico 4</b>	Tipo de Alojamento Utilizado no Município de Soure	209
<b>Gráfico 5</b>	Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Soure	209
<b>Gráfico 6</b>	Período de Permanência dos Turistas no Município de Soure	210
<b>Gráfico 7</b>	Permanência Média por Motivação de Viagem dos Turistas no Município de Soure	210
<b>Gráfico 8</b>	Período de Permanência relacionado com os Meios de hospedagem dos Turistas no Município de Soure	211
<b>Gráfico 9</b>	Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Soure	211
<b>Gráfico 10</b>	Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Soure	212
<b>Gráfico 11</b>	Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Soure	212
<b>Gráfico 12</b>	Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Soure	213
<b>Gráfico 13</b>	Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Soure	213
<b>Gráfico 14</b>	Veículo de Propaganda relacionado ao Gênero dos Turistas que Visitaram o Município de Soure	214
<b>Gráfico 15</b>	Forma de Organização da Viagem dos Turistas no Município de Soure	214
<b>Gráfico 16</b>	Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Soure	214
<b>Gráfico 17</b>	Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Soure	215
<b>Gráfico 18</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Soure	216
<b>Gráfico 19</b>	Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Soure	216
<b>Gráfico 20</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança do Município de Soure	217
<b>Gráfico 21</b>	Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Soure	217
<b>Gráfico 22</b>	Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Soure	217
<b>Gráfico 23</b>	Infraestrutura – Comércio do Município de Soure	218
<b>Gráfico 24</b>	Infraestrutura – Serviços de Táxi do Município de Soure	218
<b>Gráfico 25</b>	Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Soure	219
<b>Gráfico 26</b>	Atrativos Turísticos – Culinária do Município de Soure	219

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

<b>Gráfico 27</b>	Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Soure	219
<b>Gráfico 28</b>	Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Soure	220
<b>Gráfico 29</b>	Meio de Transporte Utilizado Para Chegar ao Município de Salvaterra	222
<b>Gráfico 30</b>	Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Salvaterra	222
<b>Gráfico 31</b>	Tipo de Alojamento Utilizado no Município de Salvaterra	223
<b>Gráfico 32</b>	Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Salvaterra	223
<b>Gráfico 33</b>	Período de Permanência dos Turistas no Município de Salvaterra	224
<b>Gráfico 34</b>	Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Salvaterra	224
<b>Gráfico 35</b>	Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Salvaterra	225
<b>Gráfico 36</b>	Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Salvaterra	225
<b>Gráfico 37</b>	Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Salvaterra	226
<b>Gráfico 38</b>	Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Salvaterra	226
<b>Gráfico 39</b>	Forma de Organização da Viagem dos Turistas ao Município de Salvaterra	227
<b>Gráfico 40</b>	Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Salvaterra	227
<b>Gráfico 41</b>	Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Salvaterra	228
<b>Gráfico 42</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Salvaterra	228
<b>Gráfico 43</b>	Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Salvaterra	228
<b>Gráfico 44</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança no Município de Salvaterra	229
<b>Gráfico 45</b>	Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Salvaterra	229
<b>Gráfico 46</b>	Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Salvaterra	230
<b>Gráfico 47</b>	Infraestrutura – Comércio do Município de Salvaterra	230
<b>Gráfico 48</b>	Infraestrutura – Serviços de Táxi do Município de Salvaterra	231
<b>Gráfico 49</b>	Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Salvaterra	231
<b>Gráfico 50</b>	Atrativos Turísticos – Gastronomia do Município de Salvaterra	231
<b>Gráfico 51</b>	Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Salvaterra	232
<b>Gráfico 52</b>	Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Salvaterra	232
<b>Gráfico 53</b>	Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Ponta de Pedras	234
<b>Gráfico 54</b>	Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Ponta de Pedras	235

<b>Gráfico 55</b>	Período de Permanência dos Turistas no Município de Ponta de Pedras	235
<b>Gráfico 56</b>	Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Ponta de Pedras	236
<b>Gráfico 57</b>	Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Ponta de Pedras	236
<b>Gráfico 58</b>	Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Ponta de Pedras	237
<b>Gráfico 59</b>	Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Ponta de Pedras	237
<b>Gráfico 60</b>	Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Ponta de Pedras	238
<b>Gráfico 61</b>	Forma de Organização da Viagem dos Turistas ao Município de Ponta de Pedras	238
<b>Gráfico 62</b>	Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Ponta de Pedras	239
<b>Gráfico 63</b>	Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Ponta de Pedras	239
<b>Gráfico 64</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Ponta de Pedras	240
<b>Gráfico 65</b>	Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Ponta de Pedras	240
<b>Gráfico 66</b>	Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança do Município de Ponta de Pedras	241
<b>Gráfico 67</b>	Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Ponta de Pedras	241
<b>Gráfico 68</b>	Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Ponta de Pedras	242
<b>Gráfico 69</b>	Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Ponta de Pedras	242
<b>Gráfico 70</b>	Atrativos Turísticos – Gastronomia do Município de Salvaterra	243
<b>Gráfico 71</b>	Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Ponta de Pedras	243
<b>Gráfico 72</b>	Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Ponta de Pedras	244
<b>Gráfico 73</b>	Principais Destinos Visitados no Pará (%)	244
<b>Gráfico 74</b>	Gastos por Setores – Estado do Pará, 2004	250
<b>Gráfico 75</b>	Principais Destinos Brasileiros Vendidos pelas Operadoras Nacionais	254
<b>Gráfico 76</b>	Principais Dificuldades dos Operadores Turísticos	261
<b>Gráfico 77</b>	Nível de Conhecimento das Operadoras sobre o Turismo da Região Norte	266
<b>Gráfico 78</b>	Sugestões dos Operadores Turísticos Nacionais (%).	267
<b>Gráfico 79</b>	Principais Dificuldades apontadas pelos Operadores Turísticos Nacionais.	268
<b>Gráfico 80</b>	Grau de Intenção de Viagem dos Brasileiros	275
<b>Gráfico 81</b>	Intenção de Destino do Turista.	276
<b>Gráfico 82</b>	Preferência de Meio de Transporte dos Turistas	276

<b>Gráfico 83</b>	Demanda Turística Atual e Demanda Turística Potencial por Segmentação do Pólo Marajó.	279
-------------------	---	-----

**LISTA DE SIGLAS**

a.C – Antes de Cristo  
AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil  
ABAV – Associação Brasileira das Agências de Viagens  
ABBTUR – Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo  
ABEOC – Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Congressos e Eventos  
ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira  
ABLA – Associação Brasileira das Empresas Locadoras de Auto-Veículos  
ABLA – Associação Brasileira das Locadoras de Veículos  
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABRAJET – Associação Brasileira de Jornalistas Especializados em Turismo  
ABRASEL – Associação Brasileira de Associação Brasileira de Bares, Restaurantes, Entretenimento e Lazer.  
ABRATT – Associação Brasileira de Transportadores Exclusivos de Turismo  
AC – Agência de Correios  
ACI - Airports Council Internacional  
ACS – Agente Comunitário de Saúde  
AFIRE – Associação Americana de Investidores Estrangeiros em Imóveis  
AHIMOR – Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental  
AIDPI – Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância  
ALEPA - Assembléia Legislativa do Estado do Pará  
AMAM - Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó  
AMHT – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira  
ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
ANTTUR – Associação Nacional dos Transportes de Turismo  
APA – Área de Proteção Ambiental  
API - Área de Proteção Integral  
APU – Administração Pública  
ARCON – Agência Estadual de Regulação, Fiscalização e Serviços Públicos  
ARPP – Associação Rural de Pecuária do Pará  
ARS - Área de Risco de Saúde  
ASMUPESQ – Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro  
ASPESQ – Associação de Pescadores do Pesqueiro  
ASSUREMAS - Associações dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure  
AT - Área Turística  
AVIESTUR – Associação dos Agentes de Viagens do Interior  
BC – Banco Central  
BGCI - *Botanic Gardens Conservation International*  
BID – Bando Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BOH - Boletim de Ocupação Hoteleira  
BPA – Batalhão de Policiamento Ambiental  
BR – Rodovia Federal  
BRAZTOA – Associação Brasileira das Operadoras de Turismo  
CADASTUR – Cadastro Nacional de Turismo  
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CATIC - Comissão de Agricultura, Terras, Indústria e Comércio  
CBM - Consórcio Belo Monte  
CCBEU – Centro Cultural Brasil Estados Unidos

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça  
CDAEAM - Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais  
CDHDC - Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor  
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas  
CDP - Companhia Docas do Pará  
CEADC – Coordenadoria de Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário  
CEASA – Central de Abastecimento S/A  
CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes  
CECS - Comissão de Educação, Cultura e Saúde  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CEHSA - Coordenadoria de Ecologia Humana e Saúde Ambiental  
CELPA – Centrais Elétricas do Pará  
CEMAGME - Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia  
CENTUR - Centro Cultural e Turístico  
CEPEPO – Centro de Estudos Práticos e Educação Popular  
CEPROF – Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais  
CFFO - Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária  
CI – Conservação Internacional  
CIDS – Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável  
CIN - Centro Internacional de Negócios  
CIP - Centro das Indústrias do Pará  
CMT Coordenadoria Municipal de Transporte  
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais  
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros  
CNT – Confederação Nacional dos Transportes  
CO - Monóxido de Carbono  
COARTI – Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci  
COBRAT - Câmara dos Operadores Brasileiro de Turismo  
CODESEI - Consórcio de Desenvolvimento Sócio Econômico Intermunicipal  
COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente  
COIMP - Consórcio Integrado dos Municípios Paraenses  
COMTUMA - Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente  
COMUS – Coordenadoria Municipal de Comunicação  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONSEMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente  
CONTUR – Conselho Municipal de Turismo Belém  
COOPERBIC – Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba  
COPIUPE – Cooperativa Mista Agropecuária Irmãos Unidos de Ponta de Pedras  
COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará  
COSAPA – Conselho Superior de Artesãos  
CPAI – Centro para a preservação da Arte e da Ciência Indígena  
CPATU – Centro de Pesquisa Agropecuária do trópico Úmido  
CPD - Comissão de Prevenção às Drogas  
CPD – Companhia das Docas do Pará  
CPH - Companhia de Portos e Hidrovias  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais  
CR - Comissão de Redação

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

CRTPAS - Comissão de Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social  
CSP - Comissão de Segurança Pública  
CTCOP - Comunicação e Obras Públicas  
CTE - Comissão de Turismo e Esportes  
d.C – Depois de Cristo  
DAVP – Departamento de Áreas Verdes Pública  
DCA – Departamento de Controle Ambiental  
DECEA – Comando da Aeronáutica  
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito  
DEPLAN – Departamento de Planejamento  
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito  
DF – Distrito Federal  
DFPIT – Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo  
DGAC – Direção Geral de Aviação Civil  
DGAE – Departamento de Gestão de Áreas Especiais  
DIAMB – Divisão de Estudos em Educação Ambiental  
DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes  
DPHAC – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará  
DST – Doenças Sexualmente Transmissível  
EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas  
EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
EGPA – Escola de Governo do Pará  
EIA – Estudos de Impacto Ambiental  
EIV – Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMATER/PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo  
ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia  
ESEC – Estação Ecológica  
ETA – Estação de Tratamento de Água  
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto  
EUA – Estados Unidos da América  
EXCON – Congresso Brasileiro da Indústria de Eventos/Exposição de Produtos e Serviços para Eventos  
FACIAPA – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Pará  
FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa  
FAEPA – Federação da Agricultura do Estado do Pará  
FAMA – Faculdade da Amazônia  
FAMEP - Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado do Pará  
FEM – Fórum Econômico Mundial  
FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente  
FEMECAM – Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHCGV - Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna  
FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará  
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FITUR – Feira Internacional de Turismo  
FLONA – Floresta Nacional do Tapajós  
FLOTAS – Florestas Estaduais  
FNRH – Ficha Nacional de Registro de Hóspedes

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

FOMENTUR – Fórum Estadual de Turismo  
FORNATUR - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo  
FSCMPA – Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará  
FSM – Fórum Social Mundial  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo  
FUNSOCIAL – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e de Interesse Social  
GETUR – Grupo de Estudos do Turismo  
GINF – Gerencia de Infraestrutura Turística  
GMDI – Gasto Médio Diário Individual  
GOA – Grupo Operários da Arte  
GVBS - Grupo Voluntário de Busca e Salvamento  
HA - Hectare  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia  
ICCA – *International Congress and Convention Association*  
ICMBio - Instituto Brasileiro Chico Mendes de Biodiversidade  
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
ICVT – Índice de Competitividade em Viagens e Turismo  
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará  
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico – Social do Pará  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IEL - Instituto Euvaldo Lodi  
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPP - Instituto Pereira Passos  
IPTU – Imposto Sobre Propriedade Predial e Território Urbano  
IRA – Insuficiência Renal Aguda  
ISAM - Instituto Socioambiental de Santarém  
JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão  
JUCEPA – Junta Comercial do Pará  
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
MaB – *Man and the Biosphere*  
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia  
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MH – Medicina Homeopática  
MIS - Museu da Imagem e do Som  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Estado do Pará  
MRG - Microrregiões Geográficas  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTur – Ministério do Turismo  
NDB – Non Directional Radio Beacon (Varol Radio não Direcional)  
NEAD – Núcleo de Educação Ambiental Distrital  
NO<sup>2</sup> - Óxido de Ozoto  
NUP – Núcleo de Planejamento  
OACI – Organização de Aviação Civil Internacional  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMMA - Órgão Municipal de Meio Ambiente  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
OMT – Organização Mundial do Turismo  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSPará - Organização Social do Pará  
PA – Rodovia Estadual do Pará  
PAB – Piso de Atenção Básica  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde  
PARATUR – Companhia Paraense de Turismo  
PARNA – Parque Nacional  
PAS - Programa Amazônia Sustentável  
PAT – Posto de Atendimento ao Turista  
PAT - Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo  
PAT – Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo  
PCCU – Programa de Controle do Câncer Uterino  
PD – Plano Diretor  
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia  
PDITS – Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável  
PDS – Programa de Desenvolvimento de Turismo Sustentável do Arquipélago do Marajó  
PEAMB – Programa de Educação Ambiental para Belém  
PEGAPE - Programa Estadual de Gestão Ambiental da Pesca Esportiva  
PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial  
PET - Tereftalato de Etileno  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PEV – Postos de Entrega Voluntária  
PI - Proteção Integral  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIC – Postos de Informação e Controle  
PIT – Postos de Informação Turística  
PM – Permanência Média  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico  
PNT – Plano Nacional de Turismo  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil  
PRF - Polícia Rodoviária Federal  
PROAME – Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

PRODEPA – Processamento de Dados do Estado Pará  
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo  
PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal  
PROFAA – Programa Federal de Auxílio a Aeroportos  
PRT - Programa de Regionalização do Turismo  
PSA - Projeto Saúde e Alegria  
PSF – Programa de Saúde da Família  
PVC – Poli (cloreto) de Vinilo  
REBIMAR – Reserva da Biosfera do Arquipélago do Marajó  
REBIO – Reserva Biológica  
REICON – Rebelo Indústria Comercio e Navegação Ltda  
RESEX – Reserva Extrativista  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
RIV – Relatório de Impacto de vizinhança  
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento  
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa  
SECTAM – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente  
SECULT - Secretaria de Estado de Cultura  
SEDECT – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia  
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará  
SEDURB – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional  
SEFIN – Secretaria de Finanças  
SEGEP – Secretaria de Gestão e Planejamento  
SEGOV - Secretaria de Estado de Governo  
SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública  
SEIR – Secretaria de Estado de Integração Regional  
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças  
SEPRO – Secretaria Especial de Produção  
SESMA – Secretaria Estadual de Saúde  
SETRAN - Secretaria Estadual de Transportes do Estado do Pará  
SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará  
SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica  
SIM - Sistema Integrado de Museus  
SIMPLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental  
SINART - Sociedade de Apoio Rodoviário e Turístico  
SINDETUR – Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Pará  
SINE – Sistema Nacional de Emprego  
SINGTUR – Sindicato dos Guias de Turismo do Brasil  
SINTRATUR – Sindicato dos Trabalhadores em Turismo  
SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente  
SISFLORA – Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais  
SISLAM – Sistema de Licenciamento Ambiental  
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública  
SM – Salário Mínimo  
SMT - Secretaria Municipal de Transportes

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SO<sup>2</sup> - Dióxido de Enxofre  
SOAMIR – Sociedade de Amigos de Icoaraci  
STPP – Sistema de Transporte Público de Passageiros  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TAN – Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota  
TDF – Tratamento Fora de Domicílio  
TDW – Peso Bruto  
TPE – Tarifa de Permanência na Área de Estadia  
TPM – Tarifa de Permanência no Pátio de Manobras  
TR - Termo de Referência  
TSD – Tratamento Superficial Duplo  
TSI – Programa Turismo Sustentável e Infância  
UC – Unidade de Conservação  
UCP - Unidade Coordenadora de Projetos  
UEPA - Universidade do Estado da Pará  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia  
UH – Unidade Habitacional  
UHE – Usina Hidroelétrica  
UNAMA – Universidade da Amazônia  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UPA – Unidade de Preservação Ambiental  
US - Uso Sustentável  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva  
VAB – Valor Adicionado Bruto  
VASIS – Visual Approach Slope Indicator System  
VHF-ER – Very High Frequency  
WTTC - *World Travel & Tourism Council*  
ZCE - Zona de Controle Especial  
ZEE - Zoneamento Econômico-Ecológico  
ZEIA - Zona Especial de Interesse Ambiental  
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social  
ZEPPC - Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural  
ZHC - Zona Histórica Cultural  
ZPA - Zona de Proteção Ambiental  
ZPP - Zona de Proteção Paisagística  
ZUC - Zona de Unidade de Conservação

## PARTE I

### APRESENTAÇÃO

O Turismo é uma atividade multifacetada que se inter-relaciona com os diversos segmentos econômicos e demanda um complexo conjunto de ações setoriais para o seu desenvolvimento. Sendo uma atividade transformadora do espaço, necessita da existência de uma organização que promova e beneficie os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz.

Somente por meio de ações integradas nas três esferas da gestão pública e em parceria com a iniciativa privada é que a atividade turística se fortalecerá em bases sólidas. Segundo a proposta do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2007/2010, os recursos turísticos nas diversas regiões do país se transformarão, efetivamente, em produtos turísticos competitivos no mercado nacional e internacional, propiciando o desenvolvimento sustentável da atividade, com a valorização e a proteção do patrimônio natural e cultural e o respeito às diversidades regionais.

Para colocar em prática estas ações, o Governo Federal em parceria com o Ministério do Turismo - MTur, criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, objetivando o financiamento de programas regionais, através da captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O programa-piloto foi o PRODETUR NORDESTE, que hoje se encontra em sua segunda fase. Seguido pelo PRODETUR SUL, que cobre os Estados da região sul do país, e o PROECOTUR, que abrange os Estados da região norte, que está em fase de finalização e prepara-se para uma nova etapa de investimentos. Atualmente, o PRODETUR encontra-se em fase de ampliação, através do PRODETUR NACIONAL, que englobará os programas citados anteriormente. Estes Programas Regionais beneficiarão todas as regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, orientados pela Política Nacional de Turismo, que deverá atender às especificidades destas regiões.

O PRODETUR tem por requisito básico a elaboração de um instrumento de planejamento do turismo, denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, que deverá subsidiar todas as fases do Programa. No Estado do Pará, o PDITS abrange as áreas selecionadas nos Pólos de Belém, Tapajós e Marajó, orientando desta forma o crescimento do setor turístico com bases sustentáveis em curto, médio e longo prazo. O PDITS estabelece, portanto, as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão, constituindo-se em instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

Considerando os múltiplos agentes públicos e privados no desenvolvimento das atividades turísticas, o PDITS visa assegurar e orientar as autoridades governamentais quanto aos ajustes no marco legal e institucional necessários para facilitar o pleno desenvolvimento do turismo nas áreas prioritárias. Também oferece informações específicas para promover investimentos da iniciativa privada em empreendimentos e produtos turísticos que aproveitem os atrativos dessas áreas e, por fim, conscientizar as comunidades locais sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento econômico e gerador de novas oportunidades de trabalho, melhorando a qualidade de vida da população local.

As fases para a elaboração do PDITS compreendem as seguintes etapas: Parte I - Atividades Introdutórias (Plano de Trabalho, Objetivos do PDITS), Parte II – Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas, Parte III - Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Parte IV - Plano de Ação cuja implementação será acompanhada e monitorada para posterior avaliação dos resultados e a necessária atualização do Plano.

Como princípio fundamental na construção do PDITS e embasando o trabalho, considerou-se o desenvolvimento ambientalmente sustentável<sup>1</sup>, visando a elevação da qualidade de vida, mediante a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais e culturais, a provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis e a prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico.

A operacionalização do PDITS foi norteada pelo planejamento participativo, com ação dos atores sociais envolvidos, setor público, privado, comunidade local e sociedade civil organizada. No primeiro momento, por meio do Planejamento Estratégico, identificaram-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças e, a partir daí, estipulou-se medidas corretivas necessárias para a solução dos problemas identificados, visando a inserção do Pólo no mercado competitivo. Assim, o planejamento integrado<sup>2</sup> do turismo começa a ser reconhecido em nível institucional. A competência do Poder Público é definir ações democráticas, fomentar as parcerias entre todos os atores sociais do turismo, em que, cada um desenvolve suas competências, com vistas a um objetivo comum, o desenvolvimento sustentável da prática do turismo.

A capital do Pará está situada às margens da Baía do Guajará e possui uma grande diversidade de produtos turísticos que atraem turistas de todo o mundo. O charme da cidade velha com casarões coloniais, aliado à modernidade e ao conforto dos novos espaços de turismo, dá à metrópole paraense a elegância singular e proporciona aos visitantes uma oportunidade de conhecer a histórica capital, através de seu glorioso passado e desfrutar de conforto e sofisticação em uma das principais cidades da Amazônia.

Belém, a cidade dos sabores e cheiros, destaca-se por uma culinária criada a partir dos produtos que a própria terra oferece nos proporcionando uma experiência única, vivenciada ao som de um riquíssimo ritmo folclórico caboclo, que detalha em versos, acordes e tons a cultura do povo da Amazônia. Belém do Círio de Nazaré, maior procissão das Américas, reúne mais de dois milhões de católicos para exaltar a sua padroeira, dando um vivo exemplo de expressão de fé. Belém, cidade-museu, floresceu com as riquezas extraídas da Floresta Amazônica e que durante o ciclo da borracha foi testemunho da cultura européia, com destaque à parisiense, a *belle époque*, vive agora, as expectativas do desenvolvimento sustentável, que tem no turismo o elo catalisador entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico com responsabilidade social.

---

<sup>1</sup> Segundo Salvatti (2004, p16) o Turismo é responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde é possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.

<sup>2</sup> Beni (2000) narra sobre o planejamento em que todos os seus componentes devem estar sincronizados e seqüencialmente ajustados a fim de produzir o alcance das metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo, para que o sistema global possa ser implantado imediatamente e passar a ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

## 1 CONTEXTO

### 1.1 Considerações Preliminares

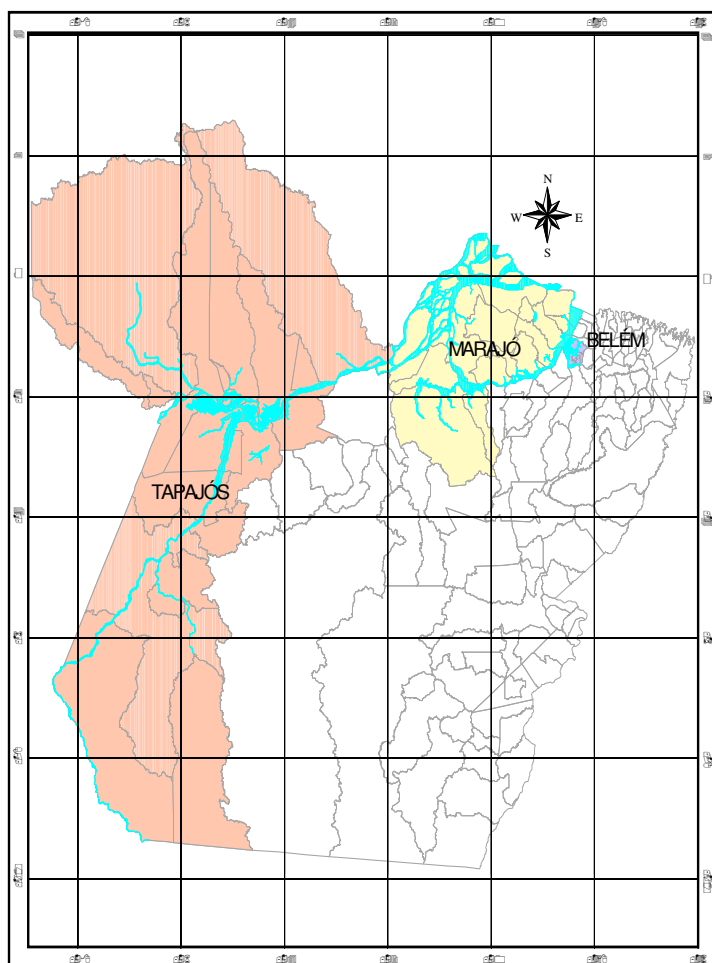
A atividade turística no Estado do Pará vem se apresentando como importante ferramenta para a geração de emprego e distribuição de renda, permitindo, assim, a inclusão social e, conseqüentemente, favorecendo a redução das desigualdades, além de contribuir para a diminuição da devastação ambiental e a pressão sobre os recursos naturais.

A Companhia Paraense de Turismo - Paratur foi responsável pela contratação da empresa que elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, através da Unidade Coordenadora de Projetos – UCP - PRODETUR/PA, formada por uma equipe multidisciplinar. O PDITS foi elaborado com recursos provenientes do convênio celebrado entre a Paratur e o MTur, no âmbito do PRODETUR NACIONAL.

Através das visitas técnicas e das reuniões realizadas com representantes dos setores, público e privado, associações de classe e com a comunidade local foi possível identificar, em cada Pólo, as várias potencialidades e fragilidades apresentadas no setor de turismo do Estado do Pará.

O referido PDITS tem por objetivo orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis a curto, médio e longo prazo e deverá constituir o instrumento técnico para gestão, coordenação e condução das decisões da política turística, considerando os resultados apresentados na Fase I do Programa. Visa, também, apoiar o setor privado, orientando seus investimentos, gestão e acesso ao mercado turístico, de maneira integrada e participativa entre as diversas instituições públicas envolvidas com o setor, tais como as municipalidades, o setor empresarial turístico e a sociedade civil.

Orientado por um Termo de Referência (TR), o PDITS foi elaborado abrangendo integrantes do **Pólo Belém** (Belém e Ilhas do Entorno, Mosqueiro, Caratateua ou Outeiro, Cotijuba e do Combu), **Pólo Tapajós** (Santarém e Belterra) e **Pólo Marajó** (Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras), como forma de otimizar os recursos a serem aplicados.



## PÓLOS ATENDIDOS PELO PRODETUR

### LEGENDA

- Rios Principais
- Pólo Tapajós
- Pólo Marajó
- Pólo Belém
- Malha Municipal

### ESCALA GRÁFICA

100 0 100 200 Km

FONTE: Mapa elaborado a partir de dados do SIGIEP, 2001 e PARATUR, 2008.  
Organizadora: Michelle Sena - Geógrafa.

GINF/DIFOM/PARATUR - Junho / 2009.

**Mapa 1** – Pólos Turísticos Atendidos pelo PRODETUR no Estado do Pará.

Fonte: Paratur, 2009.

A priorização das Áreas Turísticas (AT's) destes Pólos deve-se à definição no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), elaborado pelo Ministério do Turismo - Roteiros do Brasil (2005) de três roteiros internacionais no Estado do Pará: Roteiro **Amazônia Selva e História**, abrangendo os Municípios de Belém, Santarém e Belterra; Roteiro **Amazônia do Marajó**, abrangendo os Municípios de Belém, Soure e Salvaterra; e Roteiro **Amazônia Quilombola**, abrangendo Belém, Acará e Ponta de Pedras.

A partir de um diagnóstico trabalhado em todo o estado, através de consultoria externa, em que foram identificadas as deficiências e as prioridades, traçou-se um rumo para o turismo naquela região. Trata-se do “Programa Beija - Flor”, que reuniu iniciativas de vários segmentos da Administração Pública, vinculadas diretamente e indiretamente ao turismo, estabelecendo um plano turístico estratégico para o estado, através da regionalização dos Pólos Belém, Tapajós, Marajó, Amazônia Atlântica, Araguaia, Tocantins e Xingu. Desta forma, ao dividir o Plano em pólos regionais e fugir do conceito de território, estabelecido geograficamente, gera-se uma gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base na flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação inter-setorial e interinstitucional e sinergia de decisões.

O **Pólo Belém**, constituído por Belém Continental e Belém Insular, se destaca nos segmentos de turismo de negócios, ecoturismo e o turismo rural. Apenas para se ter uma idéia, é possível destacar a Ilha de Mosqueiro, com suas belas praias de água doce, que oferece ao visitante um passeio bucólico por sua orla, visualizando os casarões da Época do Ciclo da Borracha e degustando a rica culinária local, como as famosas tapiocas e o vinho

de açaí. Já na Ilha de Caratateua (Outeiro), o visitante deslumbra uma paisagem típica da região norte nas belas praias e bosques. Por sua vez, a Ilha de Cotijuba, localizada às margens da Baía do Marajó, possui uma área de floresta e uma costa com 15 km de praias de água doce, praticamente inexploradas e livres da poluição ambiental. Por fim, a Ilha do Combu, situada à margem esquerda do Rio Guamá, possui uma população constituída tradicionalmente de ribeirinhos e atrai tanto os turistas como a classe acadêmica.

Nos municípios que compõem o Pólo, temos várias referências culturais indígenas, como feiras regionais, lojas de artesanatos e inúmeras manifestações lúdicas. O Museu Emílio Goeldi, há 145 anos estuda o homem e a natureza da Amazônia, incluindo pesquisas em Ciências Humanas no Estado do Pará e demais áreas amazônicas. A capital paraense é um pólo cultural importante como aglutinador de todas estas expressões culturais indígenas no estado. (PARATUR, 2009).

O **Pólo Tapajós**, embora possua uma ampla área geográfica, somente foi escolhido para se trabalhar os Municípios de Santarém e Belterra. Os municípios possuem amplas possibilidades para o turismo náutico (cruzeiros), turismo de pesca (pesca esportiva), turismo de sol e praia e uma enorme oferta de atrativos ecoturísticos com várias Unidades de Conservação e o turismo cultural. Na Região do Pólo encontra-se uma densa tradição cultural indígena, expressa nas várias heranças de pertencimento étnico (festa do Sairé, artesanato tapajônico e a rica gastronomia) como na própria presença de etnias indígenas, algumas remanescentes, como os Arapiuns e os Borari, além de outras que embora localizadas em municípios limítrofes são aglutinadas por este Pólo, tendo o Município de Santarém como referência (Zoé, Wai wai, Katuena, Hixkaryana, Xereu, Mawayana, Tiriyo e Karahawana).

O Pólo Tapajós foi selecionado como área de abrangência do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, política pública criada no ano 2000 para viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região. Possui atrativos naturais, históricos, culturais, artesanato, folclore e manifestações culturais de grande relevância. (PARATUR, 2009).

O **Pólo Marajó**, constituído pelos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, caracteriza-se por suas características peculiares no contexto amazônico, quer pelas suas tradições milenares, quer pelas suas riquezas naturais e humanas. Todo o potencial da região deve ser valorizado, mantendo o registro dos acervos existentes e se preocupando com a sua conservação. O pólo apresenta beleza natural, com vegetação típica da região e campos, com possibilidades para o ecoturismo e o turismo rural. Conta, ainda, com uma ampla diversidade cultural, ressaltando-se a gastronomia e o artesanato marajoara e as manifestações folclóricas, demonstradas nos eventos locais.

Na Ilha do Marajó agrega-se também como atrativo cultural o Município de Cachoeira do Arari, principalmente em relação à Festividade de São Sebastião, o Museu do Marajó e os valores culturais e arqueológicos locais. O arquipélago do Marajó vem sendo ao longo do tempo o grande paraíso dos arqueólogos, que ali têm realizado inúmeras pesquisas sobre pré-história regional, cujas origens remontam há pelo menos 600 a. C. Este fato confere ao Pólo Marajó uma peculiar e marcante característica para o desenvolvimento do turismo. (PARATUR, 2009).

O **Pólo Marajó** foi selecionado através da definição dos roteiros internacionais no Estado do Pará: Roteiro **Amazônia do Marajó**, abrangendo os Municípios de Soure e Salvaterra, e o Roteiro **Amazônia Quilombola**, abrangendo o Município de Ponta de Pedras, que possui duas comunidades quilombolas, Santana do Arari e Tartarugueiro, inseridas neste roteiro.

A seleção dos Pólos (Belém, Tapajós e Marajó) compostos por seis municípios, observou os seguintes critérios: o fluxo de turistas nacionais e internacionais já existentes nessas localidades; o baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nas áreas insulares de Belém e no arquipélago do Marajó e a indicação pelo Ministério do Turismo - MTur de Santarém e Belém como cidades indutoras da atividade turística no país, uma vez que, de todos os municípios brasileiros, apenas 65 cidades foram selecionadas por aquele Ministério. (MTUR, 2008).

Nesse contexto, a elaboração do PDITS para as Áreas Turísticas propostas torna-se de fundamental importância para a Definição das Estratégias e do Plano de Ação para os investimentos no setor, de tal sorte que, haja melhor valorização e aproveitamento dos recursos e atrativos disponíveis.

### **1.2 Conceituações do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**

Os estados participantes do PRODETUR NACIONAL devem apresentar ao Ministério do Turismo - MTur um plano estratégico de desenvolvimento turístico para as Áreas Turísticas - AT's selecionadas pelo estado. Conforme já mencionado, o objetivo deste Plano é orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis a curto, médio e longo prazo, para tanto deve conter um plano de ação para colocar em prática as estratégias estaduais para a Área Turística e definir os investimentos a serem financiados pelo PRODETUR NACIONAL.

Este plano, denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS constitui o instrumento técnico para a gestão, coordenação e condução das decisões da política turística, de maneira integrada entre as diversas instituições públicas envolvidas com o setor. Deve ainda ser o instrumento de apoio ao setor privado para orientar seus investimentos e melhorar sua capacidade de gestão e acesso ao mercado turístico.

O PDITS é um instrumento de planejamento da atividade turística que visa orientar, com bases sustentáveis, os gestores nas tomadas de decisão e o *trade* turístico nas direções a serem seguidas para o desenvolvimento sustentável do turismo, a partir da adequada condução das atividades de promoção da demanda, implementação de infraestrutura, fomento da oferta, utilização racional e gestão adequada dos recursos naturais, culturais, sociais dos destinos envolvidos no planejamento.

O documento, com visão integrada da realidade da região, analisa o turismo, abordando os aspectos relacionados ao produto e mercado. É uma radiografia da realidade atual da área turística, dos aspectos social, econômico e ambiental, bem como, dos aspectos relacionados à infraestrutura da cadeia produtiva do turismo e da gestão turística e ambiental, tais como, saneamento básico, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes.

## **2 JUSTIFICATIVA**

O PDITS destina-se a definir as ações necessárias para melhorar a competitividade das AT's como destino turístico, assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado num único plano, identificar as ações críticas para o desenvolvimento do setor, de maneira a permitir a busca de captação de fundos diversos, tanto de natureza pública como de natureza privada, e selecionar as ações a serem financiadas pelo PRODETUR NACIONAL.

Também se destina a tornar os produtos regionais competitivos no mercado, identificando problemas e pontos fracos a serem corrigidos, assim como oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos, com base no diagnóstico da oferta e em estudos de

mercado (primários e/ou secundários) que ofereçam informações sobre a demanda atual, as tendências e o perfil de segmentos relevantes do mercado em potencial. A elaboração do PDITS é condição *sine qua non* para a tomada de empréstimo junto ao BID.

O Estado do Pará possui grande diversidade ambiental e cultural com uma significativa oferta de equipamentos e serviços turísticos, porém com fragilidade em relação à mão-de-obra qualificada nos destinos turísticos, o que influi na baixa competitividade dos produtos turísticos no mercado nacional e internacional. Dessa forma, o setor turístico paraense não tem sido percebido como um setor forte pelos agentes econômicos, sociais, institucionais e políticos, dificultando a divulgação dos produtos turísticos junto aos seus emissores e à sociedade como um todo.

### 3 OBJETIVO DO PDITS

#### 3.1 Objetivo Geral

- ✓ Planejar em bases sólidas o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Pólo Marajó, diversificando a oferta turística e consolidando a demanda, através da valorização do patrimônio histórico-cultural, da preservação ambiental, do ingresso de divisas para o setor, gerando emprego e renda para as comunidades locais, a curto, médio e longo prazo.

#### 3.2 Objetivos Específicos

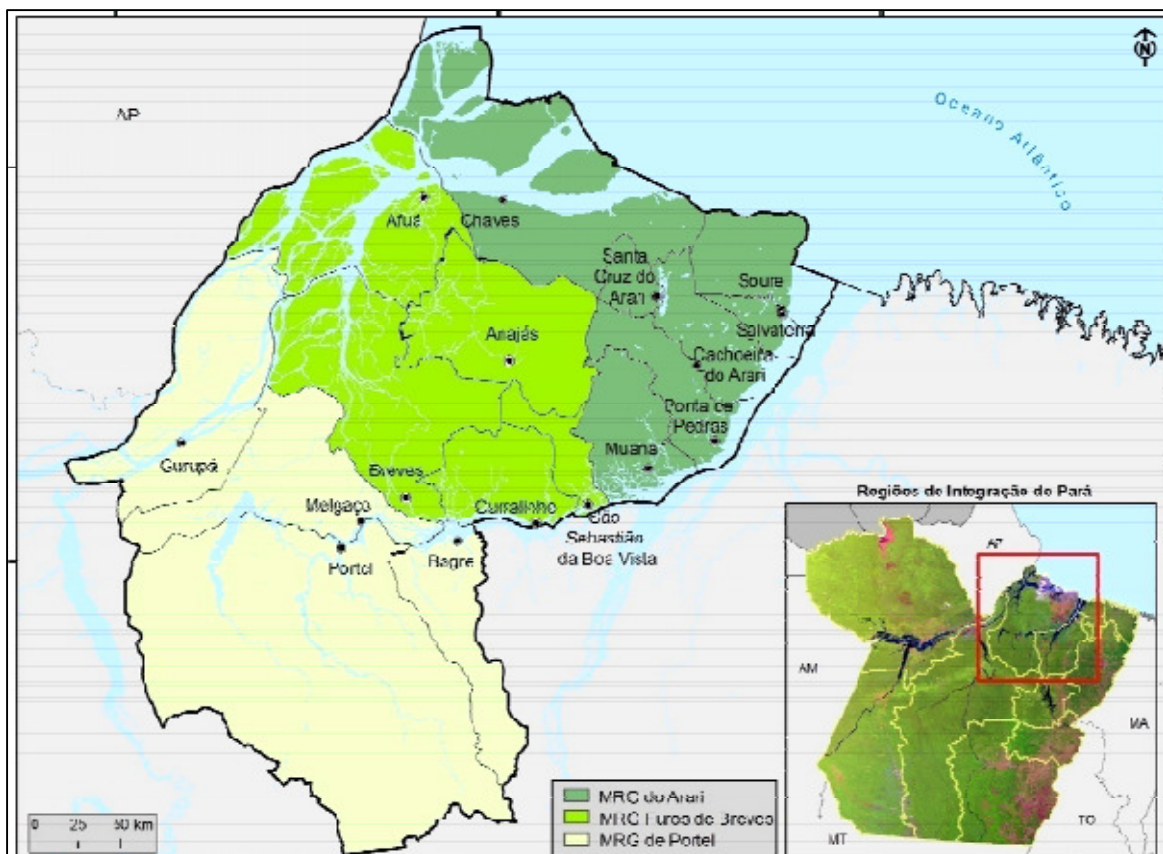
- ✓ Melhorar a infraestrutura básica e turística, os serviços turísticos dos atrativos existentes, proporcionando melhores condições para visitação;
- ✓ Criar condições para que o *trade* turístico possa se desenvolver de maneira sustentável;
- ✓ Aumentar o fluxo turístico, principalmente o turismo internacional, gerando emprego e renda e desta forma, melhorar a qualidade de vida para as comunidades locais;
- ✓ Aumentar a taxa de ocupação hoteleira em curto prazo para 46,5%, para 50,1% em médio prazo e 60,2% em longo prazo.
- ✓ Incrementar a estada média, que de acordo com último dado estatístico fornecido pela Paratur, no ano de 2008, foi de 2,5 dias. Em curto prazo (2010) a estada média será de 3,25 dias, em médio prazo (2015) a estada média deverá alcançar 3,75 dias e a longo prazo (2020) 4,2 dias atingindo um aumento de 29% na estada média para o ano de 2020, tomando como base 2010;
- ✓ Incrementar o gasto médio dos turistas, que de acordo com a projeção da evolução do turismo feita pela Paratur, a curto prazo (2010) será de US\$ 65,00, a médio prazo (2015) aumentará para US\$ 70,00, a longo prazo atingirá um gasto médio de US\$ 75,00, alcançando uma variação positiva de 15,4% para o ano de 2020, tomando como base 2010;
- ✓ Qualificar profissionais e empresários que trabalham em atividade turística em todo o Pólo melhorando o desempenho das atividades por eles desenvolvidas, aumentando o nível de satisfação dos turistas;
- ✓ Aumentar a Receita Anual Gerada pela atividade turística, que de acordo com a projeção da evolução do turismo feita pela Paratur, a curto prazo (2010) será de R\$ 12,3 milhões, a médio prazo (2015) aumentará para R\$ 14,7 milhões, a longo prazo (2020) atingirá um

valor de R\$ 17,6 milhões, alcançando uma variação positiva de 44% para o ano de 2020, tomando como base 2010;

- ✓ Melhorar as condições socioeconômicas do Pólo, tendo como reflexo direto a contribuição do turismo no PIB do estado, com estimativas de participação de 4,80%.
- ✓ Contribuir com a geração de novos postos de trabalho chegando, aproximadamente, 5.350 empregos diretos e indiretos. A contribuição do turismo com a geração de emprego e renda é muito positiva, chegando a uma variação de 28 % de crescimento em 2020, tomando como base 2010 que será de 4.180 empregos.

## 4 DESCRIÇÃO GERAL DO PÓLO MARAJÓ

A Ilha do Marajó localizada no Estado do Pará compõe o Arquipélago do Marajó, situada na foz do Rio Amazonas, banhada pelo oceano Atlântico, sendo o maior delta fluviomarítimo do mundo. A ilha do Marajó tem 104.139.299 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2008), uma população estimada em 21.510 habitantes, localizada entre as latitudes 02°30'S e 01°00'N; longitudes 47°30'W e 52°00'W. A mesorregião do Marajó, demonstrada no ANEXO A, (Mapa da Mesoregião do Marajó) é constituída de três Microrregiões Geográficas - MRG: Arari, Furos de Breves e Portel. Dentre os municípios do Arquipélago, os de Salvaterra, Soure e Ponta de Pedras, inseridos na MRG de Arari, como mostra o Mapa 2 - ANEXO B, compõem o Pólo Marajó.



**Mapa 2** – Microrregiões Geográficas do Pólo Marajó

Fonte: GeoPará, 2007.

A classificação **climática** da região é do tipo clima tropical úmido e chuvoso, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. Clima equatorial com temperatura média do mês mais frio superior a 28 °C e temperatura média anual de 32°C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a

mesma duração das noites. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Outras características da ilha do Marajó são as duas estações bem definidas de chuvas (dezembro a maio) e de estio (junho a novembro), que mudam completamente a paisagem natural da ilha.

Os **solos** são profundos, bem drenados, arenosos e com acidez elevada. A fertilidade destes solos é baixa, concentrando-se na sua camada superficial, apresentando uma variação de 10 a 15 cm. Dadas as condições climáticas da região, as características físicas, químicas e biológicas destes solos fazem com que os mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processem rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal, diminuindo assim a sua fertilidade.

A **hidrografia** regional tem importância vital para a população local, seu aproveitamento econômico, ocorre por ser o meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas, e também como o potencial pesqueiro. Essas atividades ocorrem em uma intrincada rede de drenagem, formada por emaranhado de canais, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes.

A **vegetação** do ambiente formado pelo arquipélago do Marajó constitui um conjunto bastante singular, em que predominam os campos naturais e as florestas úmidas sujeitas à inundação, a qual ocorre invariavelmente todos os anos durante o inverno, abundante em chuvas nessa região. A vegetação tem influência direta da hidrografia que define os principais ecossistemas regionais. A população da área de estudo convive essencialmente com quatro tipos de ecossistemas: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais. (SEMA, 2006).

Nos diversos ambientes do arquipélago marajoara vivem inúmeras espécies da **fauna** amazônica. Dentre os animais encontrados, destacam-se a onça pintada, a sussuarana, os maracajás, os gatos mouriscos, a raposa da mata, o jupará, a anta, o quati e o guaxinim. Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré, o puraquê ou peixe-elétrico, a pescada, a piraíba, o pirarucu as piranhas, o candiru e o tamuatá. Os manguezais servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, alguns deles com importância econômica, como o camarão, caranguejo e a ostra.

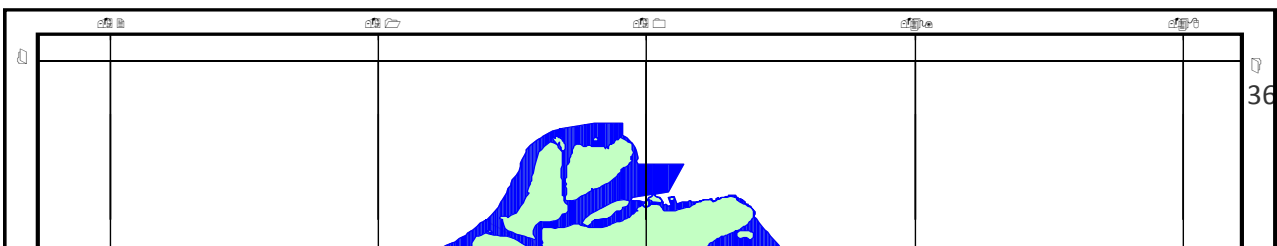
Os municípios do Pólo Marajó associam-se intrinsecamente ao restante da região Amazônica tanto pelas suas características ambientais (como o clima, a vegetação, a fauna e a hidrografia), como também por uma história marcada por intensas mudanças **econômicas e sociais**, principalmente a partir do final do século passado. Estas mudanças influenciaram o modo como a população local interage na produção e reprodução de sua organização familiar e de suas estratégias de sobrevivência. Os indicadores sociais da região detectam elevada mortalidade infantil, alto índice de analfabetismo, baixo índice de desenvolvimento humano, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias. (SEMA, 2006).

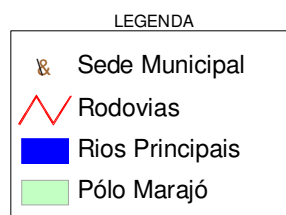
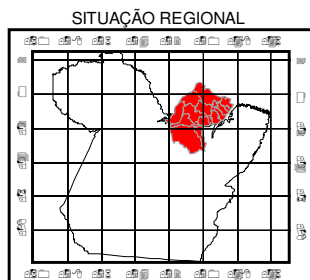
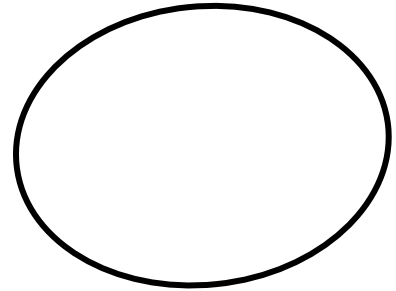
Os **meios de acesso** aos municípios do Pólo são feitos através de via fluvial e aérea.

O Pólo Marajó apresenta **oferta turística** diferenciada, com um ecossistema particular. Suas especificidades ambientais e culturais reforçadas por certo misticismo e exotismo dão à Ilha caráter peculiar, de grande atrativo para o turista nacional e internacional. Isto se deve à sua milenar cultura traduzida nas manifestações, lendas, costumes e gastronomia marajoara, influência jesuítica e demais missões religiosas como a dos Mercedários, às fazendas tradicionais e à criação de búfalos. Por toda a realidade apresentada na Ilha do Marajó, o grande atrativo turístico da região, desperta para o segmento do turismo rural e ecoturismo.

O turismo é entendido pelo governo estadual como uma das principais alternativas de desenvolvimento econômico e social sustentável para a região. O atendimento a esta demanda exige grandes esforços do poder público em parceria com o setor privado e a comunidade, no sentido de investir em infraestrutura, capacitação, desenvolvimento de novos negócios turísticos e ações de promoção e comercialização, tendo como contrapartida o envolvimento e o desenvolvimento do capital social das comunidades a serem beneficiados pelo turismo. (PLANO MARAJÓ, 2007).

A Área Turística selecionada no Pólo Marajó abrange os Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, a priorização das Áreas Turísticas deste Pólo deve-se à definição, no Programa de Regionalização do Ministério do Turismo - Roteiros do Brasil (2005). Esses municípios são considerados prioritários para investimentos e se constituem destinos consolidados, apresentando potencialidades para os segmentos turísticos de sol e praia, rural, cultural e ecoturismo. Entre os principais atrativos dessa AT destacam-se as paisagens naturais com seus campos alagados, belas praias, rios piscosos, rica fauna, trilhas ecológicas e fazendas centenárias de criação de búfalos; e ainda a cultura diversificada expressa através das manifestações culturais, culinária típica, artesanato marajoara, arquitetura antiga e ruínas históricas. A localização do Pólo Marajó pode ser visualizada no Mapa 3.





○ A área geográfica a ser trabalhada no Pólo Marajó.

### Mapa 3 – Pólo Marajó – Configuração Territorial

Fonte: Mapa elaborado a partir da Resolução 001/2009 Paratur. GINF/DIFOM/Paratur – Junho/2009.

Source

A origem do Município de Soure está ligada à aldeia dos índios Maruanazes, da tribo dos Aruans, que foi missionada pelos capuchos de Santo Antônio. Posteriormente, o lugar obteve a condição de freguesia (Menino Deus) e, em 1757, o governador e capitão-general Francisco Xavier Mendonça Furtado elevou-a a categoria de vila, dando-lhe autonomia municipal e a denominação portuguesa de Soure.

Entretanto, em virtude de sua decadência, em 1833, o Conselho do Governo da Província retirou-lhe essa condição, ao anexar o seu território ao da vila de Monsarás (na época município), do qual fez parte até 1859, apesar de a Lei nº. 138, de 9 de novembro de 1847, ter-lhe concedido o título de vila. Mas o descaso de seus habitantes no cumprimento da lei que determinava a instalação do município, fez com que durante 11 anos Soure continuasse agregada a Monsarás. (INVENTÁRIO TURÍSTICO, 2007).

Somente em 20 de janeiro de 1859 teve lugar a instalação solene do Município de Soure. A categoria de cidade lhe foi atribuída e o Município de Monsarás foi extinto, grande parte de suas terras foram anexadas a Soure, aumentando, com isso o seu território, composto de quatro distritos: Soure, Condeixa, Joanes e Salvaterra. Em 1961 houve o desmembramento de Soure, sendo constituído o Município de Salvaterra.

Em relação aos seus **aspectos físicos e bióticos**, Soure possui uma população estimada de 21.395 habitantes (IBGE, 2007), com área correspondente a 3.513 km<sup>2</sup>, distando 87 km em linha reta e 94 km em linha fluvial de Belém, capital do Estado do Pará. A cidade apresenta um **clima** quente e úmido, amenizado pela ventilação constante originada pela influência do oceano com uma temperatura média de 27°C.

Entre os principais rios que compõem a **hidrografia** do município podemos citar: Paracauari, Pacoval, Umiriaduba, Cambu e Cajuúna. O rio Paracauari merece destaque especial por banhar o município e servir de limite com o Município de Salvaterra. O município possui ainda um grande número de igarapés que aumentam consideravelmente na época do inverno.

A **vegetação** do Município de Soure é muito variada e rica em espécies, de plantas forrageiras, madeiras de lei, sementes oleaginosas e outras de grande valor econômico. Os solos argilosos de várzeas altas são excelentes para a cultura da cana-de-açúcar, do arroz, do milho e da banana.

A **fauna** é rica e apresenta muitas espécies como o jacú, inhambus, perdizes, papagaios, periquitos, araras, cocorocas, pombas, tucanos, guarás. As principais espécies são: piramutaba, dourada, gurijuba, filhote, bagre, e xaréu.

As **atividades econômicas** do Município de Soure se baseiam no extrativismo, pecuária, comércio, agricultura e pesca. O côco-da-baía e o caranguejo exercem um papel expressivo na economia extrativista do município. A pecuária é praticada extensivamente e vem a ser a principal atividade econômica. O búfalo adaptado ao Marajó tem grande aproveitamento comercial com a carne e o leite. O município possui criação de rebanhos bovinos, suínos, eqüinos e bubalinos. O gado de corte é exportado para vários centros. O leite e o queijo de búfala são produzidos nas fazendas para então serem comercializados na cidade e na área rural, e o animal é usado como meio de transporte e de carga e trafegam livremente pelas ruas da cidade como mostra a Figura 1. A pesca de métodos predominantemente artesanais e rudimentares exerce um papel muito importante, é a segunda atividade econômica do município. O comércio não tem uma expressão economicamente significativa para o município, apresentando um baixo rendimento e, por isso, não há muita oferta de emprego neste ramo. A agricultura também participa da geração de renda nessa área, entretanto, seus índices de produção são modestos. Em relação aos **aspectos sociais** o município se enquadra na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza.



**Figura 1** – Búfalo no Município de Soure  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

### Salvaterra

Salvaterra era um povoado de Soure e foi elevado à vila no dia 27 de fevereiro de 1901. Em relação aos **aspectos físicos e bióticos**, Salvaterra possui uma população estimada de 17.077 habitantes, com área territorial de 1.044 km<sup>2</sup>, distando 80 km do estado, em linha reta (IBGE, 2007). Possui **clima** tropical quente e úmido com chuvas e ventos regulares. Possui temperatura média anual em torno de 27°C.

A **hidrografia** do Município de Salvaterra é constituída pelo rio Paracauari, limitando ao norte, com o Município de Soure, tem como afluentes os Rios: São Macário, Nazaré e Mangueira.

A predominância em Salvaterra é de **vegetação** campestre, com campos herbáceos, gramíneos e savanas. Nas terras firmes, onde, primitivamente, havia a Floresta Densa dos Platôs, o desmatamento favorece o aparecimento das capoeiras ou florestas secundárias em diferentes estágios de regeneração, intercaladas com cultivos agrícolas de subsistência, como: milho, arroz e mandioca; e com o cultivo do abacaxi, muito expressivo no município. Na área sob influência de inundação, predominam os manguezais.

Durante muitos anos, a **economia** local concentrou-se na pecuária, na pesca e no cultivo do coco-da-baía. Hoje, o cultivo do abacaxi passou a ser uma das principais fontes da economia local e Condeixa, a vila de maior produção do estado. O gado (bovino e bufalino) mantém um nível regular de exportação para a capital, e garante o abastecimento do consumo local. As vilas da zona rural vivem economicamente da pesca, feita através de redes de tresmalhas, currais e pesca de anzol, tudo em caráter artesanal, sendo Jubim, Joanes e Salvaterra os maiores centros pesqueiros.

Em relação aos **aspectos sociais** a região aponta para áreas de ocupação irregular, com grandes índices de vulnerabilidade social. Destaca-se a ausência de emprego, o abuso sexual de crianças e adolescentes, a desestruturação familiar e o consumo de drogas.

### Ponta de Pedras

O Município de Ponta de Pedras passou à categoria de Freguesia no século XVIII, durante o período do Diretório no governo português do Marquês de Pombal. Esta freguesia foi

chamada de Nossa Senhora da Conceição de Ponta de Pedras. Atualmente, é a Vila de Mangabeira; donde foi transferida para a margem esquerda do rio Marajó-Açu, possivelmente atendendo aos interesses de senhores de engenho, mas causando descontentamento à população de Mangabeira. Os donos de engenho estavam interessados na mudança em decorrência da proximidade do rio Marajó-Açu com terras férteis de várzea, para lavoura da cana-de-açúcar, possibilitada pela exploração de mão-de-obra escrava, importada da África, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. (INVENTÁRIO TURÍSTICO, 2002).

Em relação aos **aspectos físicos e bióticos**, possui uma população estimada de 24.276 habitantes, área territorial de 3.365 km<sup>2</sup> (IBGE, 2007), com **clima** equatorial úmido (chuvoso), e temperatura média em torno de 27°C.

O Município de Ponta de Pedras apresenta na sua **hidrografia** quatro rios: o Arari; o Anabiju; o Anajás Grande, o Marajó-Açu. A cobertura **vegetal** com predominância da Floresta Amazônica densa constitui um poderoso atrativo turístico. A exuberância da floresta a diversidade de suas espécies, a complexidade de ecossistemas formam um conjunto ideal para a prática do ecoturismo e também do turismo científico.

A **atividade econômica** está baseada na extração vegetal, com destaque para a produção de açaí e palmito. A atividade agrícola está presente em todo o município, com ênfase para o cultivo de coco-da-baía, mas principalmente a de subsistência, como arroz, feijão, mandioca, milho e banana. A produção é comercializada sem processo de transformação e os produtos são vendidos de acordo com o nível de produção e beneficiamento. A pesca artesanal: de rede, de linha, de tarrafa, de curral, de matapi e de espinhel; de peixe e camarão é de extrema importância para subsistência da maioria da população.

Em relação aos **aspectos sociais** o município apresenta baixo índice de desenvolvimento humano, com grandes índices de vulnerabilidade social, alto índice de analfabetismo e mortalidade infantil.

A Figura 2 mostra as potencialidades produtivas de todos os municípios da Ilha do Marajó. Em Soure as potencialidades produtivas do município se baseiam no comércio, serviço de alojamento e alimentação, outros serviços, agricultura, pesca, oleiro, lavoura temporária, lavoura permanente e extração vegetal. Em Salvaterra as potencialidades se baseiam no serviço de alojamento e alimentação, outros serviços e lavoura permanente. Em Ponta de Pedras existe a pecuária de pequeno porte, minério metalúrgico, outros serviços, lavoura temporária e extração vegetal. Percebe-se que apenas em Soure e Salvaterra existe a potencialidade para o serviço de alojamento e alimentação, atividade ligada ao turismo, necessitando de desenvolvimento nessa área para incrementar o setor.



**Figura 2** – Pólo Marajó - Potencialidades Produtivas

Fonte: SEPOF/DIEPI/CETI.

Nota: Base cartográfica utilizada do GeoPará (SEIR), 2007.

## 5 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Para a construção do documento foram necessárias ações específicas, por meio de pesquisas, entrevistas, visitas técnicas e reuniões, que permitiram uma análise baseada na investigação qualitativa e quantitativa, realizada pela Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, consultoria contratada para a elaboração do PDITS.

A metodologia desenvolvida para a elaboração do PDITS do Pólo Marajó, aqui entendida como o conjunto dos fundamentos teóricos, das técnicas e dos métodos empregados no desenvolvimento das atividades listadas nos próximos itens, considerou os seguintes princípios:

- Desenvolvimento ambientalmente sustentável: atendimento aos turistas e benefícios aos residentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, mediante a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais e culturais; provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis; prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico;

- Planejamento participativo: participação dos representantes do setor público e privado que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais;
- Planejamento estratégico: definição de produtos e mercados para concentração de esforços, identificando-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças e analisando-se as medidas necessárias para a correção de rumo e a busca por maior competitividade;
- Planejamento integrado: definição das ações necessárias para melhorar a competitividade da área como destino turístico e assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado, em cada plano, independentemente dos responsáveis pela execução dessas ações e das fontes de financiamento.

A abordagem para a pesquisa e a análise de dados baseados nos princípios anteriormente descritos e utilizou os diferentes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa documental: o exame de materiais de natureza diversa foram examinados e reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares. A pesquisa documental contemplou o acesso a materiais, relatórios, programas e planos de governo, documentos de circulação interna, manuais, editais etc.
- Pesquisa de campo: através de questionário semi-estruturado - os questionários foram instrumentos de coleta de dados uniformes aplicados nos grupo alvo da pesquisa, em trabalhadores do turismo, empresários e gestores de ONGs, e suas entidades associativas nos seis municípios do estado, tiveram objetivos específicos e foram foco de intensa discussão com a equipe da UCP/ membros dos conselhos, antes de sua aplicação, de forma a garantir a eficácia dos trabalhos de campo e foram testados em um município-piloto, antes de serem aplicados em larga escala nos demais municípios.
- Grupos focais: procedimento de pesquisa que entrevistou empresários ligados diretamente à atividade turística, profissionais que atuam nas empresas, grupos de provedores de capacitação, grupos de ONG's, grupos de empresas e trabalhadores autônomos que atuam em atividades de apoio ao turismo, dentre outros. A escolha dos entrevistados considerou a função ocupada e o acesso às informações demandadas pela pesquisa.
- Eventos de participação de interessados: oficinas, seminários, campanhas de sensibilização, dinâmicas de grupo estruturadas com representantes dos demandantes de capacitação foram as principais fontes de informação, devido ao elevado contingente da população-alvo para abordagem individual.
- Reuniões de trabalho: com a contratante e com representantes dos conselhos, de órgãos e entidades também foram utilizadas como procedimento de levantamento de dados.
- Viagens e expedições: visitas técnicas locais aos municípios para identificar variáveis que precisavam ser mensuradas *in loco*.

Foram realizados cinco eventos amplamente divulgados, com o objetivo de anunciar os resultados dos trabalhos, discutirem as propostas e receber sugestões dos participantes, preferencialmente nos seguintes momentos: (01) Sensibilização para execução do PDITS, (02 e 03) Planejamento Estratégico Participativo na Elaboração da Matriz SWOT, (04)

Apresentação e Validação do Diagnóstico da Área Turística e (05) Apresentação e Validação do Plano de Ação.

Todos esses procedimentos tiveram como objetivo o levantamento de dados atualizados, sistematizados em um banco de dados, para a adequada elaboração dos documentos e para subsidiar novos estudos. As atas das reuniões e a lista dos participantes de todas as reuniões realizadas encontram-se arquivadas na Paratur na UCP.

As **etapas** para elaboração do PDITS foram divididas em quatro partes, a saber:

**Parte I** – Atividades Introdutórias: Elaboração do Plano de Trabalho

**Parte II** – Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas, Diagnóstico da Área Turística: Caracterização Geral, Infraestrutura e serviços urbanos, Dinâmica socioeconômica, Aspectos sócio-ambientais, Análise da Oferta Turística, Atrativos e Produtos Naturais, Atrativos e Produtos Histórico-Culturais, Outros Atrativos e Produtos Turísticos, Alojamento Hoteleiro, Alojamentos Extra-Hoteleiros, Equipamentos de Alimentação, Agências de Viagem de Receptivo e Operadoras de “Tours”, Locadoras de Veículos e Serviços de Transporte Turístico, Equipamentos para Venda de Artesanato, Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos, Animação e Entretenimento, Informação Turística, Investimentos Futuros do Setor Privado, Capacitação da População para o Turismo, Gestão do Turismo e Aspectos Correlatos, Organização para a Gestão e Processo Participativo, Gestão Pública do Turismo, Políticas Públicas e Instrumentos de Planejamento, Marco Legal e Fiscal, Demanda Turística Atual, Perfil do Turista, Gastos Turísticos, Concorrência, Promoção e Comercialização, Atores Responsáveis, Planejamento de Ações, Canais Comerciais e Instrumentos para a Promoção, Empresas de Recepção e Cadeia de Comercialização, Tipologia de ações e materiais promocionais, Financiamento da Ação de Promoção, Demanda Turística Potencial.

**Parte III** - Estratégias de Desenvolvimento Turístico: Estruturação da Matriz SWOT, Detalhamento das Estratégias Turísticas, Conceituação do Destino, Proposta de Desenvolvimento Turístico Sustentável, Estratégias de Marketing, Estratégia de Produtos / Mercados, Mercados Geográficos, Canais Comerciais, Estratégias para a Melhoria da Competitividade, Projeção da Evolução.

**Parte IV** – Plano de Ação: Visão Geral e Ações Previstas, Dimensionamento do Investimento Total, Seleção e Priorização das Ações, Descrição das Ações, Avaliação dos Impactos Sócio-ambientais, Acompanhamento da Implementação do PDITS.

Primeiramente, foi elaborado o Diagnóstico da Área de Planejamento e das Atividades Turísticas. Este Diagnóstico apresenta as potencialidades e as fragilidades e foi apresentado em reuniões para as comunidades, instituições públicas e privadas, prefeituras, ONG's e entidades sociais, etc., tendo em vista informar estes segmentos, corrigir e/ou consolidar as informações, ao mesmo tempo registrar expectativas e anseios de como vêem o turismo. Estes registros alimentaram as estratégias.

Após a realização das reuniões focais para apresentação do Diagnóstico e com base nos registros (expectativas, anseios e visão do turismo) foram elaboradas as Estratégias. Estas Estratégias, novamente, foram apresentadas aos diversos segmentos sociais em reuniões focais. Nestas oportunidades, foram ouvidos os diversos segmentos, numa tentativa de se evoluir, a partir das Estratégias, para ações que alimentaram a elaboração do Plano de Ação.

A partir das estratégias consolidadas é que se trabalhou o Quadro Prospectivo e o Plano de Ação. Após a elaboração do Plano, apresentou-se aos segmentos sociais, concluindo com uma primeira priorização de ações.

Finalmente, foi consolidado o Plano de Ação. O processo de validação do Plano incluiu reuniões dos Conselhos de Turismo do Pólo programadas especificamente para discutir os PDITS.

As audiências e reuniões com grupos específicos foram registradas em atas completas, contendo os nomes e origem dos participantes, o registro das intervenções, questões e recomendações levantadas, respostas apresentadas durante a reunião, e compromissos de como resolver os pontos ou problemas levantados. À medida que os trabalhos foram sendo realizados e validados pela comunidade, foi feita agenda da Empresa executora com a UCP para aprovação de cada Produto.

### **6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

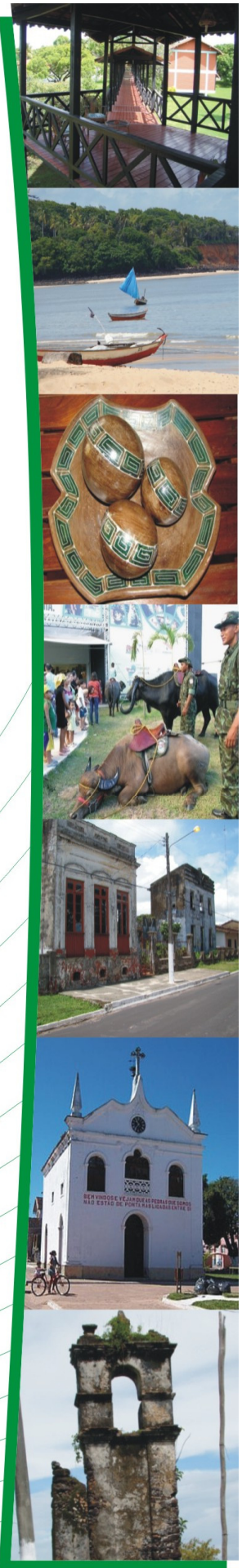
A empresa de consultoria contratada realizou levantamento do potencial turístico e sua análise qualitativa e quantitativa, com visão multidisciplinar de planejamento estratégico, a partir de levantamento de dados primários e secundários. O conhecimento da situação atual constituiu-se de: Levantamento de informações a partir da seleção de informações básicas já documentadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais; Revisão de arquivos, projetos e documentos técnicos, dentre outros; Seleção de informações a partir do reconhecimento da área por meio de visitação para identificação de recursos e atrativos naturais, culturais e artificiais.

A equipe da empresa contratada trabalhou sob a responsabilidade e acompanhamento da Unidade Coordenadora de Projetos – UCP. Sendo também responsável pela articulação entre os atores direta e indiretamente relacionados ao turismo (as municipalidades envolvidas, o setor empresarial turístico e a sociedade civil) que entraram em consenso para o estabelecimento de objetivos e assumiram o compromisso para a elaboração do PDITS.

O PDITS foi discutido e validado pela Companhia Paraense de Turismo - Paratur, pelo Conselho de Turismo do Estado do Pará e, após isto, foi enviado ao Ministério do Turismo para sua aprovação. Após aprovação, o PDITS foi enviado ao Ministério do Turismo e ao BID para as devidas considerações.

As audiências e reuniões com os grupos específicos foram registradas em Atas contendo os nomes e a origem dos participantes, o registro das intervenções, questões e recomendações levantadas, soluções apresentadas durante a reunião e compromissos de como dirimir os pontos ou problemas levantados. À medida que os trabalhos foram sendo realizados e validados pela comunidade, foram feitas agendas da Empresa Executora com a UCP para aprovação de cada Produto.

## Diagnóstico das Áreas e das Atividades Turísticas



## PARTE II – DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

### 1 DIAGNÓSTICO DA ÁREA TURÍSTICA

#### 1.1 Caracterização Geral

Este capítulo aborda as características básicas da área do Pólo Marajó em relação aos aspectos que influenciam o desenvolvimento turístico da região, contemplando a situação geográfica, a rede viária de acesso aos principais atrativos, descrição e mapeamento da área do Pólo. Mostra a infraestrutura e serviços urbanos e a análise da evolução dos processos de urbanização e migração bem como a dinâmica socioeconômica e a socioambiental. O Pólo Marajó é composto pelos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.

#### a) Situação Geográfica

##### a.1) Soure

O município compreende uma área de 3.513 km<sup>2</sup>, distando 87 km da cidade de Belém, capital do Estado do Pará em linha reta, pertencendo à mesorregião do Marajó e à microrregião do Arari. A sede municipal, tem as seguintes coordenadas geográficas, 00°43'48" de latitude Sul e 48°30'24" de longitude Oeste de Greenwich e limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, a Leste com a Baía do Marajó, ao Sul com Salvaterra e ao Oeste com Cachoeira do Arari e Chaves. (INVENTÁRIO TURÍSTICO. SOURE, 2007).

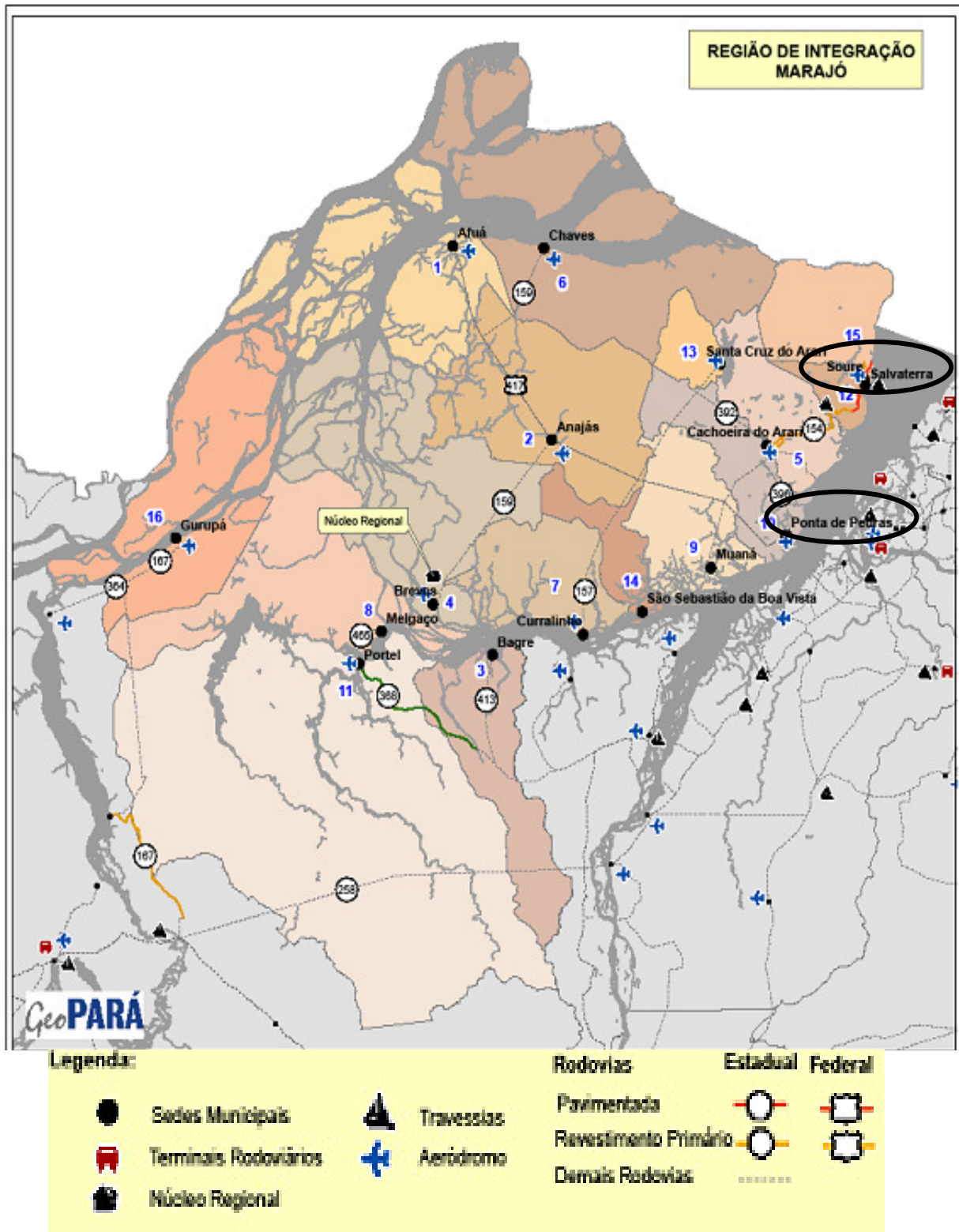
##### a.2) Salvaterra

O município compreende uma área de 1.044 km<sup>2</sup>, distando 74 km da cidade de Belém, capital do Estado do Pará em linha reta, pertencendo à mesorregião do Marajó e à microrregião do Arari. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00° 45' 21" de latitude Sul e 48° 45' 54" de longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao Norte com o Município de Soure, a Leste com a Baía do Marajó, ao Sul com a Baía do Marajó e Município de Cachoeira do Arari e a Oeste com o Município do Arari. (INVENTÁRIO TURÍSTICO. SALVATERRA, 2007).

##### a.3) Ponta de Pedras

O município compreende uma área de 3.365 km<sup>2</sup>, distando 44 km da cidade de Belém, capital do Estado do Pará em linha reta e possui 10m de altitude em sua sede, pertencendo à Mesorregião do Marajó e à Microrregião do Arari. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01°23'42" de latitude Sul e 48° 52'16" de longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao Norte com Santa Cruz do Arari e Cachoeira do Arari, ao Sul com o Rio Pará e Muaná, a Leste com a Baía do Marajó e ao Oeste com Anajás e Muaná. (INVENTÁRIO TURÍSTICO. PONTA DE PEDRAS, 2002).

Para uma melhor visualização, o Mapa 4, do ANEXO C, mostra a localização dos municípios que compõem o Pólo Marajó: Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras na Região de integração Marajó indicando as sedes municipais, terminais rodoviários, travessias, rodovias e aeródromo dos municípios.



**Mapa 4** – Mapa da Localização dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.  
 Fonte: SEIR/GeoPará, 2009.

## b) Rede Viária de Acesso à Região e aos Principais Atrativos

O acesso é um componente de grande relevância para o setor turístico, uma vez que ele influencia na escolha de um viajante para um destino turístico, considerando que dificuldades no acesso, preços elevados e desconforto na viagem são fatores negativos que podem mudar a decisão do turista sobre seu destino. Neste item são avaliadas as estruturas rodoviárias, aeroviárias e hidroviárias do Pólo Belém, identificando as principais deficiências detectadas e sua vinculação com o turismo na área.

### b.1) Acesso Fluvial

Vindo de Belém, o **acesso à região** e aos principais atrativos é feito por via fluvial e aérea. Por **via fluvial** o acesso aos Municípios de **Soure e Salvaterra** é feito por empresas de navegação, em barcos ou *ferry boat*, através da Baía do Guajará, no Terminal Hidroviário na região portuária da cidade de Belém e em Icoaraci, a 20 km do centro, como mostra a Figura 3. A duração média da viagem é de aproximadamente 3 horas, dependendo da maré, até o Porto de Camará em Salvaterra. Do porto para a sede do município, o acesso é feito por via terrestre, em estrada de excelente pavimentação e boa sinalização, o percurso é de aproximadamente 27 km, com duração média de 25 minutos.



**Figura 3** – Balsa que faz a Travessia Icoaraci/Porto Camará  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Da cidade de Salvaterra para a cidade de Soure o acesso pode ser feito por via fluvial e aérea. Se a escolha for por via fluvial, faz-se a travessia do rio Paracauari, através de balsa ou de rabeta com horários pré-determinados. De balsa, a travessia dura por volta de 10 minutos; de rabeta, a travessia é bem mais rápida durando em torno de 5 minutos, e está disponível durante 24 horas. A necessidade de interligação entre os municípios de Soure e Salvaterra, através de uma ponte sobre o Rio Paracauari, facilitaria o acesso aos principais atrativos turísticos da região.

O acesso a **Ponta de Pedras** é feito somente por **via fluvial e aérea**. Por via fluvial parte da Cidade de Belém, com duração de 3 horas. A travessia é feita de forma adequada em embarcação climatizada, com segurança e conforto. Importante lembrar que em pesquisa de campo foi detectado que não existe travessia de balsa para transporte de veículos.

O transporte fluvial para os Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras é realizado a preços acessíveis à população de baixa de renda, porém é necessário investir em melhorias e construção de novos terminais fluviais para atender a demanda da população local e dos visitantes.

### b.2) Acesso Rodoviário

A Rodovia Estadual PA-154 – Transmarajoara, na Ilha do Marajó, liga o Porto de Camará até a travessia para a cidade de Soure, este percurso é de 31 km, com pavimentação em condições que não atendem as especificações técnicas de pavimentação, necessitando de recuperação, tem boa sinalização indicando os atrativos turísticos da região, no entanto em relação aos indicadores de tráfego não são identificados dados sistematizados na região. O trecho da PA – 154, que faz a ligação do Porto da Balsa em Soure até a Praia do Pesqueiro, praia de grande atrativo turístico do município, também necessita de revitalização. (SETRAN, 2009).

### b.3) Acesso Aéreo

Por **via aérea**, o tráfego é feito em pequenos aviões fretados, a pista de pouso tem cerca de 1.100 m, foi ampliada para permitir pouso de aeronaves de médio porte. A viagem da cidade de Belém tem duração de 20 minutos. (PARATUR, 2008).

Ponta de Pedras é o município da ilha mais próximo da capital do estado. O acesso por **via aérea** tem duração de 15 minutos, e é possível por meio de vôos fretados. Analisando a pista de pouso, percebe-se que a mesma encontra-se em condições de degradação, necessitando de um novo asfaltamento e sinalização.

As pistas de pouso dos municípios do Pólo não apresentam condições adequadas de infraestrutura para receber um grande fluxo de turistas.

O Município de Ponta de Pedras não está interligado com os outros municípios que compõem o Pólo Marajó. O visitante que está em Soure ou Salvaterra terá que retornar a Belém para ter acesso ao Município de Ponta de Pedras. Esta realidade aponta para uma fragilidade em relação ao turismo no Pólo, dificultando ações que beneficiem os três municípios como um todo. De acordo com dados fornecidos pela SETRAN, existe projeto de recuperação da Rodovia Estadual PA – 396, que liga Ponta de Pedras à Cachoeira do Arari, município limítrofe, entre Ponta de Pedras e Salvaterra, contemplando a pavimentação e a contenção de áreas com processo erosivo em vários trechos da Rodovia. A implementação deste projeto será de grande importância para o Pólo, facilitando o acesso entre os três municípios que o compõe. (SETRAN, 2009).

Percebe-se que, mesmo com a existência de muitos rios navegáveis que atendem ao deslocamento da população e dos turistas na região, as condições do transporte hidroviário fogem aos padrões de segurança. Foi constatada em pesquisa de campo, que a frota do transporte fluvial é antiga e não existe segurança nos terminais portuários de atracação. Os serviços nas estações de passageiros não são adequados, comprometendo a segurança da comunidade e dos visitantes. Nos terminais de embarque e desembarque de passageiros não existe um controle de entrada dos turistas e os moradores sentem falta da comercialização das passagens por via *on line*.

O Pólo Marajó possui uma grande potencialidade turística em face da diversificação de atrativos relacionados ao **Ecoturismo e ao turismo rural e cultural**. Destaca-se também o **turismo de sol e praia** em virtude das belas praias de água doce da região. Todavia, o turismo no Pólo somente será consolidado com a resolução de um dos principais problemas que é a infraestrutura de transporte.

As Figuras 4 e 5 mostram a travessia da balsa entre os Municípios de Salvaterra/Soure e a cabine de vendas de passagens fluviais.



**Figura 4** – Travessia da Balsa entre Salvaterra/Soure

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta,



**Figura 5** – Cabine de Vendas de Passagens Fluviais

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

### Condições de Acesso aos Atrativos Turísticos

A avaliação dos principais atrativos turísticos de Soure em relação as **condições de acesso**, levou-se em consideração os aspectos no que diz respeito a pavimentação quando se trata de acesso terrestre; e com relação a travessia dos rios e das embarcações no que tange ao acesso fluvial, contempla também as condições adversas e problemas socioambientais associados aos atrativos turísticos do tipo: invasão de faixas de domínio, deficiência de drenagem e pontos de erosão

#### Soure

O Quadro 1 aponta as condições de acesso aos Atrativos Turísticos Naturais de Soure

Atrativos Turísticos	Acesso	Avaliação das Condições de Acesso	Condições Adversas e Problemas Socioambientais Associados
Praia do Araruna	Via terrestre	Rodoviário não pavimentado	Apresenta pontos de erosão.
Praia da Barra Velha	Via terrestre	Rodoviário não pavimentado	Apresenta pontos de erosão.
Praia do Pesqueiro	Via terrestre	Rodoviário pavimentado	Apresenta pontos de erosão.
Praia do Mata – Fome (Garrote)	Via terrestre	Rodoviário não pavimentado	Apresenta pontos de erosão.
Enseada do Tombo do Jutai	Via terrestre	Rodoviário, parte pavimentada e outra não pavimentada,	Apresenta pontos de erosão.
Igarapé do Café	Via terrestre	Estrada carroçal	Apresenta pontos de erosão.
Região dos Campos	Via terrestre	Rodoviária não pavimentada acesso aéreo.	Apresenta pontos de erosão.
Rio Paracauari	Via terrestre	Estrada pavimentada	Poluição das águas causada por resíduos lançados pelo Matadouro municipal e dejetos de esgoto.
Fazenda de Búfalos: Bom Jesus	Via terrestre	Rodovia não pavimentada	Apresenta pontos de erosão.

**Quadro 1** – Soure - Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso.

Fonte: Paratur. Inventário Turístico, 2009.

As Figuras 6 e 7 mostram a Praia do Pesqueiro, no Município de Soure.



**Figuras 6 e 7** – Praia do Pesqueiro.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

No centro de Soure estão localizados os atrativos histórico-culturais: Igreja Matriz do Menino de Deus, Mercado Municipal, Igreja da Santa Rita, Capela de São José, Igreja de São Sebastião, Obelisco, Praça da Independência, Cruzeiro, Espaço Cultural Cortume do Senhor Penante, Sociedade Marajoara das Artes e a Casa do Bar. São de fácil acesso, porém em relação a sinalização turística constata-se que é escassa, dificultando a localização do atrativo pelo visitante.

A avaliação dos principais atrativos turísticos de Salvaterra em relação as **condições de acesso**, levou-se em consideração os aspectos no que diz respeito a pavimentação quando se trata de acesso terrestre; e com relação a travessia dos rios e das embarcações no que tange ao acesso fluvial, contempla também as condições adversas e problemas socioambientais associados aos atrativos turísticos do tipo: invasão de faixas de domínio, deficiência de drenagem e pontos de erosão.

## Salvaterra

O Quadro 2 aponta as condições de acesso aos Atrativos Turísticos Naturais de Salvaterra

Atrativos Turísticos	Tipos de Acesso	Avaliação das Condições de Acesso	Condições Adversas e Problemas Socioambientais Associados
Praia Grande de Salvaterra	Via terrestre	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão.	Apresenta pontos de erosão ao longo da orla.
Praia dos pescadores	Via terrestre	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão.	Invasão de faixa de domínio.
Praia Grande de Joanes	Via terrestre	Acesso através de rodovia toda pavimentada	Apresenta pontos de erosão.
Ilha do Farol	Via terrestre	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão.	Acesso somente no período de baixa-maré. O caminho é rochoso e bastante acidentado, o que propicia a atuação de atividades voltadas à aventura ou através de embarcações que poderão ser fretadas no porto de Salvaterra.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Fazendas de Búfalos: Paraíso, Carmo Camará, Renascença, Ilha Nova, Lajes e Santa Rita	Via terrestre	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão.	Deficiência de drenagem Áreas que se tornam alagadas durante o período de cheia, ficando, em alguns casos, inacessíveis, somente o búfalo e o cavalo marajoara conseguindo transitar.
Furos e Igarapés	Via Fluvial	Navegáveis apenas por embarcações de pequeno porte na maré alta, possuindo curvas sinuosas e estreitas, margeadas por raízes de mangue.	Invasão de faixa de domínio.
Ruínas de Joanes	Via terrestre	Acesso através de rodovia toda pavimentada.	Vem sendo sistematicamente destruída. O sítio arqueológico de Joanes é caracterizado pela presença de ruínas de uma missão religiosa do século XVII e se encontra abandonada e foi construída uma praça em cima do sítio. O fato é considerado um crime contra o patrimônio arqueológico.

**Quadro 2** – Salvaterra - Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso.

Fonte: Paratur. Inventário Turístico, 2009.

A Figura 8 mostra a Praia Grande de Joanes no Município de Salvaterra.



**Figura 8** – Praia Grande de Joanes.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

No centro de Salvaterra estão localizados os atrativos histórico-culturais: Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Cais de Arrimo, Obelisco, Salão Paroquial e Biblioteca Municipal, são de fácil acesso, porém em relação a sinalização turística constatou-se que não existem elementos de identificação, dificultando a localização do atrativo ao turista.

A avaliação dos principais atrativos turísticos de Ponta de Pedras em relação as **condições de acesso**, levou-se em consideração os aspectos no que diz respeito a pavimentação

quando se trata de acesso terrestre; e com relação a travessia dos rios e das embarcações no que tange ao acesso fluvial, contempla também as condições adversas e problemas socioambientais associados aos atrativos turísticos do tipo: invasão de faixas de domínio, deficiência de drenagem e pontos de erosão.

### Ponta de Pedras

O Quadro 3 aponta as **condições de acesso** aos Atrativos Turísticos Naturais de Ponta de Pedras

Atrativos Turísticos	Tipo de Acesso	Avaliação das Condições de Acesso	Condições Adversas e Problemas Socioambientais Associados
Praia da Mangabeira	Acesso por estrada pavimentada	Acesso através de rodovia toda pavimentada	Apresenta pontos de erosão.
Vila Monsarás	Acesso por estrada não pavimentada	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão	Apresenta pontos de erosão.
Vila Água Boa	Acesso por estrada não pavimentada	Rodovia não pavimentada com pontos de erosão	Apresenta pontos de erosão.
Ilha do Coati	via fluvial	O trajeto é navegável através de um caminho aberto na mata	Navegável e a mata não compromete o acesso.
Ilha de Sant'Ana	via fluvial	O trajeto é navegável através de um caminho aberto na mata	Caminho sinuoso, a mata dificulta o acesso.

**Quadro 3** – Ponta de Pedras – Atrativos Turísticos e Avaliação das Condições de Acesso.

Fonte: Paratur. Inventário Turístico, 2009.

O roteiro turístico “Amazônia Quilombola”, em Ponta de Pedras, proporciona ao turista contato com as comunidades remanescentes de escravos: Santana do Arari e Tartarugueiro, a partir de visitas programadas. A via de acesso às vilas é feito por barco e depende da influência da maré. Os barcos são desconfortáveis, de pouca segurança, sem equipamentos adequados e os trapiches encontram-se deteriorados. Não existe sinalização turística no município.

### c) Descrição e Mapeamento da Área

A descrição e o mapeamento da área levaram em consideração a divisão político-administrativa, sua rede viária interna, suas extensões rurais, núcleos urbanos, áreas de expansão urbana, atrativos e áreas de uso turístico, atual e potencial, bem como as áreas de preservação permanente. O Anexo I mostra o Mapa das Unidades de Conservação do Estado do Pará.

#### c.1) Soure

O Plano Diretor do Município de Soure indica que a área urbana se divide em oito bairros: Tucumanduba, Centro, Pacoval, São Pedro, Matinha, Bairro Novo, Macacheira, Umirizal, e suas ruas possuem um traçado delineado e planejado, como pode ser visualizado na Figura 9. A área rural, além das áreas das fazendas, se divide nas vilas de: Pesqueiro, Caju Una e Vila do Céu. As áreas de expansão urbana são identificadas ao longo de todo o eixo noroeste do município.



**Figura 9** – Planta Urbana do Município de Soure.  
Fonte: Plano Diretor de Soure, 2008.

Apresenta uma **área de preservação permanente**, classificada como uma **Reserva Extrativista Marinha de Soure – RESEX**, localizada na Ilha do Marajó, no Estado do Pará, a 87 quilômetros, num percurso de quatro horas de barco da capital, Belém. Foi criada pelo Governo Federal em 2001, com o objetivo de conciliar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais da área com a proteção da cultura da comunidade e da economia local de subsistência. Esta é a primeira reserva extrativista marinha do Pará e em sua área predominam os ecossistemas de manguezais. A coleta do caranguejo e a pesca são as atividades econômicas mais fortes das comunidades locais.

A Figura 10 mostra a RESEX de Soure com aproximadamente, 27,4 mil hectares, divididos em duas grandes áreas denominadas: Manguezal de Soure e do Rio Saco. Os limites dessas áreas se formam pelo Oceano Atlântico, na costa nordeste da Ilha do Marajó; pela ponta oeste da Ilha das Malvinas, e por linhas de mangues, estuários e áreas ligadas à Ponta de Soure, aos rios Saco, Paracauari, Pesqueiro, Caju - Una, Tarumã, Cambú, Rego do Mirinduba e igarapés de Malvinas, Cabana e Bom Jardim.



**Figura 10** – Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Fonte: Imagens Google, 2008.

### c.2) Salvaterra

O Plano Diretor de 2006 aponta que a sede do município possui sete bairros: Centro, Caju, Marabá, Tartarugão, Tapera Campina, Rodovia e Bandeira e a zona rural possui 53 localidades distribuídas em quatro distritos: Jubim, Joanes, Condeixa e Monsarás. O Quadro 4 mostra a distância desses distritos em relação à sede.

Distritos	Distância
Vila de Jubim	6 km
Vila de Joanes	15,9 km
Vila de Condeixa	20 km
Vila de Monsarás	24 km

**Quadro 4** – Distância dos Distritos Rurais de Salvaterra em relação à Sede.

Fonte: Plano Diretor de Salvaterra, 2006.

Na sede do município encontra-se uma infraestrutura já constituída, com pavimentação, abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e edificações de médio padrão. Afastando-se da sede as vias de acesso não são pavimentadas, principalmente nos bairros formados por invasões, como o bairro Paes de Carvalho e na área denominada terreno do “americano”. Esses locais ficam alagados no período de chuva.

Apresenta uma **área de conservação** que é a **Reserva Ecológica Mata do Bacurizal**, com 235 ha, que inclui a área denominada Lago Caraparú, na sede municipal e que está

regulamentada pela lei municipal nº 109 de 19/06/ 1987. Localizada a apenas 2 km do centro de Salvaterra, tem acesso pela PA - 154, por um ramal de piçarra à esquerda, ou pela Praia Grande. Possui um grande número de exemplares da fauna e da flora regional, entre eles, o bacurizeiro. As trilhas existentes no local são utilizadas pelos adeptos das caminhadas matinais e observadores da natureza.

### **c.3) Ponta de Pedras**

Ponta de Pedras, até a década de 50, compunha-se de dois distritos: Ponta de Pedras e Santa Cruz, mas atualmente, de acordo com o Plano Diretor é formado apenas pelo distrito-sede, que por sua vez se divide em: Macrozona Urbana; Macrozona Rural e a Macrozona de Proteção Integral.

Apresenta uma infraestrutura já estabelecida na sede do município em relação ao abastecimento de água e coleta de lixo, mas uma carência muito grande dessa infraestrutura na zona rural onde se concentra a maior parte da população. Os Anexos D e E mostram, respectivamente, o Mapa do Município de Ponta de Pedras e o Mapa do Macrozoneamento Urbano do município, apresentando a Zona Urbana Central, a zona urbana de Expansão e a Zona Urbana de Uso Controlado.

A divisão político-administrativa estabelecida no Plano Diretor dos Municípios do Pólo Marajó favorece, normatiza e estimula o desenvolvimento e o planejamento das atividades turística. O processo de planejamento e gestão deve orientar e disciplinar, através das políticas públicas e se constituir em um instrumento que pode contribuir para a aceleração do desenvolvimento do turismo em todo o Pólo.

No Município de Ponta de Pedras não existe área de preservação permanente até o momento.

## **1.2 Infraestrutura e Serviços Urbanos**

A situação da infraestrutura e serviços urbanos no Pólo Marajó serão avaliados levando em consideração a evolução dos processos de urbanização e migração e as características da região em termos qualitativos e quantitativos dos componentes que formam os serviços básicos, através dos sistemas: de abastecimento de água; de esgotamento sanitário; limpeza urbana; rede de drenagem pluvial; transporte urbano; comunicação; iluminação pública; saúde e segurança pública. A existência de condições mínimas desta infraestrutura é essencial para o desenvolvimento do turismo com bases nos princípios da sustentabilidade.

### **1.2.1 Análise da Evolução dos Processos de Urbanização e Migração**

Na análise da evolução dos processos de **urbanização e migração**, enquanto a média nacional é de 75,5%, a Região Norte tem a mais baixa taxa do país com 57,8%. Ressaltando que a região concentra a maior população indígena do país e a maior parte da população de crianças com menos de 14 anos, em contra partida apresenta um baixo índice de idosos, correspondendo à metade da média nacional de envelhecimento humano.

O Rio Amazonas, possui 7.100 km de extensão, no seu eixo, convergem mais de 7 mil afluentes, que formam as vias de transporte e comunicação, trazendo para suas margens, a maior densidade demográfica. Em relação à ocupação humana no Arquipélago do Marajó, acreditava-se que só existia a chamada Fase Marajoara, porém, em descobertas recentes de sítios arqueológicos, tomou-se conhecimento de outros tipos de ocupações, até a chegada dos europeus no Século XVI. (FORUM DA AMAZONIA ORIENTAL, 2008).

A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária, nas áreas de campos naturais da Ilha do Marajó e do extrativismo, nas áreas de floresta. As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se do trabalho de escravos negros, indígenas e mestiços livres. A resistência à escravidão mediante fugas deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago. (PLANO MARAJÓ, 2007).

A economia marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade de subsistência da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha. Tais povoados, raramente, contavam com mais de 200 habitantes que se dispersavam durante a safra da borracha. (BRASIL, 1999).

Os latifúndios, surgidos na Ilha do Marajó, passaram por herança aos proprietários atuais. A partir da década de 1970, outro sistema pecuário foi implantado na Amazônia, também com base no latifúndio, mas com pastagem cultivada em áreas desmatadas. (LIMA, 2001).

Nos anos 90, tentou-se ensaiar uma política governamental baseada na “vocação econômica natural” na perspectiva de incluir a Ilha do Marajó como zona de turismo ecológico, agropecuária (pastagens artificiais, introdução de novas tecnologias, melhor aproveitamento da pastagem nativa) e redefinir o papel do setor extrativista (manejo florestal e atividades agro-florestais). Pensou-se que a transformação da estrutura econômica do Marajó possibilitaria integrá-la as demais mesorregiões do Estado do Pará no chamado sistema de cadeias produtivas. (HERRERA, 1994).

Para se compreender os diversos elementos que compõem a realidade da evolução do processo de urbanização e migração da região do Marajó, percebe-se que a realidade é agravada com o aumento da situação de pobreza da população da ilha. Os habitantes passaram a ocupar áreas de forma irregular, surgindo ao longo da ilha muitas zonas de favelização. Atualmente a situação vem se agravando e as fazendas estão sendo invadidas em grande escala, comprometendo a segurança de toda a população e dos visitantes. (SOUZA, 2007).

O Município de Soure possui alta taxa de urbanização, com cerca de 86,70%; já Salvaterra e Ponta de Pedras possuem taxas médias de urbanização, com respectivamente 57,22% e 46,22%. Nestes últimos municípios quase metade da população vive na zona rural, onde há uma grande deficiência de infraestrutura em relação ao abastecimento de água, esgoto, energia, saúde e educação, em um alto grau de pobreza. Em função de sua relativa proximidade, a maior parte da população migrante marajoara se direciona para Belém e sua área metropolitana, estimando-se em mais de 200 mil o contingente marajoara residente em Belém e cidades vizinhas.

A Tabela 1 mostra a população total em 2007, a população urbana e rural, e a população masculina e feminina para cada um dos municípios.

**Tabela 1** – Pólo Marajó – Distribuição da População Urbana e Rural por Gênero

Municípios	População								
	Total	Urbana	%	Rural	%	Masculina	%	Feminina	%
Soure	22.063	19.128	86,70	2.935	13,30	11.062	50,14	11.001	49,86
Salvaterra	17.867	10.224	57,22	7.643	42,78	9.214	51,57	8.653	48,43
Ponta de Pedras	20.562	9.504	46,22	11.058	53,78	10.657	51,83	9.905	48,17

Fonte: SEPOF. Mapa Social dos Municípios Paraenses, 2007.

## 1.2.2 Caracterização Qualitativa e Quantitativa dos Componentes da Infraestrutura

### a) Sistema de Abastecimento de Água

#### a.1) Soure

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é responsável pelo abastecimento de água no município. O sistema funciona com um total de 56 poços e o tratamento da água é feito com pastilhas de clorogemas de baixo teor. A capacidade dos dois reservatórios é de 386m<sup>3</sup> e 227m<sup>3</sup> respectivamente. O sistema ainda é ineficiente, como se vê no Quadro 5 atendendo pouco mais de 50% da população, existindo deficiência no atendimento do abastecimento de água da sede do município e na área rural, principalmente nas vilas Pesqueiro, Araruna, Barra Velha, Caju Una e Vila do Céu. No verão é freqüente a falta de água, em função da chegada dos turistas, exigindo maior abastecimento de água. O Quadro 5 mostra os indicadores do sistema de abastecimento de água de Soure.

Consumidores	Quantidade	Unidade
População total do município segundo o IBGE	21.789	Habitantes
População total atendida com abastecimento de água	12.615	Habitantes
Quantidade de ligações ativas de água	2.611	Ligação
Quantidade de economias ativas de água	3.044	Economia
Extensão da rede de água	41,50	%
Índice de atendimento com abastecimento de água	57.90	L/(hab./dia)
Consumo médio per capita de água	82.36	%

**Quadro 5** – Soure – Abastecimento de Água.

Fonte: SNIS. Perfil do Município, 2006.

A Tabela 2 apresenta o número de consumidores por economia e o consumo de água entre os anos de 2004 e 2007. Percebe-se que, mesmo com o aumento do consumo de água, o número de consumidores decresceu entre os anos de 2004 e 2007, revelando que o sistema de abastecimento de água do município de Soure não evoluiu junto com o crescimento da população.

**Tabela 2** – Soure – Consumidores e Consumo de Água por Classe 2004-2007

<b>Anos/Classe</b>	<b>Consumidores (Economias)</b>	<b>Consumo (Vol. faturado em m³)</b>
2004		
Residencial	3.191	377.138
Comercial	159	15.830
Industrial	05	-
Público	98	17.490
2005		
Residencial	2.279	35.449
Comercial	76	812
Industrial	-	-
Público	98	1.837
2006		
Residencial	2.523	437.378
Comercial	73	7.251
Industrial	-	-
Público	100	19.672
2007		
Residencial	2.881	472.334
Comercial	65	7.830
Industrial	-	-
Público	98	21.244

Fonte: COSANPA/SEPOF/DIEPI/GEDE, 2008.

### **a.2) Salvaterra**

A COSANPA é a empresa responsável pelo abastecimento de água do Município de Salvaterra, cobrindo apenas o centro e parte da zona urbana. Na zona rural o serviço de água é feito através de micro sistemas de abastecimento, porém das 53 localidades existentes, apenas 13 localidades possuem serviço de abastecimento de água: Passagem Grande, Jobim, Joanes, Vila do Ceará, Boa Vista, Água Boa, Cururu, Maruacá, São Marcos, Deus Ajude, Bacabal, Condeixa e Monsarás, Caldeirão no povoado Chácara/Albino atingindo 27% da cobertura. Ressalta-se que o povoado de Chácara/Albino possui um grande potencial turístico.

A água é proveniente de poços artesianos e é tratada com cloro, possui um depósito de armazenamento de 100m<sup>3</sup>. Nas demais vilas o serviço de água é feito através de micro sistemas de abastecimento, de maneira ineficiente, abastecendo menos de 50% da população no município, principalmente, na área rural. O Quadro 6 mostra os indicadores do sistema de abastecimento de água de Salvaterra.

<b>Consumidores</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
População total do município segundo o IBGE	17.505	Habitantes
População total atendida com abastecimento de água	4.289	Habitantes
Quantidade de ligações ativas de água	1.639	Ligação
Quantidade de economias ativas de água	1.672	Economia
Extensão da rede de água	13,00	%
Índice de atendimento com abastecimento de água	24,50	L/(hab./dia)
Consumo médio per capita de água	91,32	%

**Quadro 6** – Salvaterra – Abastecimento de Água.

Fonte: SNIS. Perfil do Município, 2006.

A Tabela 3 apresenta o número de consumidores por economia e o consumo de água entre os anos de 2004 e 2007 no município de Salvaterra. Percebe-se que, mesmo com o aumento do consumo de água, o número de consumidores decresceu entre os anos de 2004 e 2007, revelando que o sistema de abastecimento de água do Município de Salvaterra não evoluiu junto com o crescimento da população.

**Tabela 3** – Salvaterra – Consumidores e Consumo de Água por Classe 2004-2007

Anos/Classe	Consumidores (Economias)	Consumo (Vol. faturado em m <sup>3</sup> )
2004		
Residencial	1.291	165.993
Comercial	60	11.795
Industrial	-	-
Público	66	12.260
2005		
Residencial	962	15.315
Comercial	31	340
Industrial	-	-
Público	56	1.129
2006		
Residencial	966	182.224
Comercial	30	3.430
Industrial	-	-
Público	54	12.746
2007		
Residencial	1.032	183.820
Comercial	28	3.460
Industrial	-	-
Público	44	12.858

Fonte: COSANPA/ SEPOF/DIEPI/GEDE, 2007.

### a.3) Ponta de Pedras

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA abastece a sede do município operando com sistema de poço artesiano com tratamento local. Nas demais vilas e zona rural, o serviço de água é feito através de micro-sistemas de abastecimento implantados pela Prefeitura e gerenciados pela própria comunidade.

O Quadro 7 mostra o abastecimento da água em Ponta de Pedras que atende a 1.672 residências ativas no município e atinge menos de 50% da população, com deficiência de atendimento na área urbana e rural. O cenário atual mostra que o sistema é ineficiente.

Consumidores	Quantidade	Unidade
População total do município segundo o IBGE	20.316	Habitantes
População total atendida com abastecimento de água	7.837	Habitantes
Quantidade de ligações ativas de água	1.639	Ligação
Quantidade de economias ativas de água	1.672	Economia
Extensão da rede de água	10,00	%
Índice de atendimento com abastecimento de água	38,58	L/(hab./dia)
Consumo médio per capita de água	61,31	%

**Quadro 7** – Ponta de Pedras – Abastecimento de Água.

Fonte: SNIS. Perfil do Município, 2006.

A água que abastece a população da ilha do Marajó é retirada, na maioria das vezes, do próprio rio, mas apenas uma parcela da população faz algum tratamento dela. É necessário ressaltar que o rio não fornece a água, somente para as necessidades básicas como cozinhar, lavar roupas e tomar banho como área de lazer, mas também como depósito de dejetos fecais, trazendo conseqüências danosas à saúde da população.

**Conclusão:** A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é responsável pelo abastecimento de água nos Municípios de Soure e Salvaterra. Em Soure o sistema de abastecimento de água ainda é incipiente atendendo apenas 50% da população. No verão com o aumento do número de turistas é freqüente a falta de água tanto na zona urbana como na zona rural. No Município de Salvaterra a situação não é diferente da do Município de Soure, das 54 localidades existentes no município, apenas 13 possuem o serviço de abastecimento de água. A água que abastece as residências é proveniente de poços artesianos. No Município de Ponta de Pedras a situação é mais alarmante ainda e a população sofre com a falta de água, pois menos de 50% das residências são contempladas com um sistema de poços artesianos com tratamento local. Estes dados apontam para uma realidade preocupante que pode provocar o desenvolvimento do turismo no Pólo.

### b) Sistema de Esgotamento Sanitário

O Quadro 8 aponta dados sobre o percentual relacionado ao sistema de esgotamento sanitário dos municípios do Pólo, comprovando a realidade de precariedade da população que habita essas localidades, que em sua maior parte, para destinação dos dejetos, utiliza fossas sépticas e outros pontos de lançamento dos dejetos como rios e lagos.

Municípios	Rede geral esgoto (%)	Fossa séptica (%)	Outros escoadouros (*)
Soure	1,03	36,11	62,86
Salvaterra	0,37	35,06	64,57
Ponta de Pedras	7,38	8,55	84,07

**Quadro 8** – Pólo Marajó – Distribuição do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Fonte: IBGE (2006) - Elaboração: SEPOF / DIEPI / GEDE.

Nota: (\*) fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outros.

Em Soure na Praia do Pesqueiro, na Vila do Céu, Barra Velha e Araruna, que são consideradas um grande potencial de atrativos turísticos não possui sistema de esgotamento sanitário. Em Salvaterra na Praia de Água Boa, Praia Grande, Joanes e Jubim e no Porto da travessia da Balsa em Salvaterra também não se alcançam esgotamento sanitário, bem como nas Praias da Mangabeira e Praia Grande no Município de Ponta de Pedras. É comum a existência de canaletas na zona urbana, onde o esgoto sanitário corre a céu aberto como mostra a Figura 11 comprometendo a saúde da população em todo os três municípios.



**Figura 11** – Canaleta a céu aberto no Município de Soure.  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Conclusão:** Em relação ao sistema de esgotamento sanitário todos os Municípios do Pólo Marajó são comprometidos devido à ausência de rede de esgoto nas residências. No Município de Soure apenas 1,03% possuem sistema de esgoto, no Município de Salvaterra 0,37% e em Ponta de Pedra 7,38%. Esta realidade compromete a saúde das comunidades locais e também pode provocar impactos negativos nas atividades turísticas.

### **c) Sistema de Limpeza urbana**

O sistema de limpeza urbana nos municípios do Pólo Marajó, não é diferente da maioria das cidades brasileiras de pequeno porte. A administração preocupa-se em coletar o lixo, depositando-o em áreas inadequadas, sem aplicar os recursos mínimos necessários à manutenção de um sistema de limpeza urbana com uma frequência regular da coleta do lixo e da varrição de vias e local públicos.

Nos lixões dos municípios os resíduos ficam expostos sem nenhuma proteção, provocando impactos ambientais e sociais a população.

Nos três municípios que compõem o Pólo Marajó, a coleta de lixo é feita pelas prefeituras apresentando índices abaixo de 50% de domicílios atendidos por este serviço e os dejetos são depositados em lixão público, sem tratamentos apropriados, causando sérios problemas de poluição ambiental.

#### **c.1) Soure**

A coleta de lixo domiciliar do município é feita em carroças puxadas por búfalos, não contemplando todos os bairros da cidade, principalmente as comunidades da zona rural. A frequência da coleta do lixo e da limpeza de vias e locais públicos não são realizados de forma sistemática. Na comunidade da Praia do Pesqueiro, a limpeza é feita apenas uma vez por semana.

O lixo domiciliar é coletado juntamente com o lixo hospitalar e os resíduos são depositados em caçambas a 4 km de distância da sede na área do lixão do Muturí. Os dejetos são depositados a céu aberto e não existe coleta seletiva. Foi detectado que a área do lixão localiza-se próximo ao manancial de abastecimento de água do município, o que pode ocasionar sérios problemas ambientais. (AMAM, 2008).



**Figuras 12 e 13** – Coleta de Lixo no Município de Soare.  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

### c.2) Salvaterra

A coleta de lixo é realizada diariamente na área urbana do município, recolhido por caçambas e carroças puxadas por búfalos, da Prefeitura. O lixo urbano coletado é depositado num terreno às proximidades da estrada, que dá acesso a Joanes, distante da sede 25 km e o lixo hospitalar recolhido é depositado na estrada que vai para Vila do Abacatal. A coleta do lixo da Praia de Joanes é feita todos os dias durante o período da manhã, devido à grande visitação de turistas no local. Na vila de Condeixa não existe a coleta sistemática do lixo e nem a destinação adequada do mesmo.

A freqüência da limpeza de vias e locais públicos não é realizada de forma sistemática. Não existe coleta seletiva dos resíduos. Estes fatos podem comprometer o desenvolvimento do turismo na região.

### c.3) Ponta de Pedras

A coleta é realizada diariamente por caçambas e carroças da prefeitura. O município possui um local para destinação final do lixo produzido em sua sede, porém não tem tratamento apropriado, causando sérios problemas de poluição ambiental.

A freqüência da limpeza de vias e locais públicos não são realizados de forma sistemática. Não existe coleta seletiva dos resíduos.



**Figura 14** – Urubus na Praia de Soare.  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

**Conclusão:** A coleta de lixo nos três municípios é realizada pela prefeitura, e os resíduos sólidos são depositados e amontoados em áreas inadequadas, sem tratamento apropriado, provocando sérios impactos ambientais. No Município de Soare a coleta não acontece de

maneira regular e em um dos principais atrativos a Praia do Pesqueiro acontece apenas uma vez por semana. O lixão da cidade onde é armazenado o lixo domiciliar e o lixo hospitalar é localizado próximo ao manancial de abastecimento de água, fato que pode provocar problemas ambientais. Em Salvaterra a coleta de lixo não ocorre de forma sistemática e o lixo que é acumulado em locais as margens da estrada não é tratado. No Município de Ponta de Pedra, o cenário apresentado nos outros dois municípios de repete. Percebe-se que o acúmulo de lixo atrai urubus para a região, realidade que pode provocar impactos negativos para o desenvolvimento do turismo na região do Pólo Marajó.

### **d) Rede de Drenagem Pluvial**

#### **Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras**

Nestes municípios, a existência de rede de drenagem pluvial é de pequena extensão, contemplando apenas os bairros centrais. Estes sistemas são comprometidos pela falta de prioridade diante de apertados orçamentos das prefeituras locais.

A topografia da ilha do Marajó, em geral, é quase plana. Três quintos da ilha são considerados de terras altas (com altitude a partir de um metro e meio) e escassas elevações (que não atingem cem metros acima do nível do mar); os dois quintos restantes constituem-se dos denominados “baixios”, terrenos alagadiços regularmente invadidos pela água doce dos rios. (PLANO MARAJÓ, 2007).

Os “baixios” desenham-se em toda a parte oriental da Ilha, banhados pelas águas da extensa Baía do Marajó, essa por sua vez, forma-se pela união do rio Pará, que é um braço do Amazonas e do Rio Guamá.

Quanto à ocorrência de inundação nos municípios, não ocorre na zona urbana da cidade, pois estão em terrenos de grande altitude. As águas pluviais, face à inexistência de um sistema de drenagem próprio, escoam através de canais naturais. Já na zona rural, podem ocorrer inundações na época do inverno, as estradas vicinais ficam totalmente alagadas, dificultando a locomoção e transporte dos moradores.

**Conclusão:** A falta de drenagem pluvial em todo o Pólo Marajó compromete os terrenos que ficam localizados nas terras baixas, principalmente na zona rural, que ficam totalmente alagadas na época de inverno. Em algumas localidades o acesso é prejudicado as estradas ficam intransitáveis, comprometendo as atividades turísticas.

### **e) Sistema de Transporte Urbano**

O sistema de transporte mais freqüente, interligando as regiões do Pólo Marajó, é o hidroviário, pois, praticamente inexistem rodovias na região e as poucas vicinais encontradas são intransitáveis na estação das chuvas. O transporte empregado, tanto para a condução dos moradores quanto para o escoamento da produção na estação das chuvas, é feito pelos rios, usando-se uma embarcação típica da região, denominada de “casco” e utilizam também pequenos barcos a motor. Fora do período das chuvas o tráfego é feito por caminhões e cavalos. Os fazendeiros que não possuem ligação fluvial constroem estradas para escoamento da sua produção pecuária (gado de corte) ou de sua produção pesqueira, oriundas dos lagos intermitentes, as quais são totalmente submersas por ocasião da chegada das chuvas. (PLANO MARAJÓ, 2007).

A travessia Salvaterra – Soure é feito por via fluvial, com uma frequência de saída dos barcos em intervalos de uma hora no período de segunda-feira a sábado, como se pode ver

no informativo da Figura 15, colocado no trapiche de embarque de passageiros dos municípios.

A qualidade dos serviços ofertados nos barcos é comprometida, levando em consideração a segurança dos passageiros que fazem a travessia e a viagem é desconfortável, pois acontece em bancos de madeira muitos danificados. Existe um ambiente com cadeiras mais confortáveis e com ar condicionado, porém a passagem é mais cara e somente uma parcela muito pequena de passageiros tem acesso.

TRAVESSIA SALVATERRA/SOURE/SALVATERRA HORÁRIOS TÍPICOS			
HORÁRIOS DE 2 A SÁBADO		DOMINGOS E FERIADOS	
SOURE	SALVATERRA	SOURE	SALVATERRA
05:00	05:20	07:00	07:20
06:00	06:20	09:00	09:20
07:00	07:20	10:30	11:00
08:00	08:20	12:30	12:50
09:00	09:20	13:30	13:50
10:30	10:50	14:30	14:50
11:30	11:50	15:30	15:50
13:30	13:50	17:00	17:20
14:30	14:50	18:00	18:20
16:00	16:20		
18:00	18:20		
19:00	19:20		

**Figura 15** – Horários de saída e chegada Salvaterra/Soure/Salaterra  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

Os Quadros 9, 10 e 11 mostram o quadro de horário das três empresas que fazem o trajeto da viagem de Belém para Ponta de Pedras. As viagens acontecem com apenas um horário de saída, para cada empresa que atua no percurso, para o município e a volta para Belém somente acontece no dia seguinte no período da manhã.

Belém/Ponta de Pedras		Ponta de Pedras/Belém	
2ª feira	13h	2ª feira	07 h
3ª feira	-	3ª feira	07 h
4ª feira	08h	4ª feira	-
5ª feira	-	5ª feira	07 h
6ª feira	13h	6ª feira	-
Sábado	13 h	Sábado	06 h

**Quadro 9** – Horário de viagens – Empresa Arapari.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Belém/Ponta de Pedras		Ponta de Pedras/Belém	
2ª feira	-	2ª feira	6h
3ª feira	08h	3ª feira	-
4ª feira	-	4ª feira	7h
5ª feira	08h	5ª feira	-
6ª feira	-	6ª feira	7h
Sábado	08h	Sábado	-

**Quadro 10** – Horário de viagens – Barco Luiz Guilherme.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Belém/Ponta de Pedras		Ponta de Pedras/Belém	
2ª feira	-	2ª feira	4h
3ª feira	8h	3ª feira	-
4ª feira	-	4ª feira	5h
5ª feira	8h	5ª feira	-
6ª feira	-	6ª feira	5h
Sábado	8h	Sábado	-

**Quadro 11** – Horário de viagens – Barco Leonardo Luiz.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

A qualidade dos serviços do transporte para o município de Ponta de Pedras é realizada de forma inadequada, em virtude de alguns barcos apresentarem seus motores descobertos, provocando um tipo de acidente comum na região chamado de “escalpelamento”. Não existe segurança no transporte, pois os barcos possuem um número reduzido de coletes e em alguns barcos não existe.

As Figuras 16 e 17 mostram as embarcações típicas da região, nas quais acontecem os referidos acidentes.



**Figuras 16 e 17** – Embarcações Típicas da Região

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

O transporte nos campos marajoara é feito através de montarias (grandes cascos) puxadas a búfalo. As poucas estradas existentes em asfalto margeiam parte da costa leste da ilha, as demais são construídas em argila ou areia. O meio de transporte para várias localidades é o cavalo, o boi e as carroças puxadas por búfalos e atualmente também se percebe um aumento gradativo no número de bicicletas na região. Para atravessar a ilha também pode ser usada aeronave com bimotor e a duração do percurso é de quase duas horas. (PLANO MARAJÓ, 2007).

### e.1) Soure

O município não dispõe de Estação Rodoviária e de transporte coletivo urbano, o transporte interno é feito através de transporte alternativo, Vans, táxis e carro particular. O transporte fluvial é utilizado com frequência no município, para o acesso a outros municípios pelas vias navegáveis e embarcações de tamanhos variados podem ser alugadas.

Na Tabela 4, em uma série histórica de 2001 a março/2009, vemos um acréscimo do total de veículos no município e que esse acréscimo se dá pelo grande número de motonetas e motocicletas.

**Tabela 4 – Soure – Veículos por Tipo 2001 – 2009**

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	03/2009
Automóvel	110	117	121	123	130	131	145	157	162
Caminhão	09	09	13	15	17	20	23	25	25
Caminhonete	03	02	02	04	12	20	25	35	38
Camioneta	27	26	27	27	28	22	21	16	16
Ciclomotor	-	-	-	-	01	01	01	01	01
Microônibus	03	04	02	01	01	01	02	01	01
Motocicleta	111		151	180	235	294	351	437	449
Motoneta	23	25	38	48	61	80	97	133	141
Ônibus	04	05	06	06	06	07	07	08	08
Reboque	-	-	-	-	-	-	01	01	01
Utilitário	-	-	-	-	-	-	-	02	03
<b>TOTAL</b>	<b>290</b>	<b>316</b>	<b>360</b>	<b>404</b>	<b>491</b>	<b>576</b>	<b>673</b>	<b>816</b>	<b>845</b>

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, 2009.

### e.2) Salvaterra

O sistema de transporte interno e intermunicipal em Salvaterra é realizado por várias empresas, conforme indicado no Quadro 12.

Transporte Interno			
Empresa	Percurso	Horário	Frequência
Galitur/ Helotur	Condeixa/ sede do Município/ Condeixa	6h/10h: 30min 12h/18h: 15min 7h/12h: 30min	Segunda a Sexta- Feira Sábado e Domingo
Transarapari/Búfalo	Cachoeira do Arari/ Salvaterra/ Cachoeira do Arari	9h 3h/10h	Segunda- Feira a Sábado
Transjoanense/ Transpopular	Joanes/ sede do município/ Joanes	9h: 40min 6h/9h: 30min	Segunda a Sexta-Feira
Expresso Monsarás	Monsarás/ sede do município/ Monsarás	10h: 30min 6h/10h	Segunda a Sexta-Feira
Empresa	Percurso	Horário	Frequência
Expresso Pacheco	Sede do município/ Balsa (travessia Salvaterra/ Soure)	6h às 14h 6h às 14h 8h às 14h: 30min	Segunda a Sexta-Feira Sábado e Domingo

**Quadro 12 – Salvaterra – Transporte Interno.**

Fonte: SEPOF/DIEPI/GEDE, 2007.

O município conta com uma frota de táxis formada por vinte e seis veículos que atuam em todo o município; com o transporte alternativo que é composto por uma frota de quatorze veículos dentre os quais: Kombi, Bestas, Topic e Sprinter que atuam no percurso Salvaterra/Porto Camará/Salaterra; com onze rabetas, tipo de canoa motorizada que realiza a travessia Salvaterra/Soure/Salaterra, com capacidade em torno de nove a vinte e três passageiros. Salvaterra conta ainda com disponibilidade de uma balsa que realiza a travessia de veículos no rio Paracauari no trecho Salvaterra/Soure/Salaterra.

Na Tabela 5, em uma série histórica de 2001 a março/2009, vemos um acréscimo do total de veículos no município e que esse acréscimo se dá pelo grande número de motonetas e motocicletas, constatando a fragilidade do sistema de transporte coletivo.

**Tabela 5** – Salvaterra – Veículos por Tipo 2001 - 2009.

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	03/2009
Automóvel	36	42	42	45	62	79	93	114	122
Caminhão	06	10	13	14	15	14	16	15	16
Caminhonete	02	02	04	04	02	02	09	18	18
Camioneta	18	18	19	21	29	33	24	21	23
Ciclomotor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microônibus	04	04	08	10	12	11	13	16	15
Motocicleta	16	20	30	50	83	139	184	239	251
Motoneta	01	04	07	13	24	39	49	58	62
Ônibus	01	04	05	04	09	09	13	14	14
Reboque	-	-	-	-	-	-	-	02	02
Utilitário	-	-	-	-	-	-	-	01	01
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>104</b>	<b>128</b>	<b>161</b>	<b>236</b>	<b>326</b>	<b>401</b>	<b>498</b>	<b>524</b>

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, 2009.

Além da sede Municipal, apenas as Vilas de Jobim, Condeixa e Monsarás e o povoado vila União, são servidas por transporte coletivo, representando cerca de 10% do total de localidades do município. O Quadro 13 mostra as condições de trafegabilidade nas sedes dos principais distritos.

Vias urbanas	Pavimentadas	Não pavimentadas
Sede municipal	14,8 km	30,8 km
Vila de Jobim	1,4 km	10,6 km
Vila de Joanes	1,6 km	13,3 km
Vila de Condeixa	2,3 km	4,1 km
Vila de Monsarás	-	4,0 km

**Quadro 13** – Salvaterra – Trafegabilidade para os Distritos.

Fonte: Plano Diretor de Salvaterra, 2006.

### e.3) Ponta de Pedras

O sistema de transporte urbano em Ponta de Pedras é realizado por duas empresas, fazendo os percursos de: Mangabeira / Ponta de Pedras para Mangabeira/ Cidade; Ponta de Pedra / Mangabeira para Cidade/ Mangabeira; Cidade/ Mangabeira/ Antônio Vieira.

O sistema de transporte é ineficiente, mesmo para os municípios que possuem linhas regulares de ônibus, a frota é velha, sem segurança e conforto para os passageiros.

A Tabela 6 mostra a evolução da quantidade de veículos no município entre 2001 e 2009, constatando o pequeno número de veículos no Município de Ponta de Pedras que se consiste na maior parte de motocicletas e motonetas. No cadastro do DENATRAN não há registro do número de ônibus que operam no município.

**Tabela 6** – Ponta de Pedras – Veículos por Tipo 2001 – 2009

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	03/2009
Motoneta	01	01	03	06	10	23	33	42	44
Motocicleta	04	09	10	15	22	39	52	65	76
Automóvel	02	02	05	07	11	13	18	19	19
Camioneta	01	02	01	01	01	02	02	02	03
Caminhão	01	01	01	01	01	01	02	03	03
Caminhonete	01	01	01	01	02	02	03	03	03
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>80</b>	<b>110</b>	<b>134</b>	<b>148</b>

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, 2009.

**Conclusão:** Em relação o sistema de transporte o mais utilizado na região é o transporte fluvial. A qualidade dos serviços ofertados nos barcos é comprometida, levando em consideração a segurança dos passageiros que fazem a travessia e a viagem que não é confortável, os percursos são longos e em virtude da pequena velocidade dos barcos demoram um tempo considerável para chegar às localidades. Para algumas regiões do Pólo os horários não são regulares e quando os passageiros querem viajar com seus veículos, a passagem deve ser comprada com antecedência.

## f) Sistema de Comunicação

As condições do sistema de comunicação na Ilha do Marajó são de má qualidade. O rádio é o principal meio de comunicação é encontrado praticamente em todas as casas da zona rural, constituindo-se no principal veículo de notícias para os moradores do Pólo. Nas comunidades mais próximas aos municípios é possível sintonizar estações de rádio local. Os municípios da Ilha do Marajó já estão iniciando a sua inclusão digital, através da internet discada e conexão via rádio. (PLANO MARAJÓ, 2007).

### f.1) Soure

O município conta com uma Agência de Correios; os serviços de telefonia são prestados pela Telemar e a cobertura de telefonia móvel é feita pelas operadoras Vivo e Amazônia Celular, TIM e Claro. Não existe jornal local, circulam na sede do município, o Jornal Ilha do Marajó, O Liberal e O Diário do Pará. O município possui a emissora de rádio local, FM Tropical, AM Guarany, e a rádio FM Sol do Marajó. São captadas as emissoras de TV Rede Globo, SBT, Record, através de antena parabólica com boa transmissão.

### f.2) Salvaterra

O município possui uma agência de correios que funciona em horário comercial, dispendo de um quadro de funcionários para atender à população local.

A Telemar dispõe de sete torres que propiciam a cobertura de telefonia fixa em 50% do município e conta com uma operadora de telefonia móvel administrada pela operadora VIVO. O jornal local “Ilha do Marajó” com uma publicação mensal de 5.000 exemplares é distribuído em sete municípios da ilha, além de Salvaterra. O jornal “O Liberal”, também circula na sede municipal, tendo como ponto de referência o vendedor local que por sua vez faz a distribuição para os leitores de Salvaterra. Não existe rádio local. As estações ouvidas são a Rádio Guarani AM e Sol FM, ambas de Soure e, que com raríssimas exceções captam emissoras de Belém. Existe no centro comercial da sede do município um sistema de publicidade alternativo que cobre todos os informes e propaganda local. A TV Liberal, afiliada da Rede Globo, SBT e Record são captadas através da utilização dos recursos oferecidos por antenas parabólicas com boa transmissão.

### f.3) Ponta de Pedras

No município funciona a Emissora de Radio FM, 89,1 Rádio Educadora Nossa Senhora da Conceição, com programações no período de 5:30h às 18:30h. Existe uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que executa todos os serviços postais. O serviço de telefonia fixa, iniciado em 1982, tem telefones públicos distribuídos na área urbana; não existe o serviço de telefonia móvel. O município conta com a TV Itaguari, repetidora da Rede Vida, e a TV Liberal, repetidora do sistema Rede Globo. Na cidade circulam os principais jornais de Belém, O Liberal e Diário do Pará.

**Conclusão:** Em relação ao sistema de comunicação no Pólo Marajó as condições são de má qualidade. O rádio é o principal meio de comunicação principalmente na zona rural. A telefonia móvel somente apresenta sinal em algumas regiões e o cai com muita facilidade. Nos municípios do Pólo inicia a era da inclusão digital, através de internet discada. A telefonia fixa atende apenas 50% dos municípios. Os canais de televisão são acessados através de antena parabólica.

### g) Cobertura da Iluminação Pública

Com a instituição da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, prevista no art149-A da Constituição Federal de 1988, pela Lei Ordinária nº 8266/02, o serviço de iluminação pública passou a ser executado pelas prefeituras dos municípios.

No Pólo Marajó a geração de energia é feita por pequenas usinas térmicas movidas a óleo diesel. Nas fazendas, a placa fotovoltaica é a forma de geração de energia mais utilizada e de menor custo operacional, dado a grande incidência solar o ano todo. Para complementar, em algumas épocas do ano é feita a distribuição pelo grupo-gerador a diesel, que também é a principal forma de geração de energia no interior e nas cidades, com horários pré-determinados, em sua maioria. (PLANO MARAJÓ, 2007).

A cobertura da iluminação pública nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras praticamente resume-se às sedes dos municípios. Nos acessos que levam aos atrativos turísticos, que se localizam mais distantes da sede municipal, não existe a cobertura de iluminação pública.

#### g.1) Soure

A energia elétrica é gerada pela usina elétrica diesel Guascor e distribuída pela Rede Celpa para domicílios assim distribuídos: sede municipal com 3.703 consumidores e Zona Rural com 123 consumidores. Mantendo pontos de iluminação pública apenas no bairro central com eventuais interrupções de energia. Nas estradas de acesso para as praias do Pesqueiro, Vila do Céu, Barra Velha e Araruna, que são consideradas um grande potencial de atrativos turísticos, a cobertura de iluminação pública é ineficiente e em alguns locais não existe.

#### g.2) Salvaterra

A energia elétrica é gerada pela Usina Termoelétrica da empresa Guascor e distribuída pela Rede Celpa para 3.300 domicílios durante o dia todo. A extensão da rede de distribuição é de 68.539 km, com uma potência geradora de 2.826 kW. A Rede Celpa mantém 1.683 pontos de iluminação pública, a maioria no bairro central com eventuais interrupções de energia. As áreas de Paixão, Boa Esperança, Salvar, Baiano e Boca da Mata ainda não são beneficiadas com este serviço.

#### g.3) Ponta de Pedras

A energia elétrica é gerada pela Usina Diesel-elétrica da empresa Guascor e distribuída pela Rede CELPA para 2.430 domicílios durante 24h. A potência de distribuição de energia da unidade geradora de 1.540 kW. A Rede Celpa mantém pontos de iluminação pública apenas no bairro central com eventuais interrupções de energia, necessitando expandir para outros bairros e principalmente para a área rural.

**Conclusão:** Em todo o Pólo Marajó a cobertura de iluminação pública é feita por pequenas usinas térmicas movidas a óleo diesel. Nas fazendas, a placa fotovoltaica é a forma de geração de energia mais utilizada e de menor custo operacional, dado a grande incidência solar o ano todo. No Município de Soure a cobertura de iluminação pública é ineficiente e em alguns locais não existe. Em Salvaterra e em Ponta de Pedras é freqüente a ausência do fornecimento de energia elétrica. Percebe-se que a deficiência da cobertura de iluminação pública pode impactar no desenvolvimento do turismo na região.

### h) Serviços de Saúde

Os Quadros 14, 15 e 16 mostram a infraestrutura dos serviços de saúde nos municípios do Pólo. Em Soure são identificados oito estabelecimentos de saúde; em Salvaterra, quatorze e em Ponta de Pedras, sete. Evidencia-se nestas unidades a falta de ambulâncias devidamente equipadas; de profissionais em número suficiente e qualificados em diversas áreas da saúde e a falta de materiais e equipamentos para prestar serviços de saúde adequados.

Soure	
Posto de Saúde	05
Centro de saúde/Unidade básica	01
Hospital Municipal Menino Deus	01
Unidade de vigilância em saúde	01
<b>Total</b>	<b>08</b>

**Quadro 14** – Soure – Estabelecimentos de Saúde.

Fonte: Ministério da Saúde. CNES, 2009.

Salvaterra	
Posto de Saúde	12
Hospital Municipal Dr. Almir Gabriel	01
Unidade de vigilância em saúde	01
<b>Total</b>	<b>14</b>

**Quadro 15** – Salvaterra – Estabelecimentos de Saúde.

Fonte: Ministério da Saúde. CNES, 2009.

Ponta de Pedras	
Posto de Saúde	06
Unidade Mista	01
<b>Total</b>	<b>07</b>

**Quadro 16** – Ponta de Pedras – Estabelecimentos de Saúde.

Fonte: Ministério da Saúde. CNES, 2009.

Em todos os municípios do Pólo Marajó os casos graves são encaminhados para o Município de Belém e algumas vezes os pacientes são remanejados em “ambulanchas”, como mostra a Figura 18.



**Figura 18** – “Ambulancha” em serviço  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

O Quadro 17 apresenta a cobertura de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS e das Unidades Particulares nos municípios do Pólo, relacionando a população estimada com o número de leitos por habitantes nos anos de 2003 e 2009. Todos os municípios apresentam indicadores abaixo do estabelecido pela Organização Mundial da Saúde - OMS que são quatro leitos por 1.000 habitantes, mostrando a fragilidade do sistema de saúde do Pólo.

Município	População	Leitos SUS	Leitos/1000 hab.	
			2003	2009
Soure	22.244 <sup>(1)</sup>	53	2,50	2,40
Salvaterra	17.858 <sup>(1)</sup>	20	1,20	1,12
Ponta de Pedras	25.743 <sup>(1)</sup>	10	0,00	0,40

**Quadro 17** – Pólo Marajó – Total de Leitos por Município e Leitos/ 1000 Habitantes em 2003 e 2009

Fonte: Ministério da saúde. CNES, 2009.

<sup>(1)</sup> IBGE. População estimada, 2008.

Na última década, o Ministério da Saúde lançou os Programas de Agentes Comunitários de Saúde - PACs e o Programa de Saúde da Família - PSF. Estes programas vêm trazendo avanços no processo de municipalização da saúde e vêm contribuindo para a transformação do modelo assistencial vigente. Este programa vem sendo executado pelos municípios do Arquipélago do Marajó com apoio do governo estadual. Contudo a saúde da população dos municípios continua com sérios problemas, marcada por elevadas taxas de mortalidade infantil. Muitas doenças são ocasionadas devido à falta de saneamento básico e agravadas pela falta de médicos e de postos de saúde.

## h.1) Soure

A Secretaria de Saúde do Município de Soure funciona no horário de 7h às 13h, atuando na área hospitalar com clínica geral, odontologia e cirurgias de médio porte e possui programas como: FUNASA, Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e Piso de Atenção Básica – Vigilância Sanitária e o Calazar – PAB. Conta com quatro postos na área rural de Tucumanduba, Pedral, Pesqueiro e Caju-Una, e um posto de saúde na área urbana. Possui ainda o Hospital Santa Severa, conveniado com o SUS, atendendo urgências e realizando cirurgias de pequeno porte e o Hospital Municipal Menino Deus, apresentado na Figura 19.



**Figura 19** – Hospital Municipal Menino Deus.  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

## **h.2) Salvaterra**

Na área da saúde, o município tem o Hospital Municipal Dr. Almir Gabriel, localizado na sede da cidade, com serviço de atendimento 24h e capacidade total de 20 leitos, oferecendo à população serviços de consulta médica, pronto socorro e urgência. O Hospital municipal não é de referência, o número de profissionais da área de saúde é reduzido e está sobrecarregado em decorrência da demanda de outros municípios.

Dispõe ainda, de doze postos de saúde na zona rural nas localidades de Passagem grande, Jubim, Joanes, Monsarás, Vila União, Condeixa, Rosário, Caldeirão, Barro Alto, Bacabal, Mangueiras e Cururu. Em cada posto de saúde há disponibilidade de um auxiliar de enfermagem e servente que prestam serviços básicos de atendimento de urgência/emergência/aplicação de injetáveis e curativos.

## **h.3) Ponta de Pedras**

O município dispõe da Unidade Mista de Ponta de Pedras, com serviço de atendimento 24 horas, oferecendo atendimento de emergência e enfermagem, consulta médica e exames. Conta ainda com seis postos de saúde localizados na Mangabeira, Vila Nova, Antônio Vieira, Rio Canal, Lavrado e Ipauçu e realiza vários programas de assistência tais como: Programa de Controle do Câncer Uterino – PCCU, Planejamento Familiar, PACS, Controle de Endemias, assistência farmacêutica e Programa de Controle da Tuberculose. A região possui um número suficiente de ambulâncias, todas muito bem equipadas, prontas a atender a população

**Conclusão:** O sistema de saúde do Pólo Marajó apresenta-se deficiente em relação ao número de leitos, aos serviços ambulatoriais em hospitais e clínicas especializadas, a qualidade dos equipamentos, a quantidade de profissionais nos hospitais e nos postos de saúde, não atendendo satisfatoriamente a demanda dos pacientes. O cenário apresentado aliado à distância entre as localidades agravam ainda mais a situação da saúde na região. Esta realidade compromete o turismo local, pois o atendimento dos visitantes, caso aconteça alguma intercorrência nos passeios, pode ser afetada.

## **i) Segurança Pública**

Na área de segurança pública, a Ilha do Marajó apresenta expressiva deficiência, representada pelas condições de trabalho nas unidades da polícia militar devido ao reduzido número do efetivo dessas unidades.

A segurança da Ilha do Marajó é realizada com o apoio da Polícia Militar, atuando com a 5ª Companhia Independente da Polícia Militar - CIPM nos Municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure, Santa Cruz do Arari, Muaná, Ponta de Pedras e Chaves. Com uma área de cobertura de 24.029,61 km<sup>2</sup>, é responsável pelo policiamento militar da região. Opera também com o Batalhão Marajó - 8º Batalhão de Polícia Militar tem sede no Município de Soure, possuindo um efetivo de 224 policiais militares atendendo aos Municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, Chaves e Santa Cruz do Arari. Exercendo as atividades de polícia ostensiva, salva vidas, tendo também equipes de resgates e primeiros socorros atendendo a população local e aos turistas. (PLANO MARAJÓ, 2007).

Devido à ausência de veículos para a prestação de serviços à comunidade, um dos meios de transporte utilizado pela polícia militar é o búfalo como mostra a Figura 20.



**Figura 20** – Polícia Militar e Montaria de Búfalos.  
Fonte: Paratur, 2006.

Moradores da ilha relatam que o índice de criminalidade é alto, porém não existem registros oficiais sobre esses dados, tendo em vista que as ocorrências não são feitas de maneira efetiva em todo o pólo.

### **i.1) Soure**

A segurança de Soure tem o apoio da Polícia Militar. Esta corporação funciona com a 5ª Companhia Independente da Polícia Militar - CIPM e o 8º Batalhão de Polícia Militar, que desenvolve suas atividades usando búfalos como meio de transporte.

O Município de Soure possui uma Delegacia de Polícia Civil atuando no policiamento repressivo e conta com o efetivo de 1 agente e 4 PM's. A Companhia de Policiamento do Marajó é responsável pelo policiamento ostensivo no município, conta também com a Defesa Civil que atua na área de prevenção, informação e conscientização principalmente no período de alta temporada, com a presença de grande número de turistas. O município não dispõe de corpo de bombeiros, e a segurança no veraneio é feita pela 5ª Companhia do Marajó.

### **i.2) Salvaterra**

O Município de Salvaterra possui 1 delegacia de polícia civil, atualmente dispendo de 1 delegado, 1 escrivão e 3 investigadores que atuam no policiamento repressivo. Em Salvaterra conta com um efetivo de 26 policiais, que fazem a cobertura de todo o município. O grupamento militar atua com o policiamento ostensivo através da guarda em pontos fixos,

a pé (abrangendo a Praia Grande) e motorizado em períodos de baixo e alto fluxo de turistas. A Defesa Civil atua na área de prevenção, informação e conscientização, principalmente nos períodos de alta temporada.

### **i.3) Ponta de Pedras**

No município existe uma delegacia de polícia com capacidade para 10 pessoas e um efetivo de 2 investigadores e 1 delegado. A polícia militar atua com um efetivo de 13 policiais, possuindo apenas uma viatura. O aparato policial referente à segurança pública no Município de Ponta de Pedras apresenta atualmente um número de profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil que não atende a demanda da população local, não existindo corpo de bombeiros, nem equipe de resgate e salvamento. No município são identificadas áreas com alta incidência de criminalidade, gerando insegurança para o turista que visita o local.

**Conclusão:** O sistema de segurança pública em todo o Pólo é comprometido em virtude de apresentar um efetivo reduzido da Polícia Militar e da Polícia Civil, não existindo corpo de bombeiros, nem equipe de resgate e salvamento. A insegurança é uma constante e compromete o desenvolvimento do turismo na região.

## **1.3 Dinâmica Socioeconômica**

### **a) Análise da Evolução Econômica e Desempenho do PIB no Período Recente**

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, o Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Pará, representando a soma de todos os produtos e serviços finais produzidos no estado, cresceu 7,11% em 2006, computando a terceira maior variação real entre os estados do Brasil. O desenvolvimento do PIB foi superior à taxa nacional de 3,97% e à taxa regional de 4,79% da Região Norte.

A participação do PIB Paraense representou 36,98% do PIB da Região Norte, continuando a ter a maior participação na região, seguido dos Estados do Amazonas com 32,63% e Rondônia com 10,92%.

O PIB *per capita* do Estado do Pará, avaliado tomando por base o valor do total do PIB e a sua população, ficou em R\$ 6.241, representando 49,19% do valor *per capita* nacional. O Estado do Pará com esse percentual mantém a 22ª posição no *ranking* dos estados brasileiros no ano de 2006, sendo avaliado como um dos mais baixos índices do Brasil. Com relação à população<sup>3</sup>, o Pará ocupa a 9ª posição no *ranking* dos estados da Federação em 2006, com um contingente populacional de 7.110.465 habitantes. O Estado do Pará apresenta um alto índice populacional influenciando de maneira significativa o resultado do PIB *per capita*, resultando em um valor *per capita* baixo<sup>4</sup>.

### **Perfil Econômico Setorial em Termos de Participação dos Setores no PIB**

No Estado do Pará ficou assim definido: o setor de serviços e comércio contribuiu com 57,45%, com um Valor Adicionado de R\$ 22.885 bilhões e incremento de 5,80% no setor; a indústria teve participação de 33,35%, agregando R\$ 13,285 bilhões e apresentou entre os setores o maior crescimento com um percentual de 10,17%; e a agropecuária, com participação de 9,20%, gerando R\$ 3,664 bilhões sem apresentar expansão no setor.

A atividade turística encontra-se inserida no setor de serviços. A Paratur no ano de 2008 desenvolveu o estudo “Indicador de Turismo do Município de Belém” e apresentou como resultado a receita anual gerada pela atividade turística no Estado do Pará que foi de R\$

---

<sup>3</sup> População com base na estimativa IBGE / Contas Nacionais.

<sup>4</sup> Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

841 milhões, sendo 7,68% a mais que 2007. Em 2008 a atividade turística contribuiu com uma participação de 2,79% no PIB do Estado do Pará.

De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi possível descrever a situação econômica dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras considerando: o Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente e o Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente.

### Soure

De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi descrita a situação econômica do Município de Soure considerando: o Produto Interno Bruto - PIB a Preço de Mercado Corrente e o Valor Adicionado Bruto a Preço Básico.

A composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Município de Soure, no período de 2002-2006, apresentada na Tabela 7, demonstra crescimento, obtendo somente no ano de 2006 um valor de R\$ 62.067 milhões, significativamente superior, correspondente a 42,22%, quando comparado ao ano de 2002, que apresentou o valor R\$ 43.642 milhões. Esse desempenho denota que o município experimentou, nos quatro anos da série histórica analisada, crescimento em sua economia.

**Tabela 7 – Soure – Composição do PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ Mil).**

Ano	Valor Adicionado Bruto Preço Básico Corrente	%	Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios	%	PIB a Preço de Mercado Corrente
2002	42.374	97,00	1.268	3,00	43.642
2003	45.389	96,92	1.443	3,08	46.832
2004	48.118	97,20	1.383	2,80	49.502
2005	55.288	96,80	1.823	3,20	57.111
2006	-	-	-	-	62.067

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2008.

O Valor Adicionado Bruto a preço de mercado corrente, por setor, no período de 2002-2006, apresentado na Tabela 8, no Município de Soure, demonstrou crescimento, sendo que o maior destaque ficou para o setor de Serviços que em 2006 continuou a superar os outros dois setores (Agropecuário e Industrial). Com um valor bastante significativo de R\$ 41.018 milhões, o setor de serviços evidencia-se como sendo o que mais contribuiu para o valor adicionado de R\$ 60.423 milhões. Os dados implicam o crescimento econômico para o município no período da série histórica de 42,59% quando se compara o valor adicionado de 2006 com o de 2002.

**Tabela 8 – Soure – Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor (R\$ Mil).**

Ano	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Valor Adicionado
2002	12.361	29,17	2.985	7,04	27.028	63,79	42.374
2003	13.611	29,99	3.443	7,58	28.335	62,43	45.389
2004	11.197	23,27	4.015	8,34	32.907	68,39	48.118
2005	12.738	23,04	4.381	7,92	38.169	69,04	55.288
2006	14.163	23,44	5.242	8,68	41.018	67,88	60.423

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2008.

### Salvaterra

Segundo informações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi descrita a situação

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

econômica do Município de Salvaterra considerando: o Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente e o Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente.

De acordo com os dados da Tabela 9, observa-se que a composição do Produto Interno Bruto – PIB a preço de mercado corrente do Município de Salvaterra, no período de 2002-2006, demonstra um desempenho crescente, já que obteve no ano de 2006 um valor de R\$ 48.214 milhões, bastante superior quando comparado com o ano de 2002, que foi de R\$ 28.617 milhões, acréscimo correspondente a 68,48%. Essa comparação indica que o município obteve um expressivo crescimento econômico nos últimos quatro anos.

**Tabela 9** – Salvaterra – Composição do PIB a Preço Mercado Corrente 2002-2006 (R\$ Mil).

Ano	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente	%	Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios	%	PIB a Preço de Mercado Corrente
2002	27.939	97,63	678	2,37	28.617
2003	31.608	97,21	907	2,79	32.515
2004	36.167	97,48	936	2,52	37.103
2005	40.745	96,91	1.299	3,09	42.044
2006	-	-	-	-	48.214

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2008.

Observa-se na Tabela 10 que o Valor Adicionado Bruto a preço de mercado corrente, por setor, no período de 2002 - 2006, no Município de Salvaterra, demonstra crescimento, sendo que o maior destaque está para o setor de Serviços que em 2006 continuou a superar os outros dois setores (Agropecuário e Industrial), com um valor bastante significativo de R\$ 29.976 milhões, correspondente a 67,23%, sendo o setor que mais contribuiu para o Valor Adicionado de R\$ 44.585 milhões, para o ano de 2006.

**Tabela 10** – Salvaterra – Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002-2006 (R\$ Mil).

Ano	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Valor Adicionado
2002	6.582	23,56	2.067	7,40	19.290	69,04	27.939
2003	7.450	23,57	2.615	8,27	21.543	68,16	31.608
2004	8.128	22,47	3.033	8,39	25.006	69,14	36.167
2005	8.557	21,00	3.317	8,14	28.871	70,86	40.745
2006	10.663	23,92	3.946	8,85	29.976	67,23	44.585

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2008.

### Ponta de Pedras

De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi descrita a situação econômica do Município de Ponta de Pedras considerando: o Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente e o Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente.

Observou-se na Tabela 11 que a composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Município de Ponta de Pedras, no período de 2002-2006, mostra-se crescente, obtendo somente no ano de 2006 um valor de R\$ 48.214 milhões. Quando este valor (2006) é comparado com o do ano 2002, cujo valor foi de R\$ 36.280 milhões, observa-se que ocorreu um significativo avanço econômico para o município, correspondente a 32,89%.

**Tabela 11** – Ponta de Pedras - Composição do PIB a Preço Mercado Corrente (R\$ Mil).

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Ano	Valor adicionado Bruto a Preço Básico Corrente	%	Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios	%	PIB a Preço de Mercado Corrente
2002	35.695	98,39	585	1,61	36.280
2003	37.068	98,02	748	1,98	37.816
2004	37.917	97,66	910	2,34	38.826
2005	40.404	97,88	874	2,12	41.277
2006	-	-	-	-	48.214

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

De acordo com os dados da Tabela 12 observa-se que o Valor Adicionado Bruto a preço de mercado corrente por setor no período de 2002-2006 no Município de Ponta de Pedras mostra-se crescente. Sendo que o maior destaque está no setor de Serviços que em 2006 continuou a superar os dois setores, Agropecuário e Industrial, com um valor significativo de R\$ 29.976 milhões, sendo o setor que mais contribuiu, com um percentual de 62,57%, para o valor adicionado de R\$ 47.902 milhões, no ano de 2006.

**Tabela 12** – Ponta de Pedras – Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002-2006 (R\$ Mil).

Ano	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Valor Adicionado
2002	13.615	38,14	2.159	6,05	19.921	55,80	35.695
2003	12.930	34,88	2.670	7,20	21.468	57,92	37.068
2004	11.589	30,56	3.080	8,12	23.248	61,31	37.917
2005	11.865	29,37	3.350	8,29	25.188	62,34	40.404
2006	13.832	28,88	4.094	8,55	29.976	62,57	47.902

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES, 2008.

### Perfil Econômico Espacial Indicando as Principais Atividades Primárias, Secundárias e Terciárias mais Importantes Economicamente

Dentre as **principais atividades mais importantes economicamente do Município de Soure** destaca-se como primária a pecuária; o extrativismo, baseado na extração do coco e caranguejo, e a pesca exercendo um papel expressivo na economia do município. A agricultura também é praticada, com destaque para o bacuri e a manga, mas com participação pequena na geração de renda. Na atividade secundária aponta-se o setor de transformação, com fábricas que atuam na produção de artigos de cerâmica, sapatos, sabão, saco plástico, curtume, queijo e farinha de mandioca. Na atividade terciária o município possui o comércio com restaurantes, bares, hotéis, supermercados, farmácias, lojas, panificadoras gerando empregos formais e informais.

As **atividades econômicas mais importantes do Município de Salvaterra** estão inseridas nas atividades primárias como a agricultura, tendo como principal produto a cultura do abacaxi; seguida da atividade pesqueira e da pecuária. O comércio como atividade terciária ainda é pouco desenvolvido não satisfazendo as necessidades locais.

O **Município de Ponta de Pedras** possui como **principal atividade econômica** primária a criação extensiva de gado, a agricultura e a pesca de camarão. A cerâmica e o artesanato em madeira, tecelagem tricô e crochê é uma importante atividade econômica do município com a presença de várias cooperativas e oficinas de artesãos. O comércio é pouco representativo na economia.

## b) Evolução Demográfica

A partir de dados estatísticos municipais do IBGE disponibilizados pela SEPOF foi possível obter informações acerca da evolução demográfica dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras nos seguintes aspectos: População, População Segundo a Situação da Unidade Domiciliar, População por Sexo e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH - M.

As informações da Tabela 13 foram obtidas a partir dos estudos estatísticos municipais, demonstrando a evolução demográfica e o crescimento da população dos municípios que compõem o Pólo Marajó.

**Tabela 13** – Pólo Marajó – População Total no Período de 1970 a 2008.

Ano	Soure (hab.)	Salvaterra (hab.)	Ponta de Pedras (hab.)
1970	13.787	9.127	10.998
1980	16.055	10.008	12.874
1991	17.481	11.889	16.500
2000	19.958	15.118	18.694
2001	20.261	15.492	18.966
2002	20.479	15.797	19.156
2003	20.721	16.113	19.370
2004	21.270	16.828	19.856
2005	21.510	17.141	20.069
2007	22.063	17.867	20.562
2008	22.244	17.858	25.743

Fonte: IBGE, 2008; AMAM/ SEPOF, 2008.

As populações dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, de acordo com a Tabela 14, tiveram uma baixa taxa de crescimento demográfico entre os anos de 2000 a 2007, onde o Município de Salvaterra apresenta o melhor indicador dentre elas. Em relação à taxa de urbanização, a maior taxa encontra-se em Soure e a razão de sexo apresenta quase a mesma proporção do sexo masculino para o sexo feminino para os três municípios.

**Tabela 14** – Pólo Marajó – Indicadores Demográficos.

Municípios	Taxa Geométrica de Incremento Anual 2000-2007	Taxa de Urbanização 2000	Razão de Sexo 2000
Soure	1,44	86,70	1,01
Salvaterra	2,42	57,22	1,06
Ponta de Pedras	1,37	46,22	1,08

Fonte: SEPOF. Mapa Social dos Municípios Paraenses, 2007.

## Distribuição da População Urbana e Rural

A distribuição da população urbana e rural é apresentada na Tabela 15, no período da série histórica 1980 – 2007. Em Soure a taxa de urbanização é alta cerca de 86,70%, provocada por um êxodo rural ao longo dos anos. Em Ponta de Pedras ocorre o inverso, onde a maior parte da população 53,78% encontra-se na área rural. Em Salvaterra em relação à distribuição da população identifica-se que 57,22% encontra-se na zona urbana e 42,78%

na zona rural no ano de 2007, percebe-se um equilíbrio na distribuição da população urbana e rural ao longo dos anos.

**Tabela 15 – Soure – Distribuição da População na Zona Urbana e Rural por Situação da Unidade Domiciliar 1970-200**

Ano	População Urbana	%	População Rural	%
1970	9.509	68,97	4.278	31,03
1980	11.578	72,11	4.477	27,89
1991	14.500	82,95	2.981	17,05
2000	17.303	86,70	2.655	13,30
2007	19.128	86,70	2.935	13,30

Fonte: IBGE, 2008; AMAM/ SEPOF, 2008.

**Tabela 16 – Salvaterra – Distribuição da População na Zona Urbana e Rural por Situação da Unidade Domiciliar 1970-200**

Ano	População Urbana	%	População Rural	%
1970	4.650	50,95	4.477	49,05
1980	5.326	53,22	4.682	46,78
1991	7.049	59,29	4.840	40,71
2000	8.651	57,22	6.467	42,78
2007	10.224	57,22	7.643	42,78

Fonte: IBGE, 2008; AMAM/ SEPOF, 2008.

**Tabela 17 – Ponta de Pedras – Distribuição da População na Zona Urbana e Rural por Situação da Unidade Domiciliar 1970-200**

Ano	População Urbana	%	População Rural	%
1970	2.003	18,21	8.995	81,79
1980	2.908	22,59	9.966	77,41
1991	5.866	35,55	10.634	64,45
2000	8.641	46,22	10.053	53,78
2007	9.504	46,22	11.058	53,78

Fonte: IBGE, 2008; AMAM/ SEPOF, 2008.

### Distribuição da População por Sexo

Quanto à distribuição da população em relação ao sexo, identifica-se na Tabela 18 que ao longo do período da série histórica 1980-2007, a população masculina é equivalente em números à população feminina em todos os municípios que compõem o Pólo.

**Tabela 18 - Pólo Marajó - Distribuição da População por Sexo 1970-2007.**

Ano	Soure (hab.)		Salvaterra (hab.)		Ponta de Pedras (hab.)	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
1970	7.110	6.677	4.596	4.531	5.737	5.261
1980	8.131	7.924	5.096	4.912	6.692	6.182
1991	8.771	8.710	6.158	5.731	8.677	7.823
2000	10.006	9.952	7.792	7.326	9.687	9.007

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

2007	11.062	11.001	9.214	8.653	10.657	9.905
------	--------	--------	-------	-------	--------	-------

Fonte: IBGE, 2008; AMAM/ SEPOF, 2008.

### Distribuição da População por Idade

A Tabela 19 mostra a distribuição da população por idade, indicando que os maiores percentuais da população dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras estão na faixa etária entre 20 a 49 anos.

**Tabela 19** – Distribuição da População por Idade - 2007

Município	Faixa Etária				
	Menor 1 ano	1 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 49 anos	50 anos e mais
Soure	484	5.041	5.336	8.156	3.046
Salvaterra	464	4.265	4.205	6.355	2.578
Ponta de Pedras	514	4.962	5.193	7.474	2.419

Fonte: SEPOF. Mapa Social dos Municípios Paraenses, 2007.

### Esperança de Vida ao Nascer

Na Tabela 20 é apontado o indicador esperança de vida ao nascer. Nos municípios do Pólo, Soure está em 18º lugar no *ranking* estadual. Salvaterra encontra-se em 23º lugar em relação ao estado. Ponta de Pedras obteve o menor índice de esperança de vida ao nascer, estando situado no *ranking* estadual na posição 95º lugar.

**Tabela 20** – Pólo Marajó – Esperança de Vida ao Nascer (IDH-M, 2000).

Município	Esperança de Vida ao Nascer	Índice de Esperança de Vida (IDHM-L)	Ranking por UF	Ranking Nacional
Soure	69,82	0,747	18	2565
Salvaterra	69,71	0,745	23	2715
Ponta de Pedras	67,63	0,710	95	3744

Fonte: ONU, 2000.

A categorização longevidade considera o indicador esperança de vida ao nascer e sintetiza as condições de saúde e saneamento daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local (PNUD). Para um aumento da longevidade é necessário melhorias no acesso a alimentação, saúde e saneamento. A Tabela 21 mostra o IDH-M de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, que apresentam índices considerados médios. Dos três índices que influenciam no valor deste IDH-M, o mais baixo é o IDH-M Renda.

**Tabela 21** – Pólo Marajó – Índice de Desenvolvimento Humano – 2000

Municípios	IDH-M	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda
Soure	0,723	0,860	0,750	0,560
Salvaterra	0,715	0,860	0,750	0,540
Ponta de Pedras	0,652	0,740	0,710	0,510

Fonte: PNUD/FJP Fundação João Pinheiro, 2000.

## c) Condições de Vida

Entende-se que as condições de vida de um povo devem ser analisadas por uma série de indicadores, tais como: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; Cobertura de Serviços Públicos Básicos; Índice de Analfabetismo; Taxa de Escolaridade; índices de analfabetismo. Mediante o uso desses indicadores, pode-se delinear de um modo geral a qualidade de vida no município fornecendo subsídios para definição de prioridades de investimento de setores governamentais envolvidos.

A classificação do IDH de uma localidade varia de acordo com o índice de 0 (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo classificado da seguinte forma: quando o IDH está entre 0 e 0,499 é considerado baixo (subdesenvolvido); quando o IDH está entre 0,500 e 0,799 é considerado médio (em desenvolvimento médio); quando o IDH está entre 0,800 e 0,899 é considerado elevado (em desenvolvimento alto); quando o IDH está entre 0,900 e 1 é considerado muito elevado (em desenvolvimento muito alto).

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras como mostra a Tabela 22, passou de uma referência de baixo Desenvolvimento Humano, com 0,362, 0,343 e 0,345 respectivamente no ano de 1970, para um índice de médio desenvolvimento humano com 0,723, 0,715 e 0,652 em 2000, indicando uma melhoria na condição de vida da população.

**Tabela 22** – Pólo Marajó – Evolução do IDH.

Anos	IDH-MSoure	IDH-MSalaterra	IDH-MPonta de Pedras
1970	0.362	0.343	0.345
1980	0.498	0.500	0.405
1990	0.565	0.552	0.488
2000	0.723	0.715	0.652

Fonte: PNUD/PEA/Fundação João Pinheiro, 2008.

As Tabelas 23, 24 e 25 mostram a cobertura de serviços públicos básicos oferecidos aos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Podemos observar que nos três municípios deficiência em relação a abastecimento de água, sistemas de saneamento básico como esgotamento sanitário, coleta e disposição adequada do lixo, comprometendo as condições de vida da população.

**Tabela 23** – Soure – Cobertura de Serviços Públicos Básicos.

Indicadores Sociais	Soure (%)
Cobertura de rede de abastecimento de água (Pop. Urbana)	65.87
Cobertura de Sistemas de esgotamento sanitário (Pop. Urbana)	37.90
Cobertura de Sistemas de Coleta de Lixo (Pop. Urbana)	30.30

Fonte: IBGE. Censo, 2000; PNAD, 2003.

**Tabela 24** – Salvaterra – Cobertura de Serviços Públicos Básicos.

Indicadores Sociais	Salvaterra (%)
Cobertura de rede de abastecimento de água (Pop. Urbana)	65.24
Cobertura de Sistemas de esgotamento sanitário (Pop. Urbana)	42.20
Cobertura de Sistemas de Coleta de Lixo (Pop. Urbana)	31.45

Fonte: IBGE. Censo, 2000; PNAD, 2003.

**Tabela 25** – Ponta de Pedras – Cobertura de Serviços Públicos básicos.

Indicadores Sociais	Ponta de Pedras (%)
Cobertura de rede de abastecimento de água (Pop. Urbana)	74,56
Cobertura de Sistemas de esgotamento sanitário (Pop. Urbana)	32.00
Cobertura de Sistemas de Coleta de Lixo (Pop. Urbana)	36.41

Fonte: IBGE. Censo, 2000; PNAD, 2003.

A Tabela 26 mostra altas taxas de analfabetismo dos municípios do Pólo, Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras na população de 10 a 15 anos e população de 15 anos ou mais, sendo que o maior percentual (21,20%) de analfabetos entre 15 anos ou mais encontra-se no município de Ponta de Pedras.

**Tabela 26** – Pólo Marajó – Taxas de Analfabetismo – 2000.

Municípios	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
Soure	11,60	13,10
Salvaterra	10,00	11,80
Ponta de Pedras	16,60	21,20

Fonte: Ministério da Educação. INEP, 2009.

Na Tabela 27 são apresentados dados sobre o grau de escolaridade dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Percebe-se a baixa taxa de escolarização dos municípios no ensino médio, devido ao pequeno número de escolas municipais e estaduais neste nível de ensino.

**Tabela 27** – Pólo Marajó - Taxa de Escolarização – 2000.

Municípios	Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
Soure	83,5	21,5
Salvaterra	85,5	15,8
Ponta de Pedras	69,8	16,1

Fonte: MEC. IBGE - Censo Demográfico de 2000.

As Tabelas 28, 29 e 30 mostram o número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio na rede municipal e estadual e o número de alunos matriculados nos respectivos graus de ensino. Nota-se a ausência do ensino médio nas escolas municipais, sendo o mesmo oferecido apenas por poucas escolas estaduais instaladas nos municípios.

**Tabela 28** – Pólo Marajó – Número de Estabelecimentos de Ensino

Municípios	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual
Soure	21	04	-	03
Salvaterra	39	-	-	02

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Ponta de Pedras	69	05	-	02
-----------------	----	----	---	----

Fonte: MEC, SEDUC, 2009.

**Tabela 29** – Pólo Marajó – Distribuição do Número de Alunos Matriculados por Grau de Escolaridade Municipal.

Grau de Escolaridade	Número de Alunos Matriculados Escolas Municipais		
	Soure	Salvaterra	Ponta de Pedras
Regular – Creche	48	-	-
Regular - Pré-Escola	1.528	1.158	1.153
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3.081	2.835	2.758
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	01	1.689	606
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	215	51	86
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	-	05	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	-	463	298
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Semipresencial	-	01	-
Regular - Ensino Fundamental - Turmas Multi / Correção de Fluxo	2.009	6.915	12.015
Regular - Turmas Multietapa - Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.875	6.703	17.093
<b>Total</b>	<b>9.757</b>	<b>19.820</b>	<b>34.009</b>

Fonte: MEC, 2009.

**Tabela 30** – Pólo Marajó – Distribuição do Número de Alunos Matriculados por Grau de Escolaridade Estadual

Grau de Escolaridade	Número de Alunos Matriculados Escolas Estaduais		
	Soure	Salvaterra	Ponta de Pedras
Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série multiseriado	-	-	75
Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série	-	-	334
Ensino Fundamental EJA 1ª e 2ª etapa	-	-	50
Ensino Fundamental de 9 anos	-	-	120
Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série	1.872	-	809
Ensino Fundamental Aceleração de 5ª a 8ª série	165	-	-
Ensino Fundamental EJA 3ª e 4ª etapa	368	-	105

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Ensino médio regular	1.000	616	834
Ensino médio some regular	-	-	144
Ensino médio EJA 1ª e 2ª etapa	410	46	-
<b>Total</b>	<b>3.815</b>	<b>662</b>	<b>2471</b>

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2009.

O Estado do Pará está entre os estados brasileiros com maiores índices de evasão escolar, é o líder entre os estados da região Norte. No total, 103 mil adolescentes, de 15 a 17 anos, estavam fora da escola em 2007. De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, apenas 22,3% do total de matriculados na 1ª série do Ensino Fundamental conseguem concluir a 8ª série. Os números representam que, de 331.266 alunos matriculados, apenas 73.755 concluem o ensino médio.

A Tabela 31 apresenta a taxa de evasão escolar nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, taxas consideradas elevadas em virtude da dificuldade de acesso dos alunos à escola e a falta frequente na distribuição da merenda escolar nas escolas também é um fator que compromete a evasão escolar. (UNICEF, 2009).

**Tabela 31** – Pólo Marajó – Taxa de Evasão Escolar.

Municípios	Ensino Fundamental (%)	Ensino Médio (%)
Soure	23,2	26,1
Salvaterra	12,9	40,5
Ponta de Pedras	15,6	23,7

Fonte: SEPOF. Mapa Social dos Municípios Paraenses, 2008.

Em todo o Pólo Marajó, constata-se que existe um grande número de crianças e adolescentes trabalhando no campo sem freqüentarem a escola, porém, não existe nos órgãos oficiais um índice preciso que comprove esta realidade, pois muitas destas crianças não possuem sequer certidão de nascimento.

Atualmente, considera-se a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma localidade, através da produção de conhecimento ocorre o crescimento intelectual, o aumento da renda e da qualidade de vida das pessoas. A escola é de grande importância para a ascensão social e muitas famílias têm investido neste setor. A qualificação da população tem grande contribuição para o crescimento do turismo, portanto investimentos do setor público são necessários para melhorar os índices atuais de analfabetismo e de escolaridade.

### d) Análise da Contribuição do Turismo

A partir do estudo da dinâmica socioeconômica do Pólo Marajó identifica-se a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras passando de uma referência de baixo Desenvolvimento Humano, com 0,362, 0,343 e 0,345 respectivamente no ano de 1970, para um índice de médio desenvolvimento humano com 0,723, 0,715 e 0,652 em 2000.

Em relação ao crescimento populacional é possível perceber que a população dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras tiveram uma baixa taxa de crescimento demográfico entre os anos de 2000 a 2007, onde o Município de Salvaterra apresenta o melhor indicador dentre elas. Em relação à taxa de urbanização, a maior taxa encontra-se em Soure e a razão de sexo apresenta quase a mesma proporção do sexo masculino para o sexo feminino para os três municípios.

A distribuição da população urbana e rural no período da série histórica 1980 – 2007. Em Soure a taxa de urbanização é alta cerca de 86,70%, provocada por um êxodo rural ao longo dos anos. Em Ponta de Pedras ocorre o inverso, onde a maior parte da população 53,78% encontra-se na área rural. Em Salvaterra em relação à distribuição da população identifica-se que 57,22% encontram-se na zona urbana e 42,78% na zona rural no ano de 2007, percebe-se um equilíbrio na distribuição da população urbana e rural ao longo dos anos.

Quanto à distribuição da população em relação ao sexo, identifica-se que a população masculina é equivalente em números à população feminina em todos os municípios que compõem o Pólo. A distribuição da população por idade, indicando que os maiores percentuais da população dos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras estão na faixa etária entre 20 a 49 anos.

A qualidade de vida da população é comprometida pelo déficit dos serviços públicos básicos, podemos observar nos dois municípios deficiência em relação ao abastecimento de água, ao sistema de saneamento básico de esgotamento sanitário, coleta, disposição adequada do lixo, sistemas de comunicação e transporte, comprometendo as condições de vida da população.

Os resultados apontam um alto índice de analfabetismo nos municípios do Pólo Marajó. Percebe-se a baixa taxa de escolarização do município no ensino médio devido as poucas escolas municipais e estaduais neste nível de ensino. No Pólo constata-se que existe um grande número de crianças e adolescentes trabalhando no campo sem freqüentar a escola, vítimas de vulnerabilidade social. Os índices de evasão escolar do Estado do Pará estão entre os maiores do Brasil, sendo o líder entre os estados da região norte. Cerca de 103 mil adolescentes, entre 15 a 17 anos, estavam fora da escola em 2007.

Quando se analisou a evolução econômica do PIB estadual e a contribuição do PIB no setor de serviços onde a atividade do turismo está inserida chega-se a conclusão que ele participa de forma significativa para o desenvolvimento regional. Segundo a SEPOF no ano de 2006 a participação do PIB paraense representou 36,98% do PIB da região norte.

A receita anual gerada pela atividade turística no Estado do Pará que foi de R\$ 841 milhões, sendo 7,68% a mais que 2007. Em 2008 a atividade turística contribuiu com uma participação de 2,79% no PIB do Estado do Pará.

Concluiu-se que o turismo é um fenômeno social de grande importância econômica para os Municípios do Pólo Marajó, pois ao demandar bens e serviços dos diversos setores da economia, gera efeitos multiplicadores que refletem no desenvolvimento da região. E mais, o turismo realmente contribui de forma significativa para a economia do município, tanto na geração de renda e empregos, quanto na geração de impostos. A atividade turística proporciona a melhoria dos serviços, pois a mesma exige infraestrutura de acesso e meios de transportes cada vez mais avançados provocando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população

### **1.4 Aspectos Socioambientais**

#### **a) Recursos Naturais: Situação de Qualidade e Descrição dos Usos a que se Destinam Destacando-se:**

##### **Qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos**

O Governo do Estado do Pará, preocupado com a situação da qualidade e do uso dos recursos hídricos em todo o seu território, em junho de 2001, adotou a Política Estadual de Recursos Hídricos, tendo como unidade físico-territorial a bacia hidrográfica para implementação e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. (SEMA, 2008).

A Ilha do Marajó, localizada na foz do Rio Amazonas, região de maior biodiversidade do mundo, é abundante em **recursos hídricos superficiais e subterrâneos**, fazendo parte da paisagem geográfica e geológica da ilha, que, inevitavelmente influencia na economia, na alimentação, no transporte e no turismo da localidade. A grande quantidade de água é tão intrínseca no dia-a-dia da população ribeirinha que a mesma não se dá conta da importância do potencial hídrico a qual está inserida.

O Pólo Marajó apresenta uma vasta gama de recursos naturais oferecidos pela floresta e pelo manancial de águas doces, cristalinas, límpidas e até minerais encontradas em seus rios, igarapés, furos, cachoeiras e praias, além de outros cursos d'água que se tornam produtos turísticos no segmento do ecoturismo, turismo de aventura, rural, científico, de contemplação, dentre muitos outros que o pólo pode oferecer.

O Município de Soure é banhado pelo Rio Paracauari, o mais importante da região, que nasce nas proximidades do Lago Guajará com o nome de São Lourenço e percorre grande extensão até o Rio do Saco. A partir daí recebe o nome de Paracauari, rico em pescados e mariscos em toda a sua extensão. Por fim, deságua na Baía de Marajó. É o principal rio navegável, servindo de via de acesso e transporte de passageiros, artigos de comércio, gado e outros produtos. Seu maior afluente é o Rio São Macário, o qual possui outros dois afluentes, o Nazaré e o Mangueira. Destaca-se em seu curso de oeste para leste, o Rio do Saco ou Cuieiras, afluente da margem esquerda, o Rio das Tartarugas, a oeste convertido no Canal das Tartarugas, além dos Rios Cambu, Pacovelinho, Cuaxinguba, Araraquara e Muruim Grande, e os Lagos Guará, Cipó, Assacu, Tenente e Goiaba. (MMA, 2009, v.1).

O rio também serve de limite natural para o Município de Salvaterra. Outro rio importante do município é o Camará, que recebe uma série de afluentes, mas apenas os da margem esquerda pertencem ao município, entre eles, o Rio São Miguel e o Rio da Vala do Rosário. Drenando para a Baía do Marajó, aparecem o Rio Condeixa e os Igarapés das Cobras, Água Boa e Caruanã. (MMA, 2009, v.1).

O Furo do Miguelão é a via de acesso para Soure e Salvaterra. O Furo do Mucunã, um de seus prolongamentos, dá acesso à comunidade quilombola de Mangueiras.

O Município de Ponta de Pedras apresenta em sua hidrografia quatro importantes rios: o Rio Arari, que serve de limite natural entre o município e Cachoeira do Arari, tendo apenas seus afluentes da margem direita situados no município; o Rio Anabiju, a oeste do município, que se dirige para o sudeste e serve de limite natural entre Ponta de Pedras e Muaná; o Rio Anajás, que vai do oeste para nordeste servindo parcialmente de limite entre Ponta de Pedras e Anajás; e a sudeste do município está o Rio Marajó-Açu, às margens do qual se localiza a sede do município. Esse rio se interliga, a montante, com vários rios, furos e igarapés, e deságua na Baía de Marajó. (MMA, 2009, v.1).

### **Níveis e fonte de poluição**

A maior **fonte de poluição** dos rios e igarapés do Pólo são os esgotos com dejetos humanos que normalmente são lançados diretamente nos cursos d'água, comprometendo a **qualidade dos recursos hídricos superficiais** e o **nível de balneabilidade das águas**, já que não se pode utilizar as águas aparentemente límpidas destes mananciais sem o evidente risco de contrair doenças de veiculação hídrica.

Nos municípios de Soure e Ponta de Pedras, conforme mostra a Figura 21 abaixo, os resíduos sólidos que se acumulam ao longo dos rios, nas proximidades das casas da população ribeirinha, vêm contaminando o solo e comprometendo a qualidade dos lençóis subterrâneos de água, bem como a poluição dos mananciais de abastecimento dos municípios, que ficam muito próximo ao lixão.



**Figura 21** – Lixão no município de Ponta de Pedras.  
Fonte: AMAM, 2008.

A Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM realizou um estudo ambiental nos municípios da região e constatou a poluição do Rio Paracauari, provocado pelos resíduos lançados pelo matadouro municipal e pelo lançamento de dejetos de esgotos diretamente no rio, além da contaminação por óleo diesel emitido pela Usina de Energia Elétrica que existe a região, de acordo com as Figuras 22 e 23 a seguir:

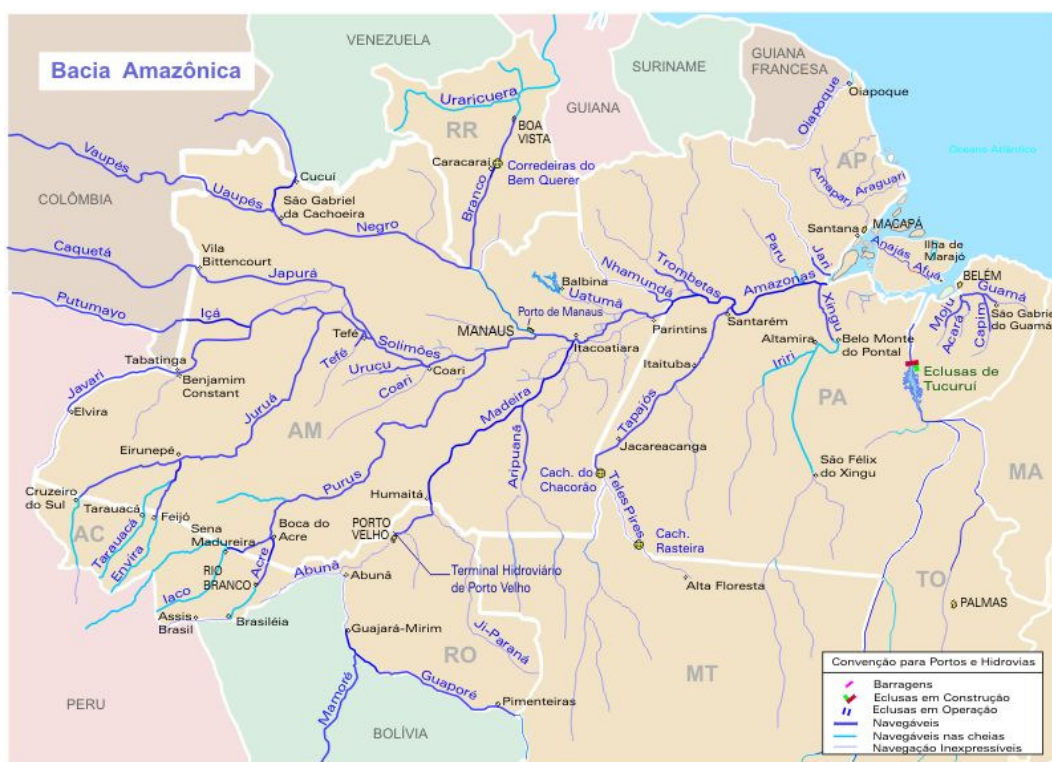


**Figuras 22 e 23** - Matadouro Municipal de Soure.  
Fonte: AMAM, 2008.

## Disponibilidade hídrica e possibilidades de aproveitamento

Quanto a **disponibilidade hídrica e a possibilidade de aproveitamento desse potencial**, constata-se que a hidrografia do Estado do Pará é a sua maior e melhor riqueza, pois permite a delimitação de inúmeras bacias, constituindo uma vasta rede, característica dos estados da região amazônica. O estado possui o maior potencial hidrelétrico da Amazônia Legal, com cerca de 61.000 MW, que correspondem a 23,5% do potencial brasileiro; acrescenta-se ainda 4000 km de vias navegáveis que, se forem construídas eclusas nos rios Tocantins, Araguaia, Xingú e Tapajós, aumentam mais ainda este potencial hídrico. (SEMA, 2008).

A Região Hidrográfica Amazônica, apresentada na Figura 24 abaixo, é constituída pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, situada no território nacional e, também, pelas bacias hidrográficas dos rios existentes na Ilha do Marajó e dos rios situados no Estado do Amapá, que deságuam no Atlântico Norte.



Mapa elaborado no Banco de Informações e Mapas dos Transportes da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes

**Figura 24 – Região Hidrográfica do Rio Amazonas.**

Fonte: Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, 2009.

## Níveis de balneabilidade das praias e outros cursos d'água

As praias localizadas nos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras apresentam um índice de balneabilidade em suas águas próprio para o banho, além de serem de fácil acesso para os turistas, tornando-se um atrativo natural com possibilidades de grande aproveitamento turístico.

A população também utiliza as águas dos rios e igarapés para consumo doméstico, como água potável, para o preparo de comidas, para o banho, para lavar a roupa e para lazer, onde as crianças brincam e se divertem com os animais e plantas existentes em suas margens.

Na Ilha do Marajó, a ocupação rarefeita do território, o baixo grau de intervenção humana, o incipiente desenvolvimento econômico e a condição hídrica privilegiada fazem com que a **bacia hidrográfica não apresente problemas de disponibilidade hídrica**. Todavia, a riqueza do bioma amazônico e a sua profunda interação com os corpos hídricos fazem com

que quaisquer ações desencadeadas no espaço geográfico da bacia produzam efeitos imediatos sobre os recursos hídricos.

### **Qualidade do ar e níveis de poluição atmosférica**

No que tange à **qualidade do ar** e os **níveis de poluição atmosférica**, diversos indicadores podem caracterizá-los, sendo geralmente expressos pela emissão e concentração de fontes poluentes e das condições meteorológicas existentes num determinado intervalos de tempo. Fontes poluentes são as instalações de combustão, centrais térmicas, caldeiras industriais, processos industriais, incineradores e veículos motores. Os indicadores mais utilizados são os poluentes como dióxido de enxofre (SO<sup>2</sup>), óxido de ozoto (NO<sup>2</sup>), monóxido de carbono (CO) e partículas totais em suspensão. (UFPA, 2005).

No Pólo Marajó a qualidade do ar é excelente, pois não existe poluição atmosférica devido ao pequeno número de veículos e a inexistência de outras fontes poluidoras.

### **Condições dos terrenos, Limitações de uso, possibilidades e capacidade de suporte para fins de desenvolvimento turístico**

Já as **condições dos terrenos** e as **limitações dos solos** são regidas pelos Planos Diretores dos três municípios que fazem do Pólo Marajó. Os respectivos territórios foram divididos em macrozoneamentos de acordo com as vocações intrínsecas às áreas e aos objetivos de seus Planos Diretores.

O Município de Soure teve seu território dividido em macrozoneamento de acordo com as vocações intrínsecas às áreas e aos objetivos do seu Plano Diretor: Macrozona Urbana; Macrozona Rural, e Macrozona de Proteção Integral. A Macrozona Urbana se divide nas seguintes zonas: Zona Urbana Consolidada; Zona Urbana de Expansão e Qualificação.

As Macrozonas Urbanas e Rurais devem respeitar, entre outras, as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas em planos de manejo e zoneamento das unidades de conservação que as integram. Nas zonas onde incidem sítios e conjuntos urbanos tombados deverão ser respeitados os critérios específicos estabelecidos pela respectiva legislação.

A Zona Urbana Consolidada é composta pelas áreas urbanizadas ou em processo de urbanização, servidas de infraestrutura e equipamentos comunitários, com média e baixa densidade populacional, e enclaves de alta densidade. Esta zona deve desenvolver as potencialidades dos núcleos urbanos, incrementando a dinâmica interna e melhorando sua integração com áreas vizinhas, de acordo com as seguintes diretrizes: promover o uso diversificado, de forma a otimizar o transporte público e a oferta de empregos; fomentar o desenvolvimento urbano por meio da melhoria da infraestrutura urbana e equipamentos públicos existentes.

A Zona Urbana de Expansão e Qualificação é composta por áreas propensas à ocupação urbana e que possuem relação direta com áreas já implantadas, sendo também integrada por assentamentos informais que necessitam de qualificação. Esta zona deve ser planejada e ordenada para o desenvolvimento equilibrado das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com as seguintes diretrizes: estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes; aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para qualificação, ocupação e regularização do solo; qualificar as áreas ocupadas para reversão dos danos ambientais e recuperação das áreas degradadas; constituir áreas para atender às novas demandas habitacionais, e priorizar a ocupação dos vazios urbanos nas Áreas de Regularização.

A Macrozona Rural compreende tanto as áreas de agropecuária comercial intensiva, como áreas de pastagens e de plantio de subsistência. O desenvolvimento de atividades nesta zona deve contribuir para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais com atividades primárias, não excluindo as atividades inerentes ao setor secundário e terciário. Sendo permitida a implantação de equipamentos públicos, comunitários e atividades de apoio à comunidade residente neste espaço. Nesta zona é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores às dimensões dos lotes determinados por zoneamento ou plano de manejo das unidades de conservação nele contidas. Pretende-se reforçar a vocação rural mediante: consolidação do uso rural produtivo, por meio de atividades agropecuárias; incentivo de usos intensivos e a verticalização da produção; respeito à capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas superficiais e subterrâneas; adoção de medidas de controle ambiental, de conservação do solo e de estradas; garantir o uso agropecuário desde que compatível com a conservação dos recursos naturais e com a manutenção da qualidade dos mananciais para o abastecimento de água; respeitar as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas pela legislação referente às unidades de conservação nela inseridas, e exigir das atividades potencialmente poluidoras já instaladas o devido licenciamento ambiental.

A Macrozona de Proteção Integral é composta pelas unidades de conservação, dentre elas a Reserva Extrativista (RESEX) de Maruanazes. Estas unidades são regidas por legislação específica, observadas as disposições estabelecidas nos respectivos planos de manejo, quanto ao uso e ocupação do solo. Devendo ser estabelecidos corredores ecológicos ou outras conexões entre as unidades de conservação por meio de programas e projetos que incentivem a manutenção de áreas remanescentes. (PLANO DIRETOR DE SOURE, 2006).

O Município de Salvaterra teve seu território dividido em macrozoneamento de acordo com o seu Plano Diretor Participativo, em: Macrozona Urbana, Macrozona Rural e Macrozona de Proteção Integral.

As Macrozonas Urbanas e Rurais devem respeitar, entre outras, as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas em planos de manejo e zoneamento das unidades de conservação que as integram. Nas zonas onde incidem sítios e conjuntos urbanos tombados deverão ser respeitados os critérios específicos estabelecidos pela respectiva legislação.

A Zona Urbana é composta pelas áreas urbanizadas ou em processo de urbanização, servidas de infraestrutura e equipamentos comunitários, com média e baixa densidade populacional, e enclaves de alta densidade. Esta zona deve desenvolver as potencialidades dos núcleos urbanos, incrementando a dinâmica interna e melhorando sua integração com áreas vizinhas, de acordo com as seguintes diretrizes: promover o uso diversificado, de forma a otimizar o transporte público e a oferta de empregos; fomentar o desenvolvimento urbano por meio da melhoria da infraestrutura urbana e equipamentos públicos existentes.

A Macrozona Rural compreende tanto as áreas de agropecuária comercial intensiva, como áreas de pastagens e de plantio de subsistência. O desenvolvimento de atividades nesta zona deve contribuir para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais com atividades primárias, não excluindo as atividades inerentes ao setor secundário e terciário. Sendo permitida a implantação de equipamentos públicos, comunitários e atividades de apoio à comunidade residente neste espaço. Nesta zona é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores às dimensões dos lotes determinados por zoneamento ou plano de manejo das unidades de conservação nele contidas.

A Macrozona de Proteção Integral é composta pelas unidades de conservação, dentre elas a Reserva Ecológica Mata do Bacurizal. Estas unidades são regidas por legislação específica, observadas as disposições estabelecidas nos respectivos planos de manejo, quanto ao uso e ocupação do solo. Devendo ser estabelecidos corredores ecológicos ou outras conexões

entre as unidades de conservação por meio de programas e projetos que incentivem a manutenção de áreas remanescentes. (PLANO DIRETOR DE SALVATERRA, 2006).

O Município de Ponta de Pedras teve seu território dividido em macrozoneamento de acordo com as vocações intrínsecas às áreas e aos objetivos do seu Plano Diretor, em: Macrozona Urbana; Macrozona Rural e Macrozona de Proteção Integral.

A Macrozona Urbana se divide nas seguintes zonas: Zona Urbana Central, Zona Urbana de Expansão do Perímetro Urbano e Zona Urbana de Uso Controlado.

A Macrozona Rural é dividida nas seguintes zonas: Zona Rural de Uso Diversificado e Zona Rural de Uso Controlado.

As Macrozonas Urbanas e Rurais devem respeitar, entre outras, as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas em planos de manejo e zoneamento das unidades de conservação que as integram. Nas zonas onde incidem sítios e conjuntos urbanos tombados deverão ser respeitados os critérios específicos estabelecidos pela respectiva legislação.

As Áreas de Proteção Integral – API e as Áreas de Risco de Saúde – ARS correspondem às parcelas do território que se sobrepõem às Zonas Urbanas e Rurais por exigirem parâmetros e diretrizes de uso e ocupação do solo diferenciado e preponderante sobre aqueles das zonas nas quais se inserem.

A Zona Urbana Consolidada é composta pelas áreas urbanizadas ou em processo de urbanização, servidas de infraestrutura e equipamentos comunitários, com média e baixa densidade populacional, e enclaves de alta densidade. Esta zona deve desenvolver as potencialidades dos núcleos urbanos, incrementando a dinâmica interna e melhorando sua integração com áreas vizinhas, de acordo com as seguintes diretrizes: promover o uso diversificado, de forma a otimizar o transporte público e a oferta de empregos; fomentar o desenvolvimento urbano por meio da melhoria da infraestrutura urbana e equipamentos públicos existentes.

A Zona Urbana de Expansão e Perímetro Urbano é composta por áreas propensas à ocupação urbana e que possuem relação direta com áreas já implantadas. Esta Zona deve ser planejada e ordenada para o desenvolvimento equilibrado das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com as seguintes diretrizes: estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes; aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para sua estruturação, ocupação e regularização do solo; qualificar as áreas ocupadas para reversão de possíveis danos ambientais e recuperação das áreas degradadas; constituir áreas para atender às novas demandas habitacionais, e priorizar a ocupação dos vazios urbanos nas Áreas de Regularização.

A Zona Urbana de Uso Controlado é composta por áreas predominantemente habitacionais de baixa densidade.

O desenvolvimento de atividades na Macrozona Rural deverá contribuir para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais com atividades primárias, não excluindo as atividades inerentes ao setor secundário e terciário. É permitida a implantação de equipamentos públicos, comunitários e atividades de apoio à comunidade residente neste espaço. Nesta macrozona é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores a dois hectares e inferiores às dimensões dos lotes determinados por zoneamento ou plano de manejo das unidades de conservação nele contidas.

A Zona Rural de Uso Diversificado é aquela que compreende tanto áreas de pastagens, como de plantio e pesca de subsistência. Nesta zona de uso diversificado pretende-se reforçar a vocação rural mediante: consolidação do uso rural produtivo, por meio de atividades

agropastoris; incentivo de usos intensivos e a verticalização da produção; respeito à capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas superficiais e subterrâneas, e adoção de medidas de controle ambiental, de conservação do solo e de estradas.

A Zona Rural de Uso Controlado é composta por áreas de atividades pastoris, agrícola e pesca de subsistência, bem como de pesca intensiva, sujeitas às restrições impostas pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água. Esta zona deverá compatibilizar as atividades nela desenvolvidas com a conservação dos recursos naturais, com a recuperação ambiental e com a proteção dos recursos hídricos, de acordo com as seguintes diretrizes: garantir o uso agropecuário desde que compatível com a conservação dos recursos naturais e com a manutenção da qualidade dos mananciais para o abastecimento de água; respeitar as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas pela legislação referente às unidades de conservação nela inseridas; exigir das atividades potencialmente poluidoras já instaladas, o devido licenciamento ambiental; adotar medidas de controle ambiental, de conservação do solo e de estradas; respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas.

A Macrozona de Proteção Integral é composta pela seguinte unidade de conservação: Sítios Arqueológicos ou Tesos Indígena. As unidades de conservação que integram esta macrozona são regidas por legislação específica, observadas as disposições estabelecidas nos respectivos planos de manejo, quanto ao uso e ocupação do solo. Deverão ser estabelecidos corredores ecológicos ou outras conexões entre as unidades de conservação, por meio de programas e projetos que incentivem a manutenção de áreas remanescentes. Os Sítios Arqueológicos ou Tesos Indígenas precisam ser delimitados através de estudos específicos como também as áreas litorâneas de praias do Município. As unidades de conservação que integram esta macrozona deverão ser regidas por legislação específica, observados os problemas da retirada ilegal e sem o devido controle dos recursos naturais ali existentes como pedras e areia. (PLANO DIRETOR DE PONTA DE PEDRAS, 2006).

**Conclui-se**, portanto, que são identificados **recursos e atrativos naturais** em todo o Pólo Marajó que podem ser usados e desfrutados como **potencialidades turísticas** para ser um dos grandes Pólos Turísticos do Estado do Pará, porém alguns entraves ainda persistem em dificultar o crescimento deste mercado, apresentando desta forma fragilidades quanto à **capacidade de suporte para fins de desenvolvimento turístico**, em relação ao transporte, por exemplo, pois para se chegar aos três municípios do Pólo ainda são utilizadas embarcações que não oferecem nenhuma segurança aos passageiros. Outra deficiência constatada é em relação à infraestrutura básica, como a falta de equipamentos de hospedagem e alimentação compatíveis com a qualidade exigida pelos padrões nacional e internacional, principalmente na zona rural. A falta de qualificação das pessoas envolvidas diretamente com as atividades turísticas também compromete o atendimento e desenvolvimento de um turismo sustentável, e a conscientização desta população que deve saber usar, preservar e manter o meio ambiente como fonte de recursos naturais e, conseqüentemente, como fonte econômica de geração de emprego e renda.

### **b) Identificação e Descrição de Áreas Degradadas**

O Estado do Pará, assim como em toda a Amazônia, sofre com a exploração madeireira, que é praticada de forma predatória e causa impactos severos ao ecossistema florestal, deixando um rastro de devastação em várias áreas da floresta. O Fórum Social Mundial aponta que os desmatamentos no estado estão chegando a 20% da extensão do território, o que equivale a quase 25 milhões de hectares. Nesse contexto, faz-se urgente que a existência de ações de fiscalização e efetivas punições, através de elevadas multas ou mesmo do fechamento das atividades das empresas que atuam na indústria madeireira, sejam uma constante nesta região. (FSM, 2009).

A questão ambiental na Ilha do Marajó não difere do resto do Estado do Pará, o fenômeno de degradação ambiental começou a ocorrer com o aumento da população humana em seu território e, conseqüentemente, com a ação devastadora do homem, provocando alterações nas paisagens, poluições hídricas e acúmulo de resíduos sólidos. Os recursos naturais renováveis existentes na região têm como característica marcante a lenta capacidade e velocidade de renovação.

Foram identificadas áreas degradadas que fazem parte das zonas urbanas dos municípios que compõem o Pólo do Marajó, tendo em vista que o uso dos recursos naturais tem sido inadequado e não conservacionista como seria racional. Identificou-se como fator de degradação o **desmatamento**, principalmente o clandestino pela prática das queimadas, pela derrubada das árvores seculares por empresas madeireiras e para transformar-se em imensas áreas de pastagem para o gado, o que está diminuindo consideravelmente a cobertura florestal das áreas de terra firme e ciliares que fazem parte da paisagem natural da ilha, **comprometendo a qualidade dos recursos físicos e bióticos**, como a fauna e a flora típica da região. (IMAZON, 2008).

Os municípios, cidades, vilas e as comunidades que formam o Pólo do Marajó têm sua história, cultura e economia relacionadas aos rios ou igarapés da região, que estão sendo degradados por ações continuadas, como o próprio desmatamento da floresta tanto de terra firme como as ciliares, e o **uso inadequado de agrotóxicos, exploração de minérios** como areia, pedra e barro, a **pesca predatória** com o uso de tapagem, malhadeiras, venenos e bombas, a utilização dos cursos d'água como locais de lazer sem uma infraestrutura adequada, as atividades diárias domésticas como lavagem de roupa e o despejo de rejeitos de esgotos sem critérios estão degradando estes recursos hídricos pela erosão, assoreamento, perda da qualidade da água, da piscosidade e da biodiversidade associada. (AMAZÔNIA, 2008).

Outro fator de degradação é o **manejo predatório dos açazais** fazendo com que este recurso natural que não está sendo renovado, esteja em declínio, desaparecendo em muitas localidades do Pólo do Marajó. Em contrapartida, a exploração racional da polpa e do palmito do açaí, poderia se tornar em uma das principais fontes de renda nas regiões florestais da região. Muitas destas áreas desmatadas já não produzem mais madeira e nem o açaí, a biodiversidade foi destruída, e as áreas transformadas em pastagens. O resultado final é o empobrecimento do ribeirinho e o êxodo rural pela falta de trabalho.

Em quase todo o Município de Salvaterra, foram identificadas áreas degradadas pelo processo de **desmatamento**, por causa da produção agrícola do abacaxi cultivada em sistema itinerante, e das culturas de subsistência, que são desenvolvidas sem as devidas recomendações técnicas. Além disso, a pecuária do tipo extensiva a cada dia vem formando pastos através dos desmatamentos ilegais. O Anexo G apresenta o Mapa de Desmatamento da Amazônia e o Anexo H mostra o Mapa da Projeção do Desmatamento até 2050.

Foi identificado também que o lixo depositado a céu aberto constitui ameaça à **qualidade dos recursos físicos e bióticos das praias e manguezais**. Os impactos da falta de coleta deste lixo causam a poluição das praias, afetam a saúde da população, os locais de visitação pública e os atrativos turísticos, abalando todo o turismo da área. Detectou-se também que os locais dos lixões são inapropriados, pois se localizam perto dos mananciais de abastecimento de água, ocorrendo o risco de contaminação e também não há a separação do lixo residencial do lixo gerado pelos estabelecimentos de saúde. (AMAM, 2008).

Outro fator de degradação identificado no Município de Salvaterra são os **conflitos agrários** que ocorrem em várias áreas deste município. Na comunidade de Bacabal, habitada pelos remanescentes dos quilombolas onde o grande latifundiário se diz dono da maioria das terras.

Na localidade de Caldeirão, onde foi ocupada uma área na fazenda do “Americano”, por aproximadamente 500 famílias criando a ocupação São Veríssimo, com a alegação de que é uma fazenda improdutivo. Outras áreas de ocupação irregular são identificadas em Joanes, no Bairro da Piçarreira e na área do Lago Caraparú. (MMA, 2009, v.2).

É evidente que as alternativas para o turismo, principalmente para o ecoturismo, no Pólo Marajó estão perdendo muito com a eliminação das áreas florestais. Assim, torna-se urgente a **conscientização da preservação do meio ambiente**, através da educação ambiental dos ribeirinhos nas áreas florestais, bem como **intensificar as ações de fiscalização ambiental** para potencializar estes usos de maneira correta e consciente, podendo assim trabalhar as verdadeiras necessidades de reabilitação nestas áreas degradadas que foram identificadas, para conservá-las e transformá-las em produtos turísticos. (MMA, 2009, v.2).

### c) Identificação e Avaliação dos Impactos no Meio Ambiente

A preocupação acerca do futuro sustentável da região do Pólo Marajó vem ganhando gradativamente esforços dos setores político, econômico e social, visto que o turismo nos espaços naturais não deve ser apenas modismo de uma época e a opinião pública tem se conscientizado cada vez mais da necessidade de proteger o meio ambiente. Se, pelo lado da demanda, a motivação “contato com a natureza” se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante. (MMA, 2009).

Partindo-se de tais premissas, a **identificação e avaliação dos impactos no meio ambiente** do Pólo Marajó foram avaliadas segundo o movimento da dinâmica socioeconômica, fruto da expansão geográfica da localidade, principalmente nas zonas urbanas dos municípios, já que a atividade turística não atua de forma isolada, mas em conjunto com outras atividades econômicas.

Em pesquisa de campo, nos municípios que compõem o Pólo, foram identificados alguns **impactos negativos** no meio ambiente promovidos pela atividade turística. Apesar de esta atividade ser sazonal, pois só é desenvolvida em grande escala durante os períodos de alta temporada, considerando os meses de férias e os feriados prolongados, a presença dos turistas provoca o aumento da poluição das praias e dos rios, por causa dos dejetos que ali são lançados. Foi constatado também o aumento da geração de **resíduos sólidos**; o aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável, além da caça e da pesca predatória.

Identificam-se também as **invasões clandestinas** ocasionando os conflitos agrários, então com o objetivo de proteger estas áreas e desenvolver o potencial ecológico foram criadas as Unidades de Conservação no Arquipélago do Marajó. Estas modalidades de Unidade de Conservação do tipo Área de Proteção Ambiental - APA apresentam poucas restrições ao Ecoturismo em todas as suas ilhas, desde que as atividades realizadas por guias e turistas não sejam depredatórias.

Em algumas fazendas dos municípios que compõem o Pólo, existem locais de revoada e pouso de garças, que vêm servindo como atração para o turismo ecológico, atraindo inclusive turistas e pesquisadores do exterior. Infelizmente, acontece a **degradação do meio ambiente**, principalmente relacionado à fauna, pois, existe clandestinamente o comércio ilegal de uma variedade muito grande de animais silvestres, típicos da região Amazônica. (MMA, 2009, v.1). Então, o controle das pessoas hospedadas nestas estâncias, tem que ser rigoroso para se diferenciar o turista verdadeiro, que vem somente para apreciar a natureza, daquele que vem para degradar, levando embora o rico patrimônio natural da fauna amazônica.

O Arquipélago do Marajó, configurando-se como modalidade de Unidade de Conservação do tipo APA – Área de Proteção Ambiental, apresenta poucas restrições ao ecoturismo em todas suas ilhas. As áreas protegidas apresentadas são: a Área de Proteção Ambiental - APA do Marajó, que envolve todo o Arquipélago do Marajó, com 5.500 km<sup>2</sup>. Foi dada atenção especial aos problemas de conservação da natureza na Ilha do Marajó, principalmente em relação à depredação dos açais devido ao manejo inadequado, aos desmatamentos crescentes na área florestal, para que não ocorra a perda da biodiversidade, bem como a poluição e assoreamento dos rios e igarapés, preservando as populações nativas em suas comunidades e evitando assim a expulsão ou marginalização dos ribeirinhos e dos descendentes dos quilombolas. (SEMA, 2008).

Circundadas pela APA do Marajó, já foram criadas duas outras modalidades de Unidades de Conservação: a Floresta Nacional de Caxiuanã e a Reserva Extrativista Marinha de Soure, as quais têm regimes independentes de manejo.

### **d) Gestão Ambiental: Políticas Públicas e Programas de Gestão Ambiental**

A gestão das políticas públicas para o desenvolvimento ambiental sustentável está amparada por parâmetros de programas e políticas capazes de conciliar pelo planejamento, o crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

No âmbito federal, o Ministério do Meio Ambiente - MMA tem a competência sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, bem como a Política de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas, e Biodiversidade e Florestas. Ao MMA são atribuídas também as Políticas para a Integração do Meio Ambiente e Produção; Políticas e Programas Ambientais para a Amazônia Legal; e os zoneamentos ecológico-econômicos. (MMA, 2008).

Na esfera estadual, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e as Secretarias Municipais são os órgãos responsáveis pela proteção ao meio ambiente dos três municípios que compõem o Pólo.

Em Belém, em março de 2009, aconteceu uma reunião para discutir o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da região amazônica e buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e ambiental com a presença dos secretários de meio ambiente dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, ressaltando a presença do representante do Estado do Pará e do secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Como fruto das discussões foi elaborado a “Carta de Belém”, documento que engloba as decisões definidas do encontro. Um dos principais destaques da carta é o posicionamento do Zoneamento Ecológico Econômico no centro da agenda de planejamento estratégico e de desenvolvimento dos estados da Amazônia. A proposta concentra-se na aceleração desse zoneamento no âmbito estadual visando facilitar as ações desencadeadas pelo Programa Amazônia Sustentável – PAS, e o controle de desmatamento da região Amazônica. (SEMA, 2008).

Para selar o compromisso, os nove estados assinaram um termo de compromisso, no qual foram estabelecidos prazos e regras para a conclusão dos seus projetos de zoneamento ambiental.

Quanto à **capacidade institucional dos municípios e das entidades estaduais na gestão ambiental**, no Estado do Pará, a SEMA, com o intuito de fortalecer os mecanismos para a gestão ambiental estadual, vem preparando municípios para assumirem sozinhos as

atividades de gestão ambiental local, descentralizada e compartilhada, através de apoio técnico e recursos oriundos do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA. (SEMA, 2008).

O município tem papel importante na gestão, visto que é a instância de poder que conhece detalhadamente seu território, podendo nele agir melhor, além da interação limítrofe que existe entre os membros sociais, possibilitando melhores análises e respostas às necessidades requeridas.

O fortalecimento institucional ocorre através da participação da sociedade no Projeto de Gestão Integrada, através da criação e fortalecimento dos Conselhos e Órgãos Municipais de Meio Ambiente. Baseado na premissa anteriormente citada percebe-se que, no Pólo Marajó a participação da sociedade civil organizada nas decisões políticas estaduais ainda são incipientes.

Em relação ao fortalecimento dos conselhos e órgãos municipais a SEMMA através do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA que é um órgão colegiado de caráter deliberativo tem por finalidade: contribuir para a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de políticas e programas municipais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, vem tentando promover, no âmbito de sua competência, a regulamentação da legislação para implementação da política municipal de meio ambiente, porém identifica-se que as políticas apesar de existirem não cumpridas de forma legal.

Em pesquisa de campo foi identificado que para ocorrer uma boa gestão ambiental de maneira eficaz e eficiente, é necessário traçar políticas públicas e obter recursos financeiros. Percebe-se que é de fundamental importância investir na capacitação dos gestores e das equipes envolvidas em todo o processo para fortalecer a capacidade institucional dos municípios e das entidades estaduais na gestão ambiental. É necessária a implantação de programas de educação ambiental e turística nas escolas, a qualificação da comunidade para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis com a finalidade de desenvolver a consciência da população para a necessidade da preservação do meio ambiente. O turismo é uma alternativa de geração de renda, mas que pode trazer impactos positivos e negativos, portanto precisa ser muito bem planejado. Para a prevenção de impactos negativos no meio ambiente relacionados à atividade turística é de grande importância a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) no Pólo Marajó, Elaboração do Plano de Ecoturismo em Áreas Protegidas do Pólo Marajó, Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica e Estudo de capacidade de carga.

Os fatores que agravam a eficiência da fiscalização nas Unidades de Conservação são: a falta de capacitação, a existência de um número reduzido de funcionários nas equipes de trabalho, a falta de equipamentos adequados para execução das atividades. Estes fatores poderiam ser reduzidos através da criação de um banco de dados para o monitoramento e controle da área norteando os responsáveis pelo desenvolvimento turístico no Pólo Marajó, através da coleta de informações pertinentes ao crescimento do setor.

Atualmente os Municípios que compõem o Pólo Marajó apresentam fragilidades em relação à gestão ambiental em virtude da falta de planos ambientais sustentáveis que previnam impactos negativos no meio ambiente relacionados à atividade turística e que preservem a natureza com educação ambiental, tais como: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) no Pólo Marajó; Plano de Ecoturismo e de Manejo e Uso Público em Áreas Protegidas.

As políticas públicas de meio ambiente vêm ocupando espaço paulatinamente no âmbito do planejamento e gestão pública no Estado do Pará. Percebe-se que os gestores municipais e estaduais estão sentindo a necessidade de um planejamento sistemático, percebendo o aumento da importância do meio ambiente e da atividade turística para a economia local.

Com isso novos desafios na formulação e aplicabilidade dessas políticas estão aos poucos se incorporando na gestão pública numa perspectiva multiprofissional, inter e transdisciplinar para sua efetiva concretização.

Nesta proposta o turismo se enquadra como uma das mais válidas opções para o desenvolvimento local, passando a ser articulado fortemente com a questão ambiental a partir da Política Nacional de Meio Ambiente criada em 1981.

Logo, no que concerne ao planejamento e gestão da atividade, o turismo teve avanços significativos com a publicação do PLANO NACIONAL DO TURISMO – PNT, quando o Estado do Pará tenta implantar na Paratur suas diretrizes, metas e programas.

No ano de 2003 com a criação do Ministério do Turismo – Mtur e sua importância significativa para o planejamento da atividade turística num contexto nacional, a Paratur tenta alinhar suas atividades levando em consideração as prerrogativas políticas articulando juntamente com outros ministérios, tais como os dos Transportes, da Defesa, da Integração Nacional, e do Meio Ambiente.

Desde o surgimento do PROECOTUR ou PRODETUR NORTE (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil) o Estado do Pará está inserido nas políticas nacionais para o desenvolvimento do turismo de maneira atuante. Atualmente com o PRODETUR tendo caráter nacional, a Paratur vem estimulando sua equipe técnica a se inserir de forma integrada em todas as atividades do programa, fortalecendo as ações das políticas públicas em relação ao turismo e ao meio ambiente no Pólo Marajó.

### e) Gestão Ambiental nas Empresas Públicas e Privadas

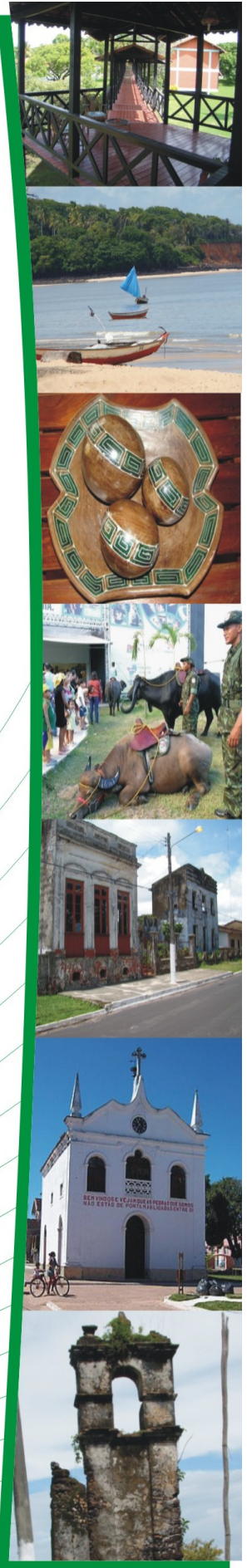
A **gestão ambiental nas empresas públicas e privadas** pode ser definida como um conjunto de normas administrativas, programas e metas operacionais que buscam a saúde e a segurança dos indivíduos e a sustentabilidade do meio ambiente por meio da minimização e eliminação de impactos e danos ambientais.

O Governo do Estado do Pará, ciente da sua responsabilidade como gestor público da atividade turística e ciente de que a sociedade paraense está cada vez mais crítico e reflexivo no que diz respeito aos danos ambientais e suas conseqüências para o planeta, já está se articulando para por em prática o cumprimento de leis, que reparem danos ambientais, impedindo até mesmo a implantação de novos empreendimentos ou atividades que venham a degradar as localidades, porém até o momento, de acordo com a SEMA no Estado do Pará não existe ainda **Programas de Certificação Ambiental de Empresas Turísticas** em fase de efetivação e nem em fase de implantação.

### f) Avaliação dos Projetos Ambientais

De acordo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará – SEMA, não existem projetos ambientais executados nas Unidades de Conservação ou áreas protegidas, no Pólo Marajó. Existem Projetos em fase de captação de recursos. Alguns projetos foram inseridos no Plano de Ação do PDITS.

# Análise da Oferta Turística



## 2 ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA

### 2.1 Atrativos e Produtos Naturais

#### a) Identificação e Descrição dos Diversos Tipos de Atrativos Naturais e Unidades de Conservação

Este capítulo identifica e descreve os atrativos naturais, as Unidades de Conservação – UC's de uso permitido e outras áreas protegidas usadas para o turismo no Pólo Marajó de **forma hierarquizada em nível de importância**, destacando os produtos turísticos a eles associados; sua importância; a disponibilidade e a situação da estrutura para visitação e se é adequado para prática de atividades desportivas e recreativas, mostrando de forma clara a realidade do Pólo.

Para a Identificação e Descrição dos diversos tipos de atrativos naturais, suas **potencialidades e fragilidades** foram utilizadas para a realização da pesquisa de campo a **metodologia** quali-quantitativa, onde um grupo de pesquisadores realizou visita *in loco* em cada atrativo e nos produtos naturais, com um instrumento elaborado, que foi preenchido, tendo como finalidade a coleta dos dados. Na apresentação dos resultados os dados foram confrontados com alguns documentos oficiais, dentre eles: Estratégias de Ecoturismo para o Pólo Marajó, composto dos volumes I - Inventário e Demanda do Turismo; volume II – Conservação da Natureza – Fauna e Flora do Pólo Marajó e o volume III – Propostas de Roteiros Ecoturísticos – Diretrizes e Ações, elaborados pela Empresa Biométrica no ano de 2009. Também foram coletadas informações obtidas em várias Secretarias Estaduais e Municipais. Porém em relação às Ilhas os dados encontrados relacionados aos atrativos e produtos naturais eram ainda muito incipientes. Para a priorização dos atrativos que serão trabalhados no pólo levou-se em consideração os que têm reais condições de serem transformados em produtos turísticos vendáveis. Estes dados foram obtidos na análise de cada atrativo na pesquisa de campo e sempre considerando a consulta a comunidade local.

Após intenso e exaustivo trabalho de tabulação dos dados foram realizadas reuniões com a participação da comunidade sendo aplicado outro instrumento de coleta de dados, denominado Matriz SWOT, esta ferramenta permite a análise do cenário ou ambiente, a partir de dados colhidos na comunidade, servindo como base para o desenvolvimento da gestão e do planejamento estratégico.

Na identificação e descrição dos atrativos e produtos turísticos no corpo do documento são apresentadas informações que caracterizam cada um dos produtos de forma hierarquizada, mostrando claramente qual foi o caminho utilizado que serviu de base para as devidas classificações atribuídas nas amostras.

Desta forma a avaliação primária e secundária dos **atrativos naturais** teve como enfoque a **situação em termos de qualidade dos seus recursos físicos e bióticos**, levando em consideração as condições em que se encontram a flora e a fauna existentes, através dos critérios físicos ou abióticos e químicos aliados aos critérios clássicos, como os parâmetros físico-químicos, pH, temperatura, luz, ou vento neste ecossistema. E também dos biológicos ou bióticos, que são os elementos provocados por organismos vivos em um ecossistema através da predação, do parasitismo ou mesmo da competição. (DIBLASI, 2007). Na análise foi utilizado o critério sistêmico, estabelecendo como parâmetros os seguintes critérios: (i) quando não existem alterações nos recursos naturais; (ii) quando as alterações são consideradas aceitáveis, porém existe a necessidade de medidas de intervenções, e (iii) quando as alterações nos recursos naturais sofrem elevados índices que comprometem o ciclo natural dos ecossistemas. Em relação à **gestão e fiscalização dos atrativos naturais** levou-se em consideração para se avaliar os atrativos o tipo de gestão, a

infraestrutura das instalações físicas, o número de funcionários, a existência de equipamentos para prática de atividades correlatas, a vigência de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como adequados mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão.

A avaliação dos atrativos naturais e UC's em relação aos **usos permitidos** foram identificadas e descritas às atividades que podem ser desenvolvidas no atrativo e em relação aos **usos conflitantes** foram constatadas as atividades que não podem ser desenvolvidas no atrativo natural, pois podem provocar algum tipo de impacto ambiental negativo.

Para a análise do **grau de atratividade** do atrativo natural, levou-se em consideração o “exame crítico dos atrativos para estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis” segundo Bote Gómez, 1997. De acordo com esta classificação, os principais aspectos que se deve levar em consideração é caracterizar cada uma das hierarquias dos recursos-atrativos turísticos que são as seguintes:

- i) Hierarquia 3 – atrativo excepcional e de grande significação para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de visitantes;
- ii) Hierarquia 2 – atrativo com traços excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente de visitantes nacionais ou internacionais, e sem por si só ou em conjunto com outros atrativos;
- iii) Hierarquia 1 – atrativo com algum traço de atração, capaz de interessar visitantes de longa distancia que chegam a uma localidade por outras motivações turísticas, ou são capazes de motivar correntes turísticas locais;
- iv) Hierarquia 0 – atrativo sem mérito suficiente para ser considerado ao nível das hierarquias anteriores, porém que igualmente forma parte do patrimônio turístico como elemento que pode complementar a outros de maior hierarquia em desenvolvimento de complexos turísticos.

Os atrativos foram valorados em seu grau de atratividade de maneira imparcial e realista.

### a.1) Soure

#### Atrativos Naturais

O Município de Soure dispõe de diversos atrativos naturais, dentre eles estão praias, ilhas, lagos, enseadas, rios, canais, furos e fazendas com criação de búfalos. Um importante atrativo na região do Pólo Marajó é o Rio Paracauari. A Região do Pólo Marajó apresenta um grande potencial ecoturístico. Abaixo, a descrição dos atrativos naturais presentes na região.

- **Rio Paracauari**



**Localização:** Banha os Municípios de Soure e Salvaterra. Ao longo do rio encontra-se a orla dos referidos municípios.

**Estrutura para visitação:** O local dispõe de pequenos terminais hidroviários para a travessia entre os municípios. O acesso é livre. A orla dos dois municípios não possui uma infraestrutura adequada para a visitação dos turistas encontra-se em situação de precariedade com lixo em seu entorno e a iluminação é deficiente, destaca-se a “Orla de Pretinho da Bacabeira” que igualmente encontra-se em estado de degradação e falta de urbanização.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública, em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular gera em torno de 80 empregos.

**Figura 25** – Rio Paracauari.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 2.

**Usos Permitidos:** Navegação, comunicação, observação de fauna e flora, esportes náuticos e pesca esportiva.

**Usos Conflitantes:** Assoreamento das margens, presença de resíduos sólidos que são lançados no rio pela ausência de saneamento básico na região.

**Importância:** O Rio Paracauari banha os Municípios de Soure e Salvaterra, servindo como via fluvial para pequenas embarcações locais, que fazem o transporte de pessoas e de gêneros alimentícios. O local é propício para o desenvolvimento de atividades esportivas, como a prática do turismo náutico, pesca esportiva, além de proporcionar atividades recreativas e de lazer.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Serve de espaço para lazer, através de passeios nos pequenos barcos que podem ser fretados, onde se observa a presença de currais para a captura de peixes. Apresenta infraestrutura precária para receber os turistas.

**Potencialidade:** A condição natural de interligação entre as principais cidades da Ilha do Marajó (Soure e Salvaterra), atuando como entrepostos de comércio e o turismo na região.

**Fragilidade:** Poluição das águas causada por resíduos lançados pelo Matadouro municipal e dejetos de esgoto.

- **Enseada do Tombo do Jutai**



**Figura 26** – Enseada do Tombo do Jutai.

Fonte: Augusto Cesar, 2009.

**Localização:** Está localizada na 5ª rua da área urbana do Município de Soure.

**Estrutura para visitação** O acesso é rodoviário, sendo que uma parte deste acesso encontra-se pavimentado e em boas condições. No mês de julho e feriados prolongados apresenta uma frequência maior de visitantes.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações nos recursos naturais.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Soure) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular e gera em torno de 55 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Caminhadas, banhos, lazer, pesca e outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Não são identificadas no atrativo natural.

**Importância:** A grande atração da enseada é uma árvore de Jutai que tombou devido à ação da maré, o nome do lugar está associado ao fato ocorrido. O local é propício para o desenvolvimento de atividades esportivas, como a prática do turismo náutico e recreativo.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** A praia é utilizada como um atrativo turístico através do balneário e ancoradouro disposto para pequenas embarcações pesqueiras. O local apresenta uma infraestrutura simples de atendimento aos visitantes.

**Potencialidade:** O desenvolvimento do ecoturismo e o turismo de sol e praia.

**Fragilidade:** Deficiência em relação aos serviços turísticos (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas, falta de saneamento básico e quantidade insuficiente de pontos luminosos).

- **Praia do Pesqueiro**



**Figura 27** – Praia do Pesqueiro

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2008.

**Localização:** Distante 13 km de distância do centro urbano, com 3 km de extensão.

**Estrutura para Visitação:** O acesso é feito por transportes rodoviários, através da rodovia PA-154, levando em torno de 15 a 20 minutos para chegar ao local. No mês de julho e feriados prolongados apresenta uma frequência maior de visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Soure) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular e gera em torno de 110 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos e atividades aquáticas, passeios, trilhas e caminhadas, práticas esportivas e lazer.

**Usos Conflitantes:** Presença de resíduos sólidos e ausência de infraestrutura básica.

**Importância:** Figura como uma das praias fluviais mais conhecidas do município, além de ser um grande atrativo turístico da região. Em relação aos atrativos naturais destacam-se as dunas formadas por areia de coloração amarela, além de coqueiros que se espalham por quase toda sua extensão. Por influência do Oceano Atlântico, a praia apresenta, em algumas locais, áreas salgadas. O local é propício para o desenvolvimento de atividades náuticas, ecoturísticas, esportivas e de lazer.

**Produtos Turísticos Associados ao Atrativo:** Em relação à infraestrutura turística, o local é dotado de modestas instalações hoteleiras, como chalés de madeira de aspecto rústico, que oferecem aos visitantes serviços de bar e restaurante, onde é possível encontrar o cardápio a base de mariscos, peixes e o caranguejo.

**Potencialidade:** Os passeios na orla, banho e pesca esportiva, entre outras atividades próprias do turismo de sol e praia.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Praia do Araruna**



**Figura 28** – Praia do Araruna.

Fonte: Paratur, 2009.

**Localização:** Distante 3 km da sede do município, possui aproximadamente 8 km de extensão.

**Estrutura para Visitação:** O acesso é rodoviário, não pavimentado, passando por duas pontes de 300m e 200m respectivamente. Para ter acesso é necessário atravessar o Rio Araruna, onde, durante a travessia, é possível contemplar uma paisagem rústica, composta por vegetação típica, onde podem ser vistos guarás, caranguejos e peixes. No mês de julho e feriados prolongados apresenta uma frequência maior de visitantes.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Bom. Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Soure) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular gera em torno de 25 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Presença de resíduos sólidos e ausência de infraestrutura básica.

**Importância:** A vegetação é composta por inúmeras palmeiras. Na praia fluvial acontecem os treinos com cavalos para o evento conhecido como *Rally* do Marajó. A beleza do local é um de seus principais atrativos, sendo constituído de areia branca e de águas muito claras, propício para o desenvolvimento de atividades náuticas, ecoturísticas, esportivas e esportivas e de lazer/recreação.

**Produtos Turísticos Associados ao Atrativo:** Fica próxima a uma área de mangue, que é o grande atrativo do local e atrai muitos turistas por causa de suas peculiaridades. Apresenta uma modesta infraestrutura para recebimento turístico.

**Potencialidade:** A beleza do local.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Praia da Barra Velha**



**Localização:** Próximo ao centro urbano de Soure distante apenas 3 km da sede.

**Estrutura para Visitação:** O acesso é por via rodoviária e não é pavimentada. No mês de julho e feriados prolongados apresenta uma frequência maior de visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Figura 29** – Praia da Barra Velha.

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2008.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Soure) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular e gera em torno de 45 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Caminhadas, banhos, lazer, pesca e outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Com característica primitiva, preserva espaços naturais. O local guarda uma beleza exuberante e vegetação composta por manguezais, que se espalham pela fina areia da praia fluvial, sendo propício para o desenvolvimento de atividades náuticas, ecoturísticas, esportivas e de lazer/recreação.

**Produtos turísticos associados ao atrativo:** Sua infraestrutura é modesta, mas é um local excelente para quem procura tranquilidade.

**Potencialidade:** As praias proporcionam ao visitante um contato direto com a diversidade natural.

**Fragilidades:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Praia do Mata-Fome (Garrote)**



**Localização:** Dista 5 km sede municipal de Soure composta por uma vila de pescadores.

**Estrutura para visitação:** O acesso é rodoviário, sendo que parte do acesso é feito a pé, devido à necessidade de atravessar um pequeno igarapé, porém, a exuberância do local compensa todo o trajeto. No mês de julho e feriados prolongados apresenta uma frequência maior de visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Figura 30** – Praia do Mata-Fome (Garrote).

Fonte: Trindade & Gonçalves, 2008.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Soure) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira inadequada e gera em torno de 35 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** banhos, passeios, contemplação e caminhadas.

**Usos Conflitantes:** não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Apesar da proximidade com o Município de Soure, o local ainda é pouco visitado, além de possuir uma infraestrutura simples. Oferece ao visitante um atrativo natural de praia fluvial considerável, além de um potencial a ser consolidado para o turismo de sol e praia, sendo propício para atividades náuticas, ecoturísticas e recreativas.

**Produtos turísticos associados ao atrativo:** A vegetação da praia é formada por manguezais transformando o lugar no grande atrativo turístico da região. O local não possui infraestrutura montada para receber turistas. É ideal para quem gosta de um contato direto com a natureza.

**Potencialidade:** A beleza natural, da flora e fauna da região.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Fazendas**

As Fazendas da Região de Soure estão situadas nas áreas de Campos. A Região das Fazendas apresenta como diferencial as paisagens de florestas, várzea, igapó, terra firme e campos naturais. Nestas áreas podem-se encontrar diversas espécies de animais silvestres e endêmicas da região marajoara, além de répteis e peixes em abundância. Ressaltam-se, ainda, as atividades econômicas ligadas diretamente à economia bubalina e ao turismo rural



**Localização:** Próximo a sede urbana de Soure.

**Estrutura para visitação:** Normalmente o acesso para as fazendas é feito por meio terrestre em estradas não pavimentadas, ou por via fluvial.

**Preço do Ingresso:** O acesso ao local é livre. Não há cobrança de taxas para visitação. Quanto aos serviços de alimentação, hospedagem e passeios são cobrados preços e taxas de acordo com administração de cada empreendimento.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Figura 31** – Fazendas na Região de Soure.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Caráter Particular. Em Relação à Gestão e Fiscalização é boa. A presença de boas instalações físicas, número de funcionários adequado, existência de equipamentos para a prática de atividade, bem como adequados mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão, gera em torno de 105 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Cavalgadas, trilhas, caminhadas, lazer, entre outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Pela biodiversidade da flora (manguezais e igarapés) e da fauna proporcionada pela presença de animais como pássaros, búfalos, cavalos. Destaca-se ainda, a produção de leite e queijo de búfala, como atividade ecoturística.

**Produtos Turísticos Associados ao Atrativo:** Típicas fazendas marajoaras de propriedades privadas, que oferecem aos visitantes atividades como passeios de búfalo, passeios a cavalo, banhos, caminhadas, entre outras atividades. Comumente é oferecido aos visitantes, entre seus serviços, um café da manhã e da tarde, com produtos típicos da fazenda como frutas, sucos, doces, geléias, e produtos derivados do leite de búfala, além de licores de açaí, bacuri e cupuaçu. Destaca-se a “Fazenda Meu Sossego” como um patrimônio histórico-cultural da região, porém em situação de degradação, sofrendo sério risco de perda da referência cultura e a história do local.

**Potencialidade:** Desenvolvimento de atividades do turismo rural e ecoturismo.

**Fragilidade:** O acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares, além de algumas apresentarem pontos de erosão e deficiência de drenagem.

### b.1) Salvaterra

#### Atrativos Naturais

Dotada de belas praias de água doce e ondas, tais como: Praia Grande de Salvaterra, Praia dos Pescadores, Praia Grande de Joanes, existem ilhas, igarapés, furos e belas fazendas com búfalos

- **Praia Grande de Salvaterra**



**Figura 32** – Praia Grande em Salvaterra.

Fonte: Dario Pedrosa, 2008.

**Localização:** Dista aproximadamente meio quilômetro da sede do município, possui cerca de 2 km de extensão e é banhada pela Baía do Marajó.

**Estrutura para Visitação:** O acesso é feito por via terrestre e a estrada é pavimentada. Nos feriados prolongados e no mês de julho há aumento significativo no número de visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Salvaterra) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira inadequada. O atrativo e gera em torno de 180 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Caminhadas, banhos de lazer e outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Presença de resíduos sólidos lançados no rio pela ausência de saneamento básico.

**Importância:** O local dispõe de uma modesta infraestrutura de alimentação com barracas de praia. Praia Grande de Salvaterra está entre as mais belas praias, com a particularidade das águas doces nos primeiros seis meses do ano, nos outros seis meses suas águas são salgadas, devido influência do Oceano Atlântico. O local é propício para o desenvolvimento de atividades do turismo de sol e praia, esportiva, náutica e recreativa.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Possui infraestrutura turística com serviços básicos de bar, restaurante e hospedagem, alguns com programação cultural.

**Potencialidade:** A organização do turismo de sol e praia, passeios, banhos, e caminhadas.

**Fragilidades:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Praia dos Pescadores**



**Figura 33:** Praia dos Pescadores  
Fonte: João Ramid, 2007.

**Localização:** na entrada do município de Salvaterra, às margens do Rio Paracauari, com cerca de 1 km de extensão.

**Estrutura para Visitação:** Pela proximidade do núcleo urbano, o acesso é feito por via terrestre, em estrada de fácil acesso. Nos feriados prolongados e no mês de julho há aumento significativo no número de visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações nos recursos naturais.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Salvaterra) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira REGULAR. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 160 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1

**Usos Permitidos:** Contemplação e pesca esportiva.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** A praia apresenta areia grossa de tonalidade amarela, água salobra e típica vegetação. O lugar serve como porto para os pequenos barcos de pescadores, que desenvolvem no local a atividade da pesca artesanal. Propício também para atividades náuticas e de ecoturismo.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Não é utilizada para banho, entretanto, é um dos pontos mais visitados, pois oferece um casario que serve de cenário para fotos nas embarcações que ali ficam ancoradas.

**Potencialidade:** Beleza natural da flora e fauna, além do patrimônio arquitetônico.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Praia Grande de Joanes**



**Figura 34** – Praia Grande de Joanes.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

**Localização:** Banhada pela Baía de Marajó, com uma distância de aproximadamente 16 km do centro da cidade e cerca de 2 km de extensão.

**Estrutura para visitação:** O acesso se dá por via rodoviária, pela PA -154, a estrada é asfaltada em regular estado de conservação. Nos feriados prolongados e no mês de julho há aumento significativo no número de visitantes. Acesso livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos físicos e bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Prefeitura Municipal de Salvaterra) e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira inadequada. O atrativo gera em torno de 95 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos permitidos:** Banho, passeio, pesca e contemplação.

**Usos conflitantes:** Presença de resíduos sólidos devido à ausência de saneamento básico.

**Importância:** No Município de Salvaterra o local se destaca como um dos mais visitados em virtude das características de suas águas claras, com areia fina e extensa vegetação rasteira. Entre os meses de janeiro e maio, período do inverno regional, suas águas ficam amareladas e doces e entre os meses de junho e dezembro, período do verão, ficam salobras e esverdeadas, devido à influência do Oceano Atlântico. O local é propício para o desenvolvimento de atividades de turismo de sol e praia, lazer, pesca e turismo náutico.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Um paraíso ecológico, ideal para descanso, possui uma modesta infraestrutura para receber turistas, com restaurantes, pousadas e apresentações culturais.

**Potencialidade:** Os passeios na orla, a pesca, contemplação, entre outras atividades.

**Fragilidade:** Presença constante de aves de rapina (urubus) e Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).

- **Ilha do Farol**



**Figura 35** – Ilha do Farol.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

**Localização:** Situada na foz do Rio Paracauari, divisa de Salvaterra e Soure, com área de 1.000 m<sup>2</sup>, distante cerca de 200m da costa.

**Estrutura para Visitação:** Com a maré baixa é possível conhecer o local através de caminhadas, devido a um braço de terra coberta por pequenas pedras que surge. Na maré alta, o caminho coberto por água forma um canal, possibilitando o passeio em pequenas embarcações fretadas no porto da Cidade de Salvaterra. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública (Marinha do Brasil) e em Relação à Gestão e Fiscalização é considerada adequada, devido à vigência de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como adequados mecanismos de planejamento e controle do instrumento de navegação. O atrativo gera em torno de 4 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Observação náutica e comunicação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Ao redor da ilha estão localizados diversos currais de pesca. O local dispõe de uma área favorável para a pesca de siri, crustáceo típico da região. Encontra-se ainda o Farol de Sinalização Marítima, um dos mais antigos faróis de orientação à navegação, mantido pela Marinha do Brasil.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Apesar do caminho acidentado, desperta a curiosidade dos visitantes e favorece a prática de atividades de aventura. Com vista para a Baía do Marajó é um local ideal para apreciar o nascer e o pôr do sol.

**Potencialidade:** A beleza natural da flora e fauna da região.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além de apresentar pontos de erosão.

- Igarapé Água Boa



**Figura 36** – Igarapé Água Boa.

Fonte: Dário Pedrosa, 2007.

**Localização:** Cerca de 14 km da cidade de Salvaterra deságua na Baía do Marajó entre os distritos de Jubim e Joanes.

**Estrutura para Visitação:** O acesso ao local se dá pela PA-154, numa estrada de piçarra.

**Preço do ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Bom. Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira REGULAR. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 10 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Marcado por pequenas comunidades de pescadores. O igarapé possui um clima agradável e a tranquilidade do local atrai os visitantes que praticam ecoturismo, que buscam o atrativo como forma de apreciar as atividades e pesqueiras artesanais praticadas com pequenas embarcações e ainda podem adquirir peixes a preços inferiores aos aplicados nos grandes centros urbanos.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Atividades relacionadas à pesca artesanal e ao comércio de peixes.

**Potencialidade:** A biodiversidade do Igarapé.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas).

- **Fazendas**



**Figura 37** – Criação de Búfalos.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Localização:** Próximo a sede de Salvaterra.

**Estrutura para Visitação:** O acesso para as fazendas é feito por meio terrestre em estradas não pavimentadas, ou por via fluvial.

**Preço do Ingresso:** Não há cobrança de taxas para visitação. Os serviços de alimentação, hospedagem e passeios, os preços são cobrados de acordo com cada empreendimento.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos físicos e bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Caráter Particular e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira adequada. A presença de boas instalações físicas, número de funcionário adequado, existência de equipamentos para a prática de atividade, bem como adequados mecanismo de planejamento, controle e avaliação da gestão. Gera em torno de 65 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 2.

**Usos Permitidos:** Cavalgadas, trilhas, caminhadas, lazer, entre outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

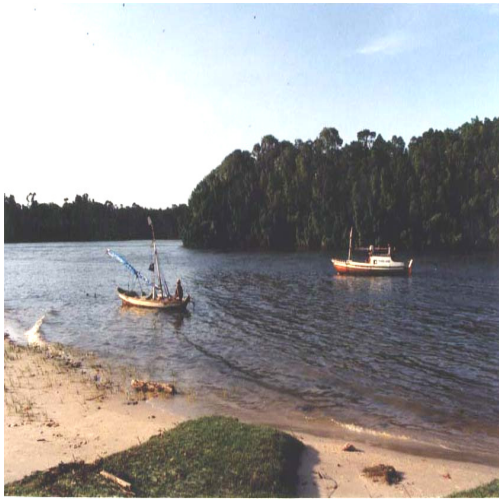
**Importância:** Pela biodiversidade da flora e fauna, destacam-se, ainda, atividades econômicas como a produção de leite e queijo de búfala.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Disponibilizam aos visitantes variadas práticas de turismo rural, passeios de cavalo e búfalo, safári fotográfico, além de proporcionar a visualização de aves, macacos, capivaras, jacarés e passeios de lancha e caiaque pelos rios e igarapés. Além dos diversos atrativos naturais, apresenta e divulga a história e os costumes do povo marajoara. Oferta hospedagem nas antigas casas de fazenda, porém, com serviço completo e variada gastronomia regional, destacando-se as iguarias processadas na própria fazenda.

**Potencialidade:** O desenvolvimento de atividades do turismo rural e ecoturismo.

**Fragilidade:** O acesso ao atrativo apresenta dificuldade, pois o transporte não ocorre de forma regular. Depende do número de passageiros em cada viagem.

- **Ilha Cagada**



**Localização:** Situada nas proximidades das vilas de pescadores de Cururu e de Água Boa.

**Estrutura para Visitação:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes. O acesso é livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações nos recursos naturais.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira inadequada. O atrativo gera em torno de 35 empregos.

**Figura 38** - Ilha Cagada.

Fonte: Paratur, 2008.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banho, passeio, pesca e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

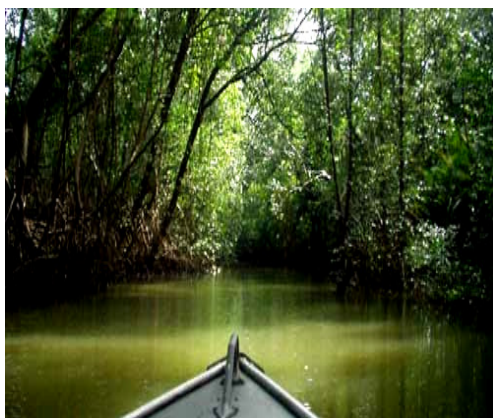
**Importância:** Constitui-se um pequeno amontoado de pedras e arbustos. Seu nome originou-se devido à grande quantidade de pássaros que habitavam o local e deixavam os excrementos nas pedras, propícia para a atividade de Ecoturismo.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Favorável à observação de pássaros, animais silvestres e plantas raras. Possui grande potencial turístico por conta de suas belezas naturais, além de apresentar um cenário com águas claras e vegetação exuberante.

**Potencialidade:** O desenvolvimento de atividades do turismo de sol e praia.

**Fragilidade:** Presença constante de aves de rapina (urubus) e deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas).

- **Os Furos do Miguelão e do Mucunã**



**Figura 39** – Furo do Miguelão.

Fonte: Dário Pedrosa, 2007.

**Localização:** Furo do Miguelão está localizado na extensão do Rio Paracauari. E o Furo do Mucunã interliga Salvaterra a vila de Mangueiras, nesse último há presença de remanescentes de quilombos.

**Estrutura para Visitação:** Navegável com a maré cheia, pois, quando a maré baixa seu nível torna-se apenas um córrego na maioria do percurso. Não existe estrutura para visitação. Livre acesso.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos físicos e bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira REGULAR. Identificou-se deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. Gera em torno de 15 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 0.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Proporciona um belo espetáculo da natureza, permitindo a observação de várias espécies de aves, além de diversos animais como macacos e cobras.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo.** Navegáveis apenas por embarcações de pequeno porte e quando a maré encontra-se alta em virtude de possuírem curvas sinuosas e trecho estreito, margeados por grandes raízes de manguezal. O Furo do Miguelão desperta a curiosidade em virtude da sua beleza e da lenda existente a cerca do pescador que fugia da cobra grande, fato que deu origem ao seu nome.

**Potencialidade:** A biodiversidade da fauna e flora e a capacidade em se destacar por ser local de observação.

**Fragilidade:** Deficiência no acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares.

## c.1) Ponta de Pedras

### Atrativos Naturais

- **Praia de Mangabeira**



**Figura 40** – Praia da Mangabeira.  
Fonte: Paratur, 2001.

**Localização:** Na vila de mesmo nome, a 9 km do centro urbano.

**Estrutura para Visitação:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes, portanto, faz-se necessário formatar estes atrativos no sentido de oferecer condições de visitação ajustada às necessidades da demanda.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira inadequada. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas dessa praia fluvial quanto, a ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 38 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Apresenta como produto associado, com 250m de orla urbanizada, com chuveiros públicos, iluminação pública, barracas padronizadas, lixeiras, estando sob o regime da administração pública, não havendo restrição para sua visitação. Propício para

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** É a mais conhecida da localidade e bem freqüentada por turistas e população local. Os quase 2 km de extensão possuem inúmeros coqueiros de água doce. Uma das atrações é a gastronomia à base de peixe e camarão.

**Potencialidade:** A beleza natural da praia.

**Fragilidade:** A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ainda foi detectado, a ausência de profissionais e equipamentos para fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão.

- **Ilha de Coati**

**Localização:** No Rio Marajó - Açú ocupando uma área de aproximadamente 600 m<sup>2</sup>.

**Estrutura para Visitação:** Distante cerca de uma hora de lancha voadeira da sede do município, abriga uma comunidade com cerca de 60 famílias.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações nos recursos naturais.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 25 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Possui grande expressão como atrativo natural pela sua beleza e importância para o folclore marajoara. Na ilha de Sant'Ana foi construído o primeiro engenho de cana-de-açúcar. Ainda é possível contemplar a casa grande, a capela, esta última reformada em 1888, e as ruínas do engenho e do canal, atrativos da região.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Possui belezas naturais, propiciando a observação de pássaros, animais silvestres e plantas raras, mas não tem uma infraestrutura adequada para suprir as necessidades básicas dos visitantes mais exigentes.

**Potencialidade:** Valor histórico-arquitetônico a ser explorado.

**Fragilidade:** A infraestrutura de visitação.

### **Unidades de Conservação – UC's**

Na década de 70, a preocupação com o bioma amazônico já despertava o interesse governamental, principalmente pela necessidade de instalação de rodovias, assentamentos, portos, áreas extrativistas e áreas ecológicas, resultantes do intenso e acelerado desenvolvimento por qual vinha passando a Região Amazônica. Este cenário resultou em projetos e programas voltados para a criação de Unidades de Conservação, visando garantir a permanência e a correta utilização da área. (IMAZON, 2008).

- **Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó**

Ato de criação fundamenta-se no Art. 13, parágrafo 2º da constituição do Estado do Pará, promulgada em 05 de outubro de 1989. O decreto 88.351, de 01 de junho de 1983, regulamentou a lei 6.93, de 31 de agosto de 1981, e a lei 6.902 de 27 de abril de 1981, que dispõe respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sob a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.



**Localização:** Limita-se com o Oceano Atlântico, o Rio Amazonas e a Baía do Marajó. Além dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, que representam o Pólo Marajó, abrange também os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. A APA do Marajó ocupa toda a área geográfica do arquipélago do Marajó. (MTUR, 2008).

**Estrutura para Visitação:** acesso adequado para visitação por via fluvial e aérea.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Figura 41** – Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó.

Fonte: SEMA, 2009.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Em relação ao Plano de Manejo da APA do Marajó, o documento existe e foi elaborado por uma empresa do Rio Grande do Sul, deve ser oficializado pela SEMA, aprovado e sancionado para que se torne projeto de lei.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** A administração é Pública de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 15 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 3.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios, contemplação, trilhas ecológicas, visitas para fins de pesquisa, lazer e conhecimento.

**Usos Conflitantes:** Extração ilegal de madeira, caça e pesca predatórias, desmatamento, agrotóxico (plantações de abacaxi), aumento de moradores próximos à área.

**Importância:** Considerada a maior área de preservação do Brasil e como a maior Unidade de Conservação – UC do Estado do Pará, correspondendo a uma área de 55.000 km<sup>2</sup>. O principal objetivo da APA Marajó é elaborar e executar o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, visando à conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara; além de preservar as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Apresenta diversos sistemas ecológicos, devido sua extensa área e sua posição na Região do Pólo Marajó, o local oferece condições para o desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas.

**Potencialidade:** As atividades de ecoturismo.

**Fragilidade:** Impactos negativos provocados por diversas ações humanas, como desmatamento, queimada e a exploração da madeira. Circundadas pela APA do Marajó, já foram criadas duas outras modalidades de Unidades de Conservação: A Floresta Nacional de Caxuanã (localiza-se fora dos municípios que compõe o Pólo Marajó) e a Reserva Extrativista Marinha de Soure, as quais têm regimes independentes de manejo.

- **Reserva Extrativista Marinha de Soure – RESEX de Soure**

Criada pelo Decreto Federal nº 224, de 23 de novembro de 2001, ocupando uma área de 27.464 ha.



**Localização:** A RESEX de Soure é constituída de duas áreas: a primeira, com aproximadamente 23.929 ha, é denominada Manguezal de Soure, e a segunda, com quase 3.535 ha, é chamada Manguezal do Rio do Saco, ambas situam-se entre as coordenadas geográficas: 0°12'57" à 0°45'33" de latitude Sul, e 48°26'43" à 48°32'55" de longitude W.Gr. (MTUR, 2008).

**Estrutura para Visitação:** bom acesso para visitação por via fluvial e aérea.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Figura 42** – Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Fonte: Gondim Curupira, 2009.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2009, a RESEX de Soure faz parte do grupo de Unidades de Conservação extrativista que deve receber a fiscalização até dezembro de 2009, como parte das ações que vão criar o Plano de Manejo da área, antes de 2010.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Administração Pública de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 16 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 3.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios, contemplação, trilhas ecológicas, visitas para fins de pesquisa, lazer e conhecimento.

**Usos Conflitantes:** Extração ilegal de madeira, caça e pesca predatórias, desmatamento, agrotóxico, aumento de moradores próximos à área.

**Importância:** Os principais objetivos desta Unidade de Conservação são assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. Os estuários, manguezais e rios protegidos pela RESEX de Soure, constituem-se de áreas úmidas de grande valor biológico e paisagístico, onde os roteiros turísticos podem ser organizados com guias treinados, sem maiores restrições. (MTUR, 2008).

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** A biodiversidade do local aliado à venda de produtos artesanais feitos pelas populações tradicionais.

**Potencialidade:** Desenvolvimento das atividades de ecoturismo e contemplação.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas) e falta de estrutura para a atividade do ecoturismo.

- **Reserva Ecológica Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú em Salvaterra.**

Área de Proteção Integral – PI, com 235 ha, criada através da Lei nº 109, de 19 de junho de 1987



**Figura 43** – Mata do Bacurizal.

Fonte: Salvaterra, *on line*, 2009.

**Localização:** Situada às margens da Baía do Marajó, localizada no nordeste da Ilha de Marajó, no Município de Salvaterra. Limita-se ao Norte com a Rua 8B, ao Sul com quem de direito, a Leste com a Baía do Marajó e a Oeste com a PA - 154 e com quem de direito.

**Estrutura para Visitação:** acesso adequado para visitação por via fluvial e aérea.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Bom. Não existem alterações

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** em processo de elaboração.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Administração é Pública de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira REGULAR. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 9 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 2.

**Usos Permitidos:** banhos, passeios, contemplação, trilhas ecológicas, visitas para fins de pesquisa, lazer e conhecimento.

**Usos Conflitantes:** extração ilegal de madeira, caça e pesca predatórias, desmatamento, agrotóxico, aumento de moradores próximos à área.

**Importância:** A área de proteção ambiental dispõe de grande diversidade faunística e florística regionais.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Atividades como caminhadas e observação da natureza, possibilitando aos visitantes diversas trilhas que despertam o interesse em conhecer os mais variados pontos da reserva, tais como, o Porto da Tapera Campina, Ponta do Taperaçú, Lago Caraparú e o Manguezal.

**Potencialidade:** Desenvolvimento de atividade de contemplação e ecoturismo.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.

### b) Descrição da Oferta de Outros Produtos de Cunho Ambiental

O Estado do Pará possui uma região com peculiaridades próprias, sua maior riqueza se encontra nos atrativos naturais e nos produtos de cunho ambiental, que são identificados como florestas, rios, igarapés, canais, furos, cachoeiras e bosques. O Pólo Marajó possui inúmeros atrativos, que ainda não são explorados, porém apresentam um grande potencial para visitação em virtude das belezas naturais e da biodiversidade somente encontrada na Região Norte do Brasil.

#### b.1) Soure

- **Praia do Caju - Una**



**Localiza o:** Cerca de 15 km de distância do Município de Soure.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visita o:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem altera es.

**Vigência de Implanta o de Plano de Manejo:** Não existe.

**Figura 44** – Praia do Caju - Una.

Fonte: Vieira, 2009.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscaliza o:** Pública e em Rela o   Gestão e Fiscaliza o   feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instala es físicas, ausência de número de funcionários para fiscaliza o, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limita es de normas, leis de uso e ocupa o do espaço, bem como a inadequa o dos mecanismos de planejamento, controle e avalia o da gestão. O atrativo gera em torno de 25 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Caminhadas, banhos, lazer, pesca e outras atividades.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Constitui-se de uma vila de pescadores. O lugar é marcado pela beleza natural de flora e fauna ainda não explorado, sendo propício para o desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Biodiversidade do local, em especial a economia pesqueira. Apresenta uma infraestrutura modesta de serviços básicos e turísticos.

**Potencialidade:** A beleza natural, da flora e fauna da região.

**Fragilidade:** A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ainda foi detectada a ausência de profissionais e equipamentos para fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão.

- **Praia do Céu**



**Figura 45** – Praia do Céu.

Fonte: Louisiana J, 2009

**Localização:** Distante 16 km do centro Municipal de Soure.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação:** A distância do centro urbano da cidade dificulta sua visitação. Não possui uma infraestrutura necessária para formatar o atrativo no sentido de oferecer condições de visitação.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários, deficiência de equipamentos para a atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 12 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** O lugar é pouco habitado, com uma rica diversidade ambiental. O local é propício para o desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Oferece uma ampla área de lazer para a comunidade local, com contemplação da fauna e flora, porém dispõem de uma modesta infraestrutura turística.

**Potencialidade:** Atividades do turismo de sol e praia.

**Fragilidade:** A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ainda foram detectados, a ausência de profissionais e equipamentos para fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão, além da e dificuldade de acesso.

### b.2) Salvaterra

- Igarapé Pingo D'água



**Figura 46** – Igarapé Pingo d'água.  
Fonte: Paratur, 2009 (Salvaterra. tur.br).

**Localização:** A Vila de Pingo d'água, distante 18 km da sede Municipal de Salvaterra.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes. É necessário formatar o atrativo para oferecer condições adequadas ao turismo.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários, deficiência de equipamentos para a atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 35 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** O local possui água bastante fria e límpida, composto por grandes árvores nas quais os galhos são utilizados como trampolins para os banhos.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** O inverno, primeiros seis meses do ano, são os melhores para visitação. Apresenta modesta infraestrutura para atender os visitantes.

**Potencialidade:** A biodiversidade natural é ideal para o segmento do Ecoturismo.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.

- Igarapé Caraparú



**Figura 47** – Igarapé Caraparú.  
Fonte: Salvaterra, *on line*, 2009.

**Localização:** Nasce na Reserva Biológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú e deságua na Praia Grande de Salvaterra.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes. É necessário formatar o atrativo para oferecer condições adequadas ao turismo.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Bom. Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários, deficiência de equipamentos para a atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 45 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Em grande parte do ano, principalmente nos últimos meses do verão ocorre um fenômeno que permite a retenção da água favorecendo o surgimento de olhos d'água. O igarapé tem uma particularidade relacionada à tonalidade escura de suas águas. A cor escura é decorrência da degeneração dos troncos e folhas da vegetação típica da região. O lugar é bastante freqüentado pelos visitantes e moradores da região.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** O local é utilizado para banhos através de suas piscinas naturais. A profundidade do igarapé altera de acordo com os períodos chuvosos e pelo movimento da maré. Em períodos de maior incidência de chuvas a profundidade pode atingir até dois metros. Uma estrutura de madeiras foi construída sobre o igarapé facilitando o acesso à praia. O lugar aparece com um potencial elevado para banhos e lazer, porém apresenta uma modesta infraestrutura de restaurantes e pousadas.

**Potencialidade:** Piscinas naturais.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.

- **Igarapé Jubim**



**Figura 48** – Igarapé Jubim  
Fonte: Porta Isto é Amazônia, 2006

**Localização:** A 25 km do Município de Salvaterra,  
**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação:** Não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes. É necessário formatar o atrativo para oferecer condições adequadas ao turismo.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 18 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** O igarapé serve de sustento para a comunidade, em virtude de seu interior possuir grande quantidade de mariscos e crustáceos, além de imensa plantação de açazeiros. Local ideal para a contemplação, observação de animais e pássaros silvestres.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Apresenta rica fauna e flora e se destaca por ser local de observação de animais.

**Potencialidade:** Sustento das famílias e comunidades ribeirinhas.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.

### b.3) Ponta de Pedras

- **Praia Grande**

**Localização:** Distante 3,8 km da sede do Município de Ponta de Pedras.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação** não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes, portanto, faz-se necessário formatar estes atrativos no sentido de oferecer condições de visitação ajustada às necessidades da demanda.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 28 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** No local funciona uma usina de beneficiamento de fibras vegetais.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** A região se apresenta como um local diferenciado pela qualidade das águas, sendo convidativas à prática de mergulho de superfície.

**Potencialidade:** Economia de pequenas comunidades através do beneficiamento de fibras vegetais.

**Fragilidade:** Condições inadequadas de visitação devido à deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.

- **Praia Campininha**

**Localização:** Fica a 5 km do Município de Ponta de Pedras, pelo rio Marajó-açu e aparece no verão quando o rio seca.

**Propriedade dos Terrenos:** Pública.

**Estrutura para Visitação** não possui uma infraestrutura adequada para receber visitantes, portanto, faz-se necessário formatar estes atrativos no sentido de oferecer condições de visitação ajustada às necessidades da demanda.

**Preço do Ingresso:** Livre.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Pública e em Relação à Gestão e Fiscalização é feita de maneira regular. Identificou-se algumas deficiências quanto às instalações físicas, ausência de número de funcionários para fiscalização, deficiência de equipamentos para a prática de atividade fiscalizadora, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. O atrativo gera em torno de 12 empregos.

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Banhos, passeios e contemplação.

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Dotada de grande potencial natural, mas necessita de infraestrutura adequada para atendimento turístico.

**Produtos Turísticos associados ao Atrativo:** Biodiversidade da região, disponibilidade dos recursos hídricos para passeios de barcos e contemplação.

**Potencialidade:** Belezas naturais da flora e fauna da região.

**Fragilidade:** Deficiência de infraestrutura básica e turística, não possui saneamento básico, a iluminação é deficiente, o acesso é difícil, os equipamentos de alimentação são modestos.

### **c) Identificação da Demanda para a Criação de Novas Unidades de Conservação**

O Estado do Pará possui um índice de áreas protegidas bastante significativo, figurando como o estado brasileiro com o maior número de Unidades de Conservação Federais. Desta forma, continua buscando agir, localmente, na proteção das comunidades, na proteção de áreas que dão o acesso a essas populações, no modo de vida associado ao extrativismo, através de reservas, nas unidades de uso sustentável e em áreas que ainda necessitam ser conservadas e transformadas em Unidades de Conservação – UC's, No entanto, vale ressaltar que a criação de uma Unidade de Conservação não ocorre apenas com o objetivo de conservar e sustentar as espécies faunísticas e/ou florísticas de um ambiente, mas o ecossistema da área como um todo, sem desconsiderar qualquer elemento constituinte da mesma. (IMAZON, 2007).

A proteção do patrimônio ambiental do Pólo Marajó é indispensável para o desenvolvimento do Ecoturismo no local, no entanto, somente será conseguida de forma segura com a criação e a implantação de novas Unidades de Conservação – UC de uso indireto.

Atualmente o Poder Público vem realizando estudos em toda a região para a Criação de Novas Unidades de Conservação. Vale ressaltar que a criação de Unidades de Conservação, independente de sua categoria de Manejo, não ocorre somente para resguardar a cobertura vegetal considerando que se trata de um espaço territorial composto por um conjunto de elementos ambientais.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA identificou uma área onde existe a necessidade de criação de novas Unidades de Conservação. Os estudos revelam que a área reservada, em termos de Domínios Fitoecológicos, está classificada como área de Floresta Densa e Campo Natural, permitindo o manejo extrativo auto-sustentável, cultivos industriais e atividades relativas à pecuária extensiva, sendo que esta última já ocorre no local. (SEMA, 2008).

Dessa forma, planeja-se a possibilidade da criação de uma nova Unidade de Conservação na área citada, a **Reserva da Biosfera do Marajó – RB Marajó**, a qual integraria um conjunto de **Reservas da Biosfera na Amazônia**. As Reservas da Biosfera são compostas por áreas particulares e por Unidades de Conservação Públicas ou Particulares, as **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN's**.

Ainda segundo a SEMA, o Estado vai integrar 12 municípios do Arquipélago do Marajó ao Programa de Criação e Gestão de Unidades de Conservação da Natureza. A criação da Reserva da Biosfera do Marajó é uma proposta de instituições governamentais. Fazem parte da 1ª fase de integração, os municípios do Pólo Marajó e ainda outros, que são: Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. A reserva está prevista na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

A futura unidade é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais constituída por ecossistemas terrestres e marinhos, reconhecida pelo Programa *Man and the Biosphere* - MaB da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO, de importância mundial para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável e deve servir de áreas prioritárias à experimentação e demonstração dessas práticas em defesa do homem e do meio ambiente.

Entre as funções de uma reserva da biosfera, destaque para a contribuição da conservação da biodiversidade, dos ecossistemas, espécies, variedades, preservação das paisagens onde se inserem e fomentam o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade sociocultural e ecológica. O esforço é para minimizar o impacto sobre as áreas onde residem as populações tradicionais e assegurar a qualidade de vida com a geração de emprego e renda, onde o turismo sustentável é prioridade.

Identificou-se também a criação de **Parques Nacionais e Estaduais** em locais considerados estratégicos para a conservação. Devem-se estimular os proprietários das fazendas marajoaras para a criação e implantação de **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN's**, às quais podem ser integralmente utilizadas pelo Segmento de Ecoturismo, Turismo de Aventura e de Turismo Rural incrementando-se através da elaboração de um produto turístico consolidado no desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em todo o Pólo Marajó.

Vale ressaltar que as atividades que mais afetam a estabilidade das populações e dos ecossistemas ali existentes são: os desmatamentos, as queimadas, a fragmentação dos *habitats*, a retirada das matas ciliares dos córregos, atividades irregulares e invasões de terras públicas denominadas de “grilagem”, além da ausência de planejamento quanto ao uso do solo, fatos que comprometem o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais da região.

### **d) Identificação e Avaliação dos Impactos Causados nos Atrativos Naturais por Atividades Turísticas**

A lista de transformações de sistemas naturais no Pólo Marajó diretamente relacionada às atividades humanas é longa. Inúmeras espécies diminuíram, algumas até o ponto de extinção, em consequência da caça predatória, ocupação irregular das terras, destruição de *habitats* através dos desmatamentos e ação de novos predadores e competidores.

Essas ameaças à diversidade biológica estão aumentando devido às demandas de uma população que cresce rapidamente e aos contínuos avanços tecnológicos. A desigualdade

na distribuição de renda, que abriga grande parte das espécies do mundo, torna esta situação ainda pior. Além disso, muitas das ameaças à diversidade biológicas são sinérgicas, ou seja, vários fatores independentes, tais como: chuva, corte e transporte de madeira e caça predatória que, combinados e multiplicados, utilização de agrotóxicos na agricultura, tornam a situação ainda pior.

O que compromete a diversidade biológica e a manutenção do turismo no Pólo Marajó, uma vez que essas atividades obtêm no ambiente natural a matéria-prima para se manter e desenvolver. Um meio ambiente bem conservado tem grande valor econômico, estético e social. Mantê-lo significa preservar todos os seus componentes em boas condições: ecossistemas, comunidades e espécies. O aspecto mais sério do perigo ambiental é a extinção das espécies. As comunidades podem ser degradadas e confinadas a um espaço limitado, porém, na medida em que, as espécies sobrevivam, ainda será possível reconstituir as comunidades.

Para preservar espécies com sucesso, os agentes de conservação e do turismo deverão identificar as atividades humanas que afetam a estabilidade de populações e levam as espécies à extinção. No Pólo Marajó, as atividades que mais afetam a estabilidade das populações e dos ecossistemas ali existentes são provenientes de ações humanas como o desmatamento que provoca a extinção da madeira, as queimadas normalmente são usadas para fins diversos na agropecuária, na renovação da terra para o plantio de nova cultura. Trata-se de uma alternativa rápida e de custo relativamente baixo quando comparada a outras técnicas que podem ser utilizadas para o mesmo fim, porém pode trazer danos irreversíveis ao ecossistema local.

Outras atividades que afetam a estabilidade do ecossistema no Pólo Marajó correspondem à fragmentação dos *habitats*, retirada das matas ciliares dos córregos, facilitando o transporte do solo para dentro dos rios, além da ocupação imprópria das margens dos rios são os maiores causadores da degeneração do ecossistema local.

As espécies silvestres existentes no Pólo Marajó apresentam diferentes níveis de tolerância em relação às suas interações com os seres humanos. Algumas aumentam em resposta à presença humana, em parte pelo aumento da oferta de alimento, por outro, espécies menos tolerantes, tendem a rejeitar a presença humana, o que pode causar a diminuição e realocação das populações das espécies.

Algumas das atividades dos turistas têm maior impacto sobre a vida silvestre que outras. Os praticantes de ecoturismo podem observar uma espécie de pássaro por menos de cinco minutos, porém, se o mesmo produto for oferecido a um grupo em maior número, sem o controle de entrada e saída, os impactos negativos aumentam podendo alterar o ciclo natural das espécies. Por exemplo, estudos indicam que os animais respondem negativamente a grupos grandes e barulhentos em comparação com aqueles pequenos e tranquilos.

Algumas espécies são mais suscetíveis à presença humana durante determinado período de seu ciclo de vida. Por exemplo, espécies de aves encontradas na **Reserva Extrativista Marinha de Soure e Reserva Ecológica Mata do Bacurizal em Salvaterra**, mostram-se intolerantes em temporadas de reprodução ou quando descansam e se alimentam. Este fato pode ser identificado nos Igarapés da Região, com destaque especial para o **Igarapé Café**.

Essas ameaças à diversidade biológica são causadas pelo uso inadequado dos recursos naturais, fator que é evidenciado no Pólo Marajó. Na **Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó** é necessário traçar políticas públicas de gestão, de acesso, bem como fortalecer a fiscalização para evitar o número excessivo de visitante,

práticas inadequadas como depósito de lixo fora dos coletores, caça predatória, pichações, destruição da mata nativa durante a visita, que podem causar inúmeros impactos ambientais.

Nas **Praias do Pesqueiro** no Município de Soure; e na Praia **Grande de Salvaterra, Praia dos Pescadores e Praia Grande de Joanes** no Município de Salvaterra, alguns impactos ambientais negativos foram identificados nesses atrativos, como o acúmulo de resíduos sólidos, pela falta de saneamento básico, e também o acúmulo de dejetos nas margens dos rios, porém em pequena escala provocada pelo volume de visitantes nos atrativos turísticos.

A capacidade de carga é um instrumento indispensável na **APA - Marajó** e nos Atrativos Naturais do Pólo. Por meio desse estudo pode-se controlar o número de pessoas que utilizam a área, além de ser um instrumento importante para o manejo das visitas.

Outro fator crítico na avaliação dos impactos é o nível de supervisão durante as visitas que fazem os turistas nas áreas protegidas. É de fundamental importância que na **APA Marajó** os turistas sejam acompanhados por guias treinados e que efetivamente sigam os códigos de conduta estabelecidos nas políticas de gestão.

### **e) Análise do Potencial de Desenvolvimento dos Atrativos Naturais ainda Não Explorados**

Analisando o potencial de desenvolvimento dos atrativos naturais ainda não explorados no Pólo Marajó, levaram-se em consideração os **Segmentos Turísticos** e os **Atrativos Naturais** relacionados. Na seleção dos Atrativos Naturais a análise também foi feita em relação aos **impactos ambientais positivos** ou **negativos**, que podem ser gerados junto aos atrativos naturais, pelas atividades turísticas, bem como as **medidas necessárias para controlá-los**.

O Pólo Marajó possui um alto **potencial de atrativos naturais ainda não explorados**, dentre os quais são apontados: Os atrativos naturais de **Igarapé Pingo d'água, Igarapé Caraparú, Igarapé Jubim e Igarapé Deus Ajude**, localizados no Município de Salvaterra e devem ser valorizados e integrados a oferta atual, através da consolidação do Segmento do Ecoturismo.

O Segmento de Ecoturismo pode ser trabalhado através da integração de roteiros com atividades como o agroturismo, turismo de aventura e o turismo rural. Enfatiza-se o problema relacionado ao acesso fluvial, que inviabiliza uma melhor condição de comercialização e promoção dos destinos, uma vez que as distâncias em relação aos atrativos são muito grandes.

Com relação aos **impactos ambientais**, identifica-se que alguns impactos são positivos, pois é uma atividade realizada de forma prudente quanto à utilização dos recursos naturais disponíveis; enquanto que os **impactos negativos** ambientais estão relacionados ao volume de visitantes e a alteração do ciclo natural dos ecossistemas.

Com a possibilidade de valorizar e integrar novos lugares à oferta atual aponta-se os atrativos naturais como a **Praia do Caju - Una** e a **Praia do Céu** no Município de Soure, além da **Praia Grande e Praia Campininha** no Município de Ponta de Pedras, ambos os destinos turísticos são pouco explorados e detentores de um potencial para o desenvolvimento do Segmento de Turismo de Sol e Praia.

As praias fluviais possuem alta prioridade, sendo responsáveis pela oferta e demanda turística na Região do Marajó. Os locais são dotados de beleza cênica, clima ameno, que,

por conseguinte se tornam de grande valor para a exploração da atividade turística, além da riqueza dos atrativos naturais, peculiaridades que despertam o interesse da população na busca de tranquilidade e lazer.

A maioria dos municípios não dispõe de infraestrutura e serviços básicos e equipamentos turísticos necessários para a consolidação, promoção e comercialização desses atrativos. Afirma-se a necessidade de trabalhar esses roteiros com outros roteiros turísticos associados com a **Praia do Pesqueiro** no Município de Soure.

Com relação aos **impactos ambientais** aponta-se a preocupação relativa ao acúmulo de resíduos sólidos, poluição sonora, dejetos de esgotos lançados diretamente no rio pela ausência de saneamento básico. O controle destes impactos pode ser minimizado através de investimentos em infraestrutura de serviços básicos e educação ambiental para a comunidade local.

Apontam-se como potencialidade os atrativos turísticos pouco explorados das **Fazendas de Criação de Búfalos** nos Municípios de Soure e Salvaterra, havendo a necessidade de um estudo para desenvolver e consolidar o Segmento do Turismo Rural.

Enfatiza-se a precariedade relacionada à infraestrutura de acesso e de serviços básicos para a consolidação dessa atividade. É importante ressaltar a necessidade de organização comunitária, base para o desenvolvimento da atividade. Entre os impactos negativos identificados quanto ao turismo rural, indica-se o número considerado de fazendas que estão sendo desativados na Região do Marajó, tendo em vista o número insuficiente de visitantes aos atrativos.

Uma medida necessária para controlar os **impactos negativos** promovidos por essa atividade é a aplicação do estudo da capacidade de carga a ser utilizada como forma de minimizar as ações ocasionadas pelo volume de visitantes.

Outro potencial de desenvolvimento dos atrativos naturais ainda não explorados no Pólo Marajó é o **Rio Paracauari**. A Região de Marajó apresenta um potencial para a prática de eventos desportivos náuticos, além do contato do visitante com a fauna e flora.

Aponta-se para a consolidação desse segmento a elaboração de políticas e ações integradas para os produtos e roteiros turísticos. Sua estruturação requer investimentos em infraestrutura para a construção de marinas públicas, a adequação dos portos, a implantação e a qualificação de serviços de receptivo e equipamentos turísticos nas regiões portuárias.

Com relação aos **impactos ambientais negativos** identifica-se que o fluxo intenso de embarcações pode provocar perturbações no *habitat* natural das espécies, além do barulho, emissão de poluentes derivados da queima do combustível que podem comprometer o ecossistema. A medida mitigadora está relacionada com a eficiência da gestão e fiscalização da atividade.

A biodiversidade revelada através dos atrativos naturais como o **Igarapé do Limão, Igarapé das Cobras e Igarapé Deus Ajude**, demonstram possuir um grande potencial para o desenvolvimento do Turismo de Contemplação. Esta atividade turística vem despertando um interesse especial na Região do Pólo Marajó pela capacidade do contato direto do visitante com a natureza.

Com a possibilidade de valorizar e integrar novos lugares à oferta atual aponta-se os atrativos naturais do **Igarapé do Café** no Município de Soure; **Igarapé de Deus Ajude**,

**Igarapé Caraparú, Igarapés Pingo d'água e do Limão** no Município de Salvaterra, atrativos detentores de um potencial natural para o desenvolvimento do **Segmento do Turismo de Aventura**.

O Pólo Marajó apresenta-se um altíssimo potencial para o desenvolvimento desse segmento. É um misto que abrange beleza natural e condições propícias, com possibilidades de criação de diferentes atividades, para qualquer perfil de turista, desde aqueles que gostam de aventuras leves, como caminhadas por trilhas pré-preparadas, até aqueles buscam uma real aventura na selva. Estas são atividades ecológicas podem ser trabalhadas em todo o Pólo Marajó.

Para a operacionalização destes roteiros é necessário uma mobilização de grupos organizadores das comunidades locais com a finalidade de dar segurança e informação, bem como gerar facilidades para reduzir o desgaste físico do visitante e permitir o máximo aproveitamento no destino turístico. Conclui-se que os Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta das Pedras apresentam internamente dificuldades de comunicação, de acesso e de transporte. Fatores que deverão ser solucionados, para definição dos roteiros integrados, considerando as distâncias entre estes, além das variações climáticas da região.

## 2.2 Atrativos e Produtos Histórico-Culturais

### a) Identificação, Descrição e Caracterização dos Diversos Tipos de Atrativos e Produtos Turísticos de Cunho Histórico-Cultural.

Nos atrativos e produtos turísticos de cunho histórico-culturais situados no Pólo Marajó, buscou-se identificar e caracterizar os atrativos turísticos **de forma hierarquizada em nível de importância**, indicando os responsáveis pelo tipo de gestão de cada um deles (público ou privado), descrevendo as condições de visitação dos mesmos, localização, propriedade, serviço prestado aos visitantes, situação de conservação, política de acesso e grau de atratividade.

Para contemplar a atividade a **metodologia de pesquisa** utilizada foi a quali-quantitativa onde um grupo de pesquisadores realizou visita in loco e entrevistou os representantes dos órgãos responsáveis pela administração dos atrativos e dos produtos turísticos. O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário semi-estruturado que foi preenchido para a coleta dos dados. Nas reuniões com a participação da comunidade foi aplicada a matriz SWOT, esta ferramenta também serviu como base para a coleta e o confronto dos dados pesquisados no campo. Na apresentação dos resultados os dados foram confrontados com alguns trabalhos de pesquisa realizados no Pólo, porém em Ponta de Pedras as informações praticamente não existiam, o trabalho para a catalogação e hierarquização aconteceu com a ajuda e a participação das comunidades locais.

Para a contemplação de cada item vários parâmetros e indicadores foram utilizados: Em relação à **situação de conservação** usou-se o parâmetro utilizado no **"Manual do Pesquisador"** do Ministério do Turismo que considera: MUITO BOM o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo encontra-se preservado *in natura*, ainda virgem ou mantém as características fins de sua criação. Como BOM o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. REGULAR é o atrativo cujo estado de conservação/ preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se RUIM a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não

estiverem funcionando adequadamente, o atrativo encontrar-se sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. DETERIORADO é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

Para a análise do **grau de atratividade**, levou-se em consideração o “exame crítico dos atrativos para estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis” segundo Bote Gómes, 1997. De acordo com esta classificação, os principais aspectos que se deve levar em consideração é caracterizar cada uma das hierarquias dos recursos-atrativos turísticos que são as seguintes:

- i) Hierarquia 3 – atrativo excepcional e de grande significação para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de visitantes;
- ii) Hierarquia 2 – atrativo com traços excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente de visitantes nacionais ou internacionais, e sem por si só ou em conjunto com outros atrativos;
- iii) Hierarquia 1 – atrativo com algum traço de atração, capaz de interessar visitantes de longa distancia que chegam a uma localidade por outras motivações turísticas, ou são capazes de motivar correntes turísticas locais;
- iv) Hierarquia 0 – atrativo sem mérito suficiente para ser considerado ao nível das hierarquias anteriores, porém que igualmente forma parte do patrimônio turístico como elemento que pode complementar a outros de maior hierarquia em desenvolvimento de complexos turísticos.

Os atrativos foram valorados em seu grau de atratividade de maneira imparcial e realista. Também é informado para cada atrativo histórico-cultural o **número de visitantes** e o **número de empregos gerados**.

A catalogação dos atrativos históricos culturais foi feita destacando os atrativos que foram priorizados levando em consideração os que possuem condições de constituírem-se em **produtos turísticos vendáveis** e que, além disso, possam atingir os objetivos propostos e na descrição de cada um deles fica clara a situação atual, especificando os pontos positivos e negativos para o desenvolvimento do turismo no Pólo Marajó.

### a.2) Soure

Os Atrativos histórico-culturais selecionados no Pólo Marajó são em Soure Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz, Capela de São José, Coreto, Obelisco, Cruzeiro, Prédio do 8º Batalhão de Polícia Militar de Soure, Casa da Cultura, Ateliê Arte e Mangue. Em Salvaterra tem destaque a Igreja de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cais de Arrimo, Ruínas de Pedra e em Ponta de Pedra a Torre de Pedra - Farol do Itaguari, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Capela de São Francisco de Bórgia, Palácio Municipal, Fazenda Sant’Ana, Ruínas e as Comunidades Quilombolas. Também são abordadas as Manifestações Culturais e Festas Populares, o Artesanato as Danças e a Gastronomia da região.

- **Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz**



**Localização:** Situada na 3ª Rua  
**Administração:** Privada.  
**Condições de Visitação:** Livre.  
**Propriedade:** Privada.  
**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo embora limpo e organizado, não se encontra totalmente preservado).  
**Grau de Atratividade:** hierarquia 1..  
**Número de Visitantes:** em média de 100 visitantes por mês, segundo a administração local.  
**Número de Empregos Gerados:** cerca de 06 empregos.

**Figura 49** – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados aos Visitantes:** Visitação ao interior da igreja. Cerimônias religiosas. A igreja é aberta no horário comercial.

**Descrição:** Em arquitetura e artes sacras é uma das mais bonitas da região, em seu interior podem ser apreciados imagens e painéis do final do século XIX de artistas da região do Marajó.

- **Capela de São José**



**Localização:** Situada na 4ª Avenida  
**Administração:** Privada.  
**Condições de Visitação:** Livre.  
**Propriedade:** Privada.  
**Serviços Prestados ao Visitante:** Atividades Religiosas.  
**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo é organizado, limpo, porém não se encontra totalmente preservado).  
**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.  
**Número de Visitantes:** em média de 80 visitantes por mês, segundo a administração local  
**Número de Empregos Gerados:** cerca de 04 empregos.

**Figura 50** – Capela São José.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados aos Visitantes:** Visitação ao interior da igreja e onde acontecem as Cerimônias religiosas. A igreja é aberta no horário comercial e as missões acontecem sempre aos finais de semana.

**Descrição:** Possui uma arquitetura modesta, sem estilo definido, com duas pequenas torres, porém é um atrativo de grande representatividade religiosa na região.

- **Coreto**



**Localização:** na 3ª Rua, em frente à Igreja Matriz.

**Administração:** Pública.

**Condições de visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo encontra deteriorado em mediano estado de conservação, com a pintura desbotada e suja em seu interior).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Figura 51** – Coretos em Soure no Bairro São Pedro.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Espaço para encontros, lazer, eventos culturais e religiosos, bem como as festas populares do município, desde a época do surgimento do primeiro bairro do município de Soure o tradicional Bairro São Pedro, que atualmente vem perdendo suas características com as fachadas das casas em estado de degradação, as praças sujas e sem convação, pondo em risco o patrimônio histórico-cultural.

**Descrição:** Equipamento construído em alvenaria, com pintura em estilo marajoara. O coreto é um espaço utilizado para apresentações e manifestações culturais e musicais, além de ser um espaço de sociabilização.

- **Obelisco**



**Localização:** Na Praça da Independência do Brasil.

**Administração:** Pública.

**Condições de visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo encontra deteriorado em mediano estado de conservação, com lixo em seu entorno).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Figura 52** – Obelisco.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Espaço para encontros, lazer, eventos festivos e culturais que são realizados no município.

**Descrição:** Foi construído como uma homenagem da população aos 150 anos da Independência do Brasil.

- **Cruzeiro**



**Localização:** Situado na Praça Magalhães Barata

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo encontra deteriorado em mediano estado de conservação, e sujo e o lixo é visto em seu entorno).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Figura 53** – Monumento Cruzeiro.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados ao Visitante:** espaço para encontros, lazer, eventos festivos e culturais.

**Descrição:** Arquitetura de concreto, tendo ao centro uma cruz de ferro. É um monumento comemorativo ao 25º Aniversário das Atividades dos Padres Agostinianos.

- **Prédio do 8º Batalhão de Polícia Militar de Soure**



**Figura 54** – Batalhão de Polícia Militar de Soure.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Localização:** Situado na 8ª rua.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Boa condição. Entrada com autorização prévia da instituição.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo embora limpo, organizado, não se encontra totalmente preservado).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas.

**Número de Empregos Gerados:** os empregos não estão voltados para a atividade turística.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Abriga serviços públicos de segurança.

**Descrição:** A Ilha do Marajó possui um atrativo singular no município de Soure, o 8º batalhão da Polícia Militar é considerado atrativo turístico do local por utilizar búfalos nas atividades de policiamento.

- **Casa da Cultura**



**Figura 55** – Casa da Cultura de Soure.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Localização:** Está localizada na 6ª Rua.

**Administração:** Pública

**Condições de Visitação:** Acesso fácil por via terrestre.

**Propriedade:** Pública

**Situação de Conservação:** Ruim (o atrativo encontra-se sujo com paredes quebradas e a pintura velha, e no seu interior os banheiros estão deteriorados).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Em média de 60 visitantes/ mês.

**Número de Empregos Gerados:** Cerca de 10 empregos gerados.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Espaço para produção cultural e manifestações artísticas da cultura marajoara.

**Descrição:** Inicialmente o espaço foi sede da Sociedade Operária Artística Sourense. O mesmo espaço funciona, atualmente, uma casa de apoio a cultura local através de ensaios do Grupo de Tradições Folclóricas Cruzeirinho.

- **Ateliê Arte e Mangue**



**Figura 56** – Ateliê Arte e Mangue.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Administração:** Privado.

**Localização:** Travessa 23, entre 12ª e 13ª Ruas.

**Condições de Visitação:** Acesso fácil por via terrestre.

**Propriedade:** Privado.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Local de produção e exposição do artesanato marajoara.

**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo embora limpo, organizado, não se encontra totalmente preservado).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** média de 60 visitantes/mês.

**Número de Empregos Gerados:** cerca de 04 empregos gerados.

**Descrição:** Espaço cultural com estilo de choupana de palha, onde o turista pode acompanhar o processo de produção. O artesão trabalha com esculturas de madeiras e bijuterias de sucata de floresta.

- **Meu Sossego**



**Figura 57** – Meu Sossego

Fonte: Antônio Pinheiro, 2008.

**Localização:** Próximo a sede urbana de Soure.

**Estrutura para visitação:** O prédio não dispõe de estrutura física para visitação.

**Situação de Conservação:** Ruim (A infraestrutura física encontra em péssimo estado de conservação com paredes rachadas e pisos quebrados, sem pintura colocando em risco o patrimônio histórico-cultural).

**Preço do Ingresso:** Não se aplica.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Recursos Físicos e Bióticos:** Não existem alterações.

**Vigência de Implantação de Plano de Manejo:** Não existe.

**Estrutura Administrativa de Gestão e Fiscalização:** Não existe

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Usos Permitidos:** Não se aplica

**Usos Conflitantes:** Não são identificados no atrativo natural.

**Importância:** Patrimônio histórico cultural da região, porém em situação de degradação, sofrendo sério risco de perda da referência cultura e a história do local.

**Potencialidade:** Desenvolvimento de atividades culturais.

**Fragilidade:** Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente).

### b.2) Salvaterra

- **Igreja de São Francisco**



**Localização:** Vila de Monsarás

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo encontra-se organizado e limpo, porém não está totalmente preservado).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** média de 80 visitantes/mês.

**Número de Empregos Gerados:** cerca de 04 empregos gerados.

**Figura 58** – Igreja de São Francisco.

Fonte: Paratur, 2009.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Atividades Religiosas.

**Descrição:** Igreja construída pelos espanhóis anterior a 1867. No local está situado o Muro de Arrimo e o Poço de Pedra, construídos pela equipe do navegador espanhol Vicente Yañes Pinzon, por volta do ano de 1498.

- **Igreja de Nossa Senhora da Conceição**



**Localização:** Praça Magalhães Barata.

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo embora limpo e organizado, não se encontra totalmente preservado).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** média de 100 visitantes/ mês..

**Número de Empregos Gerados:** cerca de 05 empregos gerados.

**Figura 59** – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Paratur, 2008.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Atividades Religiosas.

**Descrição:** igreja construída em 1911, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Município.

- **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**



**Localização:** Localizada em Joanes.

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Bom (o atrativo embora limpo, organizado, não se encontra totalmente preservado).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** em média de 60 visitantes/mês.

**Número de Empregos Gerados:** cerca de 04 empregos gerados.

**Figura 60** – Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Padroeira Marajó.

Fonte: Paratur, 2008.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Atividades Religiosas.

**Descrição:** Desperta a curiosidade dos visitantes por manter em seu interior uma imagem da Virgem esculpida, em madeira, com 1,5m de altura. A igreja está localizada nas proximidades do sítio arqueológico onde ainda estão as ruínas de uma igreja construída no século XVI.

- **Cais de Arrimo**



**Figura 61** – Cais do Arrimo.

Fonte: Paratur, 2008.

**Localização:** Litoral de Salvaterra.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Deteriorado (o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente está sujo e o lixo é uma presença constante).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 0.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Serviços Prestados ao Visitante:** contemplação e conhecimento histórico do monumento.

**Descrição:** O cais foi erguido pelos espanhóis por ocasião do Tratado de Tordesilhas, quando os países ibéricos (Portugal e Espanha), dividiram as novas terras conquistadas da América.

- **Ruínas de Pedra de Joanes**



**Localização:** Comunidade de Joanes.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Ruim (o atrativo encontra-se abandonado, o mato cresce ao seu entorno e serve de abrigo para os animais).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 2.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Figuras 62** – Ruínas de Pedras de Joanes.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Serviços Prestados ao Visitante:** contemplação e conhecimento histórico do monumento.

**Descrição:** Construção religiosa dos jesuítas, no Século XVII, a edificação corresponde à primeira Igreja de Salvaterra, na localidade de Joanes.

### c.2) Ponta de Pedras

- Torre de Pedra - Farol do Itaguari



**Figura 63** – Farol de Ponta de Pedras.

Fonte: Marcello Tavares da Silva, 2009.

**Localização:** Na margem da baía do Marajó.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo encontra-se sujo e a pintura é velha).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Comunicação na navegação e auxílio a navegação da região.

**Descrição:** Apresenta o Farol Itaguari indica o canal de entrada do rio Marajó-Açu, que banha a cidade, construído em 1896. O farol tem a função de conduzir em segurança as embarcações.

- Igreja Nossa Senhora da Conceição



**Figura 64** – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Lucileide Monteiro, 2009.

**Localização:** Praça Nossa Senhora da Conceição.

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo em seu interior encontra-se com a pintura velha, paredes com umidade, necessitando de reparos).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** média de 20 visitantes/ mês.

**Número de Empregos Gerados:** cerca de 03 empregos.

**Serviços prestados ao visitante:** Atividades Religiosas.

**Descrição:** Construção do período colonial, com características barrocas e neoclássicas presente no frontão. O local é aberto em celebrações religiosas.

- **Capela de São Francisco de Bórgia**



**Figura 65** – Capela de São Francisco de Borja.  
Fonte: Cristiano Malato, 2009.

**Localização:** No Sítio Recreio. Em frente à Vila do Conde, na margem da baía do Marajó.

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Ruim (o atrativo encontra-se abandonado, sujo, sem organização).

**Grau de Atratividade:** Hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas.

**Número de Empregos Gerados:** 01 funcionário.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Atividades Religiosas.

**Descrição:** Capela datada de 1969 no Sítio Recreio, propriedade da família de Ophir Malato, originária do século XVIII. Possui uma imagem sacra em madeira, com 1,80m de altura, vinda de Portugal, tendo estimadamente 200 anos de existência.

- **Paço Municipal**



**Figura 66** – Paço Municipal  
Fonte: SECULT, 2009.

**Localização:** Na Praça Getúlio Vargas, nº 32.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Não existe.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo está sujo, as paredes quebradas, a pintura necessitando de reparo, os banheiros estão quebrados).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não ocorrem visitas com fins turísticos.

**Número de Empregos Gerados:** Não se aplica.

**Descrição:** O prédio da Prefeitura Municipal faz parte do Patrimônio Cultural do Estado do Pará, devido a sua importância dentro do contexto histórico estadual, representando um marco da Revolução de 1930, sendo sede dos interesses políticos da região. O edifício anos mais tarde foi incendiado em manifestação popular.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Contemplação ao monumento histórico.

- **Fazenda Sant'Ana**

**Localização:** Na Ilha de Sant'Ana, margem direita do rio Arari, a pouca distância da Baía de Marajó.

**Administração:** Privada.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Privada.

**Situação de Conservação:** Regular (o atrativo encontra-se desorganizado, sujo, paredes quebradas, banheiros em condições precárias).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Cerca de 07 empregos gerados.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Contemplação.

**Descrição:** Fundada pela Ordem do Frades Menores Capuchinos - Mercês. As construções da casa da fazenda e da capela datam aproximadamente de 1850/60. Próximo a casa estão localizadas as de um canal construído em alvenaria e pedras com abóbadas de tijolos maciços, que se supõem serem instalações de um antigo engenho. A fazenda foi doada em 1963 à Prelazia de Ponta de Pedras, hoje diocese municipal.

- **Ruínas**

**Localização:** Distante a 5 km da cidade de Ponta de Pedras.

**Administração:** Pública.

**Condições de Visitação:** Livre.

**Propriedade:** Pública.

**Situação de Conservação:** Ruim (o atrativo encontra-se em estado de abandono, sujo, com muito lixo em seu entorno).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 1.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Não há registros.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Contemplação ao monumento histórico.

**Descrição:** Datada do período da colonização brasileira, o lugar guarda a história das ruínas de um antigo latifúndio. O local remonta ao visitante a experiência com as construções antigas como casas grandes e as senzalas.

- **Comunidades Quilombolas** - Comunidades de Santana e Tartarugueiro.

**Localização:** Município de Ponta de Pedras.

**Propriedade:** existem controvérsias sobre os verdadeiros proprietários.

**Serviços Prestados ao Visitante:** Trilhas em mata virgem, praias e igarapés, passeios de barco, festividades, danças folclóricas, artesanato e comidas típicas.

**Situação de Conservação:** Ruim (as comunidades vivem de maneira simples em casas precárias, sem saneamento básico, falta água, os banheiros são rústicos e necessitam de reparos).

**Grau de Atratividade:** hierarquia 2.

**Número de Visitantes:** Não consta registro de visitas recebidas/mês.

**Número de Empregos Gerados:** Não há registros.

**Condições de Visitação:** Roteiros programados para a visitação.

**Descrição:** comunidades descendentes de negros formadas por pescadores e agricultores. Possui 365 ha: 60% área preservada, 20% várzea - 8% de praia, 12% açazal -, 20% capoeira (área agricultável).

### Manifestações Culturais e Festas Populares

Representantes do patrimônio histórico-cultural marajoara, os **grupos folclóricos** são instituições consideradas tradicionais no cenário cultural. As manifestações da cultura popular no Município de Soure são representadas pelos cordões de pássaros, bois-bumbás, lundum e carimbó. (MMA, 2009, v.1).

Inseridas no patrimônio histórico do Pólo Marajó, as lendas são produzidas e repassadas através da oralidade e do imaginário popular, podendo ser trabalhadas como atrativos turísticos histórico-culturais nas praças dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Estes espaços nos três municípios encontram-se deteriorados, sem iluminação pública, bancos quebrados, dificultando as apresentações culturais. Dentre as lendas marajoaras, as mais conhecidas são a lenda da Porca Velha, Matinta Perera e a lenda dos Passeios.

Dentre as principais manifestações populares está a **Corrida de Búfalos**, competição que envolve jovens vaqueiros, onde os participantes montam nos búfalos e procuram manter o equilíbrio nesses animais. Uma particularidade é a baixa velocidade relacionada ao grande porte desses animais.

Outra manifestação popular do Pólo Marajó é o **Basquete a Cavalo** modalidade inusitada, praticada principalmente por policiais militares, conhecedores do cavalo marajoara que conduzem o animal em busca da posse da bola com o objetivo de acertar no centro de uma estrutura montada com pneus em lugares estratégicos.

Destaca-se também a **Luta Marajoara**, modalidade também conhecida como “Agarrada”, ocorre geralmente nas margens de rios, praias e igarapés. Sua maior característica é a luta

corporal, com forte semelhança ao judô. Para a prática dessa atividade é necessário agilidade e equilíbrio para obter um bom resultado.

### Artesanato

No Estado do Pará a força do artesanato é manifestada através do artesanato santareno, tapajônico e marajoara. A cerâmica segue diversos estilos indígenas, a atividade tem a capacidade econômica de geração de renda e cultural pela competência de resgatar a cultura de um povo. É um segmento cultural rico, com fortes raízes na vivência do cotidiano.

As peças que eram meras cópias de artefatos encontrados dos povos indígenas, hoje, são ricas em originalidade, técnica, harmonia e revelam a que povo pertence. O homem paraense é consequência da mescla das culturas do índio, do caboclo, do amazônida. O meio ambiente influencia através de cenário abundante em rios, rico em biodiversidade faunística e florística, desse cruzamento surgem os rituais, mitos e lendas. As peças são representadas de diversas formas, através da cerâmica, talha, cestaria, cuias, conchas, objetos de madeira, de ouriço, de cheiro e outras matérias-primas, tornando-se um importante e criativo segmento da cultura local, relevante para a economia do Estado do Pará e que demanda por políticas específicas que atendam os principais eixos, que são a cultura e o mercado artesanal. (MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI, 2008).



**Figura 67** – Cuias Pintadas

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.



**Figura 68** – Cestarias de Fibra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

O artesanato marajoara está dividido em fases históricas e arqueológicas, correspondendo a diferentes culturas e níveis de ocupação, sendo divididas em fases como a **Ananatuba** com a composição de peças marcadas por incisões, destacam-se as tigelas e igaçabas. **Mangueira** com um traço característica pela borda entalhada referência para as peças de ornamentação. **Formiga** distinguida pela influência simples e sem estilo determinado. **Marajoara** marcado pela exuberância e variedade na decoração. A **Aruã** artesanato de louçaria, encontrado em urnas funerárias, carregando como marca de suas peças as ornamentações.

A cerâmica do Marajó sempre estilizou as expressões artísticas dos povos indígenas pré-colombianas da Amazônia. As peças compreendem vasos; urnas funerárias; tangas, estatuetas; pratos para adornos e alguidares. As peças de cerâmica marajoara são ricas em detalhes, guardam tradições repassadas através das gerações.



**Figuras 69, 70 e 71** – Produção do artesanato marajoara

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

Os produtores locais, assim como os artesãos trabalham com esculturas de madeira, reproduzindo os mais variados tipos de animais da região, bem como também bijuterias extraídas sementes da região, conhecidas como biojóias. A cerâmica marajoara faz réplicas, por meio de formas, linhas e desenhos, com motivos indígenas. As peças do artesanato marajoara são marcadas, ainda, por outras peças como bolsas, bonecas de tururi, cestarias em talas de gurumã, camisas com motivos marajoaras, trançado de fibra de corda, bolsas e cestos em folhas de palmeira e trabalhos em couro de búfalos, decorados em estilo marajoara feitos de bico de ferro. (MMA, 2009, v.1).



**Figuras 72 e 73** – Artesanato Marajoara em Madeira e Cerâmica Marajoara.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

### Atrativos Turísticos - Danças

A música paraense repercute em todo o estado através das manifestações culturais com seus diferentes sons que são ouvidos nos mais diversos lugares. Da batida forte do Carimbó as variações musicais derivadas do ritmo brega e tecnobrega.

As danças representam também as tradições marcantes do povo paraense, espontâneas, alegres e contagiantes misturam as heranças indígenas, africanas e portuguesas em movimentos sensuais e criativos.



**Figura 74** – Danças Folclóricas.  
Fonte: SECULT, 2009.



**Figura 75** – Marujada.  
Fonte: Paratur, 2009.

- **Lundu**

A dança do Lundu chegou ao Brasil pelos escravos africanos. Com movimentos sensuais foi proibida no século passado pela Corte e pelo Vaticano, em o país. Mas foi ressurgindo aos poucos, num estilo mais comportado em alguns lugares, como na Ilha do Marajó, no Estado do Pará.

- **Dança do Siriá**

A dança folclórica do Siriá é uma homenagem dos negros ao siri, que conta a lenda que depois de um dia de trabalho os escravos foram à praia e lá capturaram com facilidade os siris matando sua fome. É uma das manifestações coreográficas mais belas do Pará onde os negros imitam os passos dos siris.

- **Dança do Carimbó**



**Figura 76** – Dança do Carimbó.  
Fonte: Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2008.

A Dança do Carimbó mistura o ritmo lento das danças indígenas, com o batuque africano e em alguns movimentos as danças folclóricas lusitanas, como os dedos que vibram na marcação certa do ritmo agitado e absorvente.

- **Marujada**

Marujada é a dramatização de um auto, onde se canta mais do que se dança. Para agradecer aos seus benfeitores, que deixaram os escravos organizar uma confraria em louvor a São Benedito, as mulheres negras foram dançar nas casas dos senhores brancos, ao som das batidas feitas pelos homens.

### Atrativos Turísticos – Gastronomia

A cozinha regional paraense considerada uma das mais autênticas do país tem em sua culinária a herança dos temperos indígenas com um pouco da negra e da portuguesa, usando ingredientes tirados da flora e fauna amazônica, é um dos orgulhos dos paraenses. A maioria dos pratos pode ser consumida em outras cidades brasileiras, mas no Estado do Pará eles têm um sabor e um aroma diferente. O **Pato no tucupi** é o prato mais famoso e conhecido, feito com o pato assado que depois é fervido no tucupi junto com o jambu, servido acompanhado de arroz branco, farinha d'água e molho de pimenta. O **Tacacá** com gosto e cheiro inconfundíveis, espécie de caldo, feito com tucupi, goma de mandioca cozida, jambu e camarão seco, servido quente em cuias típicas da região Norte, tomado tradicionalmente no final de tarde, bem quente, vendido nas tacacazeiras, que ficam nas esquinas das principais ruas de Marajó. A **Maniçoba** é outro prato típico muito apreciado é feito com folhas da maniva, a planta da mandioca, que depois de bem cozida recebe os temperos e a carne de charque, lombo defumado, paio, lingüiça, bucho, orelha de porco, costela. Dentre as especiarias da região também tem destaque o Feijão manteiguinha, a Farinha d'água a Farinha de Tapioca.



**Figura 77** – Tacacá

Fonte: Pará. Governo do Estado, 2009.



**Figura 78** – Maniçoba

Fonte: Paratur, 2008.

### Frutas e Frutos do Norte

Os frutos e frutas do Norte podem ser consumidos *in natura* ou na forma de doces e sorvetes. Alguns já são conhecidos e apreciados fora da região Norte, destaca-se: Açaí, Cupuaçu, Bacuri, Biribá, Taperebá, Pupunha, Muruci, Buriti, Cacau Guaraná, Ingá Jaca, Jambo, Jatobá, Jenipapo, Manga, Tamarindo, Tucumã, Umari e a famosa Castanha-do-pará.



**Figura 79 – Açaí**  
Fonte: SEMA, 2008.



**Figura 80 – Bacuri**  
Fonte: SEMA, 2008.



**Figura 81 – Taperebá**  
Fonte: SEMA, 2008.



**Figura 82 – Ouriço e Castanha do Pará**  
Fonte: SEMA, 2008.

### Gastronomia Marajoara

A culinária marajoara é um espetáculo a parte na cozinha paraense, tendo como base os peixes, carnes de búfalo, leite de búfala, onde se prepara as principais iguarias marajoaras como queijo e manteiga. Outros temperos podem ser encontrados na cozinha marajoara como a pimenta e alho. A alimentação marajoara tem origem histórica através do preparo da comida dos vaqueiros da ilha marcado pela simplicidade dos pratos

Em relação ao cardápio marajoara destaca-se o **Frito de Vaqueiro** prato oriundo nas cozinhas das fazendas da Ilha do Marajó, feito com carne de búfalo frita em gordura animal e servida com farinha de mandioca. **Filé de Carne de Búfalo** ao molho de cupuaçu preparado com a polpa da fruta e acompanhado com arroz de jambú. **Caldeirada Marajoara** servida em pedaços de peixe acompanha tucupi, jambú, arroz, pirão de camarão regional. A **Mujica Afrodisíaca** prato de sabor especial, uma iguaria preparada à base de molusco, denominado de Turú, a espécie é encontrada dentro das árvores nos mangues marajoaras.

O **Filé de Marajoara** prato considerado ponto forte da culinária marajoara, preparado com o filé bubalino em manteiga de búfala. **Pão Bengala Marajoara recheado com Queijo de Búfala** tradicional no café da manhã dos marajoaras. O pão de sabor diferenciado é preparado de forma artesanal e geralmente é recheado com queijo da Ilha do Marajó e servido quente.

**Queijo da Ilha Marajó** produzido a partir de leite de búfala. Considerado marca registrada da ilha, degustado pela maioria dos turistas que visitam Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, além do queijo existe a **Coalhada de Queijo da Ilha do Marajó** servidas nas fazendas da região. A economia marajoara se revolve quanto ao beneficiamento bubalina. A carne de búfalo, ainda, é utilizada para a produção de **Lingüiça do Marajó**. A gastronomia marajoara revela aos visitantes outras iguarias como o **Filé de Peixe ao Creme de Caranguejo**.

O Pólo Marajó apresenta uma gastronomia marcante, através da cultura bubalina na região. Os pratos típicos podem ser servidos tanto a *la carte*, como também em *fast-food* de comidas regionais. Em todos os lugares o turista encontra as tapiocas caseiras acompanhadas de café e as tacacazeiras servindo o tacacá nas famosas cuias.

### **b) Comentários sobre o Potencial de Desenvolvimento de Novas Atrações Ainda não Exploradas**

O grande potencial do Pólo Marajó pode ser consolidado através de roteiros integrados, capaz de entrelaçar os atrativos naturais com os atrativos histórico-culturais. Apontam-se as fazendas na ilha do Marajó com um potencial de alta atratividade; presença das ruínas jesuíticas com um valor histórico inestimável; além das Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó; Reserva Extrativista Marinha de Soure – RESEX de Soure e Reserva Ecológica Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú, unidades criadas para conservação da biodiversidade, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara; para preservação das espécies ameaçadas de extinção e de amostras representativas dos ecossistemas. Dentre o potencial de desenvolvimento de novas atrações está o Ecoturismo que permite às populações tradicionais maiores ganhos com a venda de seus produtos aos turistas e incentiva a elaboração e produção do artesanato marajoara.

Esta é uma proposta que alia enormes possibilidades de criação a diferentes perfis de visitantes. Nota-se que é possível somar à diversidade cultural as suas expressivas manifestações como as danças, o artesanato, a gastronomia, a riqueza étnica. Além dos elementos característicos da natureza, como a fauna, a flora, os rios, lagos, dentre outros. Porém, é necessário que tais atrações naturais sejam trabalhadas pelo segmento ecoturístico, onde há a preocupação com a preservação e sustentabilidade ambiental.

Vale ressaltar que, embora o segmento ecoturístico se utilize do espaço natural para o desenvolvimento de suas atividades, é necessário que estes sejam dotados de infraestrutura mínima adequada (implantação de centros de apoio, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água, sistema de coleta de lixo, sistemas de segurança etc.), desde que as melhorias e condições para o funcionamento sejam baseadas em estudos de impacto ambiental, evitando que causem danos ao meio ambiente. Este segmento poderá ser efetivo e eficiente se os indispensáveis investimentos forem feitos buscando a perfeita proteção dos recursos naturais.

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável

não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos.

Durante pesquisa de campo aos atrativos históricos do Pólo Marajó percebeu-se grande deficiência em relação às políticas de proteção aos atrativos, fato que compromete a conservação dos mesmos, além da falta de mecanismos de controle dos visitantes que freqüentam os locais. Percebeu-se também, que as políticas de proteção ao patrimônio histórico-cultural e a capacidade de gestão dos responsáveis precisam ser fortalecidas.

### **c) Descrição da Situação de Proteção e Conservação dos Atrativos Históricos e Culturais Frágeis que Podem ser Afetados pelo Turismo**

Nas visitas realizadas aos atrativos histórico-culturais analisou-se a proteção e conservação dos atrativos partindo do tombamento, reconstrução, restauração, revitalização e manutenção por meio da descaracterização das fachadas, presença de pichações e uso irregular de publicidade. Em relação aos critérios de conservação classificou-se em MUITO BOM, BOM, REGULAR E RUIM. Para o grau de atratividade estabeleceu-se requisitos de avaliação como BOM, REGULAR E RUIM que foram descritos no item 2.2.

Baseado nos critérios de avaliação percebeu-se que as políticas de proteção ao patrimônio histórico-cultural e a capacidade de gestão dos responsáveis precisam ser fortalecidos, tendo em vista que alguns espaços encontram-se sujeitos à deterioração, ao acúmulo de resíduos, às danificações infraestruturais, ao descontrole em relação ao uso dos visitantes, à falta de segurança, à impossibilidade de acesso das pessoas com dificuldades especiais. Nessas condições encontram-se as **Ruínas em Ponta de Pedras** e as **Ruínas Jesuíticas** no distrito de **Joanes em Salvaterra**, marcos históricos do descobrimento e da colonização no Brasil.

Foi percebida uma grande deficiência em relação às políticas de proteção aos atrativos, fato que compromete a conservação dos mesmos e a falta de mecanismos de controle, fiscalização e avaliação dos visitantes que freqüentam os locais. Identifica-se a necessidade de fortalecimento institucional, capacitando os gestores para melhor desempenho de suas funções.

### **d) Identificação do Potencial de Desenvolvimento dos Atrativos ainda não Explorados**

Identifica-se como atrativo com um potencial a ser desenvolvido o resgate dos monumentos históricos datados da época do descobrimento do Brasil e do período da colonização, época em que foi realizado o tratado de Tordesilhas. Destaca-se o **Cais de Arrimo** e **Dois Poços** e a **Ruínas Jesuíticas** no distrito de **Joanes em Salvaterra**, além da **Fazenda de Sant'Ana** e as **Ruínas em Ponta de Pedras**.

O Pólo Marajó conta com uma singularidade no acervo histórico-cultural, no entanto, algumas de suas estruturas estão indisponíveis para visitação e outras sequer fazem parte do acervo. A possibilidade de se gerar novos circuitos turísticos é muito grande, pode-se dizer que somente parte desse acervo é explorado pela atividade turística.

Para resgatar os atrativos histórico-culturais do Pólo Marajó são necessárias ações de revitalização nos atrativos, adequando-os para visitação, sendo preciso investimentos em infraestrutura básica e turística, além da consolidação de ações em promoção e comercialização para o fortalecimento do atrativo como um todo.

### f) Identificação dos Possíveis Impactos Negativos sobre tais Atrativos

No Pólo Marajó são identificados alguns **impactos negativos** provocados pela atividade turística nos atrativos histórico-culturais; dentre eles destacam-se a poluição sonora, lançamento de resíduos sólidos, de esgotos que são lançados nos rios pela falta de saneamento básico. Porém, ressalta-se, que estes impactos são apresentados em pequena escala em virtude do turismo ainda não estar consolidado em todo o Pólo.

**Para evitar os possíveis impactos negativos que possam vir a acontecer** um instrumento importante é aconselhado pela SECULT é que no planejamento das atividades, é no manejo das visitas, estas devem ser acompanhadas por guias treinados, pois desta forma é mais provável que os grupos observem as regras dos atrativos e sigam seus códigos de conduta, os quais devem basear-se na sensibilidade ambiental e cultural.

As observações assinalam que os impactos negativos podem ser controlados ou reduzidos, se houver uma fiscalização eficiente e adequada em cada atrativo.

Com a **estruturação dos atrativos identificados e ainda não explorados** ocorrerá o aumento do fluxo turístico e como consequência a melhoria da qualidade de vida da população local, com a geração de emprego e renda e a conservação das características culturais.

### 2.3 Outros Atrativos e Produtos Turísticos

Nos Estudos de Mercado do Turismo Sustentável na Amazônia Legal, 2009 elaborado pelo Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, foi identificado que o Turismo de Base Comunitária se apresenta como uma nova forma de atividade, capaz de gerar oportunidades para as comunidades locais.

A prática do Turismo de Base Comunitária valoriza as atividades e a cultura dos povos que vivem na floresta como os ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, quilombolas, entre outras comunidades, através da utilização do potencial natural em razão da importância que estes povos têm para a preservação do patrimônio cultural.

No Pólo Marajó o município de Ponta de Pedras podem se beneficiar com o Turismo de Base Comunitária. As comunidades de Santana e Tartarugueiro remanescentes de quilombos atualmente são organizadas e possuem vários líderes comunitários. Ponta de Pedras apresenta grande potencial para o turismo de Base Comunitária, pois é forte o cooperativismo e o associativismo entre as comunidades.

O município possui belezas naturais, e uma rica biodiversidade. O povo é hospitaleiro e a comunidade vive da pesca, da agricultura da mandioca e do extrativismo de açaí. Na região destacam-se a existência de Remanescentes de Quilombos e que guardam em sua cultura, traços refletidos nos hábitos, danças, folclore e gastronomia, marcas de uma época de um Brasil escravocrata. O Anexo F apresenta o Mapa das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombolas.

As potenciais atividades a serem desenvolvidas são: visitas as ruínas do engenho, peças arqueológicas e passeios em mata virgem e praias. Nas localidades pode-se conhecer a cultura local e as danças típicas da região. O turismo acontece no município ainda de forma incipiente apesar de já existir um roteiro estruturado pela comunidade, em conjunto com a Paratur, desde 2005.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Essa realidade aponta para a possibilidade de um turismo capaz de gerar benefícios econômicos de forma equitativa para a população local e como “produto turístico”, a atividade oferece um diferencial, por possibilitar aos turistas experiências autênticas, agregadas a valores e práticas de respeito ao meio ambiente e cultural da floresta amazônica.



**Figura 83** – Comunidade de Santana  
Fonte: Paratur, 2009.



**Figura 84** – Comunidade de Tartarugueiro  
Fonte: Paratur, 2009.

Como exemplos dessas iniciativas têm-se aquelas localizadas na RESEX Chico Mendes, a pousada ecológica Seringal Cachoeira, a Floresta Nacional e a Reserva Extrativista Tapajós, o município de Gurupá, o Hotel Aldeia dos Lagos e entorno, em Silves (AM), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM), a Pousada Pedras Negras, na RESEX Curralinho, no município de Costa Marques (RO), a RDS do Rio Iratapuru e a APA do Rio Curiaú, no estado do Amapá. (ESTUDO DE MERCADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL, 2009).

Um atrativo que pode ser trabalhado como produto turístico no Pólo Marajó é a **Cultura Indígena**. Numa contextualização histórica sabe-se que no Brasil, distribuídos em 562 terras indígenas, vivem cerca de 450.000 índios, o equivalente a 0,2% da população brasileira. Além destes, estima-se que entre 100 a 190 mil índios vivem fora das terras indígenas e 53 grupos são desconhecidos. Atualmente, encontram-se no território brasileiro, 227 etnias, falantes de mais de 180 línguas diferentes, concentrados em sua maioria, 70% do total, na Amazônia Legal, embora a presença indígena se faça notar em todos os estados brasileiros. Vivem em 618 terras indígenas, ocupando cerca de 12% do território nacional. (MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI, 2009).

A característica principal da população indígena do país é a sua grande heterogeneidade cultural. Vivem no Brasil desde grupos que ainda não foram contatados e permanecem inteiramente isolados da civilização ocidental, até grupos indígenas semi-urbanos e plenamente integrados às economias regionais. Independentemente do grau de integração que mantenham com a sociedade nacional, os grupos aculturados preservam sua identidade étnica, se auto-identificam e são vistos como índios. As variadas situações de contato e confrontos com a sociedade, levam as comunidades indígenas à inúmeras vulnerabilidades e situações de risco. (MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI, 2009).

No **Estado do Pará**, a **população indígena** é de 19.213 habitantes, distribuídos em 4.444.874 km<sup>2</sup>. Esta presença indígena está aliada a uma forte herança cultural dessa tradição, que permeia toda a sociedade regional, quer na descendência racial, quer nas várias linguagens, culinária, artesanato etc. Esta riqueza milenar possui forte apelo turístico, e pode ser devidamente aproveitado, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade local. Várias comunidades indígenas paraenses dentre elas Anambé, Atikum, Amanayé, Akrâtikatêjê, Asurini, Guarni, Karajá, Kyikatêje, Parketêjê Sarui, Xikrin do Catete, Tembê, Xerente, Katuena, Cikyana, Hiskaryana, Wai Wai, Wayana, Mawayana Tiriyó, Tunayana, Xeréu, Tembê, Arara Vermelha, Arapium, Borari, Cara Preta, Jaraki, Maytapu, Tupinambé, Tapajó e Munduruku, têm manifestado interesse em desenvolver projetos de etnoturismo. Considera-se viável e rentável para as comunidades étnicas o desenvolvimento de ações desta natureza em todo o Pólo. (MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI, 2009).

Em Marajó existem várias referências culturais indígenas, presentes em instituições como museus, nas pesquisas em Ciências Humanas no estado e demais áreas amazônicas, feiras regionais, lojas de artesanato, mas também em inúmeras manifestações lúdicas e da culinária indígena. O Pólo Marajó é um local importante como aglutinador de todas estas expressões culturais indígenas no estado do Pará. Este atrativo pode ser bem explorado e divulgado em nível nacional e internacional.

### **2.4 Alojamento Hoteleiro**

#### **a) Descrição, Análise e Evolução da Capacidade Hoteleira**

Para a descrição e análise da capacidade hoteleira levou-se em consideração o número total de estabelecimentos dos Meios de Hospedagem, Unidades Habitacionais e a quantidade de leitos disponíveis nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.

##### **a.1) Soure**

O Município de Soure conta com 16 equipamentos de Meios de Hospedagem, entre hoteleiros e extra-hoteleiros, dentre os quais estão hotéis, pousadas e fazendas, sendo 202 Unidades Habitacionais - UH's e 579 Leitos. (PARATUR, 2009).

A evolução da capacidade hoteleira no município entre os anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2008 revela que no primeiro ano do estudo havia apenas um 01 empreendimento cadastrado na Paratur e 05 equipamentos não cadastrados. Com o decorrer dos anos observou-se um aumento destes equipamentos, porém o número de estabelecimentos não cadastrados continua superior aos cadastrados.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

**Tabela 32** – Estabelecimentos de Hospedagens, Unidades Habitacionais e Leitos em Soure – 2000 a 2008.

Ano	Cadastrados			Não Cadastrados			TOTAL		
	Hotel	UHs	Leitos	Hotel	UHs	Leitos	Hotel	UHs	Leitos
2000	1	14	28	5	105	210	6	119	238
2001	1	14	28	6	145	330	7	159	358
2002	1	14	28	13	150	357	14	164	385
2003	1	14	28	12	150	457	13	164	485
2008	4	32	45	13	187	536	17	219	581
2009	5	41	52	11	161	527	16	202	579

Fonte: MTur; Paratur, 2009.

### a.2) Salvaterra

O Município de Salvaterra, conta 16 empreendimentos entre hoteleiros e extra-hoteleiros com um total de 166 UH's e 399 Leitos. (PARATUR, 2009).

A partir de análise, evidencia-se a evolução da capacidade hoteleira no Município, considerando um índice elevado de crescimento, entre o ano de 1998 a 2002 e 2003, períodos esse avaliado, sendo esse crescimento identificado na Tabela 33.

**Tabela 33** – Estabelecimentos de Hospedagem, Unidades Habitacionais e Leitos em Salvaterra – 1998 a 2003.

Ano	Hotel	Unidades Habitacionais	Leitos
1998	01	20	80
1999	01	20	80
2000	01	20	80
2001	03	50	170
2002	08	100	260
2008	16	166	399
2009	16	166	399

Fonte: Paratur, 2009.

### a.3) Ponta de Pedras

O Município de Ponta de Pedras apresenta uma oferta hoteleira bastante reduzida, dispendo de apenas 08 equipamentos de alojamento, que oferecem um total de 64 UH's, com 136 Leitos. (PARATUR, 2009).

Devido a ausência de registros existe registros de dados da capacidade hoteleira dos anos anteriores, se torna inviável a construção de uma série histórica e da análise da evolução hoteleira.

O Quadro 18 apresenta um resumo da Capacidade Hoteleira do Pólo Marajó discriminando o Número de Meios de Hospedagem, o Número de Unidades Habitacionais e o Número de Leitos por município do Pólo, onde se constata que o número de Unidades Habitacionais é insuficiente para atender a demanda atual e a potencial. O Pólo possui uma capacidade total de 40 Meios de Hospedagem, 432 Unidades Habitacionais e 1.114 Leitos.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Pólo Marajó	Número de Meios de Hospedagem	Número de Unidades Habitacionais	Número de Leitos
Soure	16	202	579
Salvaterra	16	166	399
Ponta de Pedras	8	64	136
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>432</b>	<b>1.114</b>

**Quadro 18** – Pólo Marajó - Capacidade Hoteleira

Fonte: ABIH/PA, Paratur, Empresa Expansão, 2009.

### b) Definição da Tipologia e da Categoria dos Empreendimentos Hoteleiros

Em relação à categoria e tipologia, de acordo com o Ministério do Turismo - MTur, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, são utilizadas classificações como estrelas para determinar as categorias, que são:

- Super luxo (mais de cinco estrelas);
- Luxo (cinco estrelas);
- Superior (quatro estrelas);
- Turístico (três estrelas);
- Simples (três estrelas);
- Econômico (duas estrelas).

#### b.1) Soure

Nas visitas técnicas ao município, identificou-se 16 equipamentos hoteleiros, sendo distribuídos como: 01 como categoria Superior (quatro estrelas), 04 estabelecimento de médio porte, ou seja, categoria Simples e Turístico (ambos de três estrelas) e 11 classificados como Econômico (duas estrelas).

#### b.2) Salvaterra

Nas visitas técnicas ao município, identificou-se 16 equipamentos hoteleiros, sendo distribuídos como: 02 estabelecimentos de médio porte, ou seja, categoria Simples e Turístico (ambos de três estrelas) e 14 classificados como Econômico (duas estrelas).

#### b.3) Ponta de Pedras

O Município de Ponta de Pedras apresenta o quadro mais crítico referente à classificação da oferta de alojamentos hoteleiros, evidenciado, principalmente, pela ausência de conforto nos cômodos oferecidos. Segundo a classificação da EMBRATUR, os 08 equipamentos são classificados como categoria Econômica (duas estrelas).

### c) Informações sobre a Taxa de Ocupação Anual e Mensal dos Empreendimentos

Percebe-se que em virtude da pequena demanda de turistas para o Pólo Marajó, muitas das pousadas e fazendas encontram-se desativadas ou com uma taxa de ocupação bastante reduzida.

Outro ponto em questão está descrito na pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2003 sobre a taxa de ocupação anual dos estabelecimentos hoteleiros nos municípios de Soure e Salvaterra, que mostra um resultado direcionado de 30% a 40% da capacidade instalada de serviços de hospedagem por ano, não levando em consideração as visitas de um dia.

### d) Apreciação Geral da Qualidade dos Empreendimentos

Para a avaliação da qualidade dos empreendimentos hoteleiros levou-se em consideração as **instalações**, a **qualidade de serviços prestados aos hóspedes**, **preço-qualidade**, coerência com a **motivação da viagem**, o **profissionalismo da gerência** e o **uso de tecnologias**.

Quanto às **instalações** identifica-se que a estrutura empresarial do setor turístico no Pólo Marajó é esparsa e de pequeno porte, com características de gestão familiar centralizada. Movimentam, salvo algumas exceções, volumes de negócios reduzidos. O proprietário do estabelecimento é considerado o único administrador, contando, além de sua família, apenas com auxiliares para os serviços mais simples. A gestão hoteleira em sua grande maioria se classifica dentro do modelo tradicional, com o padrão de uma administração centralizada.

Em geral, com algumas exceções, os estabelecimentos hoteleiros no Pólo Marajó não respondem aos atuais padrões de qualidade, tanto no que diz respeito aos aspectos de infraestrutura (construção, instalações), como no que diz respeito à qualidade do serviço.

A **qualidade dos serviços** em hotelaria é um fator determinante para a prestação de serviços e elaboração de um produto a ser comercializado. Os **serviços turísticos** do Pólo Marajó ainda são incipientes. A **oferta** é pequena, extremamente concentrada e os empreendimentos, com algumas exceções, são bastante simples.

Identifica-se que os empreendimentos hoteleiros, com raras exceções, utilizam de equipamentos de **tecnologia**, porém é necessário capacitar as pessoas para utilizar as ferramentas disponíveis. Aponta-se deficiência em relação ao **profissionalismo** da gerência nos aspectos relacionados à gestão de contratos, custos e finanças, responsabilidades sociais, associativismo e relação interpessoal.

Em relação ao **preço-qualidade** identifica-se que o Pólo Marajó é pouco competitivo em relação aos principais destinos receptores do Brasil. Percebe-se o elevado preço dos serviços hoteleiros aliado a fragilidades relacionadas à qualidade dos serviços ofertados.

O Quadro 19 aponta dados comparativos em relação aos preços ofertados na rede hoteleira na região nordeste comparado com os preços praticados no Pólo Marajó de acordo com a tipologia praticada no Estado do Pará nas categorias: simples, econômico e luxo.

LOCAIS	Simple	Econômico	Luxo
Marajó	R\$ 55,00	R\$ 85,00	R\$ 310,00
Região Nordeste	R\$ 45,00	R\$ 75,00	R\$ 280,00

**Quadro 19** – Comparação em relação a preço de mercado no segmento de meio de hospedagem

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

Com relação à coerência da **motivação da viagem**, as pesquisas da Paratur - 2008 apontam que os principais motivos que levam o visitante ao Pólo Marajó são as Visitas a Amigos e Parentes, seguido da visita aos Atrativos Turísticos. O **perfil do turista** que visita o Pólo Marajó é identificado como os residentes da área continental de Belém,

principalmente estudantes e pessoas que valorizam a aproximação com a natureza, a tranquilidade, harmonia espiritual e mental. Estes turistas vão à busca de harmonia, de lazer e de relaxamento.

### e) Indicação do Número de Empregos Gerados por Tipo e Categoria de Estabelecimento e Localização

Para o levantamento dos dados de empregos gerados por ramo de atividade, vários representantes de classe foram consultados, dentre eles ABIH, ABAV, ABRASEL e órgãos como SEBRAE, SENAC, Universidade Federal do Pará, Secretarias Estaduais e municipais, para elaborar uma estimativa do referido dado.

Em relação ao número de empregos gerados na categoria de equipamentos hoteleiros, estima-se que exista um total de 685 empregos no pólo Marajó. Usou-se o indicador da Fundação Instituto de pesquisas Econômicas - FIPE (indicador de 1,5 empregos para cada Unidade Habitacional). O número de empregos gerados encontra-se **distribuídos por localidade** da seguinte forma: no Município de Soure existem 404 empregos gerados; no Município de Salvaterra existem 249 empregos gerados; enquanto no Município de Ponta de Pedras apenas 32 empregos gerados na categoria de meios de hospedagem.

## 2.5 Alojamentos Extra-hoteleiros

### a) Identificação por Município dos Alojamentos Extra-Hoteleiros

O desenvolvimento do turismo em uma determinada área depende da estruturação de vários fatores ordenados, dentre os quais estão a qualidade e a quantidade dos equipamentos turísticos, elementos de destaque. A rede hoteleira constitui-se em um dos pilares da oferta turística de qualquer destino. Uma oferta hoteleira adequada à demanda desejada é um elemento de extrema importância para o desenvolvimento da atividade.

Em relação aos alojamentos extra-hoteleiros (casas de aluguel para turistas, segundas residências, casas de parentes e amigos, *camping*), não são registrados oficialmente, não possui uma organização empresarial sustentável e funcionam em períodos específicos do ano, geridos pelo efeito da sazonalidade, como férias, feriados e outras datas comemorativas ou eventos de grande porte.

Os equipamentos de hospedagem extra-hoteleiros dos municípios de Soure e Salvaterra foram classificados de acordo com as características, como nome do estabelecimento, quantitativo de unidades hoteleiras e suas respectivas localizações. Permitindo assim, a descrição dos estabelecimentos através de pesquisa elaborada pela Paratur, sendo distribuídos nos Quadros 20 e 21.

#### a.1) Soure

Equipamentos	Nº UH/ Leitos	Localização
Fazenda Sanjo	5 apartamentos - 20 leitos	Igarapé São Sebastião, braço do Rio Paracauari.
Fazenda Araruna	5 apartamentos - 15 leitos	Na sede, na 14ª rua.
Fazenda São Jerônimo	5 apartamentos - 15 leitos	Localizada na Rodovia do Pesqueiro, km 3 Tucumanduba.

**Quadro 20** – Soure - Alojamentos Extra-Hoteleiros

Fonte: Paratur, 2007.

### a.2) Salvaterra

Equipamentos	Nº UH/ Leitos	Localização
Fazenda Nossa Senhora do Carmo	8 apartamentos - 23 leitos	Na margem do rio Camará. Dista da foz cerca de 30 min. de lancha. Vila Caldeirão.
Hospedagem do Japão	3 apartamentos - 6 leitos	Endereço: Avenida Victor Engelhard, 47 - Vila Caldeirão

**Quadro 21** – Salvaterra – Alojamentos Extra-Hoteleiros

Fonte: Paratur, 2007.

### a.3) Ponta de Pedras

O Município de Ponta de Pedras apresenta um simples padrão de meios de hospedagem, com características peculiares do local, além de tímidos investimentos no setor. Portanto, no item anterior foram identificados os alojamentos hoteleiros formais, que aparecem em arquivos e documentos de órgãos oficiais. O que se classifica como equipamento extra-hoteleiro, inexistente na realidade do município.

Nesse aspecto, percebe-se a oportunidade de investir em alojamentos familiares, ou espaços que possam abrigar os visitantes. Desta forma, além de garantir um fluxo turístico nos períodos de alta estação, permite aos proprietários dos estabelecimentos uma renda extra, complementando orçamento familiar.

### b) Comentários sobre a Evolução da Categoria de Hospedagem

A informação é o tratamento dispensado aos dados compilados. Entretanto, apesar do notável esforço realizado na obtenção de informações estatísticas, faz-se necessário maior detalhamento, por tipo de atividade, bem como a realização mais freqüente de pesquisas, capazes de gerar séries temporais e possibilitar melhor compreensão da evolução desse mercado, caracterizado notadamente pela sazonalidade. Como não existem registros históricos é impossível estabelecer comentários sobre a evolução da categoria de hospedagem e informação sobre o número de empregos gerados, por tipo e categoria de estabelecimento.

Nos Municípios de **Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras** os meios de hospedagem domiciliares, normalmente se limitam apenas ao necessário à hospedagem do turista, o que serve também de moradia para a família dos proprietários do estabelecimento. Os municípios constam de hospedarias projetadas para o atendimento de pequenos grupos de visitantes, com oferta de serviços de hospedagem e alimentação, seguindo sempre o fluxo promovido pelo Calendário de Eventos local. Ressalta-se, ainda, a hospitalidade das comunidades locais que favorece a consolidação do setor para a atividade turística.

## 2.6 Equipamentos de Alimentação

### a) Tipos e Categorias e Número de Estabelecimentos

Os tipos e categorias de estabelecimentos são dados em função dos recursos turísticos de um município onde se define determinada demanda sobre os serviços e equipamentos. Um segmento indispensável é o setor de alimentação, composto por serviços dos restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, confeitarias, cervejarias, casa de sucos, sorveterias entre outros.

Segundo Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL - 2008 existe uma classificação específica para os vários tipos de restaurantes e similares, que tem por finalidade fornecer aos seus clientes variados opções de atendimento, preços, produtos, instalações e tipo de serviço por caracterização gastronômica. A distribuição apresentada por tipo e categoria pela ABRASEL:

- Restaurante internacional: é um restaurante clássico;
- Restaurante típico: são originários de uma região ou de um país;
- Restaurante gastronômico: sofisticado, que oferece pratos requintados;
- Restaurante comercial: instalações simples e cardápios de pratos rápidos;
- Restaurante de empresa: serve comida para funcionários;
- Churrascaria: especializado em churrascos;
- Pizzaria: casa especializada em pizza;
- Cantina: restaurante típico italiano;
- Brasserie / coffee shop: situam-se no interior de grandes hotéis;
- Lanchonete: casa especializada em lanches e pratos rápidos;
- Casa de chá: casa especializada em chás e cafés;
- Boite (Boate): Casa noturna que serve lanches e pratos à la carte;
- Bar noturno / café: casa que abre a noite, permanecendo aberta até a madrugada e serve lanches, canapés, salgadinhos e pratos rápidos;
- Buffet: empresa especializada em serviços de banquetes e coquetéis;
- Fast-food – especializada em pratos rápidos.

### a.1) Soure

Apresenta equipamentos de diversas categorias e estilos. De acordo com o levantamento realizado pela Paratur, 2007, constatou-se a existência de 24 estabelecimentos voltados para o segmento gastronômico, com capacidade para atender a uma média de 896 pessoas. No Quadro 22 apresenta a distribuição de tipos e categorias de equipamentos de alimentação do Município de Soure.

Tipo	Número
Restaurante Típico	10
Bares	06
Lanchonetes	06
Sorveterias	02
<b>Total</b>	<b>24</b>

**Quadro 22** – Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação.  
Fonte: Paratur, 2007.

Os restaurantes apresentam pratos variados em seus cardápios, com serviço de churrascaria como prato principal e comidas caseiras e típicas da região. Dentre os estabelecimentos classificados como bar oferecem bebidas variadas e ainda pequenas porções com pratos conhecidos como 'entrada'. Já as lanchonetes oferecem uma diversidade de doces, tortas, salgados, pastéis, sopas, queijos do Marajó e lanches variados. As sorveterias que servem os sabores tradicionais e exóticos como o açaí, cupuaçu, bacuri dentre outros.

Os restaurantes, bares, sorveterias, lanchonetes e pastelarias estão situadas em locais centrais, na área urbana e próximos à orla, devido o fluxo de visitantes neste local e buscando oferecer uma variedade de comidas típicas, servidas de uma rusticidade própria do Pólo Marajó.

### a.2) Salvaterra

O Município de Salvaterra possui 20 equipamentos do Ramo de Alimentos e Bebidas alimentação de atender cerca de 400 clientes. O Quadro 23 mostra a distribuição de tipos e categorias de equipamentos de alimentação do Município de Salvaterra. (PARATUR, 2007).

Tipo	Número
Restaurante Típico	16
Bares	3
Lanchonete	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Quadro 23** – Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação.  
Fonte: Paratur, 2007.

Os restaurantes apresentam em seus cardápios diversas especialidades e tipos de carnes, como carne, frango, peixe, mariscos e carnes de búfalo, essa última a mais caracterizada, por ser de origem própria. Ainda nesse âmbito, existem bares e lanchonete que cumprem com seu mais cobrado apetrecho: o suco de abacaxi. O município é o maior produtor de abacaxi do Estado do Pará e anualmente é promovido um festival tendo como tema central a referida fruta.

### a.3) Ponta de Pedras

Conta com uma pequena estrutura gastronômica. Nos cardápios são oferecidos diversos pratos, geralmente com receitas simples e caseira, utilizando-se de peixes, carnes, sucos e sorvetes regionais, lanches em geral e até açai em domicílio.

No Quadro 24 aponta a distribuição de tipos e categorias de equipamentos de alimentação do Município de Salvaterra.

Tipo	Número
Restaurante	4
Bares	2
Lanchonetes	4
Sorveteria	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

**Quadro 24** – Tipos e Categorias de Equipamentos de Alimentação.  
Fonte: Paratur, 2007.

O Pólo Marajó apresenta um quantitativo total de **55 equipamentos** de Alimentos e Bebidas.

### b) Indicação do Número de Empregos Gerados

Em relação ao número de empregos gerados na categoria de alimentos e bebidas, estima-se que existam 275 empregos, de acordo com dados fornecidos pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL/PA, 2009.

### c) Apreciação Geral da Qualidade dos Estabelecimentos

Os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras apresentam uma estrutura regular para as diferentes ofertas de serviços. Aponta-se a pouca qualificação em relação ao **profissionalismo da gerência** dos equipamentos de alimentos e bebidas de médio e

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

pequeno porte. A deficiência da **gestão administrativa**, ausência de visão empreendedora o que inviabiliza a formação de parcerias e a falta de recursos para investir em **tecnologia** são gargalos identificados na **apreciação geral da qualidade** do nível da gerência dos empreendimentos.

Com relação a esses equipamentos citam-se as praias do **Pesqueiro, Praia Grande Salvaterra e as Fazendas de Búfalos** que, mesmo com suas diversificações culinárias, mostram a necessidade de incentivos de melhoramento para atuar na área, através de capacitações direcionadas aos profissionais e empresários locais com a intenção de elevar a **qualidade dos serviços ofertados**.

Na avaliação da **adaptação ao gosto da demanda** que visita o Pólo Marajó a qualidade da alimentação e a variedade da culinária local, são referidas como um forte atrativo e motivador para a viagem. O diferencial da gastronomia, aliado as frutas regionais, oferta de peixes e os temperos variados são fatores que agradam o paladar dos turistas formando uma marca que possibilita atrair o turista em virtude deste atrativo.

Em relação ao **preço-qualidade** percebem-se preços adequados no segmento de alimentos e bebidas e a culinária ofertada é de boa qualidade, mas é necessário aliar essa qualidade à capacitação no segmento. Para manter-se num mercado tão competitivo é necessário adicionar qualidade aos produtos e serviços visando à satisfação do cliente e a garantia do seu retorno.

O Quadro 25 aponta dados comparativos em relação aos preços ofertados no segmento de alimentos e bebidas na região nordeste comparado com os preços praticados no Pólo Marajó de acordo com o tipo (classificado como peixaria) em restaurante classe A, B e C no Estado do Pará. Os preços considerados foram para pratos individuais.

LOCAIS	A	B	C
Marajó	R\$ 50,00	R\$ 30,00	R\$ 18,00
Região Nordeste	R\$ 45,00	R\$ 25,00	R\$ 15,00

**Quadro 25** – Comparação em relação a preço de mercado no segmento de alimentos e bebidas

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

Quanto à **tecnologia** nos equipamentos de médio porte, algumas vezes são encontrados equipamentos de tecnologia, porém percebe-se uma fragilidade em relação ao uso das ferramentas que podem ser utilizadas como diferencial para o estabelecimento.

Aponta-se a necessidade de **capacitação em nível gerencial** como ferramenta para a melhoria de gestão e para qualidade dos serviços. Nos equipamentos de pequeno porte não há registro de uso de **ferramentas tecnológicas**.

Vários fatores influenciam para o bom andamento dos negócios de um estabelecimento. Em termos de qualidade de serviço e atendimento está o ambiente; o clima; o conforto das mesas e cadeiras; limpeza e higiene; variedade do cardápio; a aparência geral e o tempo de espera. A realidade do mercado exige que as empresas dispensem o máximo de atenção quanto ao controle de qualidade de seus produtos.

A **qualificação dos serviços** é, pois, condição básica dentro de um processo competitivo. O segmento de alimentos e bebidas requer uma metodologia adequada ao monitoramento constante da qualidade dos serviços prestados. Para isso é necessário um conjunto de

conhecimento de muitos aspectos, os quais têm grande influência na satisfação do cliente e, conseqüentemente, na qualidade percebida do serviço oferecido pelo estabelecimento.

### **2.7 Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Tours**

#### **a) Identificação, Número de Empregados, Regulamentação dos Serviços, Integração dos Produtos Turísticos, Apreciação Geral da Qualidade dos Serviços Ofertados e Indicação do Número de Empregos Gerados**

No Pólo Marajó não existe registro de Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Tours.

#### **b) Número e Organização dos Guias de Turismo**

Nos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras não existem organizações de guias de turismo. Outra referência a ser feita é com relação à atuação dos condutores de trilhas que executam atribuições, sem a preparação técnica adequada para a função de guia de turismo.

### **2.8 Locadoras de Veículos e Serviços de Transporte Turístico**

#### **a) Informações Referentes à Aluguel de Veículos, Qualidade, Preço, Adequação a Demanda e Profissionalismo**

Com relação aos dados solicitados referentes **às Locadoras de Veículos** no Pólo Marajó não existe registro nos documentos oficiais dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras quanto à existência desses estabelecimentos.

Ainda nesse segmento, podem-se analisar as informações quanto aos **Serviços de Transporte Turísticos**, nos municípios do Pólo, o serviço é ofertado por alguns proprietários de veículos particulares, além de embarcações fluviais. A Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, através do Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Região do Marajó, constatou que os meios de transporte do Pólo Marajó necessitam de melhorias no setor para o desenvolvimento da atividade turística na região, são eles: melhoria e ampliação dos transportes internos e externos; criação de um sistema de transporte alternativo com características regionais, e reativação do navio Belém / Soure. (SEDECT, 2008).

Em relação à **qualidade dos serviços prestados** pelos transportes alternativos e serviços de táxi, a frota dos veículos é pequena e antiga, **preços adequados ao local**. Quanto ao **profissionalismo dos prestadores de serviços** de transportes existe a necessidade de capacitação voltada para o turismo.

#### **b) Número de Empresas, Localização, Número de Funcionários**

##### **b.1) Soure**

Quanto as Informações dos Serviços de Transportes Turísticos, o Inventário Turístico do Município de Soure, 2007, apresenta a existência no Quadro 24 da caracterização do sistema de transporte fluvial no município:

Como principal meio de transporte da região, o acesso hidroviário com destino a Cidade de Soure é feito por barcos a motor e canoas a vela. Quanto o transporte rodoviário, segundo as informações Inventário Turístico Municipal de Soure, a cidade não dispõe de Estação Rodoviária, por isso o acesso ao município se dá por transportes como, vans, táxis, moto-táxi ou carros particulares, através da Rodovia Estadual PA-154 - Transmarajoara com destino ao Porto da balsa, por onde se inicia a travessia para o município de Soure. A Malha Viária Urbana não faz uso de transportes urbanos coletivos, somente serviços como táxi, moto táxi e locação de vans.

O Município de Soure conta com 14 veículos dentre os quais: Kombis, Bestas, Topic e Sprinter, os valores cobrados são consideráveis competitivos ao mercado. Quanto ao transporte fluvial a existência de 11 rabetas que são canoas motorizadas e realizam a travessia Salvaterra/Soure/Salaterra com capacidade média entre 09 a 23 passageiros. (PARATUR, 2008).

Por via aérea, o sistema de taxi-áereo funciona com sistema de frete (linha regular) de Belém à Soure, e tem duração de 30 minutos de voo.

### **b.2) Salvaterra**

De acordo com o Levantamento da Oferta Turística do Município de Salvaterra, a cidade conta com uma frota de táxis formada por 26 veículos que atuam em todo o município; como transporte alternativo a frota é composta por 14 veículos dentre os quais: Kombis, Bestas, Topic e Sprinter que atuam no percurso Salvaterra/Porto Camará/Salaterra; e 11 rabetas que são canoas motorizadas e realizam a travessia Salvaterra/Soure/Salaterra, com capacidade entre 09 a 23 passageiros, diariamente de 6h às 18h e com plantão das 18h às 6h. O transporte coletivo interno para se ter acesso, com valores consideravelmente baixos, por meio de kombis, vans e ônibus. (PARATUR, 2008).

Salvaterra conta ainda com disponibilidade de 01 balsa que realiza a travessia de veículos no Rio Paracauari, no trecho Salvaterra/Soure/Salaterra.

### **b.3) Ponta de Pedras**

O sistema de transporte urbano em Ponta de Pedras é realizado por 02 empresas, fazendo os percursos de: Mangabeira / Ponta de Pedras para Mangabeira/ Cidade; Ponta de Pedra/Mangabeira para Cidade/Mangabeira; Cidade/ Mangabeira/ Antônio Vieira. O sistema de transporte é ineficiente, mesmo para os municípios que possuem linhas regulares de ônibus, a frota é velha, sem segurança e conforto para os passageiros.

### **c) Caracterização dos Meios e Modos de Transporte**

O modo de transporte mais utilizado pelos turistas para locomoção nos municípios que compõem o Pólo Marajó é o automóvel nas rodovias de acesso aos atrativos naturais e os histórico-culturais O ônibus urbano e os taxis funcionam, porém em pequena escala. O uso de motos e de bicicletas é muito comum na região e é utilizado pela população local.

Para a visitaçao a alguns atrativos naturais o transporte é feito por via fluvial em embarcaçao de pequeno porte que apresenta fragilidade em relaçaõ, à segurança dos passageiros, poucos horários de funcionamento e deficiências nos terminais de embarque e desembarque de passageiros.

Os principais entraves relacionados ao transporte fluvial são: o ordenamento dos barcos, cumprimento dos horários, controle quanto ao número de passageiros e a administração em relação às tarifas que são consideradas elevadas em relação ao mercado local.

### 2.9 Equipamentos para Venda de Artesanato

#### a) Caracterização por Tipo dos Produtos e sua Atratividade

O Pólo Marajó apresenta uma cultura de artesanato extremamente rica e que é integrada ao produto turístico do destino e figura como um grande atrativo para os visitantes, desde a sua fabricação até a comercialização, agregando valor à comunidade local, intensificando a cultura e melhorando a qualidade de vida da população.

A valorização e reprodução das técnicas e saberes tradicionais aplicados ao artesanato, bem como o estimular da recuperação de padrões tradicionais, são os desafios considerados para a valoração do artesanato marajoara.

Apesar da existência de equipamentos de venda de artesanato no Pólo, foram solicitados, em cada município, centros integrados de convenção, produção e venda de artesanato para concentrar as vendas dos produtos estimulando a preservação da cultura, a multiplicação das técnicas visando à promoção do Turismo de Base Comunitária e o artesanato. Dessa forma, pretende-se melhorar a qualidade da produção de artesanato, a preservação da cultura do artesanato, ampliação da oferta de empregos e aumento do fluxo de turistas.

##### a.1) Soure

No Município de Soure existem 05 equipamentos de venda de artesanato cadastrados na Paratur.

##### a.2) Salvaterra

No Município de Salvaterra existem 04 equipamentos de venda de artesanato local, com ênfase na comercialização da cerâmica marajoara; bolsas, cestas, bijuterias feitas com miçangas, sementes e fibras da região. Há também uma grande variedade de artesanato em couro de búfalo que encantam os turistas que buscam *suvenires*.

##### a.3) Ponta de Pedras

No município de Ponta de Pedras existem 02 equipamentos de venda de artesanato.

A Integração do Artesanato Marajoara com o produto turístico através da criação do selo de qualidade para o artesanato é apontado como um diferencial de atratividade para os produtos através da criação e consolidação de uma marca local, além de atuar com parâmetros de melhoria na fabricação das peças. Aumentando a atratividade para o turismo no Pólo.

Para o levantamento dos dados de **empregos gerados** por ramo de atividade, vários representantes de classe foram consultados, dentre eles ABIH, ABAV, ABRASEL e órgãos como SEBRAE, SENAC, Universidade Federal do Pará, Secretarias Estaduais e municipais, para elaborar uma estimativa do número de empregos diretos e indiretos no Pólo. Em relação ao número de empregos gerados no segmento de artesanato de acordo com a RAIS

e CAGED, 2008 e com os dados de estimativas elaboradas pelos órgãos consultados, estima-se que 410 empregos são gerados no ramo de artesanato.

### 2.10 Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos

#### a) Capacidade Total dos Equipamentos e das Instalações por Tipo

O setor do turismo de negócios cresceu muito nos últimos anos em todo o Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Centro de Convenções e Feiras - ABRACCEF, em média são 17.500 eventos realizados nos 53 principais centros de convenções e pavilhões de exposições do Brasil. São atividades que reúnem, aproximadamente, 28 milhões de participantes.

No Município de Soure, em relação aos equipamentos e serviços para reuniões e eventos, existem 02 hotéis que disponibilizam de estrutura para promoção, o Hotel Ilha do Marajó com serviço de *Buffet* e o Hotel Marajó com capacidade para realizar eventos com participação de até 100 pessoas. O Salão Paroquial da Igreja Matriz também recebe eventos.

Em Salvaterra não foram constatados equipamentos para este fim, porém os eventos acontecem em lugares avulsos em ambientes particulares. Já em Ponta de Pedras, para os Serviços para Reuniões e Eventos, a localidade conta com o **Centro Cultural Bertino Boulhos**, que possui um auditório com capacidade para 200 pessoas. Espaço este bem freqüentado pela sociedade local.

Nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras foi identificado em pesquisa de campo a necessidade de um espaço destinado para promoção de feiras, eventos, danças, música, artesanato, exposição de artes e contribuir para a valorização do potencial turístico dos municípios.

#### b) Considerações sobre as Empresas de Apoio para a Organização de Eventos

O apoio a organização de eventos ainda estão restritos aos calendários oficiais de cada município e gerenciados em sua maioria pelos órgãos públicos. Neste sentido os municípios em questão ressentem-se de investimentos nesta área do setor privado, que por sua vez não recebem incentivos para atuar nas localidades. O desenvolvimento local neste sentido só será fortalecido se um conjunto de processos na área turística for implementado.

### 2.11 Animação e Entretenimento

#### a) Especificação da Tipologia da Oferta

Em relação ao número de **equipamentos de animação e entretenimento** existem no Pólo Marajó, 04 casas noturnas, dentre elas 02 são danceterias, 01 centro esportivo, 01 ginásio poliesportivo, com capacidade para 700 pessoas e 01 estádio de futebol, com capacidade para 3.000 pessoas.

### 2.12 Informação Turística

#### a) Indicação dos Serviços de Informação Turística

Não existe serviço de informação turística nos Municípios do Pólo Marajó. As informações dependem do conhecimento da população residente e da forma de comunicação dos interlocutores na prestação do serviço. Tal quadro demanda a necessidade de fortalecer este serviço nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.

#### b) Indicação da Existência de Sinalização Turística nas Estradas e Núcleos Turísticos

A existência de sinalização turística nos municípios do Pólo Marajó é precária e incipiente, o que demanda a adequação e implantação da sinalização em várias localidades do Pólo.

### 2.13 Investimentos Futuros do Setor Privado

#### a) Informação sobre a Previsão de Investimentos em Alojamentos Hoteleiros

O Brasil é o segundo destino mais atraente do mundo para os investidores, segundo a Associação Americana de Investidores Estrangeiros em Imóveis – AFIRE, 2009. Durante a crise internacional, em 2008, a associação realizou uma pesquisa na qual entrevistou 16% dos seus membros. Cada empresário ouvido detém cerca de US\$1 trilhão em suas carteiras de investimento. (AFIRE, 2009).

Em relação ao parque hoteleiro do Estado do Pará, segundo a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - ABIH-PA, o mesmo participa desta fatia e cresceu em quase 4 mil novos leitos entre 2006 e 2008, o que significa mais do que dobrar a capacidade de acomodações em hotéis da capital. Os empreendimentos se concentram, sobretudo, na faixa econômica e super econômica, as mais procuradas. (ABIH/PA, 2008).

No Estado do Pará, segundo os Indicadores de Turismo produzidos pelo Núcleo de Planejamento - NUP da Companhia Paraense de Turismo – Paratur, 2008, o faturamento no setor turístico foi de R\$ 841 milhões, superior ao montante acumulado em 2007, de R\$ 781 milhões. Este resultado refletiu diretamente no mercado de trabalho, no qual o setor turístico obteve um grande avanço na geração de empregos. Em 2008, foram gerados 78.104 empregos diretos e indiretos, enquanto que em 2007, esse número foi de 76.157 empregos, ou seja, um saldo positivo de 1.947 postos de trabalho e chances de crescimento maior, devido à implantação de novos empreendimentos hoteleiros. (PARATUR, 2008).

Não há registros de informações quanto à aplicação de Investimentos Futuros do Setor Privado na Atividade Turística nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Com a consolidação do PDITS no Pólo Marajó espera-se que ocorra um incremento das unidades habitacionais e investimentos derivados, dos investimentos em empresas e serviços turísticos públicos e privados e um crescimento na receita do turismo na área.

### CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA TURÍSTICA

Analisando os atrativos naturais, os atrativos histórico-culturais e as manifestações culturais, como as danças, o artesanato, as festas religiosas, a gastronomia, dentre outras, que foram apresentadas ao longo da descrição da Oferta Turística são apontados nos Quadros 26, 27 28 e 29 a Matriz de Síntese da Oferta Turística por Destino Turístico no Pólo Marajó, selecionados pela localização geográfica. São contempladas as Ofertas turísticas dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Esta **Síntese da Oferta Turística** contempla os principais atrativos turísticos relacionados aos segmentos turísticos prioritários e os problemas apontados em cada atrativo turístico considerado de maior relevância no Pólo.

#### Soure

SEGMENTO TURÍSTICO	PRODUTOS MAIS ATRATIVOS	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Atrativos Naturais</b>			
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia do Pesqueiro	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia do Araruna	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia da Barra Velha	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos	Hierarquia 1

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		alimentos, informações turísticas).	
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia do Mata-Fome (Garrote)	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1
Turismo Náutico Ecoturismo	Rio Paracauari	Poluição das águas causada por resíduos lançados pelo Matadouro municipal e dejetos de esgoto.	Hierarquia 2
Turismo Náutico Ecoturismo	Enseada do Tombo do Jutaí	Deficiência em relação aos serviços turísticos (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1
Ecoturismo	Fazendas	O acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares, além de algumas fazendas apresentarem pontos de erosão e deficiência de drenagem.	Hierarquia 1
Ecoturismo	Igarapé do Café	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além de apresentar pontos de erosão.	Hierarquia 0
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia do Caju - Una	A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ausência de profissionais e equipamentos para	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão.	
Turismo Sol e Praia Ecoturismo Turismo Náutico	Praia do Céu	A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ainda foram detectados, a ausência de profissionais e equipamentos para fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão, além da e dificuldade de acesso.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Reserva Extrativista Marinha de Soure – RESEX de Soure	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas) e falta de estrutura para a atividade do ecoturismo.	Hierarquia 3
<b>Atrativos Histórico-Culturais</b>			
Turismo Cultural	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz	O atrativo embora limpo e organizado, não se encontra totalmente preservado.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Capela de São José	O atrativo é organizado, limpo, porém não se encontra totalmente preservado.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Coretos	O atrativo encontra deteriorado em mediano estado de conservação, com a pintura desbotada e suja em seu interior.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Obelisco	O atrativo encontra	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		deteriorado em mediano estado de conservação, com lixo em seu entorno.	
Turismo Cultural	Cruzeiro	O atrativo encontra deteriorado em mediano estado de conservação, e sujo e o lixo é visto em seu entorno.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Prédio do 8º Batalhão de Polícia Militar de Soure	O atrativo embora limpo, organizado, não se encontra totalmente preservado	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Casa da Cultura	O atrativo encontra-se sujo com paredes quebradas e a pintura velha, e no seu interior os banheiros estão deteriorados.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Ateliê Arte e Manguê	O atrativo embora limpo, organizado, não se encontra totalmente preservado.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Meu Sossego	A infraestrutura física encontra em péssimo estado de conservação com paredes rachadas e pisos quebrados, sem pintura colocando em risco o patrimônio histórico-cultural.	Hierarquia 1.
<b>Manifestações Culturais e Festas Populares</b>			
Turismo Cultural	Grupos Folclóricos Corrida de Búfalos Basquete a Cavalo Luta Marajoara	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Artesanato	Deficiência de espaço para a comercialização dos produtos artesanais. Dificuldades para a conservação, difusão e valorização da cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Danças Regionais	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua	Hierarquia 0.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	
Turismo Cultural	Gastronomia	Não foi identificado.	Hierarquia 0.

**Quadro 26** - Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

### Salvaterra

SEGMENTO TURÍSTICO	PRODUTOS MAIS ATRATIVOS	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Atrativos Naturais</b>			
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia Grande de Salvaterra.	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1.
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia dos Pescadores	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	Hierarquia 1
Turismo Sol e Praia Turismo Náutico Ecoturismo	Praia Grande de Joanes	Presença constante de aves de rapina (urubus) e Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada,	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas).	
Ecoturismo	Ilha do Farol	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além de apresentar pontos de erosão.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Ilha Cagada	Presença constante de aves de rapina (urubus) e deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas).	Hierarquia 1.
Ecoturismo Rural	Fazendas	O acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares.	Hierarquia 2
Ecoturismo	Os Furos do Miguelão e do Mucunã	Deficiência no acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares.	Hierarquia 0
Ecoturismo	Igarapé Água Boa	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas).	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé Passagem Grande	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas).	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé Pingo D'água	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	
Ecoturismo	Igarapé Caraparú	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé Jubim	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé Deus Ajude	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé do Limão	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	Hierarquia 1.
Ecoturismo	Igarapé das Cobras	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	
Ecoturismo	Reserva Ecológica Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú em Salvaterra	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	Hierarquia 2
<b>Atrativos Histórico-Culturais</b>			
Turismo Cultural	Igreja de São Francisco	Necessita de reparos e manutenção.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	O atrativo embora limpo e organizado, não se encontra totalmente preservado.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	O atrativo embora limpo e organizado, não se encontra totalmente preservado.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Cais de Arrimo	o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente está sujo e o lixo é uma presença constante.	Hierarquia 0
Turismo Cultural	Ruínas de Pedra de Joanes	O atrativo encontra-se abandonado, o mato cresce ao seu entorno e serve de abrigo para os animais.	Hierarquia 2
Turismo Cultural	Dois Poços	Necessita de reparos e manutenção.	Hierarquia 0
Turismo Cultural	Obelisco	Necessita de reparos e manutenção.	Hierarquia 0
<b>Manifestações Culturais e Festas Populares</b>			
Turismo Cultural	Grupos Folclóricos Corrida de Búfalos Basquete a Cavalo Luta Marajoara	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Turismo Cultural	Artesanato	Deficiência de espaço para a comercialização dos produtos artesanais. Dificuldades para a conservação, difusão e valorização da cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Danças Regionais	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Gastronomia	Não foi identificado.	Hierarquia 0.

**Quadro 27** - Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

### Ponta de Pedras

SEGMENTO TURÍSTICO	PRODUTOS MAIS ATRATIVOS	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Atrativos Naturais</b>			
Turismo de Sol e Praia	Praia de Mangabeira	A modesta infraestrutura de bares na beira da praia e a falta de saneamento básico. Ainda foram detectados, a ausência de profissionais e equipamentos para fiscalizar a praia, limitações de normas, leis de uso e ocupação do espaço, bem como a inadequação dos mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão.	Hierarquia 1
Ecoturismo	Ilha de Coati	Deficiência no acesso ao atrativo com dificuldade de transportes regulares.	Hierarquia 1.
Turismo Cultural	Praia Grande	Condições inadequadas de visitação devido à deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico,	Hierarquia 1.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso.	
Turismo Cultural	Praia Campininha	Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e dificuldade de acesso) e turística (mão-de-obra qualificada e informações turísticas)	Hierarquia 1.
<b>Atrativos Histórico-Culturais</b>			
Turismo Cultural	Torre de Pedra - Farol do Itaguari	O atrativo encontra-se sujo e a pintura é velha.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Igreja Nossa Senhora da Conceição	O atrativo em seu interior encontra-se com a pintura velha, paredes com umidade, necessitando de reparos.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Capela de São Francisco de Bórgia	O atrativo encontra-se abandonado, sujo, sem organização.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Paço Municipal	O atrativo está sujo, as paredes quebradas, a pintura necessitando de reparo, os banheiros estão quebrados.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Fazenda Sant'Ana	o atrativo encontra-se desorganizado, sujo, paredes quebradas, banheiros em condições precárias.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Ruínas	O atrativo encontra-se em estado de abandono, sujo, com muito lixo em seu entorno.	Hierarquia 1
Turismo Cultural	Comunidades Quilombolas	Condições inadequadas de visitação devido à deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, coleta de lixo permanente e transporte regular) e turística (mão-de-obra qualificada e	Hierarquia 2

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		informações turísticas), além da incipiência nas condições de acesso e a falta de apoio para comercialização de produtos.	
<b>Manifestações Culturais e Festas Populares</b>			
Turismo Cultural	Grupos Folclóricos Corrida de Búfalos Basquete a Cavalo Luta Marajoara	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Artesanato	Deficiência de espaço para a comercialização dos produtos artesanais. Dificuldades para a conservação, difusão e valorização da cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Danças Regionais	Dificuldades para a conservação, difusão e valorização de sua cultura popular, provocadas pela falta de recursos e do apoio público.	Hierarquia 0.
Turismo Cultural	Gastronomia	Não foi identificado.	Hierarquia 0.

**Quadro 28** - Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

### Pólo Marajó

SEGMENTO TURÍSTICO	PRODUTOS MAIS ATRATIVOS	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Unidade de Conservação – UC's</b>			
Ecoturismo	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó - APA Marajó	Impactos negativos provocados por diversas ações humanas, como desmatamento, queimada e a exploração da madeira. Circundadas pela APA do Marajó, já foram criadas duas outras modalidades de Unidades de Conservação: A Floresta	Hierarquia 3

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		Nacional de Caxuanã (localiza-se fora dos municípios que compõe o Pólo Marajó) e a Reserva Extrativista Marinha de Soure, as quais têm regimes independentes de manejo.
--	--	---

**Quadro 29** - Matriz de Síntese da Oferta Turística no Pólo Marajó

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

O Quadro 30 apresenta um resumo do número de recursos naturais e histórico-culturais que contribuem a cada segmento turístico com seu respectivo grau de atratividade levando em consideração o “exame crítico dos atrativos para estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis” que foram descritos em cada ficha dos atrativos ao longo do capítulo 2.

Número de recursos que contribuem a cada segmento turístico e seu nível de atratividade				
Segmento-Produto	0	1	2	3
Cultural	13	19	2	0
Ecoturismo	0	21	3	2
Sol e Praia	0	10	0	0
Náutico	0	10	1	0
Estudo e Intercambio	0	0	0	0
Rural	0	0	1	0

**Quadro 30** – Pólo Marajó - Número de recursos que contribuem a cada segmento turístico e seu nível de atratividade

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

### Diagnóstico da Atividade Turística do Pólo Marajó

Em relação à avaliação **da atividade turística** no Pólo Marajó nos destinos turísticos, dentre diversos modelos de análise, optou-se neste trabalho pela orientação de Richard Butler sobre as seis fases possíveis deste ciclo, que são:

- **Exploração**, marcada pelo baixo fluxo turístico e, normalmente, pela visita de aventureiros que buscam lugares ainda não comercializados e que dispõem de atrações naturais e de cultura local, porém de difícil acesso e sem acomodações e serviços adequados à comercialização;
- **Comprometimento ou Envolvimento**, quando a comunidade local, ao perceber a oportunidade que se apresenta, passa a se envolver com a atividade turística, buscando iniciativas de atendimento ao turista com algum nível de estruturação e quando, em função do aumento do fluxo turístico, o gestor público local vê-se pressionado a oferecer algum tipo de infraestrutura e regulação, uma vez que as atividades econômicas referentes ao turismo começam a ganhar corpo e presença;
- **Desenvolvimento**, momento em que se busca estabelecer condições para o avanço da atividade turística, mediante a intensificação da promoção do destino, fase considerada crítica na medida em que o aumento do fluxo pode alterar as características do próprio destino se não houver planejamento local e regulação adequada por parte do gestor público;
- **Consolidação**, estágio em que o turismo assume a posição de principal atividade econômica local, mas momento em que se começa a observar também a redução das taxas de crescimento, apesar do aumento do número de turistas;
- **Estagnação**, quando a capacidade de carga do destino chega ao seu máximo, o número de turistas começa a superar o de moradores na alta temporada, os serviços começam a ficar comprometidos e o turista passa a ser mal assistido, ou seja, o destino está estabelecido, mas começa a sofrer problemas de toda ordem, ambiental, social, econômica, passando a ver seu grau de competitividade reduzido;
- **Pós-estagnação**, momento em que o destino se encontra em uma encruzilhada, devendo decidir entre identificar os impactos negativos da atividade, fazendo os ajustes necessários para recuperar sua posição no mercado, ou permanecer em contínuo processo de declínio.

A avaliação da atividade turística costuma ser feita em função da série histórica do fluxo turístico e da infraestrutura. Entretanto, em virtude da inexistência de tais informações, utilizou-se, no caso do PDTIS, dos dados fornecidos pelos gestores públicos estaduais e municipais das principais secretarias e outros atores locais, dentre eles, destaca-se a comunidade, somados à observação direta e às análises dos fatores de atratividade e dos tipos de oferta turística encontrados nos destinos.

Em cada destino analisado no pólo, tanto em função de sua atratividade, do tipo de produto que oferta e de sua presença no mercado, passou a ser classificado de acordo com um desses estágios, conforme mostra o Quadro 31.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

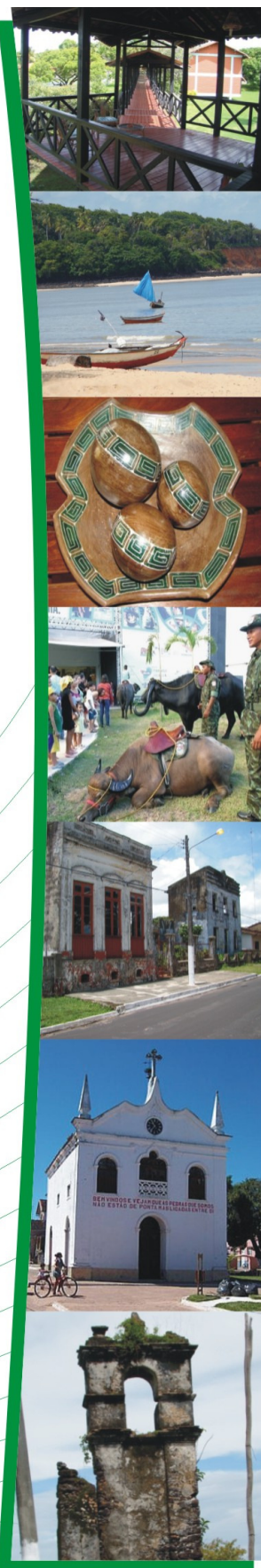
Pólo Marajó	Exploração	Envolvimento	Desenvolvimento	Consolidação	Estagnação	Pós-estagnação
Soure						
Salvaterra						
Ponta de Pedras						

**Quadro 31** – Avaliação da Atividade Turística Pólo Marajó.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009

Percebe-se que os Municípios de Soure e Salvaterra encontram-se na fase de envolvimento, enquanto o Município de Ponta de Pedras está na fase de exploração.

# Capacitação da População para o Turismo



### 3 CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O TURISMO

#### **Análise da Necessidade de Capacitação de Mão de Obra para o Turismo**

O turismo é uma atividade econômica transversal capaz de gerar pelo seu efeito multiplicador, emprego, renda e desenvolvimento nas comunidades locais, tanto nos setores tradicionalmente turísticos como em todos aqueles que prestam algum serviço ao visitante. Isto exige motivação e colaboração de todos os agentes públicos e privados, com o objetivo de conseguir um nível de qualidade homogêneo para o mesmo destino no hotel, no restaurante, na oferta de lazer ao visitante, na produção de serviços, na cordialidade do povo, entre tantos outros que poderiam ser citados.

De acordo com Sena (2008):

No processo de capacitação é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente determinada profissão, a pessoa deverá ser estimulada a exercitar suas competências básicas, que trata de sua apresentação pessoal, aparência, auto-estima, comunicação, relacionamentos interpessoais, e sua capacidade de se auto gerir, tomar decisões, participar de trabalho em equipe, bem como do seu processo de desenvolvimento no trabalho.

A capacitação da mão de obra para atender com qualidade o turista não dará somente condições para o exercício de determinadas profissões, mas preparar também o indivíduo para o mundo do trabalho, oferecendo a oportunidade de se adaptar melhor ao mercado competitivo através de conhecimentos, habilidades e atitudes condizentes às exigências desse mundo globalizado que cobra cada vez mais por um atendimento qualificado com eficiência e eficácia.

Com a capacitação novas possibilidades e alternativas de trabalho e renda surgirão para esta comunidade que trabalha em equipamentos e serviços turísticos por meio de outras ocupações nas atividades oferecidas no mundo do trabalho turístico. A pessoa que trabalha resgata sua dignidade por se sentir incluída socialmente melhorando sua qualidade de vida.

Entretanto, o baixo poder aquisitivo da população inviabiliza as pessoas a investirem em sua qualificação, então se faz necessário a realização de Programas de Qualificação Profissional subsidiados pelo poder público em associação com as entidades representativas do empresariado e da comunidade local, tais como clubes de classe, associações e sindicatos.

O Ministério do Turismo sensível com esta realidade que se apresenta em grande parte do País, criou o Programa de Qualificação Profissional e Empresarial, tendo como objetivo promover junto a comunidade a qualificação de mão-de-obra para atender melhor o turista que visita cada destino turístico.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional estabelece orientações, diretrizes, premissas para capacitar os empresários, trabalhadores do setor e a população das áreas turísticas para o desenvolvimento do turismo sustentável, visando um maior nível de eficiência na prestação de serviços turísticos. O documento mostra o passo a passo para a realização da pesquisa diagnóstica a ser realizada nas áreas turísticas selecionadas. Esta primeira etapa oferece uma visão geral da atividade turística e da Qualificação Profissional e Empresarial em cada município do Pólo Marajó, com vistas a subsidiar por meio de

diretrizes técnicas e metodológicas, a elaboração do programa para formação e aperfeiçoamento dos profissionais e empresários do setor, com recomendações para enfrentar as fragilidades detectadas a partir da adequação e complementação dos princípios metodológicos e das diretrizes técnicas para a elaboração do referido Programa.

Buscando desenvolver um turismo de qualidade, analisou-se a realidade da população local, considerando dois fatores principais: o nível de conhecimento turístico e a qualificação profissional do campo de atuação.

Dessa forma, identificou-se que a baixa escolaridade dos profissionais que trabalham nas atividades turísticas do Pólo Marajó, aliada à inexistência de ações para o desenvolvimento das potencialidades da área turística, revelam a necessidade de investimentos tanto em processos **formais** de educação quanto em processos **não formais**. Compreende-se como educação formal, a educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, já a educação não formal é entendida como a educação que ocorre espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência. Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos, os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural onde se aprende normas de comportamento, rezar, caçar, pescar, cantar e dançar, sobreviver, bem com, a cultura local, dentre outras atividades.

No referido Pólo, através de dados colhidos em pesquisa direta quando se observava a apreciação geral da qualidade dos empreendimentos hoteleiros, dos equipamentos de alimentos e bebidas, das oficinas e lojas de artesanato, das agências de receptivo e operadoras de tour, das locadoras de veículos e serviços de transporte turísticos, dos equipamentos para reuniões e serviços de animação e entretenimento, durante as entrevistas sempre era relatada a necessidade de capacitação para os empresários e os colaboradores dos referidos segmentos.

Observando-se também todas as atividades de apoio ao turismo local é a maneira como o atendimento e a prestação dos serviços é executada nota-se claramente a necessidade de qualificação.

Os empresários descrevem suas necessidades de conhecimento em relação aos aspectos técnicos, gestão de negócios, gestão de pessoas, empreendedorismo, associativismo, responsabilidade social nos seus estabelecimentos, bem como a formação profissional dos seus colaboradores em relação a noções básicas do turismo, comportamento interpessoais, cursos específicos abordando aspectos relacionados à gastronomia, manipulação de alimentos e bebidas.

Em relação aos profissionais dos meios de hospedagens são apontadas deficiências na área de atendimento, governança, camareira e gerência indicando cursos voltados para a formação deste público alvo.

No segmento de alimentos e bebidas percebe-se a necessidade de qualificação na área de atendimento, de relacionamento interpessoal, de manipulação, preparo e higiene dos alimentos, garçom, cozinheiro, dentre outros.

No segmento de agências de viagens e locadoras de veículos, as principais deficiências detectadas estão relacionadas à comunicação com o turista internacional, por não dominar uma língua estrangeira, principalmente a língua inglesa e a espanhola.

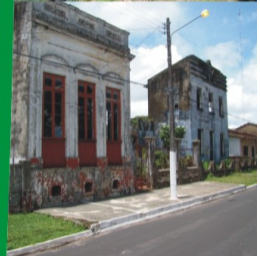
No segmento de lojas e oficinas de artesanato a principal deficiência de conhecimento apontada é em relação à qualidade da confecção dos produtos ofertados e da

comercialização e promoção das peças produzidas. Os artesões, profissionais de importância cultural dentro da cadeia do turismo, precisam aprender que as peças artesanais têm que ser bem acabadas além de representarem os costumes e as tradições da sua comunidade.

No segmento de entretenimento e lazer identifica-se a demanda por capacitação em noções básicas sobre o turismo, atendimento ao turista, relações interpessoais e cultura paraense. Identifica-se também uma demanda atual por cursos para atender aos profissionais que apóiam as atividades turísticas nos municípios: os motoristas de empresas de transportes, de transportes alternativos, de táxi e os assistentes de embarcações.

Consultando o *trade* turístico confirma-se a necessidade de qualificar os profissionais que compõem a demanda atual, porém com a perspectiva de crescimento dos estabelecimentos de meios de hospedagem, alimentos e bebidas, agências de viagem, locadoras de veículos, lojas e oficinas de artesanatos, entretenimento e lazer no Pólo Marajó será necessário qualificar também esta demanda futura que surgirá para ocupar os postos de trabalho, com a abertura de novos negócios.

# Gestão do Turismo e Aspectos Correlatos



## 4 GESTÃO DO TURISMO E ASPECTOS CORRELATOS

### 4.1 Organização para a Gestão e Processo Participativo

#### a) Organização das Entidades que compõem o Sistema de Gestão do Turismo

Para se analisar a capacidade de gestão do Pólo Marajó foi necessária a visita em todos os órgãos estaduais e municipais e todas as entidades que direta ou indiretamente possuíam relação com o turismo no Pólo e conversar com os responsáveis pelas instituições com a finalidade de avaliar as políticas públicas, de forma democrática e participativa, na medida em que os resultados deste processo afetam diretamente na qualidade de vida de sua população. A lista das entidades do setor público e privado do pólo pode ser visualizada no ANEXO J.

A avaliação da capacidade de gestão depende da quantidade e da qualidade de informações existentes, pois se sabe que os dados existentes são os insumos básicos do processo de tomada de decisões, função precípua da gerência.

Nesse sentido, avaliar a capacidade do Pólo em gerenciar o fluxo turístico, significa também, em última instância, aferir o quanto de informações este município detém sobre ações e atividades que interferem neste fluxo e a forma sob a qual as informações essenciais estão organizadas para facilitar a tomada de decisão por parte dos gestores municipais.

No Brasil, com o processo de municipalização dos serviços públicos os municípios adquiriram um papel de maior relevância na área do desenvolvimento econômico local, o que vem ampliando as exigências quanto à sua capacidade de gestão.

Sendo assim, na atualidade importa analisar situações e promover ações que ampliem a capacidade dos governos municipais para o gerenciamento dos projetos de forma a conduzi-lo aos objetivos indicados e através de metodologias apropriadas para execução e avaliação. Nesta perspectiva, a produção e a organização de informações, utilizando inclusive das tecnologias existentes, constituem-se em medida imprescindível para que os municípios possam ter ampliada sua capacidade de gerenciar políticas públicas.

Sabe-se por definição que projeto de governo, governabilidade do sistema e governança são variáveis distintas que, no entanto, se condicionam mutuamente. Isto é, a existência de um bom projeto de governo se torna de difícil condução se não estiverem presentes a capacidade de governo e a governabilidade do sistema. Da mesma forma, o sistema não avança na presença de uma alta capacidade de governo se não possuírem uma direção propositiva e o controle de variáveis importantes ao projeto. Levando em consideração a esta interdependência, ainda que o gestor controle todas as variáveis relevantes em uma dada situação, a ausência de um projeto e/ou da capacidade de governo inviabilizam o êxito de seu governo sobre o sistema.

A análise da capacidade de gestão para o turismo no Pólo teve como objetivo a avaliação da capacidade do governo municipal de executar e avaliar seus projetos para inserção no PRODETUR NACIONAL, identificado a partir do referencial adotado como projeto de governo para a área de turismo. O Pólo Marajó foi avaliado tendo como referência o máximo de organização que foi possível e das lacunas que necessitam ser priorizadas em termos de capacidade de governo na região, para gerir os fluxos turísticos.

Assim, um programa da natureza do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PRODETUR NACIONAL voltado para a promoção do turismo, em pólos prioritários, tem demonstrado a importância da integração de ações no âmbito dos governos Federal, Estadual e Municipal e reforçado à necessidade do envolvimento dos governos municipais e

dos diversos setores da sociedade locais no processo de desenvolvimento do turismo, de forma que os possíveis impactos sociais, culturais e econômicos, e deste ramo da atividade, sejam potencializados de forma sustentável, culturalmente responsável, socialmente justa e ecologicamente correta.

Os indicadores utilizados para avaliação da gestão foram:

- Base Técnica e Administrativa – Identificação da existência de estrutura administrativa, recursos humanos (quantidade e capacitação); sistema de informações para tomada de decisões e a avaliação dos resultados das ações executadas; disponibilidade de recursos e orçamentários para execução das ações;
- Base Normativa Legal - Existência de instrumentos normativos, sob a forma de lei ou outras formas de pactuação social, que regulem ou disciplinem a ação da Prefeitura e dos demais atores interessados e/ou envolvidos na implementação dos programas.
- Base Política e Social - Existência de mecanismos e espaços de articulação e negociação entre governo e sociedade organizada para a tomada de decisão e condução dos processos de transformação social e política sustentável, necessários ao alcance dos objetivos dos programas.

Dessa forma, a ênfase aqui colocada, quanto à presença, inexistência ou insuficiência dos dados que informam sobre a situação de determinadas áreas de governo que interferem na gestão do turismo no âmbito municipal é intencional, na medida em que este achado deve ser compreendido como um indicador a mais das dificuldades e/ou facilidades que estão colocadas para a gestão pública municipal neste campo. Por outro lado, esta análise sinaliza para áreas que devem ser fortalecidas no processo de descentralização de políticas públicas, particularmente quando o que se objetiva é possibilitar ao município realizar plenamente um projeto com efeitos sociais e econômicos.

Estas considerações são necessárias, em função de algumas identificações a partir da avaliação, muitas delas já comprovadas e de conhecimento público, tais como:

No Pólo Marajó em relação à Base Técnica e Administrativa não detém tecnologia de informação e não tem capacidade financeira para gerir os projetos que são elaborados e apresenta deficiência técnica para implantar e gerenciar sistemas de informação informatizados e complexos. No Pólo a gestão do turismo é agravada pelo número reduzido de recursos humanos, a deficiência de infraestrutura física e da carência de qualificação específica na área de gestão.

De acordo com o Plano Estadual de Turismo do Estado do Pará (2008-2011) a falta de articulação entre o poder público e privado gerou ações desordenadas e descontinuadas que dificultaram o desenvolvimento do segmento de turismo de negócios e eventos. O poder público sinalizou, através do referido Plano, a vocação do segmento em alguns pólos (Belém, Araguaia-Tocantins e Tapajós), entretanto, faltaram ações estruturantes e efetivas para que a atividade se desenvolvesse, dificultando a captação de investimentos da iniciativa privada.

Em relação à Base Normativa Legal que regulam o turismo elas existem, porém raramente são colocados em prática pelos órgãos competentes. Já em relação a Base Política e Social as distintas instituições trabalham de forma isolada e as decisões são tomadas nos gabinetes sem a participação da comunidade.

Urge a necessidade de implantação de sistemas de informação para que as instituições trabalhem de maneira transparente, com eficiência, modernidade, parceria e principalmente

com ética na busca de resultados, fazendo com que a administração pública trabalhe tendo como meta a melhoria da qualidade de vida da população.

O Governo do Estado do Pará vem demonstrando sua compreensão acerca da necessidade de melhorar a gestão do turismo nos municípios. Com este objetivo vem apoiando o PRODETUR NACIONAL e suas ações, trabalhando na busca da geração de empregos, melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida da população, através da sustentabilidade da atividade turística.

As ações governamentais na tentativa de envolver os setores públicos, privado, entidades não governamentais e representativas, fizeram com que o Ministério do Turismo – Mtur escolhesse o Pólo Marajó como um dos 65 destinos indutores no País.

O Núcleo de Planejamento – NUP da Companhia Paraense de Turismo – Paratur identificou, em pesquisas, a atual demanda turística do estado, composta pelo mercado nacional e internacional. O governo pretende colocar o estado numa posição de destaque nestes mercados, porém, é necessário desenvolver uma imagem desejada para o turismo e, para que isso ocorra, é fundamental a criação de um “marca” nos mercados emissores e fortificá-la, utilizando-se de um plano de marketing voltado para o setor, além de investir na infraestrutura e qualificação dos profissionais, envolvendo a gestão pública, a iniciativa privada, os agentes e a comunidade.

**O Fórum Estadual de Turismo – FOMENTUR** congrega as Secretarias de Governo do Estado do Pará e demais entidades do setor público, organizações não-governamentais, associações e entidades do setor privado. Busca reunir as instituições legalmente constituídas, comprometidas com o desenvolvimento turístico do estado, fortalecendo o processo de descentralização do planejamento e gestão das políticas de turismo, avaliando a Política Nacional de Turismo no âmbito estadual e deliberando sobre as propostas de apoio ao incentivo do turismo como atividade econômica, acompanhando e avaliando as ações. O conselho se reúne, com frequência, a participação nas discussões acontece de forma participativa, buscando atuar no desenvolvimento das ações propostas. (PARATUR, 2009).

Os órgãos públicos como a SEGOV, SEMA, SEDECT, Paratur, as secretarias de turismo dos municípios de Soure, Salvaterra e ponta de Pedras, as Organizações Não-Governamentais com a Belém *Convention Visitors & Bureau* - BCV&B, Associação Brasileira de Agências de Viagens do Pará - ABAV/PA, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, Sindicato dos Guias de Turismo SINGTUR/PA, Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABBTUR/PA, o SEBRAE e as Universidades tem um papel importante para o desenvolvimento do turismo no Pólo e já estão se mobilizando juntamente com o PRODETUR propondo ações de melhorias para a sustentabilidade do turismo local.

Vale ressaltar que, é importante priorizar no processo de gestão a participação e o envolvimento da população para os níveis mais altos do processo decisório, possibilitando o desenvolvimento local e a descentralização. A utilização de parcerias entre o governo Federal, Estadual, Municipal também são fundamentais para a consolidação do processo de gestão e a produção de benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A valorizar a participação da população local no processo de escolhas, tomadas de decisões e no planejamento do turismo constitui-se uma condição *sine qua non* para que ocorra um desenvolvimento sustentável a este segmento. Desta forma, também haverá uma maior e melhor compreensão acerca das atividades turísticas, os benefícios que as mesmas ocasionam a redução e controle dos impactos, as mudanças comportamentais e as formas de consumir o turismo com responsabilidade.

### **b) Indicação e Caracterização de Mecanismos de Coordenação e Participação da Comunidade no Processo de Gestão do Turismo na Área, com Ênfase para as Forças e Fragilidades**

A gestão do turismo nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras é realizada através das Secretarias Municipais de Turismo, Cultura e Desportos, fazendo parte do Fórum Regional de Turismo do Pólo Marajó. A gestão participativa do turismo nos municípios deve envolver as secretarias e as comunidades que juntas criarão mecanismos para o desenvolvimento do turismo sustentável, através de palestras, debates e fóruns, com temas relevantes como liderança, motivação e trabalho em equipe.

O uso do modelo de gestão participativa privilegia o envolvimento das pessoas nos processos decisórios da organização e, com um só objetivo, partem juntos em busca do desenvolvimento local através da geração de emprego, renda e incremento das atividades turísticas, formando a força da comunidade.

É de fundamental importância a participação dos líderes comunitários, dos presidentes de associações, dos gestores das atividades dos setores econômicos e dos profissionais que lidam diretamente com os segmentos turísticos, em virtude de conhecerem de perto as potencialidades e as fragilidades do local.

No Pólo Marajó, identificou-se a necessidade de ampliar a participação das comunidades no planejamento turístico, visto que elas precisam ser partes envolvidas em todo o processo do desenvolvimento da localidade, tendo um resultado que corresponda às suas necessidades locais.

### **4.2 Gestão Pública do Turismo**

O sistema de gestão do turismo no Pólo Marajó é representado pelas entidades do poder público, a Companhia Paraense de Turismo - Paratur que é o órgão oficial de turismo do Estado do Pará e as Secretarias Municipais de Turismo de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.

#### **Companhia Paraense de Turismo – Paratur**

**Competência e condições gerais de atuação:** busca desenvolver em parceria com a iniciativa privada uma política de estímulo e regulamentação da atividade turística no estado. Atua no fomento e adequação da infraestrutura de interesse turístico, na movimentação da cadeia produtiva local e no incremento do receptivo dos fluxos turísticos, promovendo o estado através de ações nos mercados emissores nacionais e internacionais, levando o desenvolvimento para a população, inclusão social, geração de empregos, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida. (PARATUR, 2008).

**Recursos humanos:** em relação a este item, a Paratur apresenta como ponto forte os cento e cinquenta e nove funcionários, sendo cento e oito efetivos, quatorze comissionados, quatro aprendizes, oito estagiários, dois cedidos e três terceirizados. Apesar de um número significativo e da existência de equipes multidisciplinares, percebe-se uma fragilidade relacionada à qualificação destes servidores, sendo iminente a aplicação de capacitação para os mesmos nas áreas de gestão de projetos, gestão de contratos, gestão financeira, planejamento turístico, relações interpessoais, marketing, atendimento, dentre outros. Outro fato que fragiliza a gestão da atividade turística é a reduzida carga-horária de trabalho no órgão, apenas no turno da manhã, de segunda a sexta-feira, atitude tomada pelo Governo do Estado do Pará como contenção de despesas. (PARATUR, 2009).

**Recursos tecnológicos:** identificados, em sua infraestrutura, cinquenta e dois computadores (*desktops*), dezesseis *notebooks* (*laptops*), quatro projetores (*datashows*) e duas câmeras digitais, materiais para atender aos recursos humanos da Companhia, em suas atividades diárias, bem como carros médios e grandes para o transporte durante as atividades nos Pólos. (PARATUR, 2009).

**Fontes de financiamento e montantes atribuídos às diferentes áreas que influenciam o desenvolvimento turístico:** em pesquisa à Companhia Paraense de Turismo – Paratur, 2009, por constituir-se de uma sociedade de economia mista, identifica-se as duas fontes de recursos do órgão. Com relação aos recursos orçamentários liberados no exercício de 2008, a mesma informa, através de documento, que conta com o montante de R\$ 9.276.601,00 (nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e um reais) distribuídos nas áreas de infraestrutura, com R\$ 2.165.253,60 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos); Meio Ambiente, com R\$ 2.029.089,00 (dois milhões, vinte e nove mil e oitenta e nove reais); e Promoção, com R\$ 2.165.253,60 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos). Com relação aos recursos próprios, o órgão informa que sua fonte de recursos próprios é limitada apenas à receita oriunda da administração da Orla do Maçarico que totaliza o montante dos recursos. A orla é situada no Município de Salinópolis, um dos principais destinos do Pólo Amazônia Atlântica, feita em conjunto com a Prefeitura Municipal de Salinópolis. (PARATUR, 2009).

**Eficiência do sistema de arrecadação local (do estado e dos municípios):** o recolhimento, aos cofres do erário municipal, é realizado através do recolhimento no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

O município, por sua vez, possui uma parceria com o Governo Estadual através do repasse do Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Tais impostos garantem a sustentabilidade da gestão pública municipal

O Tribunal de Contas dos Municípios – TCM é responsável pela fiscalização e controle dos gastos públicos. A arrecadação municipal ocorre através das atividades da Secretaria de Finanças Municipal e Estadual, por meio dessas secretarias, são feitas as Auditorias Fiscais junto ao contribuinte, quanto à existência de saldos devedores e da regularização de sua situação fiscal. Diante do exposto identifica-se uma boa eficiência do sistema de arrecadação local e dos mecanismos de gestão fiscal dos municípios que compõem o Pólo.

Para controlar todo o sistema de arrecadação fiscal, o governo federal, instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que normatiza quanto às práticas das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios das contas públicas, destacando-se o controle e a transparência das contas públicas.

No Pólo Marajó, as atividades turísticas se encontram sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desportos em **Soure**; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo em **Salvaterra** e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes em **Ponta de Pedras**. Cada município possui seu Plano Diretor Participativo, onde estabelece que o município deva ter um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo.

### **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desportos do Município de Soure**

**Competência e condições gerais de atuação:** coordenar, apoiar e acompanhar os planos, programas e ações voltados para a geração de novas alternativas de desenvolvimento local com base na atividade turística. Além de promover as ações necessárias ao desenvolvimento de estudos, diagnósticos, pesquisas de interesse dos serviços turísticos e de promoção do turismo. Promover ações e cooperação na área da cultura, democratizando o acesso a bens culturais, além de incentivo ao esporte.

**Recursos humanos:** É dotada de um quadro funcional composto por 20 (vinte) funcionários, são eles: 1 Secretário de Turismo; 1 Gerente de Esportes; 1 Gerente de Cultura; 3 Turismólogos; e 15 Funcionários Operacionais. Apesar do número de servidores, percebe-se como **fragilidade** a necessidade de qualificação dos servidores, bem como o fortalecimento institucional do órgão.

**Recursos tecnológicos:** a Secretaria precisa promover a modernização e a desburocratização deste serviço tanto interna, como externamente. Tratando-se de serviços internos, os servidores precisam ter acesso aos instrumentos necessários para a adoção eficaz de novas tecnologias no dia-a-dia, que tornem a relação entre governo e cidadão melhor e mais transparente e para obter resultados positivos na administração, otimizando os recursos, reduzindo as despesas e aumentando a receita. Estas iniciativas visam a melhoria da gestão Pública. O órgão é dotado de poucos equipamentos e não possui veículos de transporte próprios que facilite o contato direto com as comunidades distantes, o que evidencia **fragilidades** da Secretaria.

**Recursos financeiros e Fontes de financiamento:** são estabelecidos pelo orçamento municipal verbas para infraestrutura, promoção e meio ambiente, nos valores de R\$106.000,00, R\$ 249.000,00, respectivamente, a verba destinada para o meio ambiente não foi informada pela secretaria de turismo. O sistema de arrecadação local é feito através do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do Documento de Arrecadação Municipal - DAM e do Imposto Sobre Serviço - ISS. As articulações da Secretaria em busca de repasses ao município são feitos através de contatos com autoridades estaduais e federais. O repasse conta com a transferência constitucional feita pela União aos municípios - o Fundo de Participação dos Municípios - FPM - são creditados nas contas específicas da Secretaria via Banco do Brasil.

Em relação ao **marco legal correspondente**, a Secretaria Municipal de Turismo de Soure informa que segue a Lei Orgânica Municipal em seu Art. 176, que assinala quanto ao Poder Público Municipal e os incentivos do turismo. Bem como o Art. 27 – Diretrizes específicas relativas ao turismo e ao lazer.

### **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Salvaterra**

**Competência e condições gerais de atuação:** Promove ações necessárias para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse turístico, atuando também na área da cultura e do esporte.

**Recursos humanos e tecnológicos:** Foi detectado que o órgão necessita de fortalecimento institucional, tanto na área de recursos humanos quanto na área de recursos tecnológicos. A secretaria possui poucos funcionários qualificados e poucos equipamentos de trabalho, havendo necessidade de equipar e qualificar os gestores para o turismo visando a um maior nível de eficiência na prestação dos serviços turísticos.

### **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Município de Ponta de Pedras**

**Competência e condições gerais de atuação:** desenvolver a atividade turística no município, atuando também na área da cultura e do esporte.

**Recursos humanos e tecnológicos:** Foi detectado que o órgão necessita de fortalecimento institucional, tanto na área de recursos humanos quanto na área de recursos tecnológicos. A secretaria possui poucos funcionários qualificados e poucos equipamentos de trabalho, havendo necessidade de equipar e qualificar os gestores para o turismo visando a um maior nível de eficiência na prestação dos serviços turísticos.

### **4.3 Políticas Públicas e Instrumentos de Planejamento**

#### **a) Impactos e ou Limitações das Políticas Públicas e da Capacidade de Gestão Pública sobre o Desenvolvimento do Turismo**

O documento “Proposta de Programa para o Turismo” (2008-2011), elaborado pela Paratur, relata que a sócio-biodiversidade do Estado do Pará, configurada pelos atrativos culturais e naturais, é um importante recurso ecoturístico, porém, necessita de uma organização que transforme os atrativos em produtos de padrão aceitável pelos mercados consumidores e que materialize propostas condizentes com o desenvolvimento local. (PARATUR, 2008).

Desta forma, na análise das políticas públicas e da capacidade de gestão pública sobre o desenvolvimento do turismo várias fragilidades deverão ser solucionadas, dentre as quais:

- Desarticulação entre os diversos atores envolvidos com a atividade de turismo de negócios e eventos;
- Ausência de unidade no planejamento público da cultura no estado;
- Não-consolidação do segmento ecoturístico que privilegie a inserção comunitária nos ganhos econômicos advindos com a prática da atividade ecoturística no Estado do Pará;
- Aproveitamento inadequado das áreas potenciais para o turismo de pesca com pequena diversificação de empreendimentos especializados e insuficiente qualificação dos produtos turísticos no estado;
- Sub-aproveitamento do potencial turístico do patrimônio natural e das formas de produção tradicionais das comunidades rurais do estado;
- Inadequação das propostas de promoção e comercialização dos produtos turísticos para a demanda turística doméstica;
- Ausência de base educacional fundamental para o conhecimento da atividade turística; dificuldades na acessibilidade dos produtos, devido à precariedade dos transportes regionais.

Estas fragilidades podem ser evidenciadas pela falta de articulação entre o poder público e privado, gerando ações desordenadas e descontinuadas que dificultaram o desenvolvimento do segmento de turismo de negócios e eventos.

Através do Plano de Desenvolvimento de Turismo, a vocação do segmento em alguns pólos (Belém, Araguaia - Tocantins e Tapajós), identificou-se a ausência de ações efetivas para que a atividade turística se desenvolva de forma sustentável nas referidas regiões, somada

a dificuldade na captação de investimentos da iniciativa privada, devido à desarticulação entre poder público nos governos anteriores. (PARATUR, 2008).

A deficiência nas ações resultou em uma lacuna entre a produção cultural e o mercado consumidor, não houve incentivo para a preservação da cultura faltando financiamento para a cultura popular e para a divulgação dos saberes e costumes característicos da localidade. (PARATUR, 2008).

Em virtude do cenário apresentado anteriormente o mercado turístico não utilizou como diferencial para atrair turista para o Pólo, a diversidade e a riqueza cultural do Estado do Pará.

Também são identificados como impacto provocado pelas políticas públicas o distanciamento entre as comunidades e as organizações sociais, que não permitiram a articulação entre os diversos atores envolvidos e o desenvolvimento da atividade do ecoturismo no Pólo. (PARATUR, 2008).

Outro impacto observado foi em relação à rentabilidade do segmento do turismo de pesca no Estado, que apesar de possuir um grande potencial de recursos naturais para o desenvolvimento desta atividade, verificou-se a dificuldade de controle da pesca exercida pelos pescadores amadores. Atualmente esta atividade está amparada na legislação ambiental e mais especificamente pela legislação de pesca. A questão não se concentra apenas na dinâmica da atividade da pesca amadora, que pela própria diversidade de ambientes e recursos naturais é uma prática que pertence ao cotidiano de muitas comunidades tradicionais. Entretanto, o turismo de pesca envolve questões de planejamento turístico, investimentos adequados do setor privado e da estruturação das áreas onde podem se desenvolver esta atividade. (PARATUR, 2008).

O Pólo Marajó detém grande potencial para a atividade turística no meio rural. No entanto, os setores públicos e privado não têm políticas públicas de investimento neste segmento e não têm feito uso do potencial natural e cultural das áreas rurais, de forma que beneficie a população local, gerando emprego e renda. (PARATUR, 2008).

### **b) Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial**

Os instrumentos de Planejamento e Controle Territorial no Pólo Marajó apontam para a construção de Políticas Públicas na região. Entre os instrumentos está o de **Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**, que busca, a partir de ação articulada entre os diversos níveis governamentais e a sociedade civil, implementar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis, enfatizando a inclusão social e a cidadania.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó engloba 16 municípios e tem como premissas, o ordenamento territorial, a regularização fundiária e a gestão ambiental; o fomento às atividades produtivas de uso sustentáveis; a infraestrutura para o desenvolvimento; a inclusão social e cidadania; e as relações institucionais, que também figuram como modelo de gestão. Desta forma, são necessários investimentos em tecnologia e serviços básicos que viabilizem as atividades dinâmicas e inovadoras, possibilitando a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas do arquipélago, uma vez que o homem marajoara é o principal elemento deste Plano.

Ainda em busca de novas estratégias de planejamento territorial e desenvolvimento regional, está o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PAS, que cria e

restabelece parâmetros e instrumentos que norteiam a ação governamental articulada no território, através da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. O PAS foi executado com cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos - OEA, entre 2004-2006 e elaborado junto à sociedade. Os estudos foram apresentados no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - PDSA, em 2006.

Assim, como um dos instrumentos de implantação e atualização permanentes do Plano ao programa de gestão, que permita a participação de atores sociais, em 2003 criou-se o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – FOMENTUR, cuja finalidade é auxiliar o titular do órgão executivo estadual na formulação da Política Estadual. Em 2006 criou-se, como instância de governança regional, o Fórum Regional de Turismo de Marajó - FOREMAR. A respeito das Políticas Públicas Regionais, foi criada a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM, possuindo, como principal diretriz, o estabelecimento de ações capazes de dotar municípios de recursos financeiros, técnicos e administrativos, de forma a promover o desenvolvimento. A AMAM é filiada à Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará – FAMEP e à Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

No Município de Soure, entre os anos de 2001 e 2004, foram implementadas as seguintes ações: Programa Nacional de Roteiros Integrados do Brasil, pelo MTur; Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, pela EMBRATUR e Comitê Estadual do PNMT; Programa de Sinalização Turística, da PARATUR; a localidade fora reconhecida como “Município com Potencial Turístico” pela EMBRATUR e Comitê Estadual do PNMT; condecorado com o “Selo de Prata” da EMBRATUR e Comitê Estadual do PNMT; obteve o Levantamento da Oferta Turística pela Prefeitura Municipal, AMAM e PARATUR; inserido no Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal, do PROECOTUR; inserido no Programa de Turismo Rural, pela PARATUR e SEBRAE; inserido no Programa Raízes e no Conselho Municipal de Turismo.

O **Zoneamento Econômico-Ecológico** refere-se às pesquisas realizadas para execução do diagnóstico ambiental que abrange o meio físico, biótico, sócio-econômico e os de caráter ambiental. Estudos estes que são indispensáveis para o estabelecimento do Zoneamento Econômico-Ecológico – ZEE, e os programas e planos de manejo conforme previstos. O ZEE trata-se de um relatório que tem, como função, fornecer informações para uma avaliação das condições ambientais atuais e orientar sobre ações futuras no meio ambiente. Assim, fornece importantes subsídios para o planejamento regional, gerenciamento adequado e ordenamento da ocupação do espaço econômico, provendo informações atualizadas para construção de um processo transparente durante as tomadas de decisão.

O ZEE é um instrumento de planejamento do uso e ocupação do território que possui informações geográficas e serve de base para negociação entre os agentes envolvidos com o ordenamento territorial. Para tanto, esse instrumento identifica as potencialidades e as limitações dos recursos naturais e da sociedade com base em um diagnóstico sócio-econômico e ambiental. A partir desse diagnóstico, o ZEE simula cenários prospectivos e apresenta diretrizes para subsidiar políticas de desenvolvimento regional. Para conservação e preservação da biodiversidade do Marajó, as ações de ordenamento territorial utilizando ZEE terão papel fundamental na identificação e destinação das áreas, uma vez que este relatório poderá fornecer elementos que contribuem para a conservação da biodiversidade do Pólo.

O Arquipélago do Marajó, identificada como uma Unidade de Conservação – UC ou Área de Proteção Ambiental – APA, que envolve todo o Arquipélago, demonstra poucas restrições

ao segmento de ecoturismo em toda na sua área, porém, as atividades devem ser realizadas com auxílio de guias e sempre atentando para o universo protecionista, evitando-se, assim, ações depredatórias, que danificam em graus variáveis a biodiversidade, o meio físico e as paisagens. Embora o zoneamento de uma APA encontre dificuldades, como as restrições de uso que são estabelecidas para cada zona, (considerando as proporções gigantescas de 55.000 Km<sup>2</sup>), a conciliação de conflitos de uso e ocupação do solo e fiscalização, existe um Plano de Manejo da APA do Marajó, solicitado à Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR, como medida compensatória pela construção do Canal Hidroviário que liga os Rios Anajás e Atua, formando assim a Hidrovia do Marajó. (SEMA, 2008).

Na zona de Vida Silvestre ou Primitiva do Plano de Manejo, pode haver restrições à atividade ecoturística, mesmo que bem conduzida por guias capacitados e conscientes. Após a criação da Lei que estabelece o zoneamento da APA do Marajó, o Plano de Manejo deve ser consultado e seguido pelo ecoturismo local. No caso de serem criadas outras UCs mais restritivas, de uso indireto, tais como Parque Nacional, Parque Estadual, Reserva Biológica ou Estação Ecológica, o ecoturismo deverá respeitar os zoneamentos destas áreas naturais protegidas, os quais estabelecerão, em primeiro lugar, se poderá haver a presença de turistas em seus domínios, e em segundo, se positivo, onde os turistas terão acesso, em locais como o Centro de Visitantes, Zonas de Uso Intensivo, Zonas de Uso Extensivo, Trilhas e áreas de acampamentos ou alojamentos. (SEMA, 2008).

Circundadas pela APA do Marajó, já foram criadas duas outras modalidades de Unidades de Conservação: a Floresta Nacional de Caxiuanã – FLONA Caxiuanã e a Reserva Extrativista Marinha de Soure, as quais têm regimes independentes de manejo. A FLONA Caxiuanã deverá ter seu plano de manejo elaborado em ação conjunta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO com o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG. (SEMA, 2008).

Os **Planos Diretores Participativos dos Municípios de Soure e de Salvaterra** (2006) determinam e descrevem o que pode ser feito em relação à política urbana, ao meio ambiente, ao desenvolvimento sócio-cultural, ao desenvolvimento econômico e ao uso do solo. Funciona como um instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, constituindo-se no referencial de orientação para os agentes públicos e privados na produção e na gestão territorial do Município.

O **Plano Diretor Participativo Municipal de Ponta de Pedras** (2006) é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano daquele município, constituindo-se no referencial de orientação para os agentes públicos e privados na produção e na gestão territorial do local e integra o processo de planejamento municipal, incorporando o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA, os planos e programas municipais com seus objetivos, suas diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor.

Os Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras possuem cada um, seu Plano Diretor, que são instrumentos básicos da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, constituindo-se no referencial de orientação para os agentes públicos e privados na produção e na gestão territorial dos municípios.

Os Planos Diretores citados apontam para a necessidade da recuperação das áreas livres, ocupadas ou degradadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais de forma a serem incorporadas à unidades de paisagem; promover o manejo da vegetação urbana para garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural; considerar a paisagem urbana e os elementos naturais como referências para a

estruturação do território; implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer; e criar mecanismos de incentivo à manutenção de áreas particulares de patrimônio natural preservadas.

Em relação à Política Urbana, entende-se o conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, no sentido de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Como fatores básicos da Política Urbana estão os instrumentos de planejamento e controle, que buscam o cumprimento das funções sociais planejadas e executadas, visando garantir espaços coletivos de suporte à vida no município e definindo setores que atendam às necessidades da população (equipamentos urbanos e comunitários, mobilidade, transporte e serviços públicos), bem como áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; além de definição da acessibilidade e a mobilidade sustentável de todos os indivíduos por meio do desenho dos espaços públicos e do sistema viário básico. (SEGOV, 2008).

Os órgãos de turismo municipais que compõem o Pólo Marajó participam ainda de forma incipiente nas decisões que envolvem os interesses das localidades. Apesar de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras possuírem cada um seu Plano Diretor Municipal, as diretrizes de turismo não são bem conhecidas e ainda falta determinar as ações a serem executadas.

### **c) Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico**

Para a Organização e coordenação do processo de Planejamento Turístico, o Ministério do Turismo através do PRODETUR está viabilizando a construção do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS que é considerado o instrumento cuja conceituação e metodologia de elaboração indicará estratégias e plano de ação para o desenvolvimento do Estado do Pará.

O PDITS será o instrumento que norteará quanto à captação de recursos junto ao BID viabilização dos projetos nas áreas de infraestrutura, comercialização, promoção, destino turístico e gestão ambiental, para o Pólo Marajó.

O PDITS levou em consideração para a sua construção outros instrumentos específicos, tais como: Plano Nacional do Turismo, Plano de Manejo, Plano Territorial, Plano Diretor, Plano de Manejo Legislação específica da área de turismo, Inventário de Oferta Turística, Estudos sobre Ecoturismo, Pesquisa de Mercado na Amazônia Brasileira, Pesquisa Turismo Receptivo da Demanda Turística.

## **4.4 Marco Legal e Fiscal**

### **a) Análise das Leis que Regulam as Atividades Turísticas**

O Ministério do Turismo é o responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade turística, pela promoção do turismo em âmbito nacional e internacional, e pela implementação da Política Nacional de Turismo. Esta política tem como objetivo, democratizar o acesso ao turismo, criar e difundir produtos e destinos, ampliar fluxos

turísticos, descentralizar e regionalizar a atividade, proporcionar uma prática sustentável e compatível com o meio ambiente, a oferta e diversificação de financiamentos e o combate a atividades ilícitas, entre outros. (MTur, 2009).

O Plano Nacional de Turismo serve de base para a implementação da Política, e vai reunir programas e metas que orientarão o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos. Já o Sistema Nacional de Turismo terá o papel de promover o desenvolvimento do turismo, integrando as iniciativas oficiais às do setor produtivo. Sob a coordenação do Ministério do Turismo, será composto pela EMBRATUR, Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR. (MTur, 2009).

A Lei nº 11.771, intitulada Lei Geral do Turismo, foi sancionada em 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a EMBRATUR e dá outras providências.

A Lei estabelece, ainda, uma disciplina na prestação de serviços turísticos, envolvendo o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços. Pela Lei, ficam instituídos a Política Nacional de Turismo, o Plano Nacional de Turismo e o Sistema Nacional de Turismo, com objetivos, diretrizes e metas governamentais para o crescimento do setor.

A Lei Geral do Turismo é um marco regulatório que estabelece normas para o setor, que tem acumulado resultados positivos e conquistas para o país por meio da atividade turística, atividade esta que se tornou importante para a economia. Traz instrumentos para especialização das empresas e organiza a prestação de serviços turísticos. A Lei possibilita melhor fiscalização e mais nitidez no que diz respeito às negociações entre estados e municípios. Beneficia empresários, consumidores e toda a nação.

Marco legal correspondente no âmbito estadual – Pará

- Leis da Assembléia Legislativa (Assessoria Técnica): Lei nº 6.527 de 23/01/2003, que modifica a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo e outras providências;
- Lei nº. 4953 de 18/03/1981, que dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo e dá outras providências;
- Lei nº 6. 243 de 21/09/1999 que institui o "Dia do Trabalhador em Agências e Empresas de Turismo no Estado do Pará", e dá outras providências;
- Lei nº 6.615 de 07/01/2004, que torna obrigatória a exibição de informações sobre o turismo paraense nas telas de cinema do Estado e dá outras providências;
- Lei nº 6.633 de 29/03/2004, que declara e reconhece, como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Agronegócios, Proteção Ambiental e Turismo da Amazônia Brasileira – AMEM;

- Decreto nº 1.660 de 16/06/2005, que afeta a área de terras que especifica para a implantação de projeto ecoturístico no local e dá outras providências. (PARATUR, 2009).

No âmbito municipal o marco legal, é composto pelas leis: Lei nº 11.771, Lei Geral do Turismo, Guia de Turismo, Agência de Turismo, Meios de Hospedagem e Legislações Correlatas do Ministério do Turismo. Na questão ambiental, pela Lei nº 6938/81 que rege a Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 9.605/98, quem é a Lei de Crimes Ambientais; pelo Sistema de Unidades de Conservação; pelas Legislações Estaduais (SEMA e SEDECT) e pelas Legislações Municipais (SEMMA). (BELEMTUR, 2008).

### **b) Informação sobre os Impostos sobre os Serviços Turísticos e as Taxas de Aeroportos**

Em relação às taxas de serviços turísticos no Pólo Marajó a que mais se destaca é a taxa aeroportuária que sofre alteração em virtude da distância e localização do destino turístico também das empresas áreas. As taxas aeroportuárias têm, por finalidade, proibir um eventual abuso de posição dominante no mercado por parte de alguns aeroportos. Todos os aeroportos e companhias aéreas devem ficar sujeitos a normas universais relativamente ao dever de reciprocidade na informação, aos requisitos em matéria de transparência e à metodologia de cálculo das taxas aeroportuárias. (INFRAERO, 2009).

Vinculada ao Ministério da Defesa, a Infraero administra o Sistemas Aeroportuário Brasileiro. A INFRAERO administra por meio de Tarifas Aeroportuárias criadas pela Lei nº 6.009, de 26/12/1973, e regulamentadas pelo Decreto nº 89.121, de 6/12/1983, conforme abaixo:

#### **Tarifa Aeroportuária paga pelo Passageiro**

##### **Tarifa de Embarque**

É fixada em função da categoria do aeroporto e da natureza da viagem (doméstica ou internacional) e cobrada antes do embarque do passageiro. Remunera a prestação dos serviços e a utilização de instalações e facilidades existentes nos terminais de passageiros, com vistas ao embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança dos usuários.

A tarifa de embarque é cobrada ao passageiro por intermédio da companhia aérea. Trata-se de sistemática que atende ao princípio de facilitação, recomendado pela Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, aceito pela Airports Council Internacional - ACI e adotada pela maioria dos países membros dessas Organizações.

O Quadro 32 apresenta os valores das tarifas de embarque doméstico (definida na Portaria nº 905/DGAC, de 2/9/2005) e os da tarifa de embarque internacional (definida na Portaria nº 955/DGAC, de 15/12/1997), obedecendo às categorias estabelecidas para os aeroportos, em função das facilidades disponíveis aos usuários.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Categoria	Doméstica (R\$)	Internacional (U\$)
1ª	19,62	36,00
2ª	15,42	30,00
3ª	11,58	24,00
4ª	8,01	12,00

**Quadro 32** – Tarifa de Embarque Doméstico e Internacional

Fonte: INFRAERO, 2009.

### **Tarifas Aeroportuárias e de Navegação Aérea, pagas pela Companhia Aérea ou pelo Operador da Aeronave**

#### **Tarifa de Pouso**

Remunera os custos dos serviços e das facilidades proporcionados às operações de pouso, rolagem e permanência da aeronave em até três horas após o pouso. É fixada em função da categoria do aeroporto e da natureza do voo (doméstico ou internacional).

#### **Tarifa de Permanência**

Remuneram a utilização dos serviços e das facilidades disponíveis no pátio de manobras e na área de estadia, depois de ultrapassadas as três primeiras horas após o pouso, sendo devida pelo proprietário ou explorador da aeronave. A Tarifa de Permanência é constituída de:

- a) Tarifa de Permanência no Pátio de Manobras - TPM;
- b) Tarifa de Permanência na Área de Estadia - TPE.

Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota – TAN. Remunera os serviços e as facilidades disponíveis aos usuários, destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, proporcionados pelo Comando da Aeronáutica e/ou Infraero. É fixada em função dos serviços prestados nas regiões de informação de voo e de áreas de controle e da natureza do voo (doméstico ou internacional).

Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo – PAT. É fixada em função dos serviços, das facilidades e dos auxílios para aproximação, pouso e decolagem em aeródromos públicos e da natureza do voo (doméstico ou internacional).

São identificadas outras taxas turísticas aplicadas nos meios de hospedagem é opcional e cobrada por pessoa por diária. A taxa é de R\$ 2,00. Também são cobradas taxas de serviços em torno de 10%.

Para o funcionamento de empreendimentos de Meios de Hospedagem e Alimentos e Bebidas são cobrados impostos: ICMS 17%, FGTS 8% ou 9%, INSS 11%, ISS 5%, COFINS 3%, PIS 0,65% e IRRF 4,8%.

## Tarifas Aeroportuárias pagas pelo Consignatário

### Tarifa de Armazenagem

Devida pelo armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea dos aeroportos; incide sobre o consignatário ou o transportador, no caso de carga aérea em trânsito.

### Tarifa de Capatazia

Devida pela movimentação e manuseio de mercadorias a que se refere o item anterior; incide sobre o consignatário ou o transportador, no caso de carga aérea em trânsito.

A cobrança dessas tarifas, Armazenagem e Capatazia, é regulamentada por intermédio da Portaria nº 219/GC-5, de 27 de março de 2001, complementada por outras listadas na seqüência. A Portaria aprova critérios e fixa valores para a aplicação e a cobrança, sobre cargas importadas, exportadas e em situações especiais.

Os Quadros 33, 34 e 35 trazem as receitas e a distribuição das taxas portuárias de cobranças realizadas e a distribuição do percentual de cada uma em favor de cada órgão responsável.

Receita		Distribuição	
Tarifas de pouso e de permanência.	100%	Infraero e Conveniados	
ATAERO de pouso e de permanência	38,5%	Comando da Aeronáutica (Fundo Aeronáutico-Sefa)	
	20%	Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA (SEFA)	
	41,5%	INFRAERO	
Tarifas de PAN / PAT	59%	Comando da Aeronáutica (DECEA)	
	41%	INFRAERO	
ATAERO de PAN / PAT	100%	Comando da Aeronáutica (DECEA)	

**Quadro 33** - Tarifas Incidentes sobre as Operações de Aeronaves.

Fonte: INFRAERO, 2009.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Receita	Distribuição da receita		Distribuição por Órgão
Tarifa de Embarque Doméstico	100%		INFRAERO e Conveniados
ATAERO de Embarque Doméstico	38,5%		Comando da Aeronáutica (Fundo Aeronáutico - SEFA)
	20%		Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA (SEFA)
	41,5%		INFRAERO
Tarifa de Embarque Internacional	50%		INFRAERO e Conveniados
	50%		Tesouro Nacional
ATAERO de Embarque Internacional	50%	38,5%	Comando da Aeronáutica (Fundo Aeronáutico - SEFA)
		20%	Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA (SEFA)
		41,5%	INFRAERO
	50%	16,67%	Tesouro Nacional

**Quadro 34** – Tarifa Paga pelo Passageiro.

Fonte: INFRAERO, 2009.

Receita		Distribuição
Tarifas de Armazenagem e de Capatazia	100%	INFRAERO e Conveniados
ATAERO de Armazenagem e de Capatazia	38,5%	Comando da Aeronáutica (Fundo Aeronáutico - SEFA)
	20%	Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA (SEFA)
	41,5%	INFRAERO

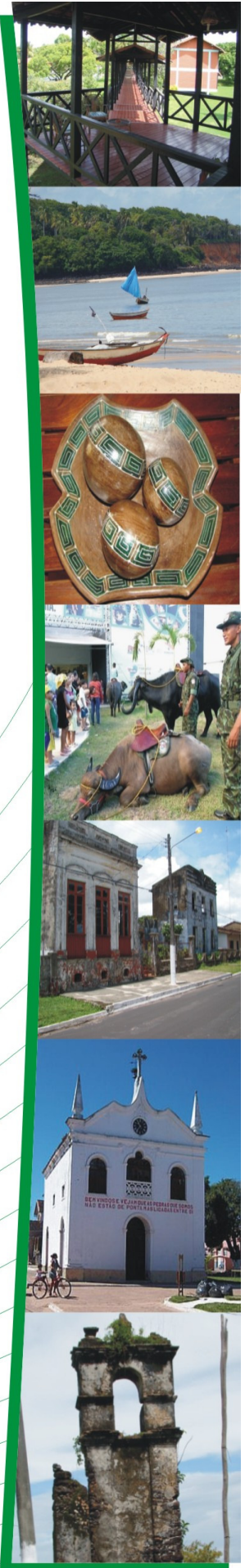
**Quadro 35** – Tarifas Pagas pelo Consignatário ou Transportador da Carga.

Fonte: INFRAERO, 2009.

São identificadas outras taxas turísticas aplicadas nos meios de hospedagem é opcional e cobrada por pessoa por diária. A taxa é de R\$ 2,00. Também são cobradas taxas de serviços em torno de 10%.

Para o funcionamento de empreendimentos de Meios de Hospedagem e Alimentos e Bebidas são cobrados impostos: ICMS 17%, FGTS 8% ou 9%, INSS 11%, ISS 5%, COFINS 3%, PIS 0,65% e IRRF 4,8%.

# Demanda Turística Atual



### 5 DEMANDA TURÍSTICA ATUAL

#### 5.1 Perfil do Turista

##### a) Caracterização dos Turistas do Pólo Marajó

Analisar o mercado turístico demanda um trabalho muito intenso e de grande empenho, haja vista, que devem ser considerados todos os obstáculos em relação à obtenção de dados estatísticos relacionados ao perfil e ao comportamento do turista. A Paratur, em julho de 2008, buscou relacionar, após pesquisa de receptivo nos Pólos Turísticos do Pará, uma análise da estrutura dos resultados disponíveis sobre a demanda turística atual e também as especificidades daquelas áreas.

Foi usada metodologia adotada e sugerida pela Organização Mundial de Turismo – OMT e utilizada pelo Instituto Brasileiro de Turismo. O estudo baseou-se em levantamento de dados primários, por entrevistas nos aeroportos de Belém (Pólo Belém), Santarém (Pólo Tapajós), Altamira (Pólo Xingú) e Marabá (Pólo Araguaia Tocantins), nos portos de Soure (Pólo Marajó) e na orla de Salinópolis (Pólo Amazônia Atlântica), com a aplicação de **2.400 questionários**. No **Município de Soure** foram aplicados na pesquisa **400 questionários**.

A seleção das cidades para cada uma das regiões resultantes desse processo seguiu o procedimento metodológico, como estudos de caso, para subsidiar as inferências na expansão da amostra, no que tange aos municípios de menor porte e que se localizam em diferentes níveis de distância com relação ao principal centro urbano do Estado do Pará.

É importante ressaltar que, a pesquisa de demanda turística foi realizada no receptivo do Município de Soure. A pesquisa foi efetuada tendo por finalidade avaliar o nível de satisfação dos turistas com os produtos turísticos da região, o perfil destes turistas, os tipos de produtos consumidos, as destinações concorrentes mais diretas e as formas de aquisição destes produtos.

Estão presentes ainda na pesquisa os meios de transporte utilizados pelos visitantes; o tipo de alojamento utilizado durante a visita e sua satisfação para com ele; a forma de organização da viagem; as características socioeconômicas; o marco de motivação desses turistas; a estada média; e a percepção sobre a infraestrutura da área, como preço, transporte, saneamento, segurança, informação e sinalização turística, acolhida da população local, imagem urbana, qualidade ambiental e outras manifestações que permitem conhecer o nível de satisfação do turista e sua fidelidade ao destino. Para complementar os dados da pesquisa realizada pela Paratur no ano de 2008 a Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos em julho do ano de 2009, realiza pesquisa de campo nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras.

##### a.1) Município de Soure

- **Procedência dos Turistas**

A pesquisa de receptivo realizada indica em dados dispostos na Tabela 34 que, dos turistas entrevistados no principal portão de entrada do Município de Soure, a grande maioria era oriunda do próprio Estado do Pará, com um fluxo de 75,9% do total. Conclui-se, portanto, que  $\frac{3}{4}$  do turismo realizado no Município de Soure é proveniente do **turismo interno**. Quanto à participação de visitantes de outras regiões, em percentuais bem menores

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

encontram-se os estados de São Paulo (5,4%), Amapá (2,7%), Minas Gerais (1,8%), Distrito Federal (1,8%) e em outros estados com pequenos percentuais. (PARATUR, 2008).

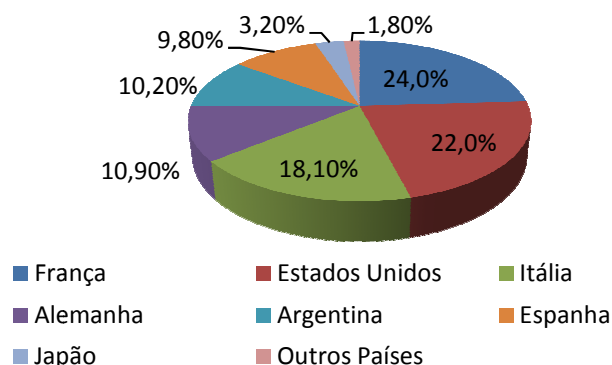
**Tabela 34** – Principais Pólos Nacionais Emissores de Turistas em Visita à Soure

Estados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
<b>Pará</b>	<b>16.728</b>	<b>75,9%</b>
São Paulo	1.190	5,4%
Amapá	595	2,7%
Minas Gerais	397	1,8%
Distrito Federal	397	1,8%
Ceará	375	1,7%
Amazonas	198	0,9%
Bahia	110	0,5%
Goiás	110	0,5%
Piauí	88	0,4%
Paraná	88	0,4%
Rio de Janeiro	66	0,3%
Rio Grande do Norte	66	0,3%
Sergipe	66	0,3%
Outros	1.565	7,1%
<b>Total</b>	<b>22.039</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure. BOH e FNRH, 2008.

A pesquisa de demanda realizada somente no município de Soure mostra que apenas 3,1% dos turistas que visitam este município são estrangeiros. Os turistas brasileiros que vem a Soure, na sua grande maioria, são paraenses conforme mostra a Tabela 35.

No Gráfico 1, em relação à **procedência internacional**, a pesquisa aponta destaque para países como França com 24% e Estados Unidos com 22%, que costumam ir ao Pólo em busca da prática do Turismo Cultural, do Turismo Rural e do Ecoturismo. Segue-se a Itália, com 18,1%; Alemanha, com 10,9%; Argentina, com 10,2%; Espanha, com 9,8%; e Japão, com 3,2% e um percentual de 1,8% distribuídos entre países.



**Gráfico 1** – Procedência dos Turistas Internacionais do Município de Soure.

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

O município de Soure recebeu no ano de 2008 um fluxo de 22.720 visitantes, sendo 22.039 provenientes do turismo doméstico e 681 provenientes do turismo internacional.

• **Meio de Transporte Utilizado**

O Gráfico 2 revela que o **meio de transporte mais utilizado** para chegar ao Município de Soure é o Navio, que corresponde a opção de 71% dos visitantes. Um percentual muito pequeno de visitantes opta por se deslocar via Automóvel/Balsa e Moto/Balsa, representando somente 12% e 4%, respectivamente. Apenas 1% utiliza o Avião para chegar à região, em virtude da pequena pista de pouso existente no município, utilizada geralmente para táxi-aéreo e 12% não especificaram.

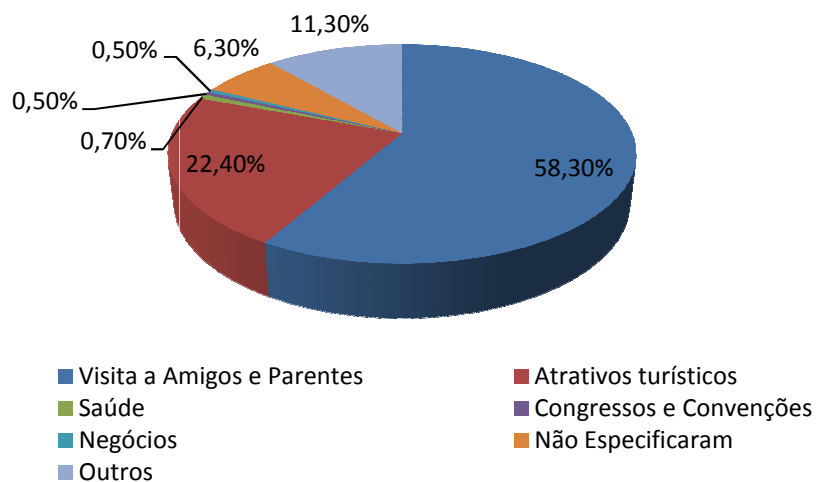
sa

am

**Gráfico 2 – Meio de Transporte Utilizado Para Chegar ao Município de Soure**  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

• **Marco de Motivação**

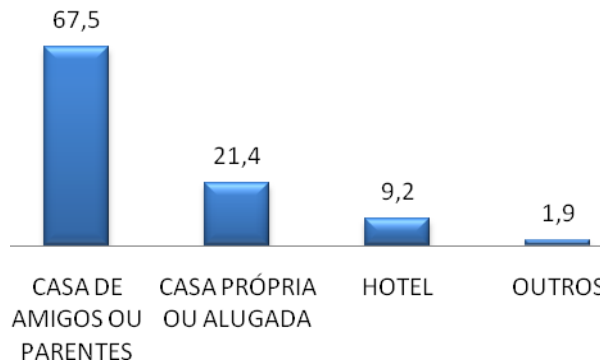
No que tange aos **fatores de indução** da viagem dos turistas ao Município de Soure, a pesquisa revelou dois números importantes: 58,3% foram motivados por Visita a Amigos e Parentes e 22,4% pelos Atrativos Turísticos. Outros motivos foram pouco apontados pelos entrevistados, correspondendo a baixos percentuais, como os motivos de Saúde, Congressos e Convenções e Negócios, conforme mostra o Gráfico 3.



**Gráfico 3 – Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Soure.**  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

- **Tipo de Alojamento Utilizado**

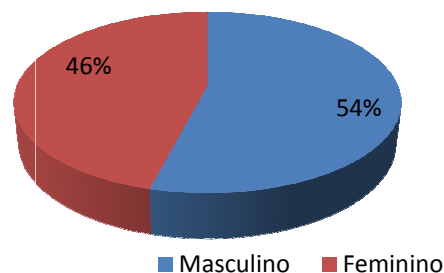
De acordo com o Gráfico 4, em relação ao **tipo de alojamento utilizado**, 67,5% dos entrevistados que viajaram à Soure se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes; 21,4% em Casa Própria; 9,2% em Hotel; e 1,9% em Outros meios de hospedagem.



**Gráfico 4** – Tipo de Alojamento Utilizado no Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

- **Distribuição Quanto ao Gênero**

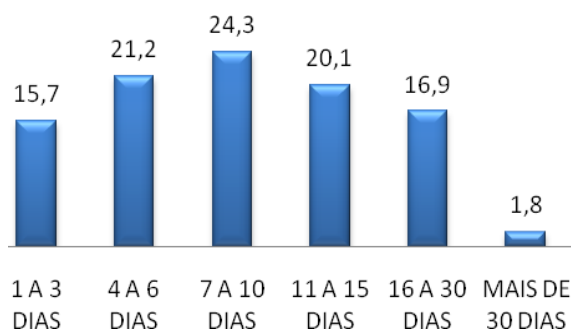
O Gráfico 5 apresenta a **distribuição de turistas por gênero**, em que foram considerados somente os turistas Desacompanhados. Assim, 54% do total das pessoas entrevistadas eram do sexo masculino e 46% eram do sexo feminino.



**Gráfico 5** – Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

- **Estada Média**

A **permanência média** dos turistas entrevistados especificamente **em Julho de 2008**, segundo a pesquisa realizada, é de 9,0 dias no município, conforme apresenta o Gráfico 6 a seguir, sendo que os visitantes provenientes de Belém permanecem, em média, 7,5 dias; os de São Paulo 5,9 dias; Amapá 9 dias; e Minas Gerais 6 dias.



**Gráfico 6** – Período de Permanência dos Turistas no Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

Referente ao mês de julho de 2008, ao realizar o cruzamento dos dados quanto a permanência média e a motivação da viagem percebe-se que, quando a viagem é motivada para conhecer os Atrativos Turísticos, a permanência média dos visitantes é de 5 dias; já quando está relacionada à Visita a Amigos e Parentes a permanência média é de 7 dias; à Negócios de 6 dias; e Outros motivos de 6 dias, de acordo com o Gráfico 7.



**Gráfico 7** – Permanência Média por Motivação de Viagem dos Turistas no Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008

**Em julho de 2008.** Analisando os dados relacionados aos meios de hospedagem e a permanência média, identifica-se segundo dados da pesquisa, que se encontram relacionados a seguir no Gráfico 8, que os turistas que se hospedaram em Hotéis permaneceram, em média, 6,2 dias, enquanto que aqueles que se encontravam em Casa de Amigos e Parentes permaneceram durante 7,1 dias.

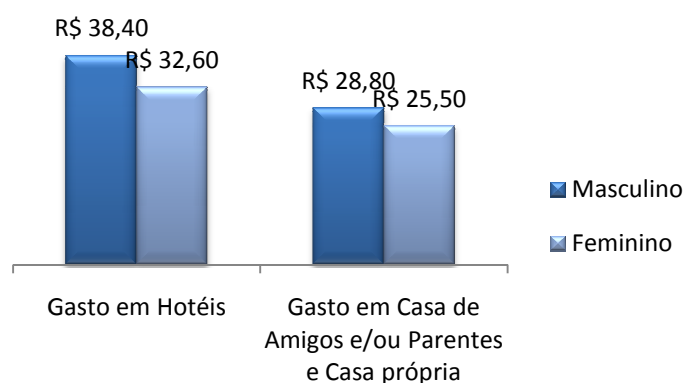
**Gráfico 8** – Período de Permanência relacionado com os Meios de hospedagem dos Turistas no Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, Julho de 2008.

A permanência média dos turistas de Soure, **considerando todos os meses de 2008**, segundo os boletins de ocupação hoteleira e as fichas nacionais de registro de hóspedes é **de 2,90 dias**.

- **Gastos Médios**

No Gráfico 9 observa-se que os visitantes do Sexo Masculino, hospedados em Hotéis, tiveram um gasto médio diário de R\$ 38,40, enquanto os que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes ou Casa Própria despenderam diariamente apenas R\$ 28,80. Já os visitantes do Sexo Feminino que se hospedaram em Hotéis tiveram um gasto diário de R\$ 32,60 e as que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes ou em Casa Própria desembolsaram a quantia de R\$ 25,50.

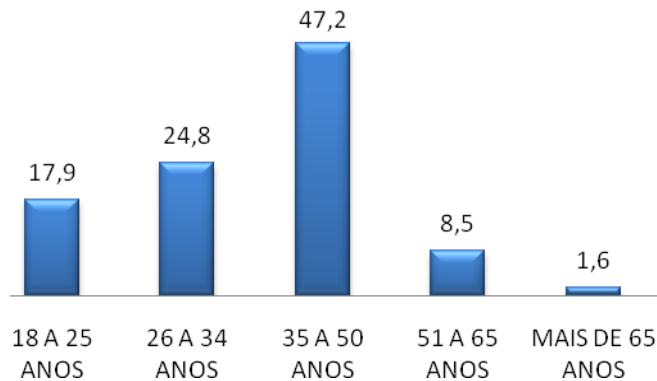


**Gráfico 9** – Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

- **Idade Média**

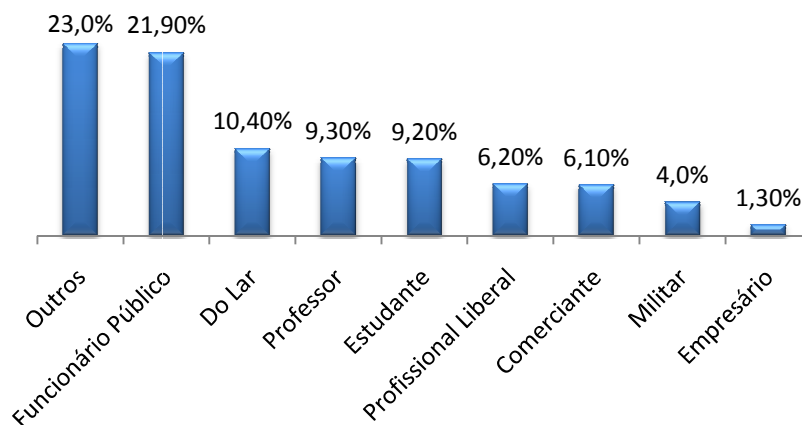
Em relação à distribuição das faixas etárias, traduzida no Gráfico 10, a pesquisa revelou que a **idade média** dos turistas que visitaram o Município de Soure no período pesquisado era de 37 anos, havendo uma maior concentração na faixa de 35 a 50 anos, que representou 47,2% dos entrevistados. Em seguida estava à faixa de 26 a 34 anos, que correspondeu a 24,8%; e a faixa de 18 a 25 anos, com 17,9% do total.



**Gráfico 10** – Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

- **Características Socioeconômicas**

O Gráfico 11 demonstra as **características socioeconômicas** dos turistas que visitaram Soure, podendo constatar que os grupos profissionais mais representativos são: os Funcionários Públicos, com 21,9%; as do lar, com 10,4%; os Professores, com 9,3%; e os Estudantes com 9,2%.



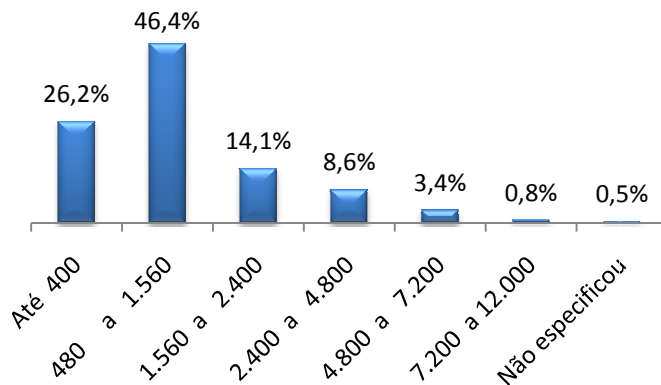
**Gráfico 11** – Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

Analisando as características socioeconômicas com o tipo de alojamento utilizado conclui-se que, dentre os que se hospedaram na hotelaria convencional, 35% eram Estudantes; 11% do lar; 6% Professores; e 4,5% Funcionários Públicos. Já os que se alojaram em Casa Própria, 12% eram Estudantes; 11,9% do lar; e 8,1% Professores. Por sua vez, dos que

ficaram em Casa de Amigos e Parentes, 22% eram Estudantes; 11,1% Professores; 6% do lar; 5,5% Funcionários Públicos; 5% Profissionais Liberais; e 4,9% Comerciantes.

- **Renda Bruta Mensal**

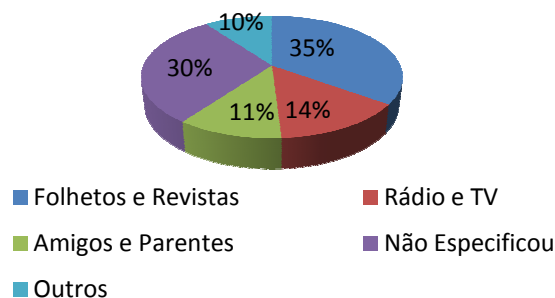
A **renda bruta mensal** dos visitantes está concentrada na faixa de R\$ 480,00 a R\$ 1.560,00 reais, expressa no percentual de 46,4%, conforme demonstra o Gráfico 12 abaixo.



**Gráfico 12** – Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Soure  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

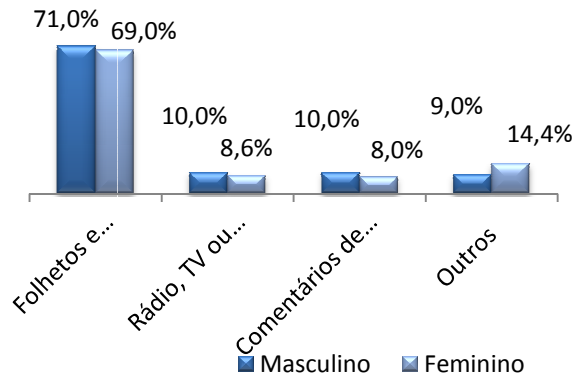
- **Veículo de Propaganda de Influência**

De acordo com os dados da pesquisa realizada, demonstrados no Gráfico 13, Folhetos e Revistas são os veículos de propaganda que mais influenciaram os turistas entrevistados a conhecerem Soure, representando o percentual de 35%; enquanto Rádio, TV ou Filmes influenciaram apenas 14%; e o Comentário de Amigos e Parentes outros 11%.



**Gráfico 13** – Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Soure.  
 Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

Analisando a relação quanto ao gênero dos turistas que visitaram Soure e o Veículo de Propaganda que mais Influenciou os Turistas identifica-se que dos turistas do Sexo Masculino; 71% foram influenciados por Folhetos e Revistas; 10% por Rádio; TV ou Filmes; e 10% por Comentário de Amigos e Parentes. Já as turistas do Sexo Feminino foram influenciadas em 69% por Folhetos e Revistas; 8,6% por Rádio, TV ou Filmes; e 8% por Comentário de Amigos e Parentes, de acordo com o Gráfico 14.

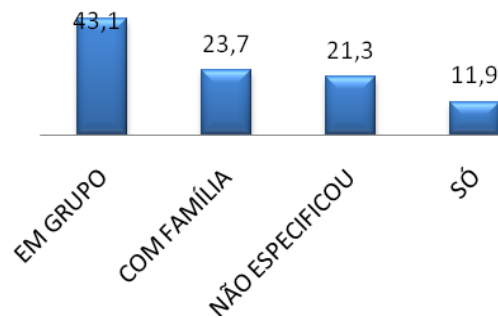


**Gráfico 14** – Veículo de Propaganda relacionado ao Gênero dos Turistas que Visitaram o Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

• **Forma de Organização da Viagem**

Conforme disposto no Gráfico 15, que aponta a **forma de organização da viagem** dos turistas que visitaram Soure, 43,1% viajaram em Grupo; 23,7% Acompanhados pela Família; e 11,9% Sozinhos.

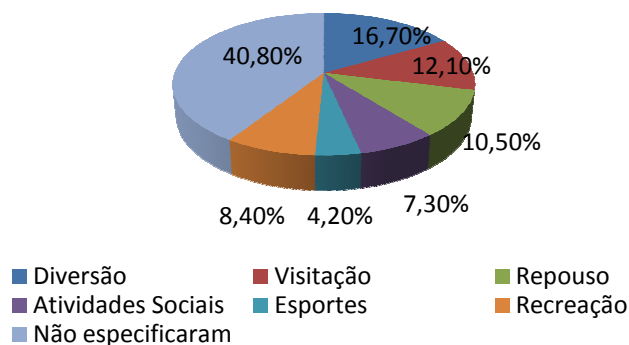


**Gráfico 15** – Forma de Organização da Viagem dos Turistas no Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, 2008.

• **Tempo Livre**

No que tange às **atividades realizadas no tempo livre**, relacionadas no Gráfico 16, verifica-se que, 16,7% dos turistas aproveitaram o tempo livre em Diversão; 12,1% em Visitação aos Atrativos Turísticos; 10,5% em Repouso; 8,4% em Recreação; 7,3% em Atividades Sociais; e 4,2% Esportes e 40,8% dos entrevistados Não Especificaram como passam seu período livre no Município de Soure.

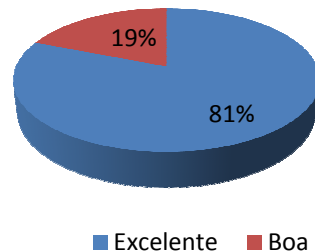


**Gráfico 16** – Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, Julho/2008.

- **Acolhida da População Local**

Quanto à **acolhida da população local**, esta teve um bom desempenho na pesquisa, expresso pelos percentuais de 81% para Excelente e 19% para Boa, evidenciando que a população do Pólo é receptiva ao turismo, de acordo com o Gráfico 17.



**Gráfico 17** – Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Soure

Fonte: Paratur. Pesquisa de Turismo Receptivo em Soure, Julho/2008.

Para identificar outros aspectos importantes para o desenvolvimento do turismo no Pólo e que não foram contemplados nos estudos da Paratur, a Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos realizou pesquisa de campo nos municípios do Pólo Marajó.

A pesquisa desenvolvida foi realizada no mês de julho de 2008 em Soure e no ano de 2009 em Salvaterra e Ponta de Pedras. O percurso metodológico para a execução da Pesquisa Turística utilizou a metodologia quali-quantitativa através da aplicação de 400 questionários semi-estruturados, com questões abertas, aplicados nos portões de saída do município de Soure (Trapiche de embarque e desembarque do município de Soure), 400 questionários em Salvaterra (Trapiche de embarque e desembarque do município de Salvaterra) e 100 questionários no Município de Ponta de Pedras (Trapiche de embarque e desembarque do município de Ponta de Pedras).

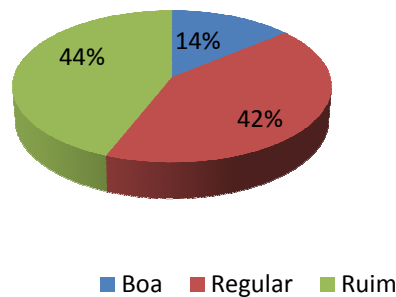
Para a aplicação do instrumento de pesquisa, os pesquisadores foram selecionados e capacitados. A capacitação dos pesquisadores de campo teve uma carga horária de 20 horas/aula, durante o período de uma semana. O conteúdo programático utilizado na capacitação dos pesquisadores compreendeu: a apresentação do Termo de Referência do PDITS, objetivos da pesquisa, o tipo de pesquisa a ser empreendida, a metodologia e abordagem do questionário, a compreensão dos objetivos do trabalho, a área de abrangência, as etapas do processo e as atividades a serem desenvolvidas.

Na formação dos pesquisadores, abordou-se a temática quanto ao papel do pesquisador, postura, responsabilidades, comprometimento e ética. Mediante estas premissas, os princípios éticos mais envolvidos numa pesquisa foram aprofundados, a partir da proteção da identidade dos participantes, respeito a todos os acordos firmados, até a conclusão da pesquisa e a autenticidade quanto à elaboração dos resultados.

Após a coleta dos dados eles foram tabulados e analisados e são apresentados os resultados em forma de gráficos.

- **Infraestrutura - Transporte**

O Gráfico 18 apresenta o aspecto relacionado à **infraestrutura de transporte** urbano no Município de Soure em que 14% dos visitantes consideraram Boa; 42% Regular; e 44% Ruim. Estes índices apontados comprometem o desenvolvimento do turismo local.

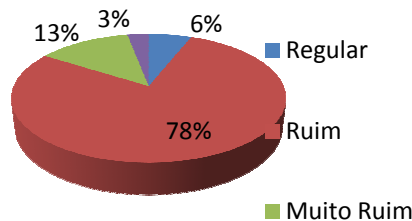


**Gráfico 18** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Soure

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Saneamento Básico**

Em relação ao **saneamento básico**, 6% apontaram como Regular; 78% dos turistas avaliaram como Ruim; 13% como Muito Ruim e 3% Não Souberam Opinar, como mostra o Gráfico 19. A pesquisa revela que este item é um fator negativo para o desenvolvimento do Turismo no Pólo.

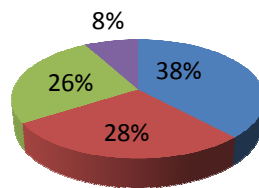


**Gráfico 19** – Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Soure

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura - Segurança**

Em relação à **infraestrutura de segurança**, o Gráfico 20 mostra o resultado da pesquisa com 38 % dos visitantes consideraram Excelente; 28 % Boa; 26 % Regular; 8 % Ruim.



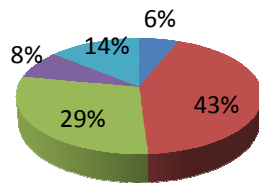
■ Excelente ■ Boa ■ Regular ■ Ruim

**Gráfico 20** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança do Município de Soure

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura – Informação e Sinalização Turística**

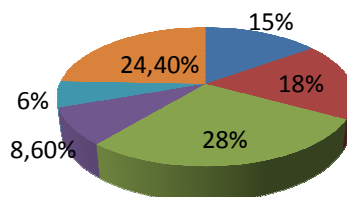
Com relação à **informação turística**, o Gráfico 21 indica a opinião dos visitantes com 6% dos entrevistados disseram ser Excelente; 43% apontam como Boa; 29% como Regular; 8% como Ruim; e 14% como Muito Ruim. Ressalta-se a necessidade de melhorar a informação turística para incrementar o turismo na região.



■ Excelente ■ Boa ■ Regular ■ Ruim ■ Muito Ruim

**Gráfico 21** – Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Soure  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

O item **sinalização turística**, de acordo com o Gráfico 22, foi considerado Ruim para 8,6% dos entrevistados, 6% como Muito Ruim, 28% como Regular, 18% como Boa, 15% como Excelente e 24,4% Não souberam opinar.

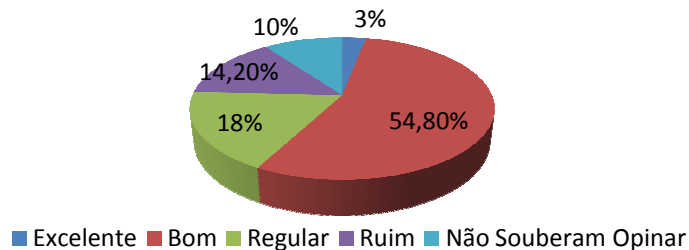


■ Excelente ■ Boa  
■ Regular ■ Ruim  
■ Muito Ruim ■ Não Souberam opinar

**Gráfico 22** – Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Soure  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura - Comércio**

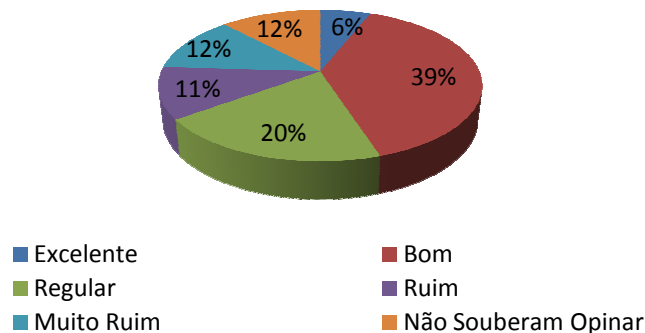
O Gráfico 23 avalia o comércio local, demonstrando que o **Comércio** foi avaliado como Bom por 54,8% dos turistas; 18% como Regular; 14,2% como Ruim; 3% como Excelente e 10% Não Souberam Opinar.



**Gráfico 23** – Infraestrutura – Comércio do Município de Soure  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura – Serviço de Táxi**

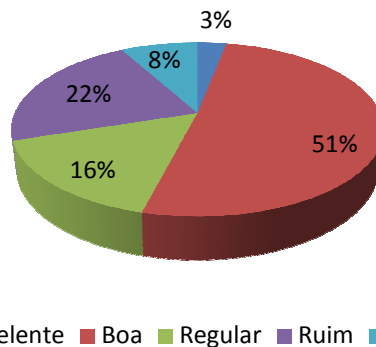
No que se refere aos **serviços de táxi** do Município de Soure o Gráfico 24 mostra que 39% dos turistas apontam como sendo um Bom serviço; 20% apontam como Regular; 11% como Ruim e 12% como Muito Ruim. Já os que indicaram como um serviço de Excelente qualidade representa apenas 6%; e 12% Não Souberam Opinar. São dados que revelam a necessidade de uma melhoria no serviço de taxi do Município de Soure.



**Gráfico 24** – Infraestrutura – Serviços de Táxi do Município de Soure  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura – Limpeza Urbana**

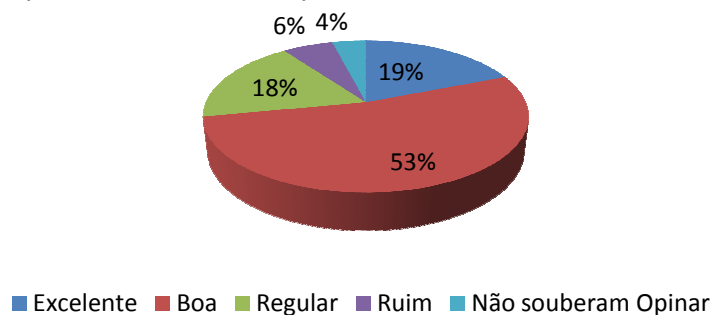
O Gráfico 25 mostra os dados referentes à limpeza urbana, que de acordo com o Gráfico 25, indicam que 51% dos entrevistados avaliaram a qualidade da limpeza como Boa, enquanto 16% disseram ser Regular; 22% como Ruim; e 8% como Muito Ruim. O item Excelente aparece com apenas 3%. A pesquisa revela que o serviço de limpeza urbana no Pólo deixa muito a desejar.



**Gráfico 25** – Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Soure  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Atrativos Turísticos – Gastronomia**

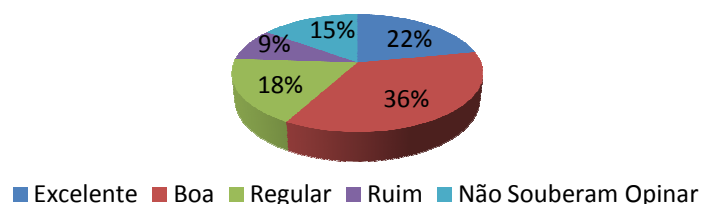
De acordo com o Gráfico 26 o atrativo turístico referente à gastronomia do Município de Soure agrada a maioria dos visitantes, confirmando a qualidade da gastronomia do local. A culinária, para a maioria dos visitantes foi considerada boa com um percentual de 53%. Os que consideraram de excelente qualidade com um percentual de 19%; Regular com 18%; Ruim com 6% e os que Não Souberam Opinar com 4%.



**Gráfico 26** – Atrativos Turísticos – Culinária do Município de Soure  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Atrativos Turísticos – Serviços Turísticos**

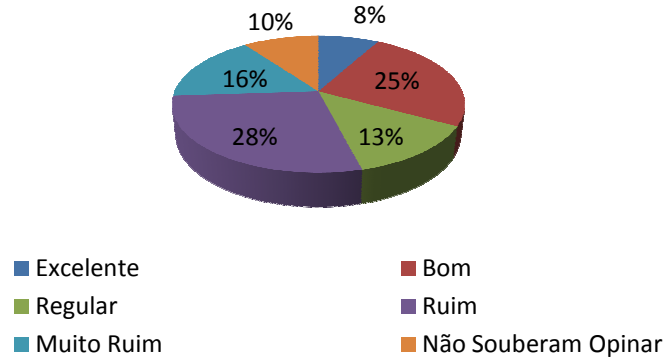
De acordo com o Gráfico 27, os dados referentes aos **serviços turísticos** da região, foram avaliados como de Boa Qualidade com 36%; Excelente com 22%; Regular com 18%; Ruim com 9% e do total 15% Não Souberam Opinar. A pesquisa aponta para a Boa Qualidade dos serviços turísticos, porém percebe-se que os serviços turísticos necessitam de melhorias, bem como de capacitação para os prestadores dos referidos serviços.



**Gráfico 27** – Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Soure  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos**

Em relação à qualidade dos monumentos históricos do Município de Soure, de acordo com o Gráfico 28, a pesquisa aponta que 8% consideraram Excelente; 25% responderam como sendo Bom; 13% como Regular; 28% como Ruim; 16% como Muito Ruim e 10% Não Souberam Opinar. Ressalta-se a necessidade de conservação e restauração de tais patrimônios históricos, arquitetônicos e culturais.



**Gráfico 28** - Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Soure

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Conclusão:** As pesquisas indicam que a procedência dos turistas que visitam o Município de Soure é, na maioria, oriundo do próprio Estado do Pará, com um fluxo de 75,9% do total. Conclui-se, portanto, que  $\frac{3}{4}$  do turismo realizado no Município de Soure é proveniente do turismo interno. Em relação à procedência internacional, a pesquisa aponta destaque para países como França e Estados Unidos, que costumam ir ao município em busca da prática do Turismo Cultural, do Turismo Rural e do Ecoturismo. O meio de transporte mais utilizado para chegar ao Município de Soure é o Navio e a motivação maior da viagem está relacionada à visita aos parentes e amigos e aos atrativos turísticos. Quanto ao tipo de alojamento a maioria se hospeda em Casa de Amigos e Parentes, observando que poucos se utilizam dos equipamentos hoteleiros dos municípios que ainda são em número reduzido. A pesquisa identificou que os turistas que visitaram o Município de Soure estão concentrados, na maioria, na faixa etária de 35 a 50 anos. Analisando as características socioeconômicas, pode-se constatar que o grupo profissional mais representativo é o de Funcionário Público. A forma de organização da viagem prevalece os visitantes em Grupo, seguida dos acompanhados pela Família. Quanto à acolhida da população local os visitantes na maioria apontam como Excelente. Os dados das pesquisas apontam deficiência em relação à infraestrutura de saneamento básico, abastecimento de água, segurança, informação turística, sinalização turística e limpeza urbana. No que se refere aos serviços de táxi do Município de Soure os turistas apontam como sendo um Bom serviço. A gastronomia do Município de Soure agrada a maioria dos visitantes, confirmando a qualidade da gastronomia do local. A culinária, para a maioria dos visitantes foi considerada boa. A pesquisa aponta para a Boa Qualidade dos serviços turísticos, porém percebe-se que necessitam de melhorias, bem como de capacitação para os prestadores dos referidos serviços. Ressalta-se a necessidade de conservação e restauração do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural local. Desta forma percebe-se que existe uma demanda turística atual, porém várias ações precisam ser desenvolvidas para alavancar o turismo em bases sustentáveis no município de Soure.

**a.2) Município de Salvaterra**

Neste item será abordada a caracterização dos turistas que visitam o Município de Salvaterra por meio da análise do fluxo turístico, distinguindo sua procedência, seja ela emanada do mercado doméstico, nacional ou internacional.

A pesquisa desenvolvida pela Empresa Expansão, Gestão em Educação e Eventos foi realizada no mês de julho de 2009, o percurso metodológico para a execução da Pesquisa Turística, utilizou a metodologia quali-quantitativa através da aplicação de 400 questionários semi-estruturados, com questões abertas, aplicados nos portões de entrada de Salvaterra (Trapiche de embarque e desembarque no Município de Salvaterra).

Para a aplicação do instrumento de pesquisa, os pesquisadores foram selecionados e capacitados. A capacitação dos pesquisadores de campo teve uma carga horária de 20 horas/aula, durante o período de uma semana. O conteúdo programático utilizado na capacitação dos pesquisadores compreendeu: a apresentação do Termo de Referência do PDITS, objetivos da pesquisa, o tipo de pesquisa a ser empreendida, a metodologia e abordagem do questionário, a compreensão dos objetivos do trabalho, a área de abrangência, as etapas do processo e as atividades a serem desenvolvidas. Na formação dos pesquisadores, abordou-se a temática quanto ao papel do pesquisador, postura, responsabilidades, comprometimento e ética. Mediante estas premissas, os princípios éticos mais envolvidos numa pesquisa foram aprofundados, a partir da proteção da identidade dos participantes, respeito a todos os acordos firmados, até a conclusão da pesquisa e a autenticidade quanto à elaboração dos resultados. Após a coleta dos dados eles foram tabulados e analisados e são apresentados os resultados em forma de gráficos.

- **Procedência dos Turistas**

Na pesquisa de receptivo foi constatado que dos turistas entrevistados no principal portão de saída do município, destaca-se o estado do Pará com um fluxo de 76,7%; considerando também a participação de visitantes do estado de São Paulo com 4,0%; Amapá com 3,0%, Minas Gerais (2,0%), Distrito Federal (2,0%) e ainda Ceará, Amazonas, Bahia, Goiás, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe participação de 1%. O turismo **interno** tem destaque no município pesquisado.

**Tabela 35 – Principais Pólos Nacionais Emissores de Turistas em Visita à Salvaterra**

<b>Estados</b>	<b>Freqüência Absoluta</b>	<b>Freqüência Relativa</b>
<b>Pará</b>	<b>25.890</b>	<b>76,7%</b>
São Paulo	1.350	4,0%
Amapá	1.013	3,0%
Minas Gerais	675	2,0%
Distrito Federal	675	2,0%
Ceará	338	1,0%
Amazonas	338	1,0%
Bahia	338	1,0%
Goiás	338	1,0%
Piauí	169	0,5%
Paraná	169	0,5%
Rio de Janeiro	169	0,5%
Rio Grande do Norte	169	0,5%
Sergipe	101	0,3%
Outros	2.025	6,0%
<b>Total</b>	<b>33.755</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Analisando a **procedência internacional**, a pesquisa identifica como destaque os países como França com 15%; Estados Unidos com 11%; Itália, com 8,0%; Alemanha, com 6,0%; Argentina, com 5,0%; Espanha, com 5,0%; e Japão, com 3,0%. O município de Salvaterra recebeu 1.406 turistas internacionais em 2009. Comparando a procedência dos turistas que visitam o Município de Soure com os turistas que visitam o Município de Salvaterra percebe-se uma equivalência nos resultados encontrados. O município de Salvaterra recebeu 33.755 turistas em 2009, sendo 35.161 turistas nacionais e 1.406 turistas internacionais.

- **Meio de Transporte Utilizado**

Em relação ao **meio de transporte mais utilizado** para chegar ao Município de Salvaterra o Navio é apontado na pesquisa como a opção mais usada por 71% dos visitantes. Um percentual muito pequeno de visitantes opta por se deslocar via Automóvel/Balsa e Moto/Balsa, representando somente 13% e 3%, respectivamente. Apenas 1% utiliza o Avião para chegar à região, em virtude da Pequena pista de pouso existente no município, utilizada geralmente para táxi-aéreo e 12% não especificaram, de acordo com o Gráfico 29.

/Balsa

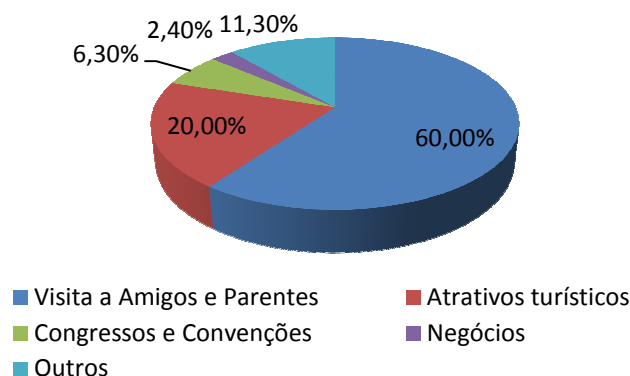
a

ficaram

**Gráfico 29** – Meio de Transporte Utilizado Para Chegar ao Município de Salvaterra  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Marco de Motivação**

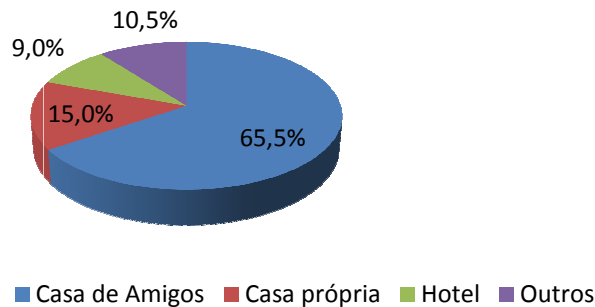
Na análise do marco de motivação da viagem dos turistas que visitam o Município de Salvaterra, a pesquisa revelou dois números importantes: 60,0% foram motivados por Visita a Amigos e Parentes e 20,0% pelos Atrativos Turísticos. Outros motivos foram pouco apontados pelos entrevistados, correspondendo aos baixos percentuais, como os motivos de Congressos e Convenções e Negócios e outros, conforme mostra o Gráfico 30.



**Gráfico 30** – Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Salvaterra  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Tipo de Alojamento Utilizado**

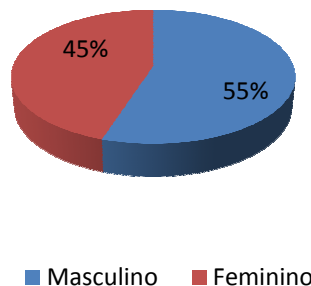
De acordo com o Gráfico 31, em relação ao **tipo de alojamento utilizado**, 65,5% dos entrevistados que viajaram ao Município de Salvaterra se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes; 23,0% em Casa Própria; 9,0% em Hotel; e 2,5% em Outros meios de hospedagem.



**Gráfico 31** – Tipo de Alojamento Utilizado no Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Distribuição Quanto ao Gênero**

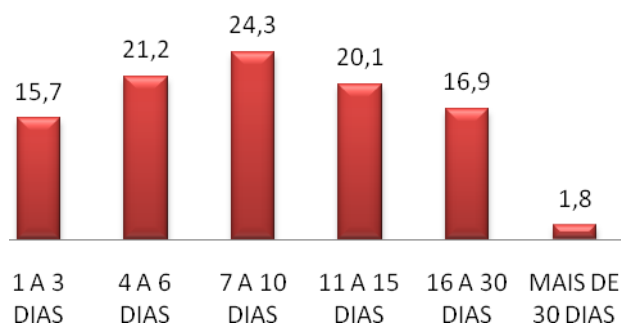
Em relação à **distribuição de turistas por gênero**, em que foram considerados somente os turistas Desacompanhados. Assim, o Gráfico XX mostra que, 55% do total das pessoas entrevistadas eram do sexo masculino e 45% eram do sexo feminino, de acordo com o gráfico 32.



**Gráfico 32** – Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Estada Média**

A **permanência média especificamente no mês de julho de 2009** dos turistas entrevistados, segundo a pesquisa realizada, é de 9,0 dias com um percentual de 24,3% no Município de Salvaterra, conforme apresenta o Gráfico 33 a seguir.



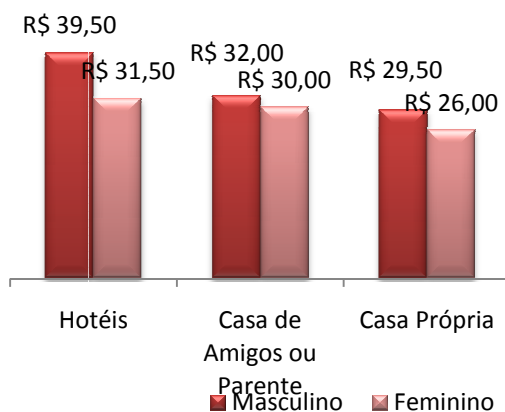
**Gráfico 33** – Período de Permanência dos Turistas no Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

A estadia média dos visitantes de Salvaterra considerando os **12 meses do ano** é de **2,95 dias**.

- **Gastos Médios**

No Gráfico 34 observa-se que os visitantes do Sexo Masculino, hospedados em Hotéis, tiveram um gasto diário de R\$ 39,50, enquanto os que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes tiveram gasto de R\$ 32,00 e os que se hospedaram em Casa Própria despenderam diariamente apenas R\$ 29,50. Já os visitantes do Sexo Feminino que se hospedaram em Hotéis tiveram um gasto diário de R\$ 31,50 e as que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes tiveram gasto de R\$ 30,00 e os que se hospedaram em Casa Própria desembolsaram a quantia de R\$ 26,00.

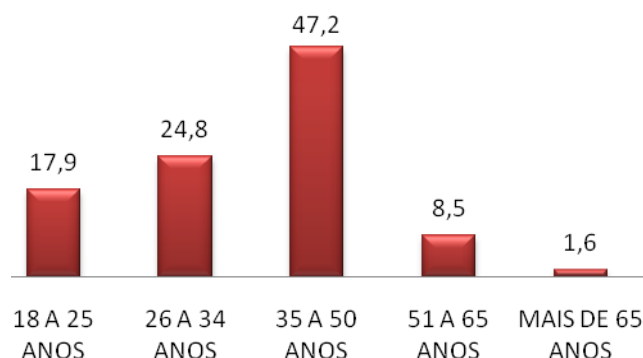


**Gráfico 34** – Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Idade Média**

O Gráfico 35 mostra o resultado da pesquisa que indicou a **idade média** dos turistas que visitaram o Município de Salvaterra no período pesquisado era de 37 anos, havendo uma maior concentração na faixa de 35 a 50 anos, que representou 47,2% dos entrevistados. Em seguida estava à faixa de 26 a 34 anos, que correspondeu a 24,8%; e a faixa de 18 a 25 anos, com 17,9% do total. A Idade Média identificada na pesquisa é a mesma apresentada no Município de Salvaterra e no Município de Soure.

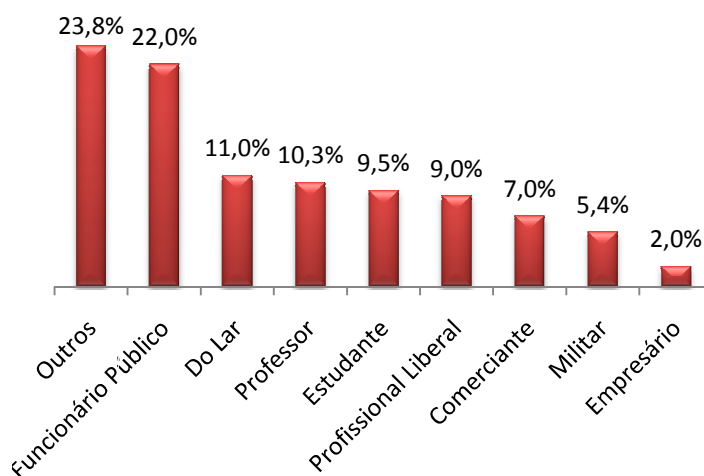


**Gráfico 35** – Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Características Socioeconômicas**

As **características socioeconômicas** dos turistas que visitaram Salvaterra são demonstradas no Gráfico 36, podendo constatar que os grupos profissionais mais representativos são: os Funcionários Públicos, com 22%; as do lar, com 11,0%; os Professores, com 9,3%; e os Estudantes com 8,5%.

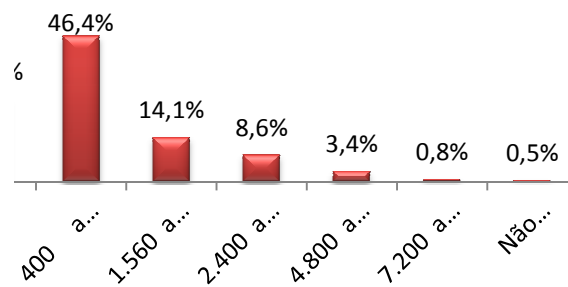


**Gráfico 36** – Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Renda Bruta Mensal**

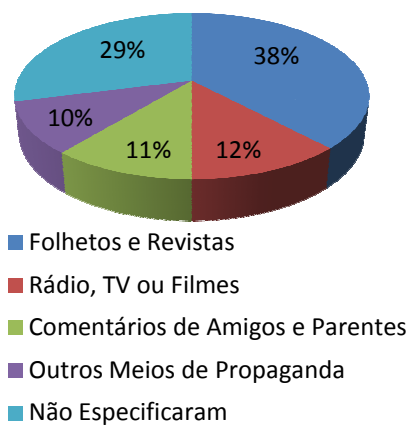
A **renda bruta mensal** dos visitantes está concentrada na faixa de R\$ 400,00 a R\$ 1.560,00 reais, expressa no percentual de 46,4%, conforme demonstra o Gráfico 37.



**Gráfico 37** – Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Veículo de Propaganda de Influência**

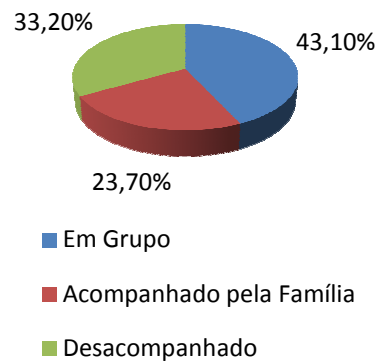
O Gráfico 38 aponta o resultado da pesquisa realizada, demonstrando que **os veículos de propaganda** que mais influenciaram os turistas entrevistados a conhecer Salvaterra são: Folhetos e Revistas com um percentual de 38,0%; enquanto o Rádio, TV ou Filmes influenciaram apenas 12,0%; o Comentário de Amigos e Parentes outros 11,0%; Outros Meios de Propaganda 10,0% e Não Especificado corresponde a 29,0%.



**Gráfico 38** – Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Forma de Organização da Viagem**

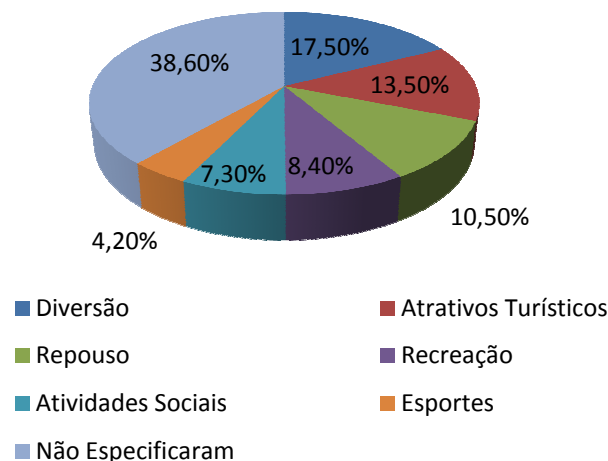
Conforme disposto no Gráfico 39, que aponta a **forma de organização da viagem** dos turistas que visitaram Soure, 43,1% viajaram em Grupo; 23,7% Acompanhados pela Família; e 33,2% Sozinhos.



**Gráfico 39** – Forma de Organização da Viagem dos Turistas ao Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Tempo Livre**

O Gráfico 40 mostra às atividades que são realizadas no **tempo livre** pelos turistas, verifica-se que, 17,5% dos turistas aproveitaram o tempo livre em Diversão; 13,5% em Visitação aos Atrativos Turísticos; 10,5% em Repouso; 8,4% em Recreação; 7,3% em Atividades Sociais; e 4,2% Esportes e 38,6% dos entrevistados Não Especificaram como passam seu período livre no Município de Salvaterra.

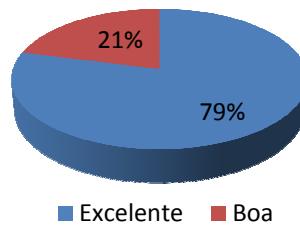


**Gráfico 40** – Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Acolhida da População Local**

O Gráfico 41 apresenta o resultado da pesquisa quanto à **acolhida da população local**, esta teve um bom desempenho, expresso pelos percentuais de 79,0% para Excelente e 21% para Boa, evidenciando que a população do Pólo é receptiva ao turismo, porém vale ressaltar que é necessário investir em capacitação profissional dessas pessoas.

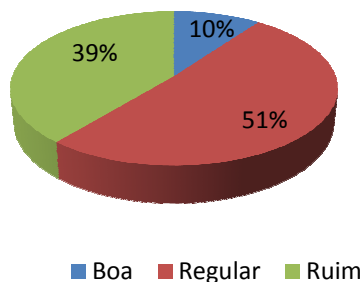


**Gráfico 41** – Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura - Transporte**

O Gráfico 42 apresenta o aspecto relacionado à **infraestrutura de transporte urbano** no Município de Salvaterra onde 10% dos visitantes consideraram Boa; 51% Regular; e 39% Ruim. Estes índices apontados comprometem o desenvolvimento do turismo local.

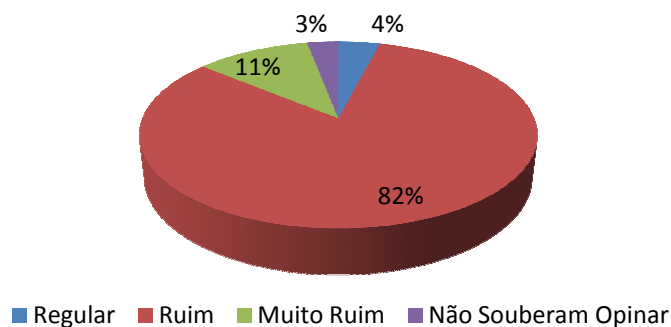


**Gráfico 42** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Saneamento Básico**

Em relação ao **saneamento básico**, o Gráfico 43 mostra que 4% dos entrevistados apontaram como Regular; 82% dos turistas avaliaram como Ruim; 11% como Muito Ruim e 3% Não Souberam Opinar. A pesquisa revela que este item é um fator negativo para o desenvolvimento do Turismo no Pólo Marajó, fato que pode comprometer a saúde dos visitantes.

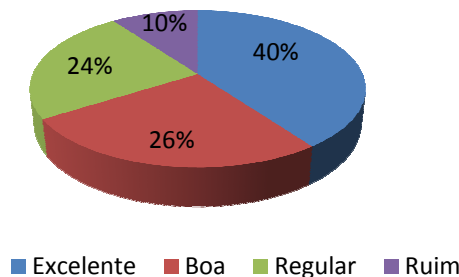


**Gráfico 43** – Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura - Segurança**

O Gráfico 44 mostra o resultado da pesquisa em relação à opinião dos turistas quanto à **infraestrutura de segurança**, apontando que com 40,0% dos visitantes consideraram Excelente; 26,0 % Boa; 24,0 % Regular; 10,0% Ruim.

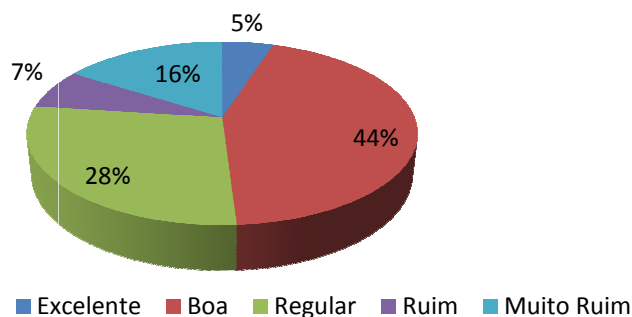


**Gráfico 44** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança no Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Infraestrutura – Informação e Sinalização Turística**

O Gráfico 45 indica a opinião dos visitantes com relação à **informação turística**, onde 5% dos entrevistados disseram ser Excelente; 44% apontam como Boa; 28% como Regular; 7% como Ruim; e 16% como Muito Ruim. Ressalta-se a necessidade de melhorar a informação turística para incrementar o turismo na região.



**Gráfico 45** – Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

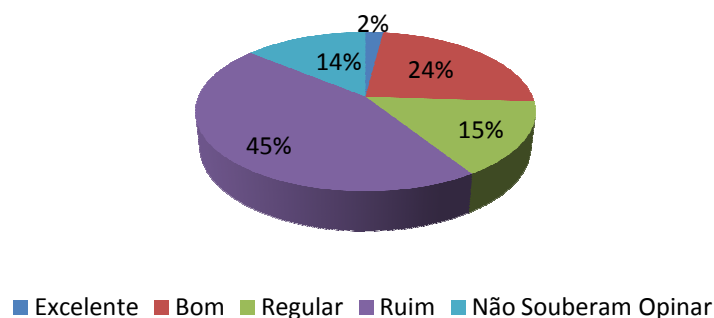
Em relação à **sinalização turística**, de acordo com o Gráfico 46, foi considerado pelos entrevistados com Ruim para 28,0%; 18,0% como Muito Ruim; 28,0% como Regular; 8,0% como Boa; 10,0% como Excelente e 8,0% não souberam opinar.

**Gráfico 46** – Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Salvaterra

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura - Comércio**

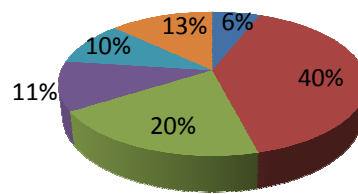
O **comércio local** foi avaliado e o resultado é apresentado no Gráfico 47, demonstrando que o **Comércio** foi avaliado como Bom por 24,0% dos turistas; 15,0% como Regular; 45,0% como Ruim; 2% como Excelente e 14,0% Não Souberam Opinar.



**Gráfico 47** – Infraestrutura – Comércio do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Serviço de Táxi**

No que se refere aos **serviços de táxi** do Município de Salvaterra o Gráfico 48, mostra que 40% dos turistas apontam como sendo um Bom serviço; 20% como Regular; 11% como Ruim e 10% como Muito Ruim. Já os que apontaram como o serviço de Excelente qualidade representa apenas 6%; e 13% Não Souberam Opinar. São dados que revelam a necessidade de uma melhoria no serviço de taxi do município. Os dados apontam para a mesma problemática indicada no Município de Soure.



■ Excelente  
■ Regular  
■ Muito Ruim  
■ Bom  
■ Ruim  
■ Não Souberam Opinar

**Gráfico 48** – Infraestrutura – Serviços de Táxi do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

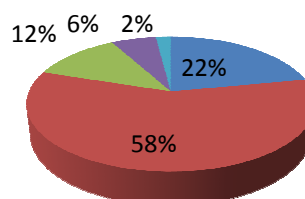
- **Infraestrutura – Limpeza Urbana**

O Gráfico 49 mostra os dados referentes à limpeza urbana no Município de Salvaterra e indicam que 48% dos entrevistados avaliaram a qualidade da limpeza como Boa, enquanto 15% disseram ser Regular; 25% como Ruim; e 10% como Muito Ruim. O item Excelente aparece com apenas 2%. A pesquisa revela que o serviço de limpeza urbana no Pólo deixa muito a desejar.

**Gráfico 49** – Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Atrativos Turísticos – Gastronomia**

De acordo com o Gráfico 50 o atrativo turístico referente à **gastronomia** do Município de Salvaterra agrada a maioria dos visitantes, confirmando a qualidade da gastronomia do local. A culinária, para a maioria dos visitantes foi considerada boa com um percentual de 58%. Os que consideraram de excelente qualidade com um percentual de 22%; Regular com 12%; Ruim com 6% e os que Não Souberam Opinar com 2%.

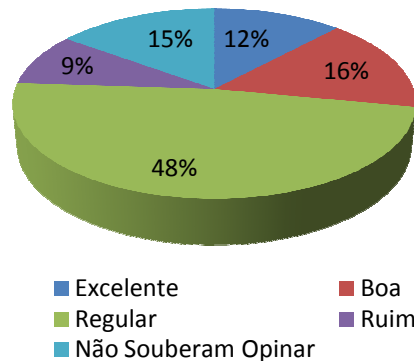


■ Excelente  
■ Boa  
■ Regular  
■ Ruim

**Gráfico 50** – Atrativos Turísticos – Gastronomia do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Atrativos Turísticos – Serviços Turísticos**

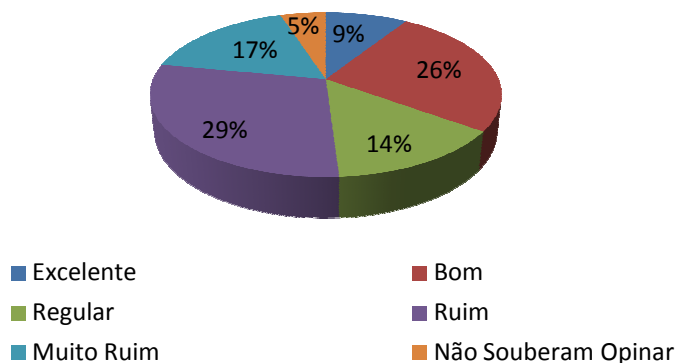
De acordo com o Gráfico 51, os dados referentes aos **serviços turísticos** do Município de Salvaterra, foram avaliados como de Boa Qualidade com 16%; Excelente com 12%, Regular com 48%, Ruim com 9% e do total 15% Não Souberam Opinar. A pesquisa aponta para a Boa Qualidade dos serviços turísticos, porém percebe-se que os serviços turísticos necessitam de melhorias, bem como de capacitação para os prestadores dos referidos serviços.



**Gráfico 51** – Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos**

Em relação à qualidade dos monumentos históricos do Município de Salvaterra, de acordo com o Gráfico 52, a pesquisa aponta que 9% consideraram Excelente; 26% responderam como sendo Bom; 14% como Regular; 29% como Ruim; 17% como Muito Ruim e 5% Não Souberam Opinar. Ressalta-se a necessidade de conservação e restauração de tais patrimônios históricos, arquitetônicos e culturais.



**Gráfico 52** - Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Salvaterra  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Conclusão:** As pesquisas indicam que a procedência dos turistas que visitam o Município de Salvaterra é oriunda do Estado do Pará, com um fluxo de 88,0%, seguida dos Estados de São Paulo, Amapá e Minas Gerais. Analisando a procedência internacional, a pesquisa identifica como destaque os países como França, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Argentina,

Espanha e Japão. Em relação ao meio de transporte mais utilizado para chegar ao Município de Salvaterra é o Navio e quanto à motivação da viagem dos turistas, a pesquisa revelou que os turistas foram motivados por Visita a Amigos e Parentes e pelos Atrativos Turísticos. Quanto ao meio de hospedagem a maioria dos entrevistados se hospedou em casa de amigos e em casa própria. A permanência média dos turistas entrevistados, segundo a pesquisa realizada, é em torno de 9,0 dias. A idade média dos turistas que visitaram o Município de Salvaterra, no período pesquisado, era de 37 anos, havendo uma maior concentração na faixa de 35 a 50 anos e em relação às características socioeconômicas dos turistas que visitaram Salvaterra constatou-se que o grupo profissional mais representativos é o de Funcionários Públicos. Quanto à acolhida da população local, esta teve um bom desempenho, expresso pelo maior percentual como Excelente. As pesquisas apontam para as deficiências em relação à infraestrutura de segurança, limpeza urbana, informação e sinalização turística, saneamento básico, este item é um fator negativo para o desenvolvimento do Turismo no Pólo Marajó, fato que pode comprometer a saúde dos visitantes. A gastronomia do Município de Salvaterra agrada a maioria dos visitantes e os serviços turísticos foram avaliados como de Boa Qualidade. Em relação à qualidade dos monumentos históricos, consideraram como Regular. Ressalta-se a necessidade de conservação e restauração de tais patrimônios históricos, arquitetônicos e culturais do município. As pesquisas indicam que existe uma demanda atual para o município de Salvaterra, porém muitas ações precisam ser executadas, principalmente em infraestrutura turística e de serviços para desenvolver o turismo em bases sustentáveis e desta forma melhorando a qualidade de vida da população local.

### **a.3) Município de Ponta de Pedras**

Neste item será abordada a caracterização dos turistas que visitam o Município de Salvaterra por meio da análise do fluxo turístico, distinguindo sua procedência, seja ela emanada do mercado doméstico, nacional ou internacional.

A pesquisa desenvolvida pela Empresa Expansão, Gestão em Educação e Eventos foi realizada no mês de julho de 2009, o percurso metodológico para a execução da Pesquisa Turística, utilizou a metodologia quali-quantitativa através da aplicação de **100 questionários** semi-estruturados, com questões abertas, aplicados nos portões de entrada de Ponta de Pedras (Trapiche de embarque e desembarque no Município de Ponta de Pedras).

Para a aplicação do instrumento de pesquisa, os pesquisadores foram selecionados e capacitados. A capacitação dos pesquisadores de campo teve uma carga horária de 20 horas/aula, durante o período de uma semana. O conteúdo programático utilizado na capacitação dos pesquisadores compreendeu: a apresentação do Termo de Referência do PDITS, objetivos da pesquisa, o tipo de pesquisa a ser empreendida, a metodologia e abordagem do questionário, a compreensão dos objetivos do trabalho, a área de abrangência, as etapas do processo e as atividades a serem desenvolvidas.

Na formação dos pesquisadores, abordou-se a temática quanto ao papel do pesquisador, postura, responsabilidades, comprometimento e ética. Mediante estas premissas, os princípios éticos mais envolvidos numa pesquisa foram aprofundados, a partir da proteção da identidade dos participantes, respeito a todos os acordos firmados, até a conclusão da pesquisa e a autenticidade quanto à elaboração dos resultados.

Após a coleta dos dados eles foram tabulados e analisados e são apresentados os resultados em forma de gráficos.

• **Procedência dos Turistas**

Na pesquisa de receptivo foi constatado que dos turistas entrevistados no principal portão de saída do município, destaca-se o estado do Pará com um fluxo de 86,0%; considerando também a participação de visitantes do estado de São Paulo com 4,0%; Amapá com 3,0%, Minas Gerais (2,0%), Amazonas (2,0%) e ainda Ceará, Distrito Federal, Bahia, Goiás, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe participação de 1%. O turismo interno tem destaque no município pesquisado. Analisando a procedência internacional, a pesquisa identifica como destaque os países como França com 1%; Estados Unidos com 1%.

**Tabela 36** – Principais Mercados Nacionais e Internacionais Emissores de Turistas em Visita à Ponta de Pedras

Estados	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa
<b>Pará</b>	<b>2930</b>	<b>86,0%</b>
São Paulo	140	4,0%
Amapá	100	3,0%
Minas Gerais	70	2,0%
Amazonas	70	2,0%
Outros	30	1,0%
Internacionais	70	2,0%
<b>Total</b>	<b>3410</b>	<b>100,0%</b>

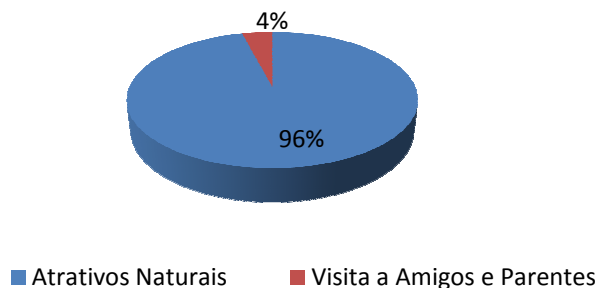
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Meio de Transporte Utilizado**

O transporte utilizado é o fluvial em 100% dos entrevistados.

• **Marco de Motivação**

Na análise do marco de motivação da viagem dos turistas que visitam o Município de Ponta de Pedras, a pesquisa revelou dois números importantes: 96% foram motivados pelos Atrativos Naturais e Ações Educativas, 4% para visitas a Parentes e Amigos conforme mostra o Gráfico 53.



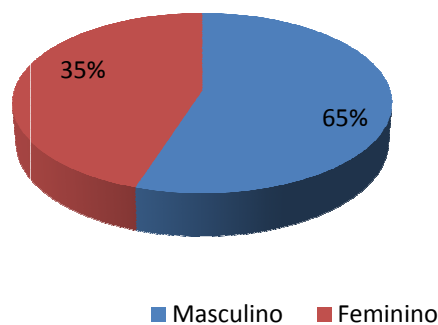
**Gráfico 53** – Marco de Motivação da Viagem de Turistas ao Município de Ponta de Pedras  
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Tipo de Alojamento Utilizado**

De acordo com o Gráfico 3, em relação ao **tipo de alojamento utilizado**, 42% dos entrevistados que viajaram ao Município de Ponta de Pedras se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes; 48% utilizaram alojamentos hoteleiros.

- **Distribuição Quanto ao Gênero**

Em relação à **distribuição de turistas por gênero**, em que foram considerados somente os turistas Desacompanhados. Assim, o Gráfico 54 mostra que, 65% do total das pessoas entrevistadas eram do sexo masculino e 35% eram do sexo feminino.

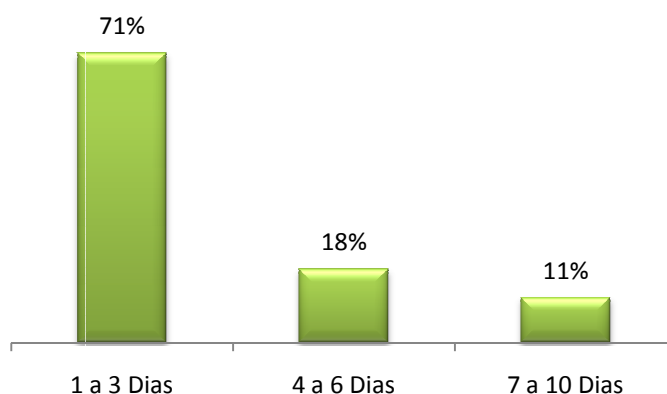


**Gráfico 54** – Distribuição quanto ao Gênero do Turista Desacompanhado no Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Estada Média**

A **permanência média** dos turistas entrevistados, segundo a pesquisa realizada, é de apenas 2 dias no Município de Ponta de Pedras, conforme apresenta o Gráfico 55.

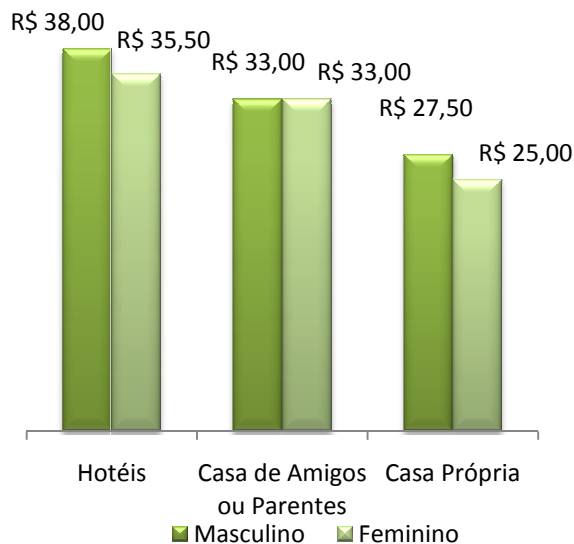


**Gráfico 55** – Período de Permanência dos Turistas no Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Gastos Médios**

Gráfico 56 observa-se que os visitantes do Sexo Masculino, hospedados em Hotéis, tiveram um gasto diário de R\$ 38,00, enquanto os que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes tiveram gasto de R\$ 33,00 e os que se hospedaram em Casa Própria despenderam diariamente apenas R\$ 27,50. Já os visitantes do Sexo Feminino que se hospedaram em Hotéis tiveram um gasto diário de R\$ 35,50 e as que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes tiveram gasto de R\$ 33,00 e os que se hospedaram em Casa Própria desembolsaram a quantia de R\$ 25,00.

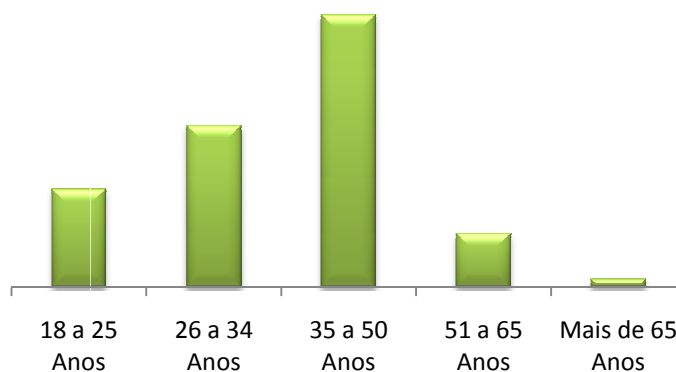


**Gráfico 56** – Gastos do Turista em relação ao Gênero X Meios de Hospedagem no Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Idade Média**

O Gráfico 57 mostra o resultado da pesquisa que indicou a idade média dos turistas que visitaram o Município de Ponta de Pedras no período pesquisado era de 37 anos, havendo uma maior concentração na faixa de 35 a 50 anos, que representou 45,8% dos entrevistados. Em seguida estava à faixa de 26 a 34 anos, que correspondeu a 27,2; e a faixa de 18 a 25 anos, com 16,5% do total.

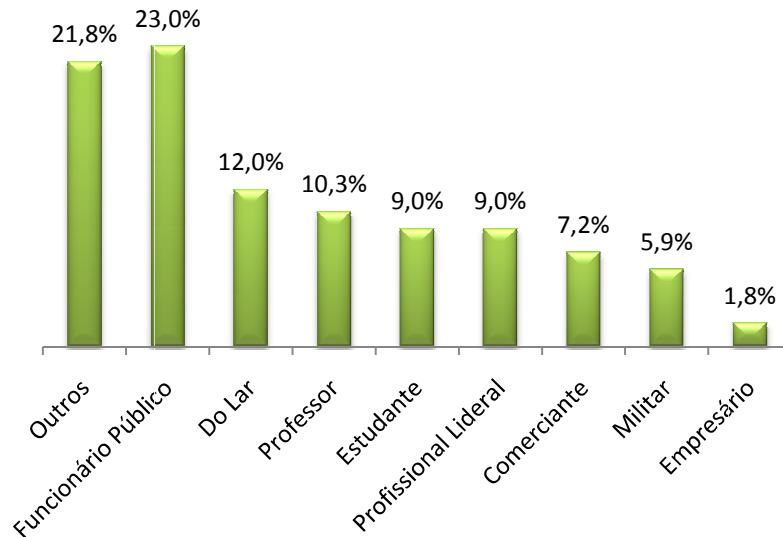


**Gráfico 57** – Distribuição da Faixa Etária dos Turistas que visitaram o Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Características Socioeconômicas**

As **características socioeconômicas** dos turistas que visitaram Ponta de Pedras são demonstradas no Gráfico 58, podendo constatar que os grupos profissionais mais representativos são: os Funcionários Públicos, com 22%; as do lar, com 11,0%; os Professores, com 9,3%; e os Estudantes com 8,5%.

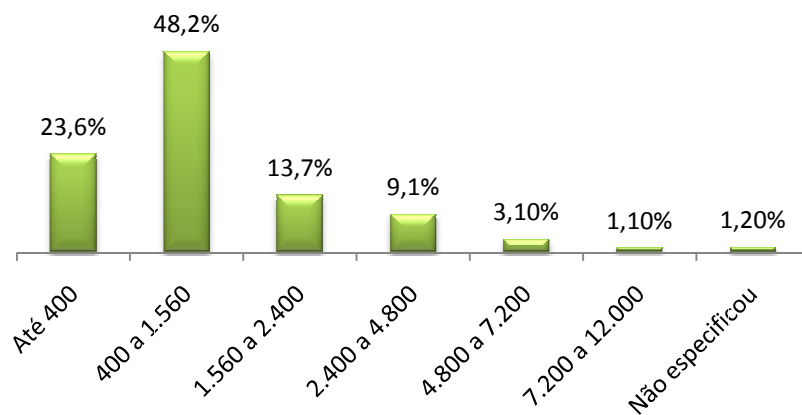


**Gráfico 58** – Características Socioeconômicas dos Turistas que Visitaram o Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Renda Bruta Mensal**

A **renda bruta mensal** dos visitantes está concentrada na faixa de R\$ 400,00 a R\$ 1.560,00 reais, expressa no percentual de 48,2%, conforme demonstra o Gráfico 59.

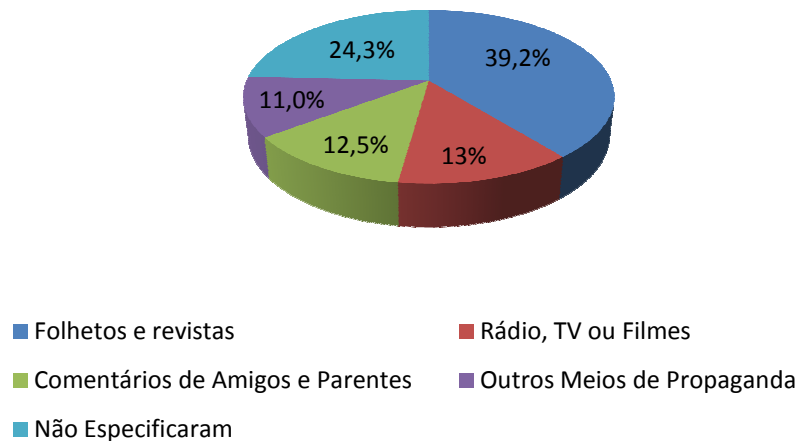


**Gráfico 59** – Renda Mensal Bruta dos Turistas do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Veículo de Propaganda de Influência**

O Gráfico 60 aponta o resultado da pesquisa realizada, demonstrando que **os veículos de propaganda** que mais influenciaram os turistas entrevistados a conhecerem Ponta de Pedras são: Folhetos e Revistas com um percentual de 39,20%; enquanto o Rádio, TV ou Filmes influenciaram apenas 13,0%; o Comentário de Amigos e Parentes outros 12,5%; Outros Meios de Propaganda 11,0% e Não Especificado corresponde a 24,3%.

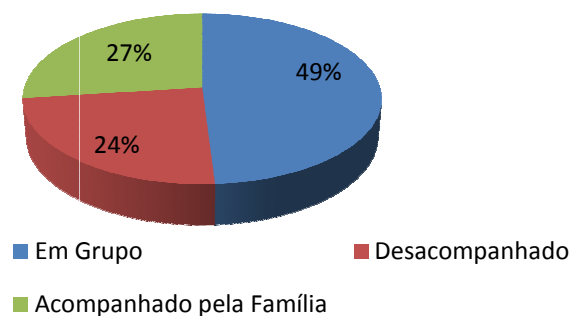


**Gráfico 60** – Veículo de Propaganda que Mais Influenciou os Turistas a Visitarem o Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Forma de Organização da Viagem**

Conforme disposto no Gráfico 61, que aponta a **forma de organização da viagem** dos turistas que visitaram Soure, 43,1% viajaram em Grupo; 23,7% Acompanhados pela Família; e 33,2% Sozinhos.

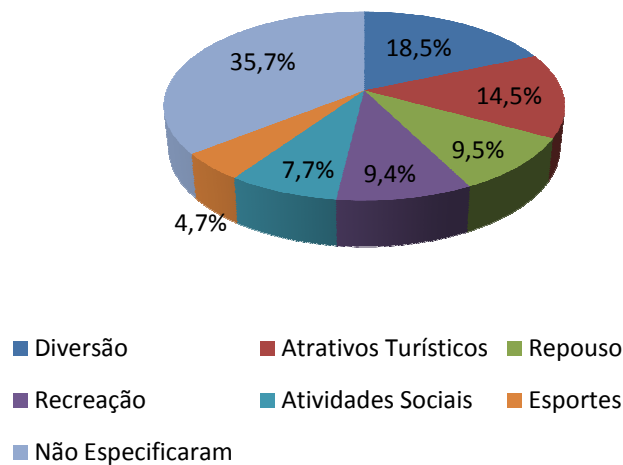


**Gráfico 61** – Forma de Organização da Viagem dos Turistas ao Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Tempo Livre**

O Gráfico 62 mostra às atividades que são realizadas no **tempo livre** pelos turistas, verifica-se que, 18,5% dos turistas aproveitaram o tempo livre em Diversão; 14,5% em Visitação aos Atrativos Turísticos; 9,5% em Repouso; 9,4% em Recreação; 7,7% em Atividades Sociais; e 4,7% Esportes e 35,7% dos entrevistados Não Especificaram como passam seu período livre no Município de Ponta de Pedras.

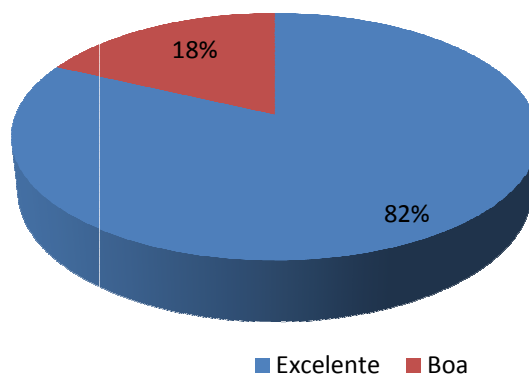


**Gráfico 62** – Atividades Realizadas no Tempo Livre pelos Turistas no Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

• **Acolhida da População Local**

O Gráfico 63 apresenta o resultado da pesquisa quanto à **acolhida da população local**, esta teve um bom desempenho, expresso pelos percentuais de 82,0% para Excelente e 18% para Boa, evidenciando que a população do Pólo é receptiva ao turismo, porém vale ressaltar que é necessário investir em capacitação profissional dessas pessoas.

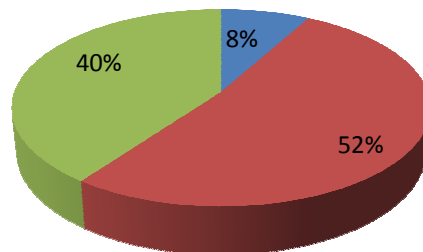


**Gráfico 63** – Grau de Satisfação em Relação à Acolhida da População Local no Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura - Transporte**

O Gráfico 64 apresenta o aspecto relacionado à **infraestrutura de transporte urbano** no Município de Ponta de Pedras onde 8% dos visitantes consideraram Boa; 52% Regular; e 40% Ruim. Estes índices apontados comprometem o desenvolvimento do turismo local.



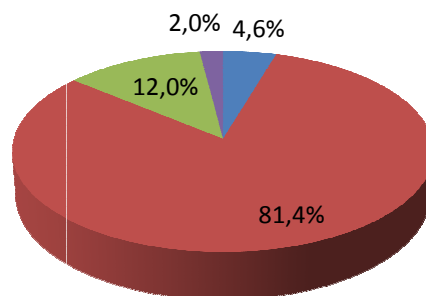
■ Boa ■ Regular ■ Ruim

**Gráfico 64** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Transporte do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Saneamento Básico**

Em relação ao **saneamento básico**, o Gráfico 65 mostra que 4,6% dos entrevistados apontaram como Regular; 81,4% dos turistas avaliaram como Ruim; 12% como Muito Ruim e 2% Não Souberam Opinar. A pesquisa revela que este item é um fator negativo para o desenvolvimento do Turismo no Pólo Marajó, fato que pode comprometer a saúde dos visitantes.



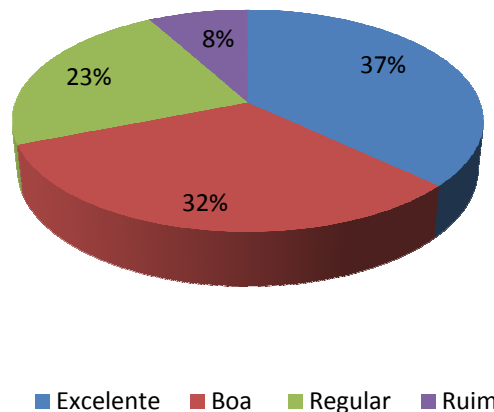
■ Regular ■ Ruim ■ Muito Ruim ■ Não Souberam Opinar

**Gráfico 65** – Grau de Satisfação em relação ao Saneamento Básico do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura - Segurança**

O Gráfico 66 mostra o resultado da pesquisa em relação à opinião dos turistas quanto à **infraestrutura de segurança**, apontando que com 37,0% dos visitantes consideraram Excelente; 32,0 % Boa; 23,0 % Regular; 8,0% Ruim.

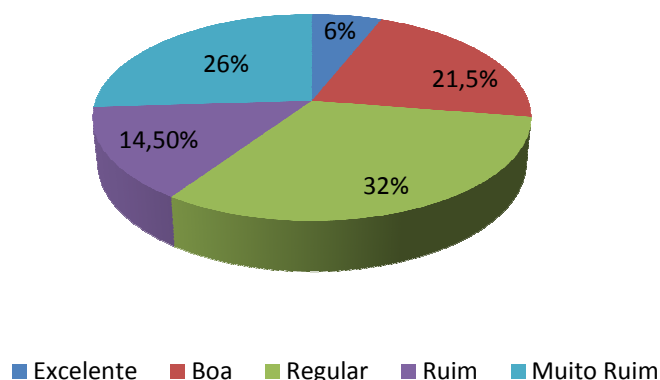


**Gráfico 66** – Grau de Satisfação em relação à Infraestrutura de Segurança do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Informação e Sinalização Turística**

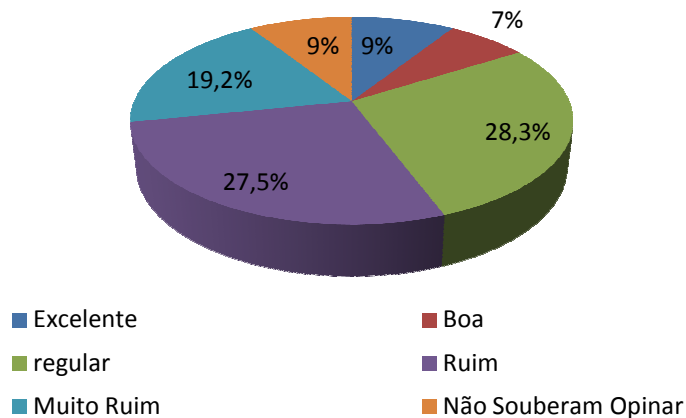
O Gráfico 67 indica a opinião dos visitantes com relação à **informação turística**, onde 6% dos entrevistados disseram ser Excelente; 21,5% apontam como Boa; 32% como Regular; 14,5% como Ruim; e 26% como Muito Ruim. Ressalta-se a necessidade de melhorar a informação turística para incrementar o turismo na região.



**Gráfico 67** – Grau de Satisfação em relação à Informação Turística do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Em relação à **sinalização turística**, de acordo com o Gráfico 68, foi considerado pelos entrevistados com Ruim para 27,5%; 19,2% como Muito Ruim; 28,3% como Regular; 7,0% como Boa; 9,0% como Excelente e 9,0% Não souberam opinar.

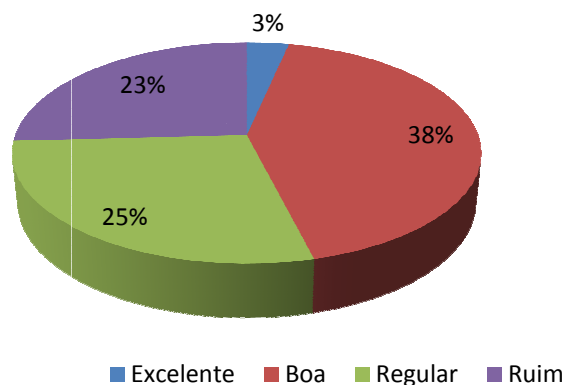


**Gráfico 68** – Grau de Satisfação em relação à Sinalização Turística do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Infraestrutura – Limpeza Urbana**

O Gráfico 69 mostra Os dados referentes à limpeza urbana no Município de Ponta de Pedras e indicam que 38% dos entrevistados avaliaram a qualidade da limpeza como Boa, enquanto 25% disseram ser Regular; 23% como Ruim; e 11% como Muito Ruim. O item Excelente aparece com apenas 3%. A pesquisa revela que o serviço de limpeza urbana no município deixa muito a desejar.

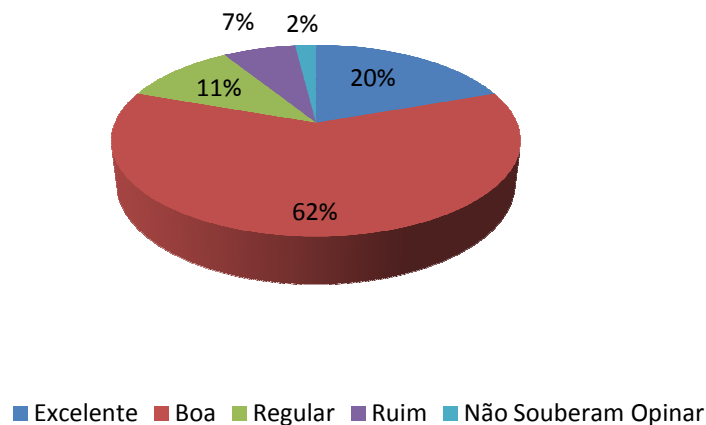


**Gráfico 69** – Infraestrutura - Limpeza Urbana do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Atrativos Turísticos – Gastronomia**

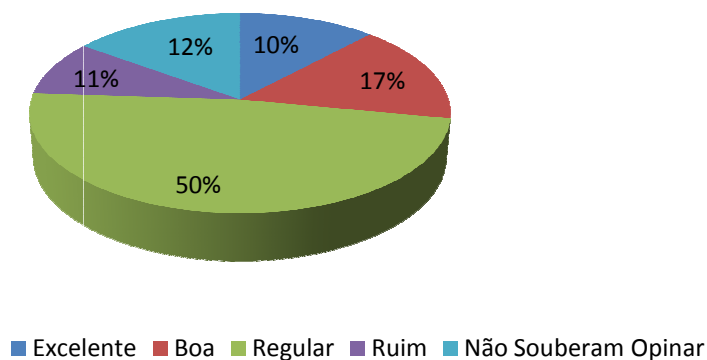
De acordo com o Gráfico 70 o atrativo turístico referente à **gastronomia** do Município de Ponta de Pedras agrada a maioria dos visitantes, confirmando a qualidade da gastronomia do local. A culinária, para a maioria dos visitantes foi considerada boa com um percentual de 62%. Os que consideraram de excelente qualidade com um percentual de 20%; Regular com 11%; Ruim com 7% e os que Não Souberam Opinar com 2%.



**Gráfico 70 – Atrativos Turísticos – Gastronomia do Município de Salvaterra**  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Atrativos Turísticos – Serviços Turísticos**

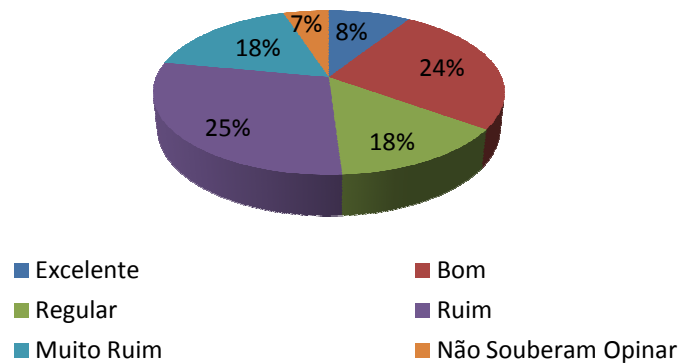
De acordo com o Gráfico 71, os dados referentes aos **serviços turísticos** do Município de Ponta de Pedras, foram avaliados como de Boa Qualidade com 17%; Excelente com 10%, Regular com 50%, Ruim com 11% e do total 12% Não Souberam Opinar. A pesquisa aponta para a Boa Qualidade dos serviços turísticos, porém percebe-se que os serviços turísticos necessitam de melhorias, bem como de capacitação para os prestadores dos referidos serviços.



**Gráfico 71 – Atrativo Turístico – Serviços Turísticos do Município de Ponta de Pedras**  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos**

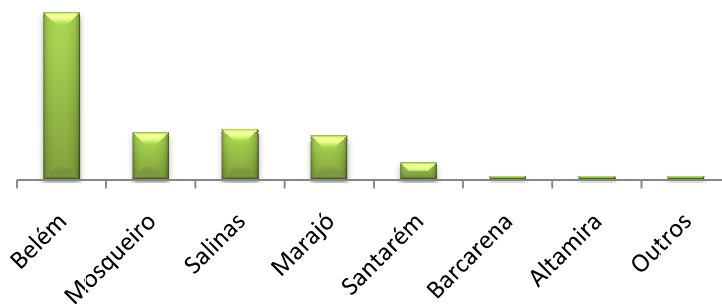
Em relação à qualidade dos monumentos históricos do Município de Ponta de Pedras, de acordo com o Gráfico 72, a pesquisa aponta que 8% consideraram Excelente; 24% responderam como sendo Bom; 18% como Regular; 25% como Ruim; 18% como Muito Ruim e 7% Não Souberam Opinar. Ressalta-se a necessidade de conservação e restauração de tais patrimônios históricos, arquitetônicos e culturais.



**Gráfico 72** - Atrativos Turísticos – Monumentos Históricos do Município de Ponta de Pedras  
 Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

- **Fluxo Quantitativo de Visitantes do Pólo Marajó**

De acordo com o estudo “Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Região do Marajó” realizado em 2007, chegou-se a conclusão que apenas 13% dos turistas que visitam o Pará têm como destino a Ilha de Marajó, como mostra o Gráfico 73.



**Gráfico 73** - Principais Destinos Visitados no Pará (%)  
 Fonte: Pesquisa THR

A Tabela 37 mostra o fluxo turístico de passageiros dos vôos domésticos e internacionais no Aeroporto Internacional de Belém, *Val-de-Cans*, período de 1995 a 2008. Os dados obtidos junto à Paratur são de 1995 a 2003, já quanto ao período de 2004 a 2008, estes foram fornecidos pela Empresa Brasileira em Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Desta forma, é possível observar a análise da evolução anual (alta estação) do Município de Belém dos vôos domésticos e internacionais.

**Tabela 37 – Principais Pólos Nacionais Emissores de Turistas em Visita a cidade de Belém**

Estados/ Países	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
<b>Nacional</b>		
Pará	142.490	33,4%
Amazonas	52.047	12,2%
São Paulo	38.822	9,1%
Amapá	37.116	8,7%
Minas Gerais	29.436	6,9%
Paraná	29.010	6,8%
Ceará	22.184	5,2%
Maranhão	18.771	4,4%
Rio de Janeiro	18.344	4,3%
Distrito Federal	18.344	4,3%
Outros	20.051	4,7%
Subtotal	426.615	100,0%
<b>Internacionais</b>		
França	6.160	14,6%
EUA	5.401	12,8%
Itália	3.418	8,1%
Alemanha	2.489	5,9%
Argentina	2.194	5,2%
Espanha	2.025	4,8%
Japão	1.350	3,2%
Outros	19.156	45,4%
Subtotal	42.193	100,0%
<b>Total</b>	<b>468.808</b>	

Fonte: Paratur. Pesquisa de Demanda. FNRH e BOH-Boletins de Ocupação Hoteleira. 2008.

Portanto conclui-se que no ano de 2008 o fluxo de turistas para o Pólo Marajó foi cerca de 60.945 visitantes.

**Conclusão:** Na pesquisa de receptivo foi constatado que dos turistas entrevistados no principal portão de saída do município, destaca-se o estado do Pará com a principal procedência de visitantes, seguida do estado de São Paulo, Amapá, Minas Gerais e na procedência internacional, a pesquisa identificou como destaque os países como França e Estados Unidos. O transporte utilizado é o fluvial em 100% dos entrevistados. A motivação dos turistas foi determinada pela vontade em conhecer os atrativos naturais do local e pelas ações educativas. Em relação ao tipo de alojamento utilizado, dos entrevistados que viajaram o município de Ponta de pedras relatam que se hospedaram em Casa de Amigos e Parentes pelas deficiências apresentadas e o número reduzido e precário nos meios de hospedagem. Nas características socioeconômicas dos turistas que visitaram o Pólo pode-se constatar que os grupos profissionais mais representativos são: os Funcionários Públicos; as do lar, os Professores e os Estudantes, A renda bruta mensal dos visitantes está concentrada na faixa de R\$ 400,00 a R\$ 1.560,00 reais. Os turistas apontaram deficiências em relação ao saneamento básico, o abastecimento de água, a segurança, a limpeza urbana e ressaltaram a hospitalidade da população com os visitantes. Percebe-se que o Município de Ponta de Pedras apresenta um pequeno fluxo turístico atualmente,

porém com investimentos em estratégias de ação, pode-se alavancar o turismo em bases sustentável e melhorar a qualidade de vida da população local.

### **b) Indicação dos Tipos e Grupos de Turistas que se Espera Atrair para a Área e Investimentos Necessários para o Desenvolvimento**

Neste item será feita a indicação dos tipos e grupos de turistas que se **pretende atrair para a área turística**, levando em consideração as suas potencialidades (produtos e atrativos), e os investimentos necessários ao seu adequado desenvolvimento.

Os turistas podem ser atraídos para o Pólo Marajó em virtude das potencialidades dos produtos e atrativos locais que favorecem a realização de Ecoturismo, destaca-se no Pólo: A Área de Proteção Ambiental - APA do Marajó, os recursos naturais, como a flora e a fauna, com as frutas regionais e as espécies animais, a imensidão dos rios, a exuberância da floresta, o clima, as praias de água doce e os furos; e os recursos culturais dentre eles as danças regionais e as manifestações populares; monumentos históricos e a rica e saborosa gastronomia paraense.

De acordo com as pesquisas da Paratur em uma série histórica de 1993 a 2008, os turistas locais, nacionais e internacionais que mais visitam o Pólo Marajó já são identificados e se conhece a característica do seu perfil. Por este motivo decidiu-se trabalhar estes mercados emissores para maior captação de turista.

Espera-se atrair os visitantes domésticos provenientes do sudeste do Brasil (como os residentes em São Paulo e Rio de Janeiro), do Nordeste (como os do Ceará e do Maranhão) e do Norte (especialmente do Estado do Amazonas). Os produtos de turismo dos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, se bem formatado, poderão ser competitivo em nível internacional e gerar visita de europeus (como os provenientes da França e de Portugal), asiáticos (por exemplo, Japão) e visitantes oriundos dos Estados Unidos. A posição geográfica do Estado do Pará em relação à América do Sul favorece a visita, pois se situa próximo de muitos dos locais citados. Visa-se alcançar não só aquele turista que vai a busca de turismo de aventura e de **ecoturismo**, mas aquele também que vai a busca de **turismo de sol e praia** e de **turismo cultural**. Para o Pólo Marajó o turismo que deve ser estimulado é o **turismo cultural, o ecoturismo e o turismo rural**.

Em relação aos investimentos necessários para o adequado desenvolvimento do Pólo Belém aponta-se: Investimentos em infraestrutura, qualificação dos profissionais e empresários que compõem o trade turístico; Investimentos em Fortalecimento da Gestão do Turismo no Pólo; Investimentos para Fortalecer a Gestão Ambiental, criar novas Unidades de Conservação e Plano de Manejo; Investir em Infraestrutura Básica e de Serviços é de fundamental importância;

Ressaltam-se como investimento em todo o Pólo Marajó os intercâmbios culturais com Instituições de Ensino, nacionais e internacionais, tendo com objetivo ensinar para os estudantes sobre a riqueza da flora e da fauna da região amazônica, a cultura proveniente dos índios, a diversidade do ecossistema, os rios, as praias de água doce, os igarapés, os furos o folclore, as danças regionais e a típica gastronomia.

## **5.2 Gastos Turísticos**

### **a) Volume e Evolução do Gasto por turista na Área Turística**

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Para a análise dos gastos turísticos levou-se em consideração a pesquisa de receptivo nos Pólos Turísticos do Pará, uma análise da estrutura dos resultados disponíveis sobre a demanda turística atual e também as especificidades da área, realizada pela Paratur, em julho de 2008. No Pólo Marajó foi realizada pesquisa com aplicação de **400 questionários** no portão de saída no município de Soure.

A referida pesquisa identificou a permanência média, o gasto total, o gasto per capita, o gasto per capita diário no Pólo Marajó comparado ao Brasil.

A pesquisa concluiu que o gasto médio *per capita* das viagens com destino ao Pólo Marajó é em torno de R\$ 346,00, considerado um pouco mais elevado que o gasto das viagens para outros locais do Brasil, que fica em torno de R\$ 328,00. O fato se deve aos fatores distância e custo elevado das passagens para se chegar ao Pólo Marajó.

O Quadro 36 mostra a permanência média e os gastos totais, *per capita* e diário dos turistas que visitam o Pólo Marajó comparada com os dados nacionais.

Permanência e Gastos	Pólo Marajó	Brasil
Permanência media	9 dias	9,1 dias
Gasto total	R\$ 961,00	R\$ 856,00
Gasto per capita	R\$ 346,00	R\$ 328,00
Gasto per capita diário	R\$ 38,4	R\$ 37,00

**Quadro 36** - Permanência Média e os Gastos Totais, *per capita* e Diário.

Fonte: Ministério do Turismo, Paratur, 2009.

O Quadro 37 mostra a Distribuição dos Gastos por item para visitar o Pólo Marajó, comparada com os dados nacionais.

Distribuição dos Gastos por Item	Pólo Marajó	Brasil
Transporte de acesso	45,8%	33,0%
Hospedagem	10,7%	15,8%
Alimentação	18,3%	22,9%
Compras pessoais	14,5%	13,6%
Outros	10,7%	14,7%

**Quadro 37** - Distribuição dos Gastos por item.

Fonte: Ministério do Turismo, Paratur, 2009.

O Quadro 38 mostra os percentuais dos gastos dos turistas nos Meios de Transporte para visitar o Pólo Marajó, comparados com os dados nacionais. Percebe-se que o meio de transporte mais utilizado no Pólo é o navio ou barco, diferente do restante do país, onde se utiliza mais o carro. O alto porcentual dos gastos em transporte de acesso se deve ao fato do preço elevado da passagem aérea para se chegar ao município de Belém, e então partir de barco para o Pólo Marajó.

Meios de Transporte	Pólo Marajó	Brasil
Ônibus de linha	-	25,5%
Carro	12,0%	45,7%
Avião	1,0%	12,1%
Navio ou barco	71,0%	0,6%
Outros	12,0%	16,1%

**Quadro 38** - Percentuais dos Gastos dos Turistas nos Meios de Transporte.

Fonte: Ministério do Turismo, Paratur, 2008.

O Quadro 39 mostra os percentuais dos gastos dos turistas nos Meios de Hospedagem para visitar o Pólo Marajó, comparados com os dados nacionais. O meio de hospedagem no Pólo, mais utilizado é a casa de amigos e parentes, seguida de imóvel próprio ou alugada. A hospedagem comercial representa muito pouco nos gastos turísticos, por ser a região dotada de poucos hotéis.

Meio de Hospedagem	Pólo Marajó	Brasil
Casa de amigos/parentes	67,5%	60,2%
Hospedagem comercial	9,2%	27,6%
Imóvel próprio	21,4%	4,3%
Imóvel alugado		6,4%
Outros	1,9%	1,5%

**Quadro 39** - Percentuais dos Gastos dos Turistas nos Meios de Hospedagem.

Fonte: Ministério do Turismo, Paratur, 2009.

### b) Magnitude dos Gastos Turísticos

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, o setor de turismo vem apresentando uma maior resistência à crise, mais que outros setores. No primeiro semestre de 2008 houve um crescimento mundial de 6% nas viagens, já no segundo semestre do mesmo ano, com a instauração da crise econômica, ocorreu uma queda de 2% neste setor. Dados preliminares relacionados ao primeiro bimestre de 2009 mostram uma queda de 8% no movimento de turistas internacionais em relação ao mesmo período de 2008. (IPEA; EMBRATUR, 2008).

O que torna preocupante, porém, é o déficit na balança brasileira de turismo. Em 2008, ingressaram no país US\$ 5,78 bilhões pela conta de turismo, enquanto os brasileiros gastaram um montante de US\$10,96 bilhões em viagens ao exterior. Este é um quadro considerado preocupante para a balança do turismo interno, uma verdadeira demonstração de perda de competitividade.

O Ministério do Turismo – MTur declara que os turistas internacionais gastaram um montante de US\$ 2,164 bilhões no Brasil entre os meses de janeiro e maio de 2009, contra US\$ 2,473 bilhões no mesmo período de 2008. Na mesma comparação, os gastos de brasileiros em viagens ao exterior caíram de US\$ 4,487 bilhões para US\$ 3,476 bilhões. Os motivos para as despesas foram a queda na renda dos brasileiros com a desaceleração da economia e a desvalorização do real diante do dólar.

Os dados do Banco Central do Brasil de 2008 revelam que a despesa turística dos turistas internacionais no Brasil atingiu um novo recorde, tendo registrado 3,8 milhões de euros, ultrapassado em 216 milhões de euros o total de 2007. O desempenho pode ser considerado positivo, sendo ultrapassada a barreira dos 3,6 mil milhões de euros, um recorde histórico para o país.

O MTur desenvolve uma campanha para incentivar os brasileiros a viajar pelo Brasil, numa aas pesquisas apontam uma queda de quase 40% por parte dos brasileiros nas viagens realizadas para o exterior no mesmo período de tempo. Este resultado confirma uma tendência de equilíbrio, em médio prazo, na balança do turismo, e representa também uma grande oportunidade para fortalecer o mercado interno.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

O faturamento turístico no Estado do Pará no ano de 2007 foi de R\$ 781 milhões e no ano de 2008 foi de R\$ 841 milhões, ocorrendo uma variação percentual, com base no ano de 2006, equivalente a 7,68%. Naquele ano de 2007, o turismo no estado contribuiu com uma participação de 2,6% do Produto Interno Bruto – PIB e em 2008, a participação foi de 2,79%. (PARATUR, 2008).

Convém informar que os principais indicadores que evidenciam o novo perfil econômico estão relacionados aos resultados do PIB, à evolução da produção industrial, expansão do consumo de energia elétrica industrial, produção agrícola, comércio e manutenção do bom desempenho das exportações. Desempenho, sobretudo, da indústria extrativa mineral, como o ferro e o manganês. Outras atividades, como a celulose, papel e a metalurgia básica apresentam destaque. O setor agropecuário, responsável por 24,5% do valor adicionado no estado, torna a agropecuária como geradora da quarta parte do PIB no Pará.

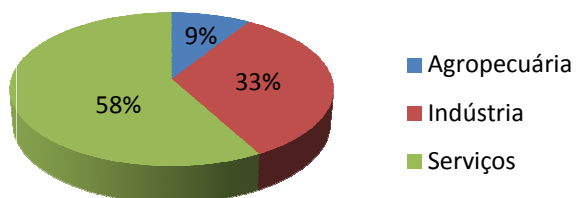
O Quadro 40, sobre a composição do PIB do Estado do Pará, aponta que houve influência dos setores de Serviços, Indústria e Utilidade Pública, Transporte e Armazenamento, Comércio, Alojamento e Alimentação, Aluguel, Comunicação etc. O Turismo é uma atividade que permeia inúmeras delas, não atuando isoladamente. Percebe-se que a geração de receita local cresce com a atividade turística, gerando uma rápida injeção de divisas que supõem o gasto turístico e os investimentos que apresentam efeitos significativos – geralmente com economias mais diversificadas – contribuindo assim, com as divisas necessárias para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Item	Descrição / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
1	Agropecuário	375	395	459	506	564
2	Serviço, Indústria de Util. Pública	14	17	24	39	43
3	Transporte e Armazenamento	45	67	85	115	130
4	Comércio	95	98	105	151	166
5	Construção Civil	95	115	134	196	218
6	Alojamento e Alimentação	15	19	25	38	44
7	Aluguel	104	110	114	129	132
8	Comunicação	60	71	94	123	141
9	Saúde e Educação	37	48	56	67	76
10	Serv. Domésticos	12	18	29	41	48
11	Comunicação	60	71	94	123	141

**Quadro 40** – Composição do PIB do Estado do Pará a Preço de Mercado (em R\$ 1 milhão).  
Fonte: IBGE, 2008; SEPOF/DIEPI/GEDE, 2008; CEAMA, 2008.

A Paratur, nos últimos três anos, no segmento de atividade turística, investiu R\$700.000,00 em pesquisas de demanda dos visitantes nas altas e baixas estações seguindo as normas e orientações adotadas pela Organização Mundial de Turismo – OMT, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, por meio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e do Departamento de Pesquisa do Ministério do Turismo – MTur, reforçando a importância dos estudos que demonstram as diferenças de atrativos turísticos e culturais e no desenvolvimento de um sistema *on-line* de registro de hóspedes no Estado do Pará, além de pesquisas específicas acerca dos eventos Sairé e Círio de Nazaré, os maiores da localidade. As pesquisas confirmam a diversidade e importância que os Pólos paraenses apresentam, possuindo, cada um, suas particularidades. Espera-se o reforço da diversificação da oferta turística, com forte aposta na combinação da inovação com outros ramos de atividade.

O Gráfico 74 compara os gastos turísticos em relação aos outros setores de consumo, apresentando um percentual de 58%. Vale ressaltar que o turismo está sendo analisado em relação à atividade de serviço como um todo, e não isoladamente.

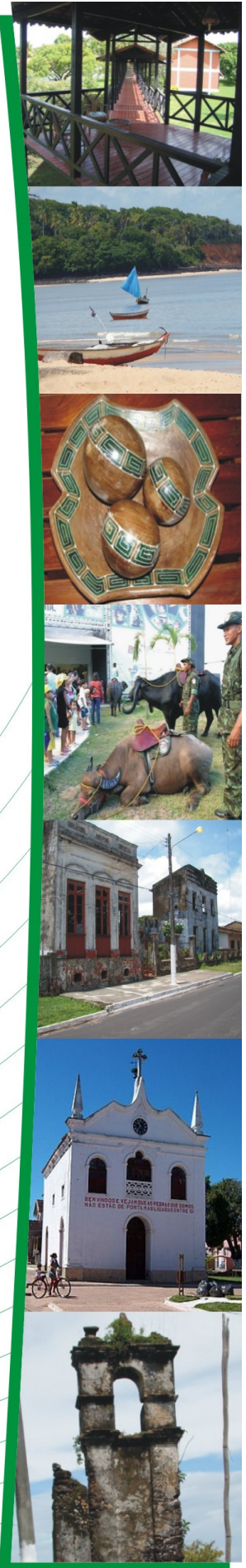


**Gráfico 74** – Gastos por Setores – Estado do Pará, 2004

Fonte: NUP/Paratur, 2004.

Segundo a Paratur, em janeiro de 2009, US\$ 492 milhões ingressaram na economia do país por meio dos gastos de turistas internacionais. O valor é 17,3% menor do que o registrado no mesmo período de 2008, quando a entrada de divisas foi de US\$ 595 milhões. Mesmo assim, é o segundo melhor da série histórica no mês de janeiro desde 1969.

**Concorrência**



### 6 CONCORRÊNCIA

#### a) Identificação dos Principais Competidores (Por Produtos e Mercados) e Posição Competitiva Relativa

Neste item abordam-se os principais segmentos definidos como prioritários a serem trabalhados no Pólo Marajó, seus principais competidores nacionais e internacionais e são também apontados alguns estudos que comprovam os dados apresentados.

O Quadro 41 mostra os segmentos prioritários a serem trabalhados no Pólo Marajó.

Pólo Marajó	Segmentos Definidos Como Prioritários
Soure	Cultural
Salvaterra	Ecoturismo
Ponta de Pedra	Turismo Rural Sol e Praia

**Quadro 41** – Pólo Marajó - Segmentos Prioritários

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

#### Concorrentes Nacionais

Após a definição dos segmentos a serem trabalhados no Pólo Marajó são identificados no Quadro 42 **os principais concorrentes nacionais e os seus respectivos segmentos turísticos**.

Potenciais Competidores Nacionais	Segmentos Turísticos
Manaus	Ecoturismo Náutico Pesca Esportiva Cultural
Ceará	Sol e Praia Náutico
Mato Grosso do Sul (Pantanal)	Ecoturismo
Pernambuco (Fernando de Noronha)	Sol e Praia Ecoturismo
Rio de Janeiro	Sol e Praia
Paraná (Foz do Iguaçu)	Ecoturismo
Maranhão (Lençóis Maranhenses)	Sol e Praia
Bahia (Chapada Diamantina)	Ecoturismo Sol e Praia

**Quadro 42** – Pólo Marajó - Potenciais Competidores Nacionais e os Segmentos Turísticos

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Alguns **Estudos de Mercado Nacional** demonstram os dados apresentados no Quadro 36 apresentando os principais concorrentes do Pólo Marajó. No Estudo de “Expectativa de Demanda para o Pólo Marajó” realizado pelo Sebrae/Petrocchi em 2008, foi identificado como **principais emissores do mercado nacional** estão São Paulo (27,7%), com maior fluxo no período de alta estação tendo por maior motivação a visita à capital paraense, a realização de negócios e eventos, aspectos culturais e práticas de ecoturismo. O segmento de negócios e eventos tem influenciado a vinda até Belém da maioria dos visitantes do sexo masculino (52,2%), com idade entre 35 a 49 anos. O meio de transporte aéreo é o mais

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

utilizado. Estes turistas aproveitam para conhecer a ilha de Marajó durante sua permanência em Belém.

O Pólo Marajó poderá aproveitar a demanda espontânea para Belém, portão de entrada da região, criando oportunidades para promoção de produtos relacionados aos segmentos culturais e de ecoturismo junto aos pólos emissores, estimulando o aumento da permanência média do turista no Estado, inclusive nos finais de semana.

**Tabela 38** – Elementos Prioritários detectados no Estudo de Expectativa de Demanda e maiores concorrentes do Pólo Marajó.

Demanda Nacional e Ocorrência por Elemento: Mercado Nacional		
Estados	Elementos	Concorrentes
São Paulo	Navegação nos rios Praias de rios Artesanato Floresta Cidades Negócio e Eventos Comida típica Cultura indígena	Manaus, Pantanal Matogrossense, Fernando de Noronha
Ceará	Navegação nos rios Praias de rios Artesanato Floresta Cidades Negócio e Eventos Comida típica Cultura indígena	Manaus, Pantanal Matogrossense, Fernando de Noronha
Rio de Janeiro	Navegação nos rios Praias de rios Artesanato Floresta Cidades Negócio e Eventos Comida típica Cultura indígena	Manaus, Pantanal Matogrossense, Fernando de Noronha
Rio Grande do Sul	Navegação nos rios Praias de rios Artesanato Floresta Cidades Negócio e Eventos Comida típica Cultura indígena	Manaus, Pantanal Matogrossense, Fernando de Noronha

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

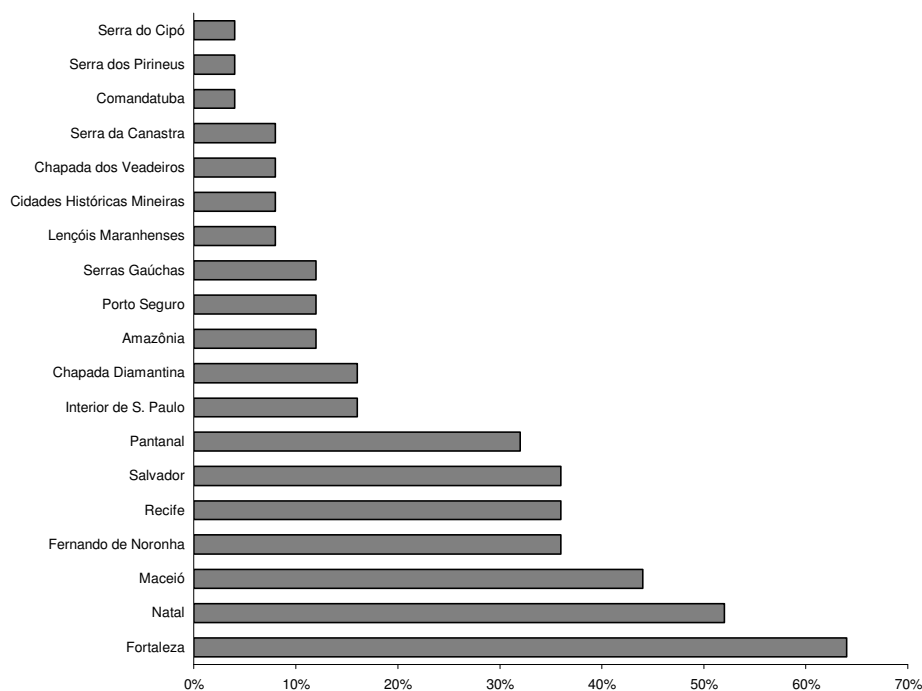
Considerando a chegada de visitantes para o estado, a referida pesquisa mostra que o segmento de lazer constitui 20% do fluxo de turistas para o estado, segmento que nas

pesquisas está relacionado aos atrativos ecoturísticos e correlatos, ou seja, volta-se às visitas às áreas de floresta (principalmente Unidades de Conservação), as praias, rios e igarapés. Os elementos culturais, também são definidos na pesquisa com grande potencial atrativo, principalmente no que se refere às culturas tradicionais, a gastronomia, festas tradicionais, artesanato e arqueologia, quando utilizados de forma complementar a oferta de atrativos naturais, segmentos de forte apelo no Pólo Marajó.

Alguns destes dados já haviam sido detectados pelas pesquisas realizadas pelo PROECOTUR em 2006, no levantamento direto de hábitos de turismo e viagens dos brasileiros, por meio de uma amostra planejada de 37 mil domicílios, distribuídos em todo o território nacional. Na sua maior parte, a aplicação dos questionários da pesquisa foi realizada nos dois primeiros meses deste ano, com perguntas relacionadas com as viagens ocorridas nos últimos 12 meses, configurando assim as viagens realizadas ao longo do ano de 2005.

No Estudo “Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará” realizado pelo THR – Internacional, 2000, por sua vez, desenvolvido junto aos maiores operadores turísticos emissivos do eixo São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais. A mesma foi baseada em entrevistas pessoais com os proprietários e/ou diretores das operadoras, buscou-se identificar as principais questões relacionadas com a promoção e comercialização dos produtos turísticos paraenses.

O resultado da Pesquisa é apontado no Gráfico 101, os operadores indicaram, como principais concorrentes do Pará, os seguintes destinos: Manaus/Selva Amazônica; Pantanal; Fernando de Noronha; Lençóis Maranhenses; Bonito; Chapada Diamantina; Ilha do Caju; Foz do Iguaçu; São Luís; e Jericoacoara. Os **produtos** mais vendidos por estas operadoras relacionavam-se a **sol e praia**, porém, um grande percentual dessas operadoras já estava vendendo produtos voltados ao **ecoturismo**.



**Gráfico 75** – Principais Destinos Brasileiros Vendidos pelas Operadoras Nacionais.

Fonte: Pesquisa THR, 2000.

Realizou-se a pesquisa de concorrência doméstica, levando em conta a demanda dos atrativos naturais e atividades similares às desenvolvidas na Amazônia Legal.

Na análise frente aos competidores os estudos apontam que dentre os que mais se destacam são: Manaus, São Luiz, Mato Grosso do Sul, Fernando de Noronha e Fortaleza, considerados como os maiores competidores, por suas características semelhantes e aspectos geográficos e naturais mais acessíveis, caso este, podem ser observados na Tabela 31 probabilidade de o turista avistar mais animais do que na Floresta e o percurso de chegada ser menos complicado. Apesar de, os preços serem mais elevados e sofrer conseqüências de fenômenos naturais, como as secas que transformam a paisagem exuberante.

A Chapada Diamantina comercializa o ecoturismo em seus pacotes, através de serra, cânions, cachoeiras, morros e grutas, como principais produtos de divulgação. Além do acesso mais facilitado, se comparado à Amazônia. Porém, não disponibiliza oferta hoteleira qualificada e em quantidade suficiente para abastecer a demanda de intenção.

Ainda, nesse aspecto são colocadas destinações que, não possuem tanta notoriedade, mas que dividem as atenções pelas características similares, são eles: Chapada dos Veadeiros (GO), Serra da Mantiqueira (diversos municípios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), Aparados da Serra (RS), Serra dos Órgãos (RJ) e Vale do Ribeira (SP).

Vale considerar os concorrentes nacionais que não possuem como carro-chefe do turismo, o segmento de natureza e ecoturismo. Mas que contém pontos importantes para a tomada de decisão do turista e a motivação em fechar sua viagem.

Aparecem como principais indutores Fernando de Noronha (PE), que relaciona o turismo com uma imagem responsável à conservação ambiental, além da força da beleza natural que é apresentada em seus pacotes. Como desvantagem do arquipélago tem a baixa capacidade de carga turística, que limita e burocratiza a permanência do visitante.

Foz do Iguaçu (PR) apresenta o turismo de aventura, como seu principal atrativo, além de atividades como, caminhadas por trilhas, rapel, *rafting* e passeio de barco. Seus pontos fortes mostram as Cataratas, a facilidade de acesso, a infraestrutura turística e os preços oferecidos em agências.

Dentre outras, temos Abrolhos (BA), Ilha Grande (RJ) e Lençóis Maranhenses (MA), que possuem características marcantes e que atraem muitos turistas por suas paisagens paradisíacas e exuberantes.

Sem deixar de fora o litoral do Nordeste brasileiro, que desenvolve o turismo de sol e praia, neste sentido, é concorrente da Amazônia na medida em que é escolhido como destino de uma soma considerável de turistas. Atrair uma parcela destes turistas para a Amazônia dependerá de mudanças estruturais nas características do produto oferecido pela Amazônia e, também, no interesse dos turistas, segundo pesquisa.

Ainda destaca que, desta forma, a principal vantagem turística do Nordeste é à força do segmento, onde são ofertados praias e clima ensolarado, além da hospitalidade da população local, a infraestrutura receptiva já consolidada em muitos locais, as eficientes ações de informação e promoção turística, os preços e a diversidade de atrativos culturais. Apesar da violência e do turismo de massa serem pontos negativos para o destino.

Observa-se que a Amazônia tem grande potencial para crescer turisticamente. Necessita de uma reorganização, qualificação profissional e de se trabalhar a combinação de destinos, como estratégia de comercialização e promoção do destino, vendo a Amazônia como um produto único e vinculando os segmentos para abastecer a necessidade dos turistas.

### **Concorrentes Internacionais**

Após a definição dos segmentos a serem trabalhados no Pólo Marajó são identificados no Quadro 43 **os principais concorrentes internacionais e os seus respectivos segmentos turísticos**.

Potenciais Competidores Internacionais	Segmentos Turísticos Trabalhados no Pólo Marajó
Costa Rica	Cultural Sol e Praia Ecoturismo Sol e Praia
Venezuela	Cultural Ecoturismo Sol e Praia
Peru	Cultural Ecoturismo Sol e Praia
Equador	Cultural Ecoturismo (unidades de conservação) Sol e Praia
Austrália	Cultural Ecoturismo Sol e praia

**Quadro 43** – Pólo Marajó - Potenciais Competidores Internacionais e os Segmentos Turísticos

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

Em relação aos **principais emissores do mercado internacional**, a França e os Estados Unidos destacam-se com altíssima prioridade, e sua participação é relevante no quadro de visitação estrangeira no Estado do Pará.

Nas pesquisas realizadas pelos estudos do “PROECOTUR” com 66 operadoras de 11 países, que apresentam como mercados prioritários de viagens para a Amazônia Legal, EUA, França, Alemanha, classificados como mercados de altíssima prioridade. Ao examinar os pontos fortes e fracos da região, identificou-se potencial bruto e inexplorado do ecoturismo na Amazônia Legal. O Quadro 24 apresenta 14 elementos considerados prioritários pela demanda dos visitantes da região.

A Paratur vem confirmar estes dados do Proecotur, numa pesquisa realizada em 2008, que identifica no Estado do Pará, a França e EUA como os maiores emissores, ficando a Itália e Alemanha em 3º e 4º lugar no *ranking*. Já para o Petrocchi, Portugal entra na lista como um dos maiores emissores de turista para o Pólo Marajó.

A região tem como principais competidores diretos a esses mercados, países da América Latina, como Costa Rica, Venezuela, Peru e Equador. Os concorrentes estão representados na Tabela 39 por elementos de interesse aos principais mercados emissores (detalhados no Quadro 24), onde se verifica que a Amazônia é uma região com grande apelo internacional, tendo sua paisagem presente no imaginário do mercado, relacionada às condições ambientais planetárias.

**Tabela 39** – Elementos Prioritários detectados no Estudo de Expectativa de Demanda para a Região

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Demanda Internacional e Ocorrência por Elemento: Mercado Internacional		
Países	Elementos	Concorrentes
França/Portugal	Experiências com a comunidade Experiências com a natureza Hotéis de Selva Barco Hotel Cruzeiros Unidade de Conservação Patrimônio Histórico e Cultural Cidades Sol e praia	Equador, Peru, Venezuela e Costa Rica
Estados Unidos	Experiências com a comunidade Experiências com a natureza Barco Hotel Pesca Unidade de Conservação Patrimônio Histórico e Cultural Cidades	Costa Rica, Panamá, Equador, Peru e destinos norte americanos
Itália	Experiências com a comunidade Experiências com a natureza Hotéis de Selva Pesca Observação de pássaros Cruzeiros Unidade de Conservação Patrimônio Histórico e Cultural Cidades Sol e praia	Austrália, Laos, Vietnam, Malásia, Borneo, África, Costa Rica, Venezuela, Peru e Colômbia
Alemanha	Experiências com a comunidade Experiências com a natureza Barco Hotel Unidade de Conservação Cidades Sol e praia	Peru, Equador e Bolívia

Fonte: PROECOTUR, 2006.

Sob uma análise emoldurada em classificações obtidas por estudo realizados por meio do trade internacional, através de dados coletados no “Fórum Econômico Mundial”, do *WTM – Word Travel Monitor* e da OMT – Organização Mundial do Turismo. Esse levantamento teve como base o perfil de oferta dos mercados internacionais que se assemelham aos da Amazônia Legal: prioritariamente o turismo de natureza e o ecoturismo.

O *TTCI - Travel and Tourism Competitiveness Index* vê os recursos naturais e culturais como fator relevante na competição e na oferta de destinos turísticos. São considerados neste estudo: os sítios reconhecidos como dos Patrimônios Natural e Cultural da Humanidade – UNESCO; a qualidade do meio ambiente; a riqueza da fauna; o percentual de áreas conservadas e; a participação em feiras e exposições.

Na análise frente aos competidores os estudos apontam que dentre os que mais se destacam dentre os países concorrentes são o Peru, o Equador e a Venezuela na América do Sul, a Costa Rica na América Central, e a Namíbia na África. Segundo entrevista no *trade* internacional, “os produtos turísticos oferecidos para o Peru e da Venezuela são quase similares quando se trata do “produto floresta” enquanto que, aqueles do Equador e da Namíbia oferecem como atrativos a vida selvagem diferenciada e parques nacionais específicos, como o de Galápagos e de Etosha, respectivamente.”

Com características peculiares a Amazônia Legal, percebe-se que esses países citados emergem diferencial na competição na atividade turística por motivos claros. Um ponto distinto está na forma de divulgação de sua imagem, onde apresenta aspectos acentuados, com ênfase em aspectos naturais e ecoturísticos, numa espécie de inserção no mercado através da confiança e segurança.

Além disso, a qualificação de seus profissionais é mais um quesito a mostrar-se agudo, caso da Namíbia, que segundo pesquisa, possui guias especializados. Outro caso que merece destaque é o do Peru e Equador, que possui pacote diferenciado pelo volume de opções incluídas e por sua diversidade natural e cultural.

A Venezuela trabalha seus pacotes em combinação com outros destinos, como “*Isla Margarita, Delta do Orinoco e Llanos, (Hato Piñero), Ciénaga, Ciudad Bolívar, Mérida, Santo Domingo, Cavernas de Guachano, Pico Espejo, Urúyen Camp, Kavak, Canaima, Salto Sapó, Salto Hacha, Salto Angel* e o Monte Roraima na fronteira com o Brasil. São excursões combinadas em roteiros de 2 a 3 semanas.” Isso, de acordo com a pesquisa, serve para amarrar os destinos em potencial e garantir a permanência do turista em suas adjacências.

### b) Identificação dos Pontos Fortes e Fracos dos Competidores

O Quadro 44 identifica os **pontos fortes e fracos dos competidores nacionais**, avaliando-se as **vantagens e desvantagens** do turismo local em relação ao **destino concorrente**, tendo como uma das fontes a serem consultadas as operadoras de turismo nos mercados emissores e operadores de recepção no Brasil.

Competidores	Ponto Forte	Ponto Fraco
Manaus	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ecossistema amazônico;</li> <li>-Cultura indígena;</li> <li>-Pólo comercial e de negócios (Zona Franca de Manaus);</li> <li>-Festival Folclórico de Parintins;</li> <li>-Navegabilidade dos rios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Distância dos Pólos emissores;</li> <li>-Dificuldade de acesso;</li> <li>-Preços elevados nas tarifas.</li> </ul>
Ceará	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Clima tropical o ano todo;</li> <li>-Infraestrutura adequada para a atividade turística;</li> <li>-Rede hoteleira diversificada;</li> <li>-Praias paradisíacas e de paisagens exuberantes;</li> <li>-População acolhedora;</li> <li>-Hospitalidade;</li> <li>-Valores acessíveis;</li> <li>-Marca consolidada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Turismo massificado;</li> <li>-Ineficiência na segurança dos pontos turísticos.</li> </ul>

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

	-Boa divulgação nos pólos emissores.	
Mato Grosso do Sul	-Ecossistema semelhante; -Proximidade dos Pólos Emissores; -Probabilidade de avistar mais animais do que na Floresta; -Percurso de chegada mais acessível.	-Preços elevados nas tarifas; -Deficiência na qualidade dos serviços turísticos; -Sofrer conseqüências de fenômenos naturais, como as secas.
Pernambuco (Fernando de Noronha)	-Relaciona o turismo com uma imagem responsável à conservação ambiental; -É uma marca consolidada; -Força na beleza natural é apresentada em seus pacotes turísticos.	-Baixa capacidade de carga turística; -Burocracia para a permanência do visitante no local.
Rio de Janeiro	-Infraestrutura turística adequada para a atividade; -Rede hoteleira diversificada; -Praias de exuberante paisagem; -Riqueza nos atrativos naturais.	-Ineficiência na segurança dos pontos turísticos.
Paraná (Foz do Iguaçu)	-Apresenta como principal atrativo o turismo de aventura; -Atividades de caminhadas por trilhas, rapel, <i>rafting</i> e passeio de barco; -Aspectos naturais como, as Cataratas; -Acesso facilitado; -Infraestrutura turística e de serviços; -Preços acessíveis oferecidos em agências.	-Ineficiência na segurança dos pontos turísticos.
Maranhão (Lençóis Maranhenses)	-Possuem características peculiares; -Paisagens paradisíacas e exuberantes.	-Dificuldade de acesso aos pontos turísticos; -Distância dos principais emissores.
Bahia (Chapada Diamantina)	-Como principais produtos de divulgação, comercializa o ecoturismo em seus pacotes, através de serra, cânions, cachoeiras, morros e grutas; -Acesso mais facilitado quando comparado à Ilha de Marajó.	-Não disponibiliza oferta hoteleira qualificada e em quantidade suficiente para abastecer a demanda de intenção.

**Quadro 44** – Pólo Marajó – Pontos Fortes e Fracos dos Competidores Nacionais  
Fonte: Petrocchi Consultoria, 2008.

Dando ênfase ao litoral do Nordeste brasileiro, que desenvolve o turismo de sol e praia, neste sentido, é concorrente da Amazônia na medida em que é escolhido como destino de uma soma considerável de turistas. Atrair uma parcela destes turistas para a Amazônia dependerá de mudanças estruturais nas características do produto oferecido pela Amazônia e, também, no interesse dos turistas, segundo pesquisa.

Ainda destaca que, desta forma, a principal vantagem turística do Nordeste é a força do segmento, onde são ofertadas praias e clima ensolarado, além da hospitalidade da população local, a infraestrutura receptiva já consolidada em muitos locais, as eficientes ações de informação e promoção turística, os preços e a diversidade de atrativos culturais. Apesar da violência e o turismo de massa serem pontos negativos para o destino.

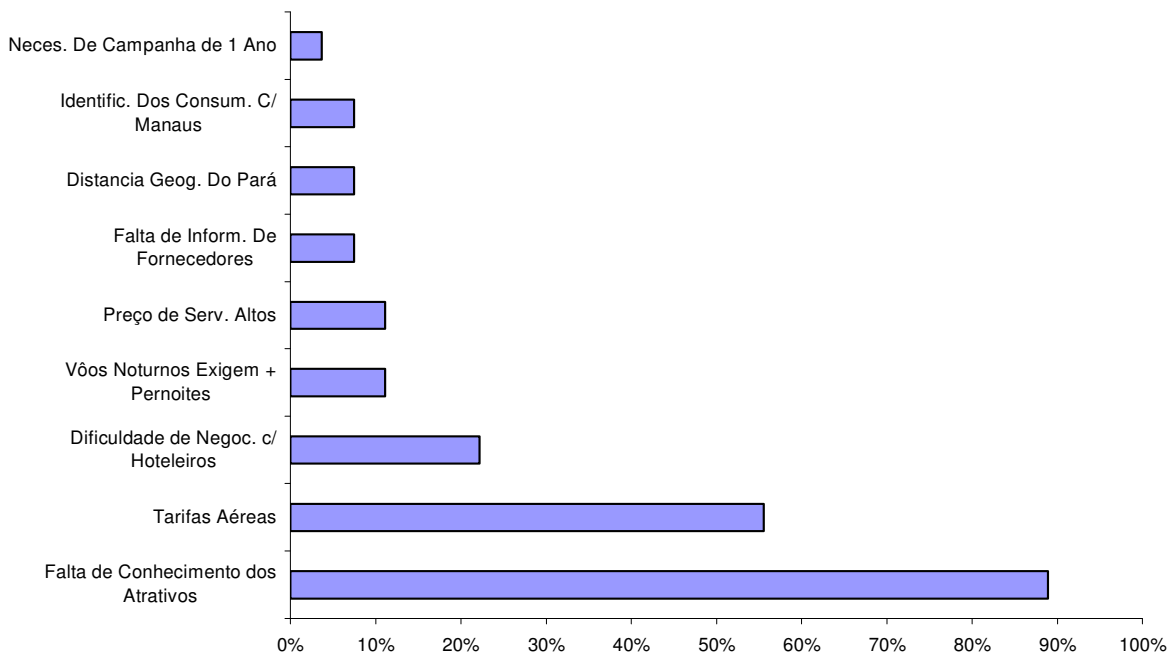
Observa-se que o Pólo Marajó tem grande potencial para crescer turisticamente. Necessita de uma reorganização, qualificação profissional e de se trabalhar a combinação de destinos, como estratégia de comercialização e promoção do destino, vendo como um produto único e vinculando os segmentos para abastecer a necessidade dos turistas.

A pesquisa de mercado realizada em novembro de 2008, pela Petrocchi Consultoria através do SEBRAE – “Projeto Estruturante do Turismo na Amazônia Brasileira”, 2009, sobre o turismo nos estados da Região Norte, também apresenta significativos dados a respeito de **operadoras nacionais**. A maioria das operadoras nacionais, com 72,8% do total não conhece os estados da Região Norte. Com relação especificamente ao Pará, 21,4% das operadoras não têm qualquer conhecimento sobre o estado contra os 28%, que têm alto conhecimento sobre o Estado do Pará.

O baixo índice de conhecimento do estado por parte de operadoras de outras regiões brasileiras e, por conseguinte do destino Marajó, demonstra mais uma vez a necessidade de se investir em uma política de comercialização pautada em um plano de marketing que possa traçar estratégias de divulgação do estado e mais especificamente para o Pólo Marajó, considerando os pontos fortes e fracos detectados nas pesquisas.

Apesar de apresentar um baixo índice percentual, verificou-se na referida pesquisa que, comparado com os demais estados da Região Norte, o Pará é o segundo mais conhecido, perdendo apenas para o Estado do Amazonas, identificado como seu principal concorrente nacional.

O Gráfico 76 demonstra as **desvantagens** que as operadoras encontram para alavancar o turismo no Estado do Pará: uma maioria de 90% das operadoras acreditam que a maior desvantagem é a falta de conhecimento dos atrativos e de novos produtos turísticos; quase 60% votaram nas tarifas aéreas de custos elevados, que dificultam na escolha do destino; vôos noturnos encarecendo os pacotes; os preços altos dos serviços na região comparado a outros destinos; falta de informações de fornecedores e distância geográfica são outros fatores de desvantagem para o destino. A pesquisa realizada pela THR, em 2000, destaca, com pequenas diferenças, as mesmas desvantagens apresentadas em pesquisas mais recentes.



**Gráfico 76** – Principais Dificuldades dos Operadores Turísticos

Fonte: Pesquisa THR, 2000.

Neste sentido, as análises do Pólo Marajó e as tendências resultantes do estudo, deixaram evidentes os seguintes **pontos fortes** e **pontos fracos**:

### **Pontos Fortes:**

- ✓ O Pólo Marajó tem grande potencial para converter-se em médio prazo em um dos principais pólos para o ecoturismo e turismo rural no Estado do Pará;
- ✓ A região do Pólo conta com recursos de grande potencial, desde rios, ilhas, lagos, praias, seu patrimônio histórico, artístico e monumental, etnias indígenas e quilombolas, artesanato, folclore e manifestações vivas de grande notoriedade;
- ✓ A cobertura vegetal, com predominância da Floresta Amazônica também se constitui em atrativo poderoso;
- ✓ A biodiversidade florística e faunística e a complexidade de ecossistemas forma um conjunto ideal para a prática do ecoturismo e também do turismo científico.
- ✓ Praias banhadas pelo oceano Atlântico, rios e igarapés;
- ✓ Política Estadual de Turismo definida em macro-estratégias;
- ✓ Ações realizadas por diferentes esferas de governo a partir do ano 2000.
- ✓ Constituição da APA do Marajó e Reserva Extrativista Marinha de Soure.

### **Pontos Fracos:**

- ✓ Precariedade da infraestrutura;
- ✓ Baixa qualidade dos produtos e serviços voltados para atender os turistas em potencial;
- ✓ Precariedade das condições de acesso aos territórios interiores;
- ✓ Baixa qualidade dos pacotes oferecida para região;
- ✓ Falta de investimentos em saneamento;
- ✓ Energia irregular e de baixa qualidade;
- ✓ Aeroportos do interior inadequados;

- ✓ Mão-de-obra com baixa qualificação;
- ✓ Distância dos maiores mercados emissores.

O cenário apresentado indica o papel de fundamental importância que a gestão pública do turismo, aliada ao setor privado, precisa assumir para dar viabilidade à estratégia proposta. Embora exista mercado emissor internacional e nacional para o destino Belém, se faz necessário ampliar este mercado buscando atingir um fluxo médio durante todo o ano, aumentando o tempo de permanência, não somente no período de alta estação, mas também por ocasião da realização de eventos e negócios, ampliando e mantendo uma permanência média da demanda local existente.

### Pontos Fortes e Fracos dos Concorrentes Internacionais

O Município de Belém, um dos principais portões de entrada da Região Amazônica, é a capital do Estado do Pará, um dos estados de maior destaque potencial para o ecoturismo na região, com grande diversidade de rios e ilhas e característica ribeirinha, com modos peculiares de vida com a natureza e grande diversidade cultural, que muito atraem os visitantes.

Comparando com os seus principais competidores, a demanda potencial internacional e nacional para o estado, embora grande, encontra-se reprimida devido, principalmente, a fraquezas da oferta, pouca divulgação do destino e das informações disponíveis.

O Quadro 45 identifica os **pontos fortes e fracos dos competidores internacionais**, avaliando-se as **vantagens e desvantagens** do turismo internacional em relação ao **destino concorrente**, tendo como uma das fontes a serem consultadas as operadoras de turismo nos mercados emissores e operadores de recepção internacional.

Concorrentes Internacionais	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Costa Rica	-Infraestrutura turística; -Hospitalidade; -Recursos humanos qualificados; -Nível de preços; -Infraestrutura do transporte aéreo; -Sustentabilidade ambiental; -Segurança e proteção; -Saúde e higiene dos equipamentos receptivos; -Prioridade do turismo e das viagens.	-Recursos Culturais; -Infraestrutura de transporte terrestre.
Peru	-Recursos naturais; -Recursos humanos qualificados; -Nível de preços; -Sustentabilidade ambiental; -Prioridade do turismo e das viagens.	-Recursos Culturais; -Infraestrutura turística; -Infraestrutura de transporte aéreo; -Infraestrutura de transporte terrestre.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

Equador	-Nível de preços; -Segurança e proteção; -Saúde e higiene dos equipamentos receptivos.	-Recursos Culturais; -Infraestrutura turística.
Namíbia	-Infraestrutura de transporte terrestre; -Sustentabilidade ambiental.	-Recursos Culturais; -Infraestrutura turística; -Saúde e higiene dos equipamentos receptivos; -Recursos humanos qualificados.
Venezuela	-Nível de preços -Recursos Naturais; -Infraestrutura de comunicações.	-Recursos Culturais; -Infraestrutura turística; -Hospitalidade; -Prioridade do turismo e das viagens.

**Quadro 45** – Pólo Marajó – Pontos Fortes e Fracos dos Competidores Internacionais

Fonte: Petrocchi Consultoria, 2008.

Segundo *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2008* © 2008 World Economic, a análise das informações coletadas, deduz-se que a Costa Rica é a destinação mais competitiva dentre os destinos de longa distância e em relação à Amazônia.

Ainda de acordo com a análise dos referidos dados, esses países oferecem produtos de ecoturismo, turismo de aventura e outras viagens na natureza, pode-se compará-los com a Amazônia Legal e considerar os aspectos nos quais a Região se apresenta de forma deficiente e extrapolar as informações para a região, quando da formulação das estratégias de desenvolvimento e de competitividade.

O cenário apresentado indica o papel de fundamental importância que a gestão pública do turismo aliada ao setor privado precisam assumir para dar viabilidade à estratégia proposta. Embora exista mercado emissor internacional e nacional para o **Destino Marajó** se faz necessário ampliar este mercado buscando atingir um fluxo médio durante todo o ano, aumentando o tempo de permanência não somente no período de alta estação, ampliando e mantendo uma permanência média da demanda local existente.

# Promoção e Comercialização



### 7. PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

#### 7.1 Caracterização dos Atores Responsáveis pela Promoção e Comercialização do Destino

Este item apresenta os resultados dos estudos realizados por diversas entidades ligadas ao turismo, em que se identificou a demanda atual e o mercado potencial para o Pólo Marajó, os destinos concorrentes e as ações que são desenvolvidas de promoção e a comercialização, além de caracterizar os principais produtos da oferta da região.

Analisando as oportunidades que surgem no mercado, as fragilidades e a competitividade da região nos mercados concorrentes, é possível formular diretrizes para a gestão sustentável do turismo no município e, desta forma, posicioná-lo de forma favorável nos mercados nacional e internacional.

A elaboração de um plano de promoção e comercialização para o processo de desenvolvimento do turismo no Estado do Pará como um todo é fundamental para que se acelere e, principalmente, se encaminhe dentro de um modelo de crescimento sustentável, onde os recursos naturais e culturais sejam valorizados e preservados na plenitude de sua identidade regional. (PARATUR, 2001).

Nota-se que a atividade turística é executada, fundamentalmente no Pólo Marajó, pela iniciativa privada e envolve um amplo leque de oportunidades para a realização de empreendimentos e ampliação e diversificação de oferta de serviços. O incremento do número de turistas no Pólo Marajó resultará, conseqüentemente, na ampliação da entrada de divisas no estado e o incremento de novos empreendimentos.

O Governo do Estado do Pará, percebendo a necessidade de estreitar os laços entre o poder público e o privado para fortalecer o turismo, apresenta iniciativa da promoção da atividade turística tanto em nível nacional quanto internacional. As ações ocorrem a partir desta iniciativa do Governo ao firmar parcerias com empresas interessadas em somar esforços para impulsionar o turismo interno e externo. Exemplo de uma dessas parcerias é a que é realizada juntamente com o SEBRAE, uma instituição privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Este atua como parceiro do Ministério do Turismo – MTur em mais de 100 projetos, abrangendo diversas ações; incentiva a criação de produtos; apóia a consolidação de roteiros; capacita a classe empresarial; e realiza pesquisas, além de valorizar uma identidade nacional na atividade turística.

O Pólo Marajó conta com ações isoladas de promoção e comercialização das Secretarias Municipais de Turismo de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, bem como a pequena participação da iniciativa privada, através dos proprietários das fazendas e pousada da Região. O Pólo Marajó não possui oferta de equipamentos para eventos e não existe forma de organização e operação de *Convention Bureau*.

Em relação ao fomento, há uma proposta de ampliação e diversificação da oferta do turismo no Pará, entendida como a capacidade de investimentos e a disponibilidade e acessibilidade da iniciativa privada no financiamento de suas atividades, porém, o crescimento deste setor dependerá da desenvoltura dos agentes públicos, bem como o fortalecimento das parcerias com instituições de iniciativa privada.

### 7.2 Indicação de Ações de Planejamento de Promoção e Comercialização

Para que o Estado do Pará seja convertido em um destino turístico e com isso os reflexos dos fluxos turísticos possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sua população, é preciso maximizar a renda da atividade. Esta maximização deverá ser feita através da ampliação do número de turistas, quer sejam turistas nacionais ou internacionais. (PARATUR, 2001).

O incremento da renda do turismo poderá ser alcançado também pelo aumento da permanência dos turistas que já visitam o Pará. Ao ser oferecido maior variedade de produtos e de melhor qualidade, a permanência média do turista se amplia e, conseqüentemente, seu nível de gastos aumenta, deixando divisas para o estado. Da mesma forma, a busca de segmentos de demanda com outras expectativas de consumo de produtos com maior valor agregado pode contribuir para que o gasto se amplie e, conseqüentemente, a renda derivada do turismo. (PARATUR, 2001).

Em levantamento realizado no ano de 2001 pela Companhia Paraense de Turismo – Paratur, órgão estadual que administra o turismo no Estado do Pará, constatou-se que apenas duas operadoras nacionais ofertavam em seus pacotes turísticos algum destino paraense. Após intenso trabalho de divulgação, fez-se com que muitas operadoras passassem a vender o destino Pará, mas ainda assim a oferta se restringe a escassos produtos, em reduzidos mercados e a um preço pouco competitivo, em virtude da distância e dos elevados preços das passagens aéreas. Apesar da perceptível melhora nos dois últimos anos ainda é muito incipiente.

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2008 com as operadoras de turismo sobre o nível de conhecimento e compreensão turística acerca da Região Norte, obteve-se como resultado: Nenhum conhecimento 49,59%; Baixo 23,25%; Médio 16,67%; Alto 10,49% e Desconhecimento Muito Alto 0,21%, apresentado no Gráfico 77.

to

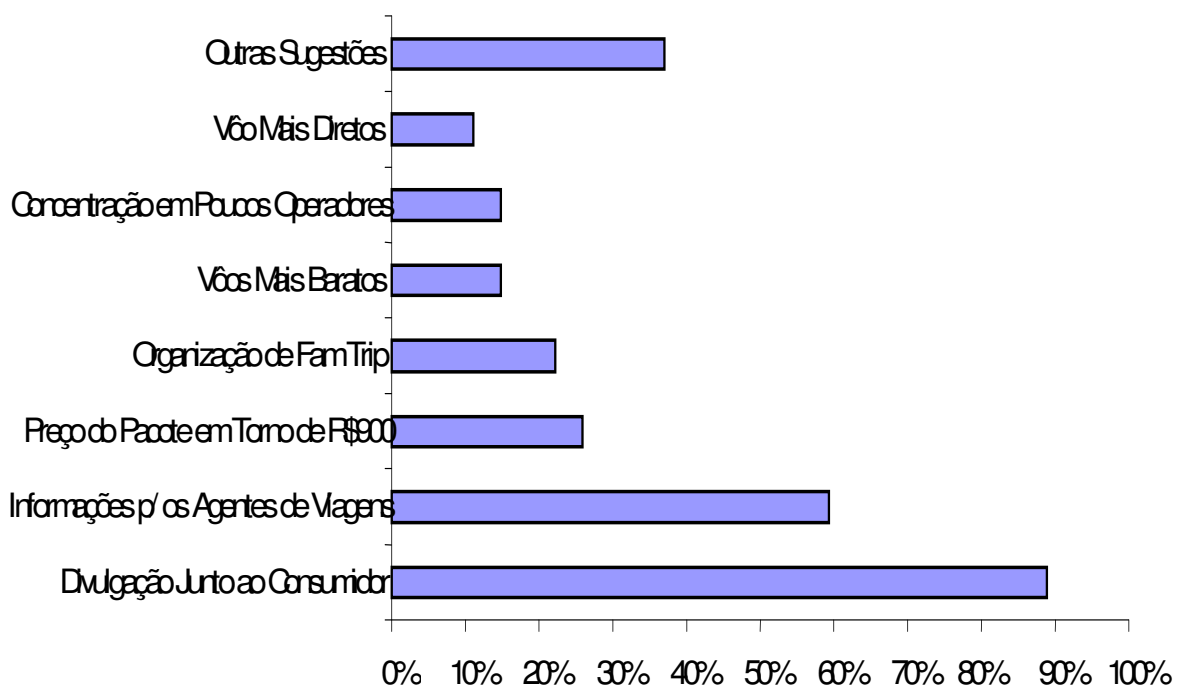
**Gráfico 77** – Nível de Conhecimento das Operadoras sobre o Turismo da Região Norte.  
Fonte: SEBRAE, 2008.

Atualmente, a maioria das operadoras possui em seu tarifário destinos no Estado do Pará. No entanto, não há suficiente procura para os produtos paraenses, bem como o volume de vendas apresenta-se muito baixo. Esta situação mostra que há uma grande deficiência de divulgação desses produtos. As operadoras, via de regra, não investem isoladamente na promoção do destino, apenas incluem os produtos em seu tarifário e aguardam haver

alguma demanda. Os pacotes atualmente em comercialização, referentes aos produtos paraenses, possuem pouca variação em termos de duração e preços.

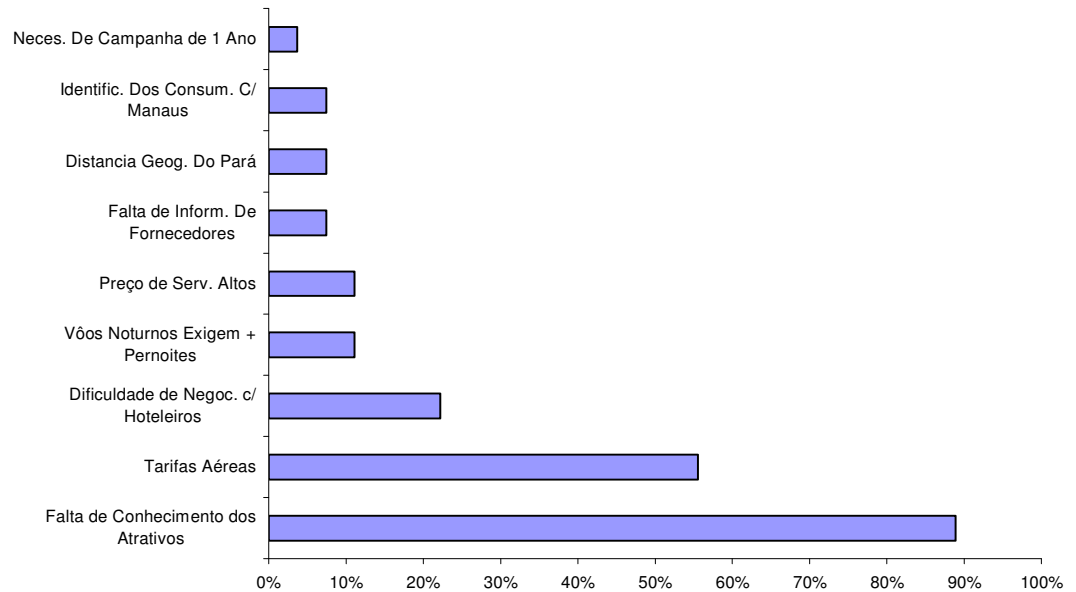
O perfil dos consumidores apontados na pesquisa do SEBRAE com os operadores sobre os produtos paraenses aponta as seguintes características: são turistas que buscam produtos ligados à natureza; já conhecem o Brasil e especialmente o Nordeste; buscam conhecer novas culturas; esperam experiências ligadas a aventuras; possuem elevado poder aquisitivo; pertencem às faixas etárias mais elevadas; e residem em grandes centros urbanos. É sabido também que os estrangeiros possuem mais interesse que os brasileiros.

Sendo assim, os operadores turísticos opinaram ainda sobre o que seria necessário para ampliar o volume de vendas do Estado do Pará, bem como as maiores dificuldades enfrentadas para a venda de produtos paraenses, apresentados, respectivamente, nos Gráficos 78 e 79.



**Gráfico 78** – Sugestões dos Operadores Turísticos Nacionais (%).

Fonte: Paratur, 2001.



**Gráfico 79** – Principais Dificuldades apontadas pelos Operadores Turísticos Nacionais.  
Fonte: Paratur, 2001.

Somadas àquelas ações citadas para desenvolver o turismo em todo o Estado do Pará estão: tarifas hoteleiras mais baixas; maior número de hotéis; formação de parceria (Governo/Operadoras); campanha publicitária apoiada no ecoturismo; promoção do Estado do Pará através de colunáveis da TV, relacionando o nome do Pará com a Amazônia; formação de um corredor turístico entre os estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará; divulgação de calendários de eventos do estado; e organização de *workshops* com operadores receptivos, operadores emissivos e agentes de viagens.

Para que o Estado do Pará promova seus produtos turísticos é necessário investimento na melhoria de seu material promocional. É importante que este material de divulgação contenha três elementos de fundamental importância em termos de publicidade: melhoria gráfica, em termos de tipo de papel, qualidade de imagem, diagramação e qualidade de impressão; informações concisas sobre o produto turístico que se pretende comercializar, procurando compatibilizar a função motivacional com a função informativa; maior segmentação dos folhetos em termos geográficos, de produtos e de língua falada nos mercados aos quais eles se destinam. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

Vale ressaltar que o processo de promoção e os produtos da localidade devem ser analisados, baseados em função do mercado prioritário (mercados regionais) e mercado secundário (mercado nacional e internacional).

A segmentação por mercado geográfico deve levar em consideração que em curto prazo o mercado prioritário para o Estado do Pará é o mercado nacional. Assim, sugere-se que 90% do material sejam produzidos em português. O que permitirá atingir também o mercado de turismo étnico de Portugal. Os 10% restantes deverá ser produzido em espanhol e em inglês, para se trabalhar o MERCOSUL e os demais mercados internacionais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

Devem ser produzidos *folders* específicos para o Pólo Marajó. Estes *folders* devem ter uma função mais motivacional do que informativa. No entanto, deve conter um mínimo de informação sobre localização, vias de acesso, principais destinos turísticos, telefones importantes, etc. Deve haver também *folders* específicos para os seguintes produtos:

turismo de negócios e de eventos técnico-científicos; turismo de pesca desportiva; turismo de aventuras; turismo ecológico; turismo religioso; turismo cultural; turismo rural; e turismo de interesse geral. Além dos *folders* deverão ser produzidos *posters*, baseados nos principais atrativos do Pólo Marajó, como a gastronomia, o folclore, a natureza e o patrimônio cultural. Os materiais devem ser distribuídos, prioritariamente, para as Agências de Viagem dos mercados-alvo. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

A propaganda deve considerar a importância da veiculação em órgãos especializados, voltados para o público profissional de turismo, ressaltando a veiculação de anúncios em revistas como o *Brasilturis*, *Panrotas* e *Brasil Travel News*. Outros veículos a serem considerados para a campanha publicitária dos produtos paraenses são os guias ou revistas especializadas, tais como Revista dos Eventos, Guia de Pesca, Revista Turismo e Aventuras, etc. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

Em nível de governo municipal, com exceção da Capital, as atividades turísticas se encontram, na maior parte das vezes, em departamentos ou secretarias que agregam os setores de esportes, cultura, meio ambiente e turismo. No Pólo Marajó, as atividades turísticas se encontram sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desportos em Soure; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo em Salvaterra e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes em Ponta de Pedras.

A Paratur implementou como **ação de promoção e comercialização** o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em que o Estado do Pará fora escolhido, em 2004, como estado piloto de roteirização pelo Ministério de Turismo – Mtur, para compor a Rede Nacional de Regionalização do Turismo. Tal ação, além de apontar o destino como relevante para o turismo no país, demonstra a percepção do Governo Federal no que diz respeito à riqueza arquitetônica, natural e cultural do Estado do Pará e o interesse em promover o destino.

A **comercialização** dos produtos turísticos é feita preferencialmente nos eventos do *trade* turístico. Deve-se priorizar: Feira da ABAV- Associação Brasileira de Agentes de Viagens; Feira da AVIESTUR – Feira de Turismo da Associação dos Agentes de Viagens do Interior de São Paulo – Águas de Lindóia; Adventure Sports Fair – São Paulo; Encontro Comercial da BRAZTOA/COBRAT – São Paulo; EXCON – Congresso Brasileiro da Indústria de Eventos/Exposição de Produtos e Serviços para Eventos; FITUR – Espanha; ITB – Berlim. Estas feiras deverão ser priorizadas em função do maior volume de operadoras e agentes de viagens participantes, entretanto a comercialização nestas feiras só será conseguida se for feita em conjunto o poder público.

No evento Salão de Turismo, em 2009, foram amplamente promovidas **ações de marketing** dos roteiros internacionais, entre eles o roteiro Amazônia Selva e História, Amazônia do Marajó e Amazônia Quilombola, envolvendo Belém e outros municípios do estado, realizado pela Paratur e pelo MTur.

A deficiente comercialização dos produtos turísticos tem várias causas, algumas de origem interna e outras de origem externa. De origem interna, podem ser mencionadas: a falta de visão e dinamismo empresarial; a ausência de estratégias de *marketing*; a limitada cultura competitiva; o baixo nível de desenvolvimento e estruturação de produtos, que se reduzem aos destinos tradicionais e mais conhecidos, situação que tem se alterado nos últimos anos. Entre as causas de origem externa está a existência de uma demanda que faz escasso uso dos canais de comercialização; além da distância dos maiores mercados emissores, que se localizam principalmente na região sudeste.

A partir destas deficiências, constatou-se com os levantamentos realizados a necessidade imediata de elaboração e implantação de um **Plano de Marketing Turístico** para o Pólo Marajó e/ou de projetos específicos de promoção e comercialização de produtos turísticos, feito pela Belemtur, juntamente com o *trade* da região e com o apoio do MTur, através da Paratur. O *marketing* turístico objetiva a criação de mercado e a promoção da satisfação do turista, compreendendo três fases: identificação do mercado, suas estratégias, potencialidades; formulação dos objetivos da comercialização dos produtos na visão de futuro; e visualização dos produtos turísticos criados e identificação das logomarcas dos destinos. (BELEMTUR, 2008).

### 7.3 Canais Comerciais e Instrumentos para a Promoção do Destino

#### 7.3.1 Empresas de Recepção e Cadeia de Comercialização

##### a) Indicação das Agências e Operadoras de Serviços

Segundo o Inventário da Oferta Turística de **Soure** de 2007, o modal aéreo aponta a existência de 3 (três) empresas que funcionam no sistema de táxi-aéreo (Belém-Soure) com sistema de frete de linha regular. A cidade não dispõe de Estação Rodoviária, o acesso à mesma é feito por transporte alternativo (vans, táxis, moto-táxi e carro particular) utilizando a Rodovia Estadual PA-154, a Transmarajoara até o Porto da Balsa. Quanto à malha viária, o município de Soure não dispõe de coletivo urbano, somente os serviços já citados de transporte alternativo. Não existem registros quanto à operação de empresas de recepção, agências e operadoras de turismo no município de Soure.

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de **Salvaterra**, informa que, atualmente, existem três empresas que prestam serviços fluviais na linha Salvaterra/Belém/Salvaterra, através do principal porto do município, o Porto Salvaterra, localizado na foz do rio Camará. O transporte interno do local é feito por 4 (quatro) empresas de transportes coletivos, que fazem a linha Porto Salvaterra/Soure, passando pelas vilas, às margens da PA-154 e pelo centro da cidade de Salvaterra até o Porto de Caldeirão, em frente a cidade de Soure, fazendo também a rota comercial das vilas para o centro, e vice-versa.

O município de Salvaterra conta com uma Associação de Perueiros, filiada à Associação de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos de Salvaterra - AVATAS, com serviços de transportes alternativos (kombis e vans), para as vilas, para o Porto Salvaterra e aos hotéis, e uma Associação de Taxistas com posto de plantão no centro de Salvaterra e no porto Caldeirão. Não existem registros quanto à operação de empresas de recepção, agências e operadoras de turismo no município de Salvaterra

No município de **Ponta de Pedras**, conforme o documento da Biometria Estratégia de Ecoturismo para o Pólo Marajó, o sistema de transporte é configurado pelo número reduzido de rodovias. O acesso à cidade torna-se difícil, necessitando de melhorias. A cidade é servida pela rodovia municipal Ponta de Pedras através da Vila de Mangabeira, constando também o planejamento da rodovia BR-417 (Ponta de Pedras-Afuá). Não existem registros quanto à operação de empresas de recepção, agências e operadoras de turismo no município.

Para a cadeia de comercialização, os materiais promocionais são considerados importantes instrumentos de propaganda e de apoio às vendas. Além de canal de divulgação, serve como fonte de informação para a parcela da população que pesquisa sobre localidades e compra de viagens. Quanto à apreciação dos materiais promocionais do Pólo Marajó, sobre

a capacidade de estruturar produtos e fazê-los chegar aos mercados, esses instrumentos se apresentam de forma insuficiente, em baixa qualidade de produção, além da necessidade de dispor as informações em inglês e espanhol. Os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras se utilizam de material promocional amador, com ineficiência na proposta, sem exploração dos atrativos turísticos que interessam ao visitante. É necessária uma maior atenção para o material promocional marajoara, pois ele é um dos canais de comunicação utilizados para a propaganda, cuja característica principal é a divulgação e informação de benefícios e atributos do produto ou serviço.

### **b) Capacidade de Estruturar Produtos e Fazê-los Chegar aos Mercados**

O **Produto Marajó** precisa ser mais bem estruturado e com qualidade para competir no mercado nacional e internacional pela sua potencialidade e também são necessárias ações que possam fazê-lo chegar aos mercados emissores. A **comercialização** do Produto Marajó feita pelas agências de viagens e operadora de tour ainda acontece de maneira incipiente.

Percebendo essa fragilidade a Paratur vem desenvolvendo atividades voltadas para a comercialização e a promoção do destino. A realização de feiras é um exemplo, tendo como objetivo a integração de vários produtos e serviços da atividade turística dos Estados da região norte e nordeste e países que compõem a Pan-Amazônia. Estas ações criam a oportunidade para que o *trade* mundial possa conhecer a oferta de serviços e produtos turísticos de diferentes segmentos existentes no Pólo.

### **c) Análise do Trabalho Desenvolvido pelas Agências de Recepção**

Em busca de analisar o trabalho desenvolvido pelas agências de receptivo, identifica-se que as operadoras nacionais e internacionais atuam com o apoio de outras agências de turismo, bem como os estabelecimentos de hospedagem (hotéis, pousadas etc.), locadoras de veículos disponibilizando pacotes turísticos por meio de transporte terrestre, aéreo ou fluvial. Apesar de existirem parcerias as agências não atuam ativamente na comercialização do destino, uma vez que este canal ainda apresenta fragilidades. Agem timidamente, necessitando de um trabalho mais concreto de divulgação e comercialização.

O destino dispõe de recursos naturais e arquitetônicos, necessitando apenas do interesse das empresas em gerar novas demandas, deixando de atender aos visitantes somente através de excursões ou que utilizam os serviços de transportes turísticos das agências.

Existe a premente necessidade de um trabalho desenvolvido pelas agências de recepção para abranger o mercado e promover roteiros ousados e inusitados, para a aquisição de um público mais exigente, além de garantir uma participação ativa no orçamento local.

Atualmente as agências de recepção se limitam apenas ao atendimento dos turistas, que já se encontram nos destinos, realizando apenas vendas de pacotes turísticos ou serviços de transportes e não são capazes de gerar novas demandas. O material promocional é simples e identifica-se a necessidade de um plano de *marketing*, com material promocional bem elaborado. Ressalta-se também a demanda por parcerias para estimular a promoção e a comercialização dos pacotes turísticos. Esta realidade é apontada na grande maioria das agências localizadas no Pólo Marajó.

### 7.3.2 Tipo de Ações e Materiais Promocionais utilizados e Meios de Medição de seus Impactos

Para apoiar a elaboração deste planejamento, a Paratur coloca a disposição dos empresários paraenses, informações e serviços sobre:

- ✓ Mercados: o volume e tendências características da demanda, segmentos e nichos, oportunidades de mercado para desenvolvimento de novos negócios;
- ✓ Concorrência: volume e quotas de mercado, produtos e suas características, sistema de vendas e comunicações;
- ✓ Demanda atual: volume, motivações e hábitos de informação, compra e consumo dos diferentes segmentos de turistas.
- ✓ Publicações: perfis por mercados geográficos: São Paulo, Rio de Janeiro, Argentina, Estados Unidos, e dos segmentos: ecoturismo, viagens de aventura, cruzeiros marítimos;
- ✓ Seminários sobre mercados emissores;
- ✓ Serviço de centro de documentação sobre mercados, produtos, sistema de vendas e comunicações em turismo;
- ✓ Colocar a disposição fontes de informações sobre os mercados e os canais de comercialização, quer sejam publicações, páginas de internet, base de dados;
- ✓ Arquivo de matérias promocionais dos competidores colocados à disposição para a consulta;
- ✓ Sistema de indicadores de preços da concorrência;
- ✓ Serviço de assessoramento metodológico na realização de pesquisas e estudos;
- ✓ Dados sobre a oferta turística concorrente: quem oferece o quê e onde;
- ✓ Serviço de intermediação na aquisição de documentos e contratação de estudos específicos.

Algumas das ações e proposições sugeridas para o desenvolvimento da comercialização e promoção do destino, já são executadas pela Paratur, através da Gerência de *Marketing*, resultante das propostas apresentadas pelo Plano de Turismo do Estado e Iniciativas do Órgão Oficial de Turismo.

A Paratur vem desenvolvendo ações de divulgação dos produtos formatados no Pólo Marajó, porém estas ações não conseguem provocar impacto a nível nacional, acredita-se que a divulgação ainda não acontece em larga escala. É necessário investir nas campanhas de *marketing* para aumentar o fluxo de turistas para a região, provocando impactos positivos e mensuráveis na atividade turística, melhorando desta forma a qualidade de vida da população local.

### 7.4 Financiamento da Ação de Promoção

#### Modos de Financiamento da Ação de Promoção e Comercialização do Destino

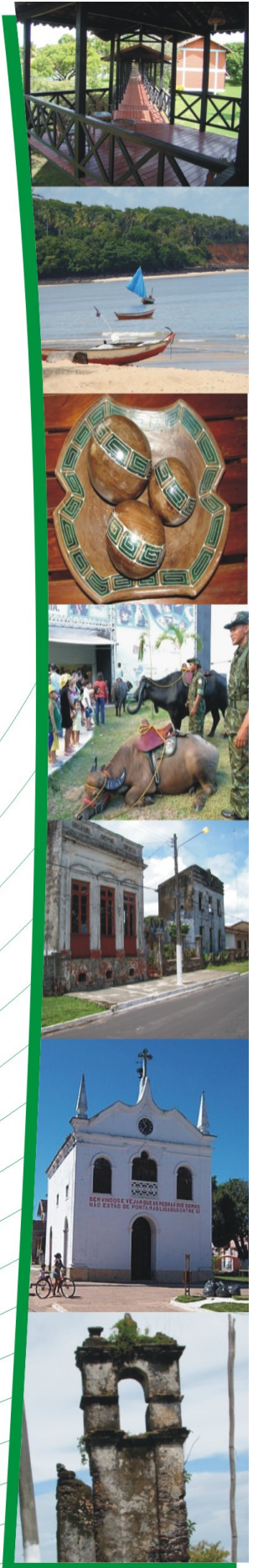
A competição internacional se agravou com a influência do processo de globalização. Embora outros destinos turísticos concorram para ter acesso ao mercado e aos recursos, estes são forçados a cooperar entre si para conseguir melhorar os seus custos, obter melhoria de qualidade em seus serviços e conseqüentemente ganhar espaço no mercado turístico. Tais ações em conjunto fortalecem toda a cadeia produtiva que elas integram, em busca de benefícios para todos.

A promoção do turismo fortalece a competitividade de empresas do ramo, apóia o surgimento de novas empresas locais e amplia a qualidade de serviços dessas empresas.

O Governo Federal, através do Ministério do Turismo – MTur, financia ações de promoção e comercialização do destino através de verba descentralizada para participação das Secretarias de Turismo estaduais, em eventos com operadoras turísticas nacionais e internacionais, utilizando a folheteria e mídia eletrônica para a promoção do estado. A quantia total dedicada às ações e mercados depende da verba a ser disponibilizada pela esfera Federal.

Segundo dados da EMBRATUR (2008) os recursos de investimentos no setor de turismo no ano de 2008 somam R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 2,6 bilhões registrados em 2007. De 2003 a 2008, foram R\$ 12 bilhões em operações de crédito realizadas.

# **Demanda Turística Potencial**



## 8 DEMANDA TURÍSTICA POTENCIAL

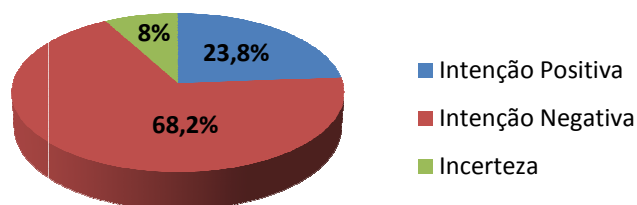
Este capítulo teve por base fontes secundárias e estudo de mercado elaborado em âmbito federal. A Sondagem de Expectativas do Consumidor da FGV é produzida mensalmente desde setembro de 2005. A partir da edição de fevereiro de 2009, os principais resultados passaram a ser também divulgados com ajuste sazonal.

Inicialmente, cabe destacar que o crescimento do mercado doméstico de turismo depende fundamentalmente de alterações nas condições de consumo da demanda turística potencial e nas características da oferta turística, uma vez que o segmento pode aumentar seu número de consumidores na medida em que passar a ofertar melhores produtos a preços mais baixos. Já no que se refere à demanda, o mercado turístico pode crescer a partir de melhorias nas condições gerais de consumo turístico, como o aumento no nível de renda e de tempo livre disponível.

Desta forma, mesmo que ocorram alterações significativas na oferta turística brasileira, essas deverão levar a um real crescimento do mercado somente se forem acompanhadas de mudanças também nas condições gerais de consumo.

### a) Caracterização do Perfil do Turista e das Tendências do Mercado Doméstico

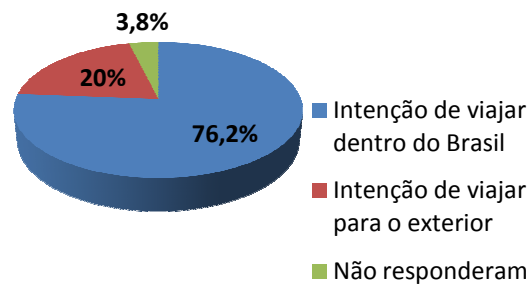
Um estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia – IBRE e a FGV em 2009, sobre a “Sondagem do Consumidor e a Intenção de Viagem”, apontam a perspectiva de intenção dos brasileiros de viajar em um horizonte de seis meses, em que 23,8% manifestaram intenção positiva enquanto 68,2% indicam intenção negativa. O percentual de incerteza a esse respeito foi de 8%, como mostra o Gráfico 80.



**Gráfico 80** – Grau de Intenção de Viagem dos Brasileiros.

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia – IBRE/FGV, 2009.

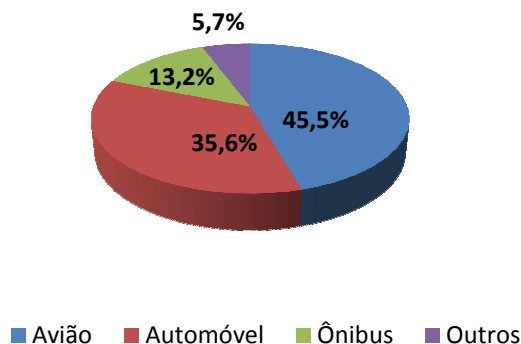
Quanto ao destino turístico, conforme o Gráfico 81, a pesquisa indicou que 76,2% têm a intenção de viajar dentro do Brasil, enquanto 20% preferem como destino lugares no exterior. Não responderam a pergunta 3,8% dos entrevistados.



**Gráfico 81** – Intenção de Destino do Turista.

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia – IBRE/FGV, 2009.

O Gráfico 82 apresenta os resultados do estudo no que tange ao meio de transporte a ser preferencialmente utilizado pelos turistas. O Avião registrou 45,5% do percentual, seguido do Automóvel com 35,6%, Ônibus com 13,2% e 5,7% para Outros meios de transporte. Referidos dados são positivos para o Pólo Marajó, haja vista que a dificuldade de acesso e a grande distância que muitas das vezes deve ser percorrida, obrigam os turistas a chegarem à região utilizando-se da via aérea.



**Gráfico 82** – Preferência de Meio de Transporte dos Turistas

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia – IBRE/FGV, 2009.

Quanto ao **perfil do turista brasileiro potencial**, a pesquisa indica que 37,3% do total dos domicílios urbanos brasileiros com renda familiar mensal superior a um salário mínimo tiveram um ou mais dos seus membros realizando pelo menos uma viagem doméstica no ano de 2005. O detalhamento desse resultado confirma o senso comum e a expectativa de que o principal determinante desse fenômeno é efetivamente a renda familiar. A proporção dos domicílios com algum viajante aumenta, e de forma significativa, à medida que se considera classes de domicílios com rendas superiores: em nível nacional, passa-se de uma proporção média de 26,8% dos domicílios com renda familiar de 1 a 4 salários mínimos, para 67,4% dos domicílios com renda acima de 15 salários mínimos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 e 2005 revela que entre estes anos ocorreram substanciais modificações na distribuição da renda dos brasileiros, com um expressivo aumento de 7% no percentual de domicílios com rendas entre 1 e 4 salários mínimos, acréscimo esse decorrente das reduções de 5% e 2% nas percentagens dos domicílios com rendas de 4 a 15 salários mínimos e de mais de 15 salários mínimos.

Assim, exclusivamente pela ótica da demanda do setor de turismo, esse movimento teve o efeito de reduzir o maior dinamismo que as famílias de classe média poderiam ter para o aumento da demanda do setor.

Nesse sentido, os estados que compõem a Amazônia Legal tem, na tendência de distribuição da renda no Brasil, a oportunidade de oferecer uma opção menos massificada para os turistas com maior nível de renda e/ou exigência. Cabe ressaltar que o aumento da escala de consumo turístico dos brasileiros é indicado, também, pelo próprio crescimento da economia e conseqüente crescimento da renda, de uma forma geral. Contudo, as variações da economia brasileira nos últimos anos também têm apontado para uma valorização da sua moeda, fazendo com que a Amazônia perca competitividade para os destinos internacionais, quando se enfoca o turista brasileiro. (FIPE, 2008).

Destaca-se que essa ameaça é relevante somente para o público com maior nível de renda, uma vez que as camadas inferiores apresentam um consumo de turismo internacional pouco significativo.

Como o crescimento do fluxo intra-regional está subordinado principalmente às condições gerais de consumo turístico, como nível de renda, tempo livre, gostos e hábitos, existem poucas chances da Amazônia vir a ter, em um futuro breve, demanda significativa de turistas da própria região para segmentos que têm mostrado maior interesse pelo mercado inter-regional. (FIPE, 2008).

Destinos muito distantes, por exemplo, requerem vários dias livres para uma viagem de lazer. Por outro lado, destinos próximos são relativamente mais freqüentes em viagens de curta duração. Como destacado, 73,1% das viagens turísticas no Brasil são intra-regionais, ou seja, não contemplam grandes distâncias. Este dado evidencia a grande sujeição do potencial de atração das destinações turísticas em relação à sua localização frente aos principais núcleos emissores. (FIPE, 2008).

O Estado do Pará encontra-se relativamente afastado dos principais centros emissores do País. Sob este aspecto, cabe destacar que os estados das regiões Sudeste e Sul totalizam 78,9% do mercado emissor de turistas domésticos do Brasil e localizam-se a uma distância significativa da região Norte. Além disso, as dificuldades no sistema de transportes para acesso à região fazem com que ela permaneça ainda mais afastada dos mercados emissores nacionais. Desta forma, com relação à grande parte do mercado doméstico de turismo, o Estado do Pará, constitui-se uma destinação potencial apenas para o conjunto de viagens de média e longa duração. (FIPE, 2008).

Viagens de curta duração, como aquelas realizadas nos fins de semana para os principais núcleos emissores do País, não têm a Amazônia Legal como uma opção viável. Vale salientar que o mercado emissor da região Norte é relativamente pequeno, correspondendo a apenas 4,4% do total nacional de viagens domésticas. Assim, embora o seu mercado interno seja relevante para destinos específicos, como balneários e capitais, atualmente não apresenta significativa importância para destinos, equipamentos e serviços voltados para determinados segmentos do turismo de lazer, como o ecoturismo. É importante ressaltar que, em geral, é o fluxo intra-regional a base do desenvolvimento turístico de uma destinação. Uma alternativa para esse problema é a adoção de um modelo voltado à oferta para mercados distantes. (FIPE, 2008).

Contudo, as experiências nacionais e internacionais mostram que, em geral, esse tipo de oferta traz alguns conflitos e prejuízos que não podem ser desprezados. Em diversas localidades, a oferta destinada exclusivamente aos mercados não regionais está freqüentemente relacionada a grandes investimentos privados de origens não-locais,

concentração espacial, impactos ambientais negativos e pequeno efeito multiplicador para a economia local. São aspectos conflitantes com modelos sustentáveis de desenvolvimento turísticos, mais adequados à realidade da Amazônia. A análise de tendências e perspectivas do consumo turístico deve considerar a motivação de viagem como variável fundamental, pois os distintos fluxos de turistas apresentam características significativamente diferentes.

O principal potencial turístico do Pólo Marajó é o **ecoturismo** em virtude da região apresentar um bioma único e ainda significativamente preservado, o Estado do Pará apresenta um enorme potencial para atrair ecoturistas, constituindo-se, provavelmente, na região com maior potencial para esta atividade no País. Outros segmentos turísticos específicos ou nichos de mercado, relacionados ao ecoturismo, também podem ser desenvolvidos em razão dos atributos naturais da região, destaca-se a embocadura do rio Amazonas, fato que pode atrair turistas internacionais. Nessa linha, destacam-se os segmentos de pesca esportiva, aventura, místico, científico, pedagógico e de sol e praia. (FIPE, 2008).

O **turismo cultural** também apresenta potencial de desenvolvimento na região, especialmente em razão de seu patrimônio histórico-cultural e das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Os eventos religiosos, culturais, esportivos e ligados a outros elementos de lazer podem, ainda, vir a ser um segmento do turismo com seu desenvolvimento incentivado. Estes segmentos, apesar de não constituírem a oferta turística principal da região, podem se desenvolver com maior destaque, especialmente se conjugados com a oferta natural. (FIPE, 2008).

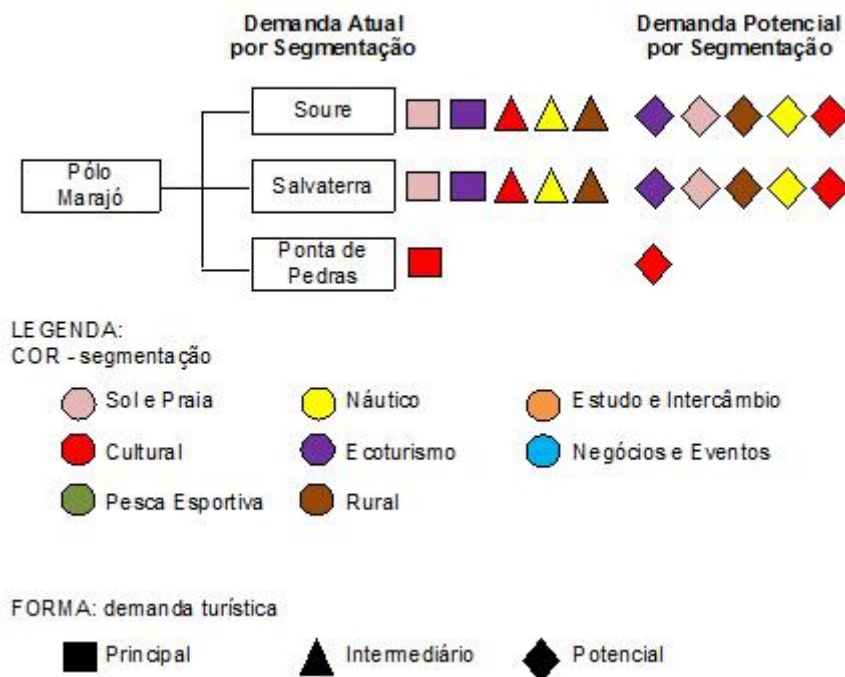
O segmento de **turismo rural** pode ser trabalhado no Pólo como intermediário em virtude das inúmeras fazendas encontradas na região com um diferencial, que é a produção de leite e queijo de búfala.

Contudo, o planejamento turístico, neste sentido, deve estar atento às potencialidades e necessidades destes segmentos. Quanto às potencialidades, cabe ressaltar que tais segmentos de mercado representam uma minoria das viagens domésticas no Brasil, dado que os principais fluxos de turismo de lazer ainda estão relacionados com o segmento sol e praia. (FIPE, 2008).

No entanto, apesar das dimensões não serem extremamente significativas, o perfil destes turistas é diferenciado. O padrão de gastos dos turistas daqueles nichos de mercado, cuja oferta diferencial da Amazônia é capaz de satisfazer, é consideravelmente mais alto que a média. O nível de exigência destes turistas também é superior, tanto em termos de qualidade da oferta diferencial, quanto com relação à oferta de serviços. (FIPE, 2008).

Em resumo, o desenvolvimento turístico de lazer do Estado do Pará deve direcionar-se aos segmentos de mercado específicos para os quais a região apresenta potencial. Isso significa que os fluxos enfocados são aqueles compostos por um número não majoritário no contexto nacional, mas cujas exigências e padrões de gasto são superiores à média do País. (FIPE, 2008).

O Gráfico 83 mostra a análise por Município que compõe o Pólo da Marajó da Demanda Atual e Potencial por Segmentação.



**Gráfico 83** – Demanda Turística Atual e Demanda Turística Potencial por Segmentação do Pólo Marajó.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta 2009

O **perfil do turista potencial** para visitar o **Pólo Marajó** deve possuir as seguintes características: Adulto entre 25 a 34 anos; Meio de transporte utilizado é o avião; Renda familiar entre R\$ 1.560,00 a R\$ 2.400,00; Viajam desacompanhados; Tem um grande destaque o turista nacional e internacional; A motivação para viagem é conhecer os atrativos naturais da região.

E as **tendências do mercado doméstico** tendem a crescer, pois com o aumento da economia local e com o aumento das rendas, as **famílias** terão maior chance de realizar pequenas viagens de lazer dentro do próprio estado do Pará.

### **b) Caracterização do Perfil e das Tendências do Mercado Internacional por Mercado Geográfico**

Quanto à caracterização do perfil do turista, observa-se um argumento preferencial sobre a posição geográfica, relativamente próxima a América Central, o que estimula o interesse do visitante em procurar um roteiro inusitado e os atrativos naturais, culturais e o ecoturismo, elementos esses oferecidos em abundância pelo Estado do Pará.

Compreende-se então, na Tabela 40, que o fluxo de turistas internacionais vem crescendo periodicamente, numa variação aproximada de 14% entre os anos de 2006 e 2007, segundo a Paratur/NUP – 2008, totalizando números reais de 44.123 e 50.025 visitantes, respectivamente.

**Tabela 40** – Cadastro de Hóspedes no Estado do Pará em 2006 e 2007.

Residência Permanente	Janeiro a Dezembro		Variação %
	2006	2007	
Internacional	44.123	50.025	13,4%

Fonte: Paratur, 2008.

Com o objetivo de identificar a demanda turística potencial da Amazônia Legal no Mercado Internacional de Viagens, desenvolveu-se o Estudo de Mercado do Turismo Sustentável na Amazônia Legal - Mercado Internacional, elaborado no ano de 2008 em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, FIPE, *IPK Internacional* e *Ruschmann* Consultores de Turismo, para se alcançar as dimensões do turismo sustentável, com base em informações e estatísticas de fontes secundárias e primárias.

Os dados relativos às fontes primárias relacionaram-se aos operadores turísticos localizados nos 11 países definidos como prioritários para este estudo - Argentina, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, China e Japão. Foram entrevistados os especialistas em turismo de organismos internacionais e foram obtidos dados da demanda real e potencial das viagens internacionais para o Brasil e Amazônia Legal por meio de perguntas específicas na pesquisa do *World Travel Monitor* - WTM.

As principais fontes de dados secundários foram a Organização Mundial do Turismo – OMT, o *World Travel Monitor* - WTM desenvolvido pela *IPK Internacional* e o Departamento da Indústria de Viagens e Turismo dos Estados Unidos - OTTI.

A maior parte dos turistas em potencial para a Amazônia reside em grandes cidades, o que demonstra que a Amazônia poderá ser um destino com grande apelo para este mercado, oferecendo contatos com a natureza.

O Quadro 46 apresenta os mercados considerados prioritários para ações mercadológicas de curtíssimo prazo para a Amazônia Legal, definidos pelo Estudo de Mercado do Turismo Sustentável na Amazônia Legal - Mercado Internacional de Longa Distância, como turistas potenciais para a Amazônia. De altíssima prioridade estão os mercados dos EUA, Inglaterra e Alemanha, de alta prioridade estão os mercados da França, Itália, Espanha e Portugal; de média prioridade os mercados da Argentina, Canadá e Japão e a China classificada como mercado “emergente” para o turismo na região amazônica.

Prioridade	País	Turistas potenciais para a Amazônia (1)	Fluxo de turistas para o Brasil em 2006 (2)
Altíssima	EUA	6.164.000	721.633
Altíssima	Inglaterra	3.712.000	169.627
Altíssima	Alemanha	2.113.000	277.182
Alta	França	2.100.000	275.913
Alta	Itália	1.003.000	291.898
Alta	Espanha	703.000	211.741
Alta	Portugal	301.000	312.521
Média	Argentina	533.000	921.061
Média	Canadá	1.790.000	62.603
Média	Japão	3.686.000	74.638
Emergente	China	2.291.000	37.616
<b>Total</b>		<b>24.396.000</b>	<b>3.356.433</b>

**Quadro 46** – Países Prioritários para Ações Mercadológicas de Curtíssimo Prazo.

Fonte: (1) *IPK Internacional* WTM 200.6 Mercado Potencial alto de respostas.

(2) EMBRATUR –Apresentação 20.10.2007 MS – A Divulgação do Brasil no Exterior.

### **Mercado Norte-Americano**

- Os EUA, mercado de longa distância mais próximo do Brasil e da Amazônia Legal, apresenta um elevado potencial de turistas com um aumento na demanda por viagens ao Brasil durante os últimos cinco anos;
- O Brasil se posiciona como uma destinação de preços médios;
- Pontos Fortes: o bioma único, a vida selvagem intocada, o exotismo e a gastronomia;
- Pontos Fracos: a falta de infraestrutura, a criminalidade que existe no país e o desconhecimento da existência da Amazônia Legal como destinação turística por falta de informações e divulgação;
- O *trade* dos EUA considerou a Costa Rica, o Panamá, Equador (Galápagos), Peru e várias localidades dentro dos EUA como destinos turísticos concorrentes da Amazônia Legal;
- Potencialidade para excursões temáticas com guias, visitas a atrativos considerados únicos e não convencionais e esportes de aventura.

### **Mercado Inglês**

- Os operadores turísticos registraram uma demanda crescente no volume de vendas para o Brasil, como resultado de ações de *marketing* mais intensas por parte dos escritórios de representação do turismo do Brasil na Inglaterra;
- O Brasil se apresenta como uma destinação de preços médios e altos;
- Pontos Fortes: a Floresta Amazônica, a vida selvagem e a biodiversidade, percebendo a Amazônia como algo completamente diferente;
- Pontos Fracos: a destruição ambiental da Amazônia e a falta de controle dos desmatamentos na região;
- O *trade* inglês considerou a Amazônia peruana e o Equador, seguidos pela Venezuela e outros países com floresta tropical como a Costa Rica, Sri Lanka, México e Tailândia como concorrentes da Amazônia Legal;
- Os operadores desconhecem o mercado do ecoturismo para a Amazônia e os ecoturistas ingleses viajam de forma individual sem a participação de operadores turísticos nas suas viagens.

### **Mercado Alemão**

- Os operadores entrevistados relataram uma demanda crescente no volume de vendas de viagens para o Brasil nos últimos anos. O país é considerado como a destinação perfeita para todos os tipos de viagens;
- O Brasil se apresenta como uma destinação de preços médios;
- Pontos Fortes: os recursos naturais, a flora e a fauna e a biodiversidade, julgando tratar-se de uma experiência única.
- Pontos Fracos: os riscos relacionados com a saúde e o fato da região não poder ser visitada no período das chuvas;
- O *trade* alemão identificou o Peru, o Equador e a Bolívia como principais concorrentes da Amazônia Legal;
- Potencialidade para excursões temáticas com guia e pacotes criados de acordo com as possibilidades de experiências na Amazônia Legal.

### Mercado Francês

- Os operadores acusaram um incremento nas viagens para o Brasil que, segundo eles, correspondem aos esforços de *marketing* desenvolvidos ao longo do ano de 2005, quando se comemorou o “Ano do Brasil” na França;
- O Brasil se apresenta como uma destinação cara se comparado com as ofertas turísticas dos operadores franceses;
- Pontos fortes: a riqueza dos recursos naturais, a flora e a fauna, os aspectos histórico-culturais, as comunidades locais e sua hospitalidade;
- Pontos Fracos: as dificuldades de acesso, os transportes fluviais não confiáveis e os riscos de contrair malária e febre amarela;
- O *trade* francês identificou o Equador (Galápagos), o Peru e a Venezuela como os maiores concorrentes da Amazônia Legal;
- Potencialidade para passeios combinados em áreas protegidas, centrados em uma atividade como pesca esportiva, observação de aves, observação da flora.

### Mercado Italiano

- Os operadores entrevistados identificaram um crescimento na demanda por viagens para o Brasil no último ano;
- O Brasil se apresenta entre as destinações mais caras;
- Pontos Fortes: o verde das matas e as paisagens da Amazônia Legal, que a tornam um atrativo único e o significado da marca Amazônia;
- Pontos Fracos: a dificuldade de acesso e a falta de ações promocionais e de *marketing*;
- O *trade* italiano considerou a Austrália como o destino turístico concorrente da Amazônia Legal;
- Potencialidade para excursões temáticas com guias e cruzeiros pelo rio, com entretenimento a bordo e informações detalhadas sobre a Amazônia.

### Mercado Espanhol

- Os operadores turísticos registraram um significativo crescimento na demanda para o Brasil durante os últimos cinco anos, devido aos melhores preços, às boas conexões dos vôos (*charter*) e a uma maior divulgação e informações;
- O Brasil posiciona-se entre as destinações de preço alto e médio;
- Pontos Fortes: a floresta tropical, a natureza e as paisagens e a atmosfera calma da natureza;
- Pontos Fracos: a infraestrutura turística, os vôos, os hotéis e as dificuldades de transporte dentro da Amazônia Legal;
- O *trade* espanhol considerou a Argentina como concorrente para a Amazônia Legal;
- Potencialidade para excursões com guias, excursões pelas diversas Unidades de Conservação e aventuras de barco na Amazônia Legal.

### **Mercado Português**

- Os operadores turísticos registraram um significativo crescimento na demanda para o Brasil a partir de 2006, devido a melhores ofertas, conexões de vôos, preços mais vantajosos em função da desvalorização do real e um *marketing* intenso;
- O Brasil posiciona-se entre as destinações de preços baixos e médios;
- Pontos Fortes: a fauna e a flora, a natureza intocada, o meio ambiente ecológico e a biodiversidade;
- Pontos Fracos: a deficiência em infraestrutura turística e alojamentos e a acessibilidade;
- O *trade* português considerou o Peru e a Costa Rica como os concorrentes mais fortes do ecoturismo e as praias da região Nordeste como os maiores concorrentes internos para a Amazônia Legal;
- Potencialidade para pacotes criados para viver uma experiência na Amazônia Legal e excursões temáticas com guias.

### **Mercado Argentino**

- Os operadores entrevistados acreditam que as viagens de longa distância crescerão nos próximos anos;
- O Brasil se posiciona como uma destinação de preços médios;
- Pontos Fortes: a biodiversidade e os povos indígenas e sua herança cultural;
- Pontos Fracos: o produto turístico da Amazônia apontado como imaturo e por apresentar uma infraestrutura precária;
- O *trade* argentino considerou a Costa Rica, o Equador (Galápagos), o Peru e a África como destinos turísticos concorrentes da Amazônia Legal;
- Potencialidade para excursões pelas diversas unidades de conservação e cruzeiros pelo rio, com entretenimento a bordo e informações detalhadas sobre a Amazônia.

### **Mercado Canadense**

- Os operadores turísticos perceberam uma tendência de crescimento do volume de vendas para o Brasil nos últimos cinco anos;
- O Brasil se posiciona como uma destinação de preços médios e altos;
- Pontos Fortes: a natureza, a riqueza da vida selvagem e a flora, a cultura indígena, o rio mais largo do mundo e os atrativos ao longo do seu percurso;
- Pontos Fracos: a falta de vôos, a duração da viagem e as tarifas aéreas muito altas;
- O *trade* canadense considerou o Peru, Equador, Venezuela, Guianas, Bolívia e a Costa Rica como destinos turísticos concorrentes da Amazônia Legal;
- Potencialidade para as excursões pelas diversas Unidades de Conservação, centradas em atividades específicas, tais como observação de aves, plantas e a pesca esportiva.

### **Mercado Japonês**

- De maneira geral, os operadores acreditam no crescimento significativo das viagens dos turistas japoneses para a Região Amazônica, que ainda é pequena por desconhecerem o que a Amazônia Legal pode oferecer aos seus clientes;
- O Brasil posiciona-se como uma destinação turística com preços médios a alto;
- Pontos Fortes: os recursos naturais, a herança cultural, a riqueza da natureza e o Rio Amazonas;

- Pontos Fracos: a dificuldade de acesso com vôos muito longos e com muitas escalas e as longas distâncias entre os atrativos;
- Segundo os operadores turísticos, há uma grande falta de informações da Amazônia;
- A certeza de que a Amazônia Legal poderá atrair muito mais turistas se vier a oferecer a região como uma viagem na selva com segurança;
- Potencialidade para o turismo de sol e praia nos bancos de areia do sistema fluvial do Rio Amazonas e Cruzeiros pelo rio, com entretenimento a bordo e informações detalhadas sobre a Amazônia.

### **Mercado Chinês**

- A China se apresenta com um potencial elevado de expansão em um mercado de viagens de longa distância, mas que, atualmente, ainda apresenta números pouco significativos;
- O Brasil situa-se entre as destinações mais caras oferecidas pelos operadores do turismo na China;
- Pontos Fortes: a vida selvagem (fauna), a floresta tropical como um todo e o rio Amazonas;
- Pontos Fracos: a precariedade da infraestrutura receptiva, a dificuldade de acesso, o elevado preço das tarifas aéreas e a reduzida oferta de vôos diretos entre os dois países;
- Os operadores turísticos chineses não identificaram outra destinação que possa concorrer com a Amazônia, julgando ser diferente de qualquer outra região no mundo;
- Grande falta de informações sobre a Amazônia;
- Potencialidade para aventuras “brandas” e aventuras “intensas” na Amazônia Legal, para o turismo de natureza e, também, para o de sol e praia.

### **c) Análise do Mercado Potencial para Indicação da Formatação da Oferta Turística**

A análise do mercado, baseada no “Estudo de Mercado do Turismo Sustentável na Amazônia Legal”, indica que o Pólo Marajó inserido nesta região, apresenta grande potencial de demanda para competir com seus vários concorrentes nacionais e internacionais indicados no estudo citado, desde que trabalhados e formatados de acordo com as **expectativas e necessidades da demanda**.

Os especialistas em turismo apontam no estudo que os turistas relatam a tendência do crescimento da demanda por:

- Locais ambientalmente conservados e pela busca de experiências inéditas e de “risco seguro”, o que impulsionará favoravelmente o turismo de natureza e o ecoturismo;
- À crescente preocupação com o meio ambiente e com os problemas sociais sinaliza uma demanda por destinações sustentáveis.

O turista não gosta da idéia de estar causando danos à região que visita e, por isso, opta por locais com relações harmônicas entre o ambiente natural e as comunidades locais.

Para os especialistas, a Amazônia é uma região conhecida internacionalmente pela sua importância socioambiental (rios, floresta, biodiversidade, biotecnologia, questão indígena, entre outros temas) e, por isso, acreditam que o ecoturismo tende a ser um meio de proporcionar experiências autênticas na região.

Em relação ao mercado nacional e internacional existe grande potencial para o ecoturismo na região, voltados para a riqueza da vida selvagem, a fauna e a flora, a cultura indígena, o rio mais largo do mundo e os atrativos ao longo do seu percurso. Para tanto, é necessário a **formatação de uma oferta turística** utilizando as informações apontadas como os pontos fortes e fracos no referente estudo.

Um dos fatores mais apontados como essencial para o desenvolvimento do turismo se refere à acessibilidade. Existe a prioridade de investimento em integração modal para as regiões do pólo por intermédio dos meios de transporte disponíveis da região, prioritariamente o aéreo e o hidroviário, com melhorias e ampliações na infraestrutura em alguns dos seus aeroportos e portos. Medidas podem ser articuladas com órgãos do governo para aumentar a oferta de vôos nacionais e internacionais para o incremento do turismo na região.

Com base nos estudos de mercado e de oferta realizados pelo PROECOTUR, pelas Estratégias para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal Brasileira e pelo Estudo de Competitividade dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional do MTur/SEBRAE/FGV, identificou-se que a infraestrutura turística precisa ser desenvolvida para um atendimento mais adequado ao turista que visita o **Pólo Marajó**, haja vista que os equipamentos de meios de hospedagem, alimentos e bebidas e as atrações construídas foram citados pelos operadores dos *trades* nacionais e internacionais como deficientes. São necessários, também, investimentos em implantação de sinalização turística, criação de Centros de Atendimento aos turistas e a elaboração e execução de um Programa de Qualificação Empresarial e Profissional para os prestadores de serviço dos pólos.

O Ministério do Turismo vem executando a política de turismo através de diversos planos que deverão afetar o desenvolvimento do turismo na Amazônia Legal. Dentre eles se destacam: o Plano Nacional do Turismo, definindo as diretrizes do planejamento da atividade turística, com relevância na geração de divisas, emprego, renda e inclusão social e o Programa de Regionalização do Turismo, executado pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Somando-se a esta política, a reestruturação territorial e econômica da região, expressa na expansão contínua da agropecuária, com a consolidação dos setores agrícola e industrial, o desenvolvimento econômico da região vem se concretizando.

No **Pólo Marajó**, a rede hoteleira não atende nem mesmo a demanda já existente, possuindo apenas hotéis cuja tipologia é tida como econômica. Desta feita, é importante que se estimule novos investidores a implementarem suas cadeias de hotéis no pólo, proporcionando uma oferta maior de meios de hospedagem .

O fluxo turístico global do Pólo Marajó é comprometido por vários fatores, dentre eles destacam-se a ineficiência em relação ao plano de *marketing* turístico, que compromete a comercialização e a promoção dos produtos, a deficiência no oferecimento de infraestrutura básica e de serviços, a falta de competitividade dos destinos oferecidos, os elevados preços e a dificuldade de acesso à região.

Em virtude da baixa permanência média dos turistas no pólo, o gasto médio desses visitantes também é reduzido, visto que quanto menos tempo é despedido, menores são os gastos com hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, por exemplo. Sendo

assim, para que se alcance um volume maior de receita turística derivada, é necessário que sejam criadas ações de promoção e comercialização para a real vocação do pólo, estimulando o turista a demorar mais tempo para voltar à sua origem, desenvolvendo o ecoturismo e o turismo cultural da região, que são as grandes promessas de potencialidades.

Segundo pesquisas da Paratur, quanto às características dos pacotes turísticos oferecidos no Estado do Pará, observa-se que todos incluem hospedagem; 76% incluem o transporte de acesso à destinação; 79%, o transporte local; 71%, os passeios; e 21% deles incluem outros serviços, como guias turísticos e seguros. Cerca de 40% dos pacotes oferecem refeição e 29% do total, somente café da manhã. A duração de cada um varia de 2 a 15 dias, com média de 5,6 dias e desvio padrão de 2,25 dias. O preço médio é de R\$ 2,2 mil, o que equivale a, aproximadamente, R\$ 460 por dia, em média.

Conseqüentemente, é gerado o efeito multiplicador da atividade turística, visto que o aumento da permanência média acarreta o aumento dos gastos médios individuais, que, por sua vez, geram maior receita turística derivada, distribuindo, assim, a renda em todo o setor. Maior demanda e distribuição de renda levam também a maior necessidade de geração de empregos qualificados e especializados na prestação de serviços turísticos.

Toda essa cadeia de desenvolvimento vem a ter impacto final no PIB Estadual. O Quadro 35 mostra a evolução da renda *per capita*, que segundo dados do IBGE, o PIB (preço corrente) da região atingiu R\$231,8 bilhões, em 2005, apresentando uma renda *per capita* de R\$7.886, aproximadamente 37% inferior a nacional.

### d) Projeções do Crescimento da Demanda

A Pesquisa Projeções do Crescimento da Demanda 2008–2011 realizada no Estado pela Paratur apresentada no Quadro 47 mostra que houve um incremento no número de turistas, na sua permanência no estado e nas pessoas empregadas nesta atividade, mas como demonstrado nos percentuais, esses aumentos permanecem quase que constantes, com pequenas variações para mais ou para menos. Esses dados revelam uma estagnação do setor devido a vários fatores, tais como a falta de investimento do setor público, falta de promoção e comercialização dos destinos turísticos, e uma infraestrutura básica e turística deficiente. Existe a necessidade de promover um desenvolvimento no setor com estratégias e planos de ações, para dar um maior incremento nos pólos turísticos do estado. (PARATUR, 2007).

Incremento do número de turistas por ano	Índice de referência (2007)	Índices esperados	Incremento 2008/2011
Incremento do número de turistas por ano	555.835 turistas	2008 = 574.978 turistas (incremento de 3,4%) 2009 = 595.102 turistas (incremento de 3,5%) 2010 = 617.715 turistas (incremento de 3,8%) 2011 = 642.423 turistas (incremento de 4,0%)	11,73%
Permanência média do turista no estado	2,7 dias	2008 = 3,04 dias (incremento de 3,7%) 2009 = 3,15 dias (incremento de 3,6%) 2010 = 3,25 dias (incremento de 3,4%) 2011 = 3,35 dias (incremento	2008/2011 (incremento de 10,19%)

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

		de 3,3%)	
Gasto médio <i>per capita</i>	US\$ 65,00	Manter o gasto médio <i>per capita</i> dia.	-
Faturamento com o turismo no estado	US\$ 115 milhões	2008 = Us\$ 164 milhões (incremento de 42,6%) 2009 = Us\$ 209 milhões (incremento de 27,4%) 2010 = Us\$ 254 milhões (incremento de 21,5%) 2011 = Us\$ 311 milhões (incremento de 22,4%)	2008/2011 (incremento de 89,6%)
Pessoas empregadas na atividade turismo	76.000 pessoas empregadas	2008 = 79.500 pessoas empregadas (incremento de 4,6%) 2009 = 83.000 pessoas empregadas (incremento de 4,4%) 2010 = 86.500 pessoas empregadas (incremento de 4,2%) 2011 = 90.000 pessoas empregadas (incremento de 4,0%)	2008/2011 (incremento de 18,4%)

**Quadro 47** – Projeções do Crescimento da Demanda 2008–2011.

Fonte: Paratur, 2007.

Segundo a projeção da Evolução do Turismo na Área Turística do Pólo Marajó para os anos 2010, 2015 e 2020 do NUP/Paratur, 2009, a estimativa da evolução da taxa de ocupação hoteleira dos meios de hospedagem do pólo é positiva, atingindo uma taxa de ocupação de 60,1% em 2020. Com uma variação de 29% considerando o ano base 2010.

Quanto à estada média, a projeção é de que o visitante permaneça em 2020 3,6 dias. Em 2010 a estimativa é de estada média de 3,15 dias.

O tipo de turista que o Pólo Marajó receberá no futuro, motivado por meios das ações do PDITS, terá a mesma característica da atual que se configura com grande participação de turistas nacionais e uma considerável demanda de turistas internacionais. Para o ano de 2020 estimamos que o Pólo Marajó apresente 20% de sua demanda representada por turistas provenientes de outros países.

A previsão da evolução de gasto dos visitantes aponta uma variação positiva de 15,4% de 2020 com base em 2010. A demanda de visitantes tende a crescer em uma taxa de 34,6% em 2020, tomando como base o ano de 2010. Chegando a um quantitativo de 80,7 mil visitantes em 2020.

A variação positiva na demanda influenciará de forma também positiva a taxa de ocupação hoteleira que atingirá a taxa de 60,2% em 2020 e geração de receita com um montante próximo de 17,6 milhões de reais. A economia paraense terá um reflexo direto na contribuição do turismo no PIB do estado, com estimativas de participação de 4,80% no PIB.

O turismo em 2020 irá contribuir com a geração de aproximadamente 5.350 empregos somando diretos e indiretos. A evolução desta contribuição do turismo com a geração de emprego é muito positiva, chegando a uma variação positiva de 28,0% de crescimento em 2020, tomando como base 2010.

**Tabela 41** – Projeção da Evolução do Turismo na Área Turística do Marajó para os Anos de 2010, 2015 e 2020

Indicadores	2010	2015	2020
Taxa de Ocupação	46,5%	50,1%	60,2%
Estadia Média	3,25	3,75	4,20
Caracterização da Demanda	Doméstico: 87% Internacional: 13%	Doméstico: 85% Internacional: 15%	Doméstico: 80% Internacional: 20%
Gasto Médio	US\$ 65,00	US\$ 70,00	US\$ 75,00
Demanda de Turistas*	60.000	69.023	80.760
Receita Anual Gerada	R\$ 12,3 Milhões	R\$ 14,7 Milhões	R\$ 17,6 Milhões
Impacto de Participação No PIB do Estado	2,60%	3,20%	4,80%
Empregos Gerados**	4.180	4.729	5.350

Fonte: Paratur/Núcleo de Planejamento, 2009.

\*Variação percentual anual de 5,4 %.

\*\*Variação percentual anual de 2,5 %.

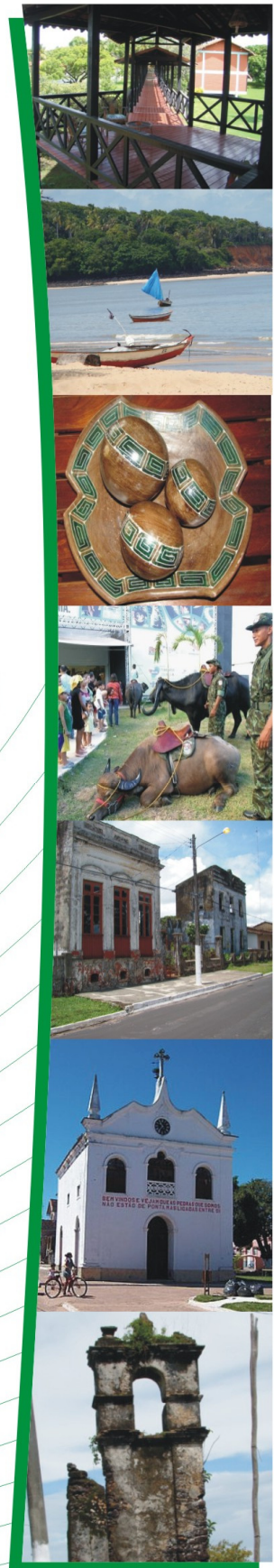
É necessário um programa contínuo, que não só pesquise a oferta, como também a demanda, além de um sistema que reúna informações de forma a proporcionar uma avaliação dos impactos da atividade na economia e também no ambiente natural e social, criando condições para o fortalecimento do setor junto à sociedade.

A produção e a disseminação das informações proporcionarão o aparecimento de uma nova cultura, referencial no setor, baseado em números e pesquisas contínuas e confiáveis, facilitando a profissionalização e otimizando a aplicação dos recursos públicos e privados.

O setor ainda apresenta grandes carências no que se refere às informações e dados sistematizados sobre os fluxos turísticos domésticos, números e tipos de empregos informais gerados no setor de turismo, bem como de informações mais consistentes sobre a oferta turística em nível nacional e também sobre os riscos e potencialidades de investimentos no turismo no Brasil.

A caracterização das metas a serem atingidas envolve uma complexa rede de fatores a serem analisados e de autores envolvidos com uma articulação com diversas outras instituições e entidades do poder público e da iniciativa privada.

**Programa Turismo  
Sustentável e Infância- TSI**



## 9 PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA – TSI

Os episódios de exploração sexual de crianças e adolescentes, devido à complexidade do tema, têm desafiado as sociedades e os gestores públicos através dos séculos. Esta é uma das formas de violação dos direitos humanos mais perversos existentes. A exploração sexual transforma o corpo de crianças e adolescentes em mercadoria que lucra com sua comercialização.

Essa grave forma de violência, que afeta milhares de meninos e meninas em todo o mundo, é alimentada por uma ampla combinação de fatores, entre os quais podemos citar a desigualdade econômica, a desigualdade entre os sexos, a impunidade e a omissão do Estado. Exatamente pelas múltiplas dimensões que o envolve, o enfrentamento desse problema exige uma atuação articulada e incisiva dos diferentes segmentos da sociedade, principalmente, dos governos e da sociedade civil, bem como da mídia.

O Código Ético Mundial para o Turismo, de 2001, da Organização Mundial de Turismo - OMT, diz em seus artigos 2º e 3º que "a exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação".

Na atualidade, o Brasil vem priorizando ações no sentido de combater a exploração sexual, amplamente divulgada na mídia. Além de possuir uma legislação específica e moderna, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990.

A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil ocorre, principalmente, nas regiões de praia, nas fronteiras estaduais e internacionais e em áreas com intenso movimento de pessoas, como nas grandes capitais. O Quadro 48 mostra os números de destinos turísticos por região, que apresentam casos de exploração.

Região	Destinos Turísticos	Casos de exploração
Norte	120	1.308
Nordeste	436	4.995
Sudeste	317	4.619
Centro-Oeste	188	1.522
Sul	453	2.485

**Quadro 48** – Números de Destinos Turísticos, por Região, que Apresentam Casos de Exploração.

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH; Ministério do Turismo, 2009.

Vários fatores contribuem para que ocorra a exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre eles destacam-se a pobreza e a desigualdade, a violência familiar, a impunidade e a falta de políticas públicas eficientes. As estatísticas do IBGE (2009) detectam que nas situações de abuso sexual o fator renda não é tão relevante. Já nos casos de exploração sexual, a maioria das vítimas são meninas, em geral oriundas de famílias com renda até ½ salário mínimo.

A violência familiar é outro fator apontado nas estatísticas, em que grande parte das agressões contra meninos e meninas acontece dentro do ambiente doméstico. Uma das conseqüências desse tipo de violência é a fuga de crianças e adolescentes para as ruas, onde estão mais vulneráveis a criminalidade.

Falta de políticas públicas, a defasagem das legislações, a ausência da aplicação das leis existentes e do uso de estratégias que possibilitem alternativas para evitar o ingresso de novas crianças e adolescentes nessa atividade, são fatores que contribuem para o aumento deste cenário.

Em virtude de esta realidade ser constatada em grande parte do Brasil, o Ministério do Turismo, como forma de mobilizar, sensibilizar e qualificar a cadeia produtiva do turismo para a temática idealizou o Programa Turismo Sustentável e Infância - TSI, com a adoção de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico e também na adoção de parcerias intersetoriais. O Programa tem como meta apoiar e desenvolver ações com o foco na proteção e garantia dos direitos da criança contra a exploração sexual comercial no turismo. Visa também esclarecer e fomentar no setor turístico a adoção de projetos de responsabilidade social corporativa e estimular a mobilização social para a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Dentre as estratégias e ações propostas estão: Desenvolver e aplicar o conceito de Turismo Sustentável e Infância no Ministério do Turismo e instâncias correlatas; Esclarecer e fomentar a adoção de Códigos de Conduta no setor turístico; Mobilizar a sociedade para fiscalizar a implantação do Turismo Sustentável e Infância no Brasil e no exterior e Incentivar o *trade* turístico a adotar práticas socialmente responsáveis, por meio da mudança de cultura e do apoio a projetos da sociedade civil.

O Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA aponta que, em âmbito nacional, a região norte do país é tida como principal rota do tráfico de mulheres e adolescentes. O problema é relacionado à existência de garimpos, prostíbulos, área portuária, cárcere privado e fazendas, a rota do tráfico é feita, principalmente, a partir de Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Rondônia e Roraima com destino a diversas partes do Brasil. São apontadas no referido estudo 241 rotas de tráfico. Destas, 78 rotas são interestaduais e 32 intermunicipais, além de 131 pertencerem ao tráfico internacional, que partem dos Estados do Pará, do Amazonas e do Amapá rumo a países como a Espanha, Alemanha, a Bolívia e o Suriname.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará criou em 2009, uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar casos de exploração sexual de crianças, a maioria das vítimas tem entre 10 e 12 anos e 81% dos abusos e explorações são cometidos por parentes ou por pessoas próximas à família. As investigações apontam que a região do Marajó apresenta a situação mais crítica, realidade confirmada nas pesquisas de campo, nas falas dos entrevistados da comunidade, que relata o envolvimento inclusive de autoridades locais.

As ações da Paratur dentro do Programa Turismo Sustentável e Infância foram definidas por projeto encaminhado ao Ministério do Turismo - MTur com base no Convênio 465/07. A área de trabalho especificada foi o Pólo Marajó, Município de Breves, e o Pólo Belém, Município de Belém, Ananindeua, Marituba e os distritos de Cotijuba, Mosqueiro, Outeiro e Icoaraci. Os dois Pólos foram contemplados. No Pólo Belém foi priorizado a capital, o Distrito de Mosqueiro e o Município de Santa Bárbara, que compõe a Região Metropolitana de Belém, mas não estava no plano de trabalho, objeto do convênio.

As ações da Paratur dentro do Programa TSI no Estado do Pará, tiveram parceria Associação Brasileira das Indústrias Hoteleiras - ABIH-PA, Cedeca - Emaús, Abrajat/PA, Rede Aliança, Secretaria Municipal de Turismo de Santarém, Secretaria Municipal de

Turismo de Barcarena, Fórum de Turismo do Pólo Belém e Fórum de Turismo do Pólo Tapajós. A Paratur ainda participa ativamente do Projeto de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Área de Influência da rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá), lançado em maio deste ano, em Santarém.

Outro instrumento de combate ao turismo sexual nos meios de hospedagem em parceria com a ABIH-Pa e a Paratur, é o Projeto Jépiara do Cedeca - Emaús, criado em 2004, que abriga programas com o objetivo de enfrentar a exploração, a violência, o turismo sexual e o tráfico: “Jépiara nas Ruas”, “Jépiara nas Escolas” e “Jépiara nos Hotéis”, todos dão apoio jurídico as crianças e adolescentes que tenham sofrido algum tipo de violência.

Outra ação desenvolvida pela Paratur é a aplicação das Oficinas de Formação de Multiplicadores do Programa TSI, com o objetivo de levar estes multiplicadores a conscientizar as populações de alto risco de vulnerabilidade social, evitando desta forma a exploração sexual das crianças e adolescentes. (PARATUR, 2009).

Entre os mecanismos de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes que colaboram com o TSI destacam-se o Disque Denúncia Nacional - Disque 100 e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2007.

Dentre os fatores identificados como de risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes, verifica-se que, no Estado do Pará, existem algumas regiões que apresentam vários destes fatores. Ressaltando-se o alto índice de pobreza e desigualdade social, o alto índice de analfabetismo, a presença de violência familiar, a falta de segurança pública e a impunidade dos atos ilegais praticados na região, culminando com ausências de políticas públicas eficientes e a dificuldade de acesso às localidades, em virtude da situação geográfica, que criam um cenário de vulnerabilidade social.

Urge o debate e o aprofundamento deste tema no Estado do Pará, sendo necessária uma profunda reflexão entre a sociedade civil e as autoridades do Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Esta discussão sobre o tema é para assegurar o direito e o acesso à proteção social de crianças e adolescentes e de famílias vítimas de violência, abuso e exploração sexual, criando condições de enfrentamento desta problemática.

O planejamento das ações levando em consideração o desenvolvimento das atividades turísticas no Estado deve contemplar medidas que possam prevenir a prostituição de crianças e adolescentes e a fiscalização e a vigilância deve ser constante nos atrativos turísticos e em todos os segmentos de apoio as atividades do setor.

As ações de enfrentamento contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, são realizadas em parceria com o Ministério do Turismo e com ONGs do Estado do Pará. Estão sendo desenvolvidas ações educativas com o uso de cartilhas elaboradas com o apoio da Paratur, que são distribuídas em área de vulnerabilidade social. O acompanhamento de famílias de risco também faz parte das ações de enfrentamento a referida problemática.

### Considerações Finais

A **Ilha do Marajó** localizada no Estado do Pará compõe o Arquipélago do Marajó, situada na foz do Rio Amazonas, banhada pelo oceano Atlântico, sendo **o maior delta fluviomarítimo do mundo**. A ilha do Marajó tem 104.139.299 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2008), uma população estimada em 21.510 habitantes, localizada entre as latitudes 02°30'S e 01°00'N; longitudes 47°30'W e 52°00'L. A mesorregião do Marajó, demonstrada no ANEXO A, é constituída de três Microrregiões Geográficas - MRG: Arari, Furos de Breves e Portel. Dentre os municípios do Arquipélago, os de Salvaterra, Soure e Ponta de Pedras, inseridos na MRG de Arari, compõem o Pólo Marajó.

O Pólo Marajó, constituído pelos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, caracteriza-se por suas peculiaridades no contexto amazônico, quer pelas suas tradições milenares, quer pelas suas riquezas naturais e humanas. Todo o potencial da região deve ser valorizado, mantendo o registro dos acervos existentes e se preocupando com a sua conservação. Conta com uma ampla diversidade cultural, ressaltando-se a gastronomia e o artesanato marajoara e as manifestações folclóricas, demonstradas nos eventos locais, tendo destaque para o turismo cultural. O Pólo apresenta beleza natural, com vegetação típica da região e campos e fazendas com possibilidades para o ecoturismo e o turismo rural.

Na Ilha do Marajó agrega-se também como atrativo cultural o Município de Cachoeira do Arari, principalmente em relação à Festividade de São Sebastião, o Museu do Marajó e os valores culturais e arqueológicos locais. O arquipélago do Marajó vem sendo ao longo do tempo o grande paraíso dos arqueólogos, que ali têm realizado inúmeras pesquisas sobre pré-história regional, cujas origens remontam há pelo menos 600 a. C. Este fato confere ao Pólo Marajó uma peculiar e marcante característica para o desenvolvimento do turismo. (PARATUR, 2009).

Os municípios do Pólo Marajó associam-se intrinsecamente ao restante da região Amazônica tanto pelas suas características ambientais (como o clima, a vegetação, a fauna e a hidrografia), como também por uma história marcada por intensas mudanças econômicas e sociais, principalmente a partir do final do século passado. Estas mudanças influenciaram o modo como a população local interage na produção e reprodução de sua organização familiar e de suas estratégias de sobrevivência. Os indicadores sociais da região detectam elevada mortalidade infantil, alto índice de analfabetismo, baixo índice de desenvolvimento humano, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias. (SEMA, 2006).

As **atividades econômicas** do Município de Soure e Salvaterra se baseiam no extrativismo, pecuária, comércio, agricultura e pesca. O côco-da-baía e o caranguejo exercem um papel expressivo na economia extrativista do município. A pecuária é praticada extensivamente e vem a ser a principal atividade econômica. O búfalo adaptado ao Marajó tem grande aproveitamento comercial com a carne e o leite. Os municípios possuem criação de rebanhos bovinos, suínos, eqüinos e bubalinos. O gado de corte é exportado para vários centros. O leite e o queijo de búfala são produzidos nas fazendas para então serem comercializados na cidade e na área rural, e o animal é usado como meio de transporte e de carga e trafegam livremente pelas ruas da cidade.

A pesca de métodos predominantemente artesanais e rudimentares exerce um papel muito importante, é a segunda atividade econômica dos municípios. O comércio não tem uma expressão economicamente significativa para os municípios, apresentando um baixo rendimento e, por isso, não há muita oferta de emprego neste ramo. A agricultura também participa da geração de renda nessa área, entretanto, seus índices de produção são

modestos. Em relação aos aspectos sociais os municípios se enquadram na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza.

Em relação aos **aspectos sociais** de Soure e Salvaterra, apontam para áreas de ocupação irregular, com grandes índices de vulnerabilidade social. Destacam-se a ausência de emprego, o abuso sexual de crianças e adolescentes, a desestruturação familiar e o consumo de drogas.

Em Ponta de Pedras, a **atividade econômica** está baseada na extração vegetal, com destaque para a produção de açaí e palmito. A atividade agrícola está presente em todo o município, com ênfase para o cultivo de côco-da-baía, mas principalmente a de subsistência, como arroz, feijão, mandioca, milho e banana. A produção é comercializada sem processo de transformação e os produtos são vendidos de acordo com o nível de produção e beneficiamento. A pesca artesanal: de rede, de linha, de tarrafa, de curral, de matapi e de espinhel; de peixe e camarão é de extrema importância para subsistência da maioria da população.

Em relação aos **aspectos sociais** o município de Ponta de Pedras apresenta baixo índice de desenvolvimento humano, com grandes índices de vulnerabilidade social, alto índice de analfabetismo e mortalidade infantil.

A Ilha do Marajó, localizada na foz do Rio Amazonas, região de maior biodiversidade do mundo, é abundante em recursos hídricos superficiais e subterrâneos, fazendo parte da paisagem geográfica e geológica da ilha, que, inevitavelmente influencia na **economia**, na alimentação, no transporte e no turismo da localidade. A grande quantidade de água é tão intrínseca no dia-a-dia da população ribeirinha que a mesma não se dá conta da importância do potencial hídrico a qual está inserida.

O Pólo Marajó apresenta uma **Dinâmica Socioambiental** e **recursos naturais** oferecidos pela floresta e pelo manancial de águas doces, cristalinas, límpidas e até minerais encontradas em seus rios, igarapés, furos, cachoeiras e praias, além de outros cursos d'água que se tornam produtos turísticos no segmento do ecoturismo, turismo de aventura, rural, científico, náutico, de sol e praia, de contemplação, dentre muitos outros que o pólo pode oferecer.

A **oferta turística** no Estado do Pará possui peculiaridades próprias, sua maior riqueza se encontra nos atrativos naturais e nos produtos de cunho ambiental, que são identificados como florestas, rios, igarapés, canais, furos, cachoeiras e bosques. O Pólo Marajó dispõe de diversos atrativos naturais, dentre eles estão praias fluviais, ilhas, lagos, enseadas, rios, canais, furos e fazendas com criação de búfalos. Um importante atrativo na região é o Rio Paracauari.

Possui ainda, inúmeros atrativos, que ainda não são explorados, porém apresentam um grande potencial para visitação em virtude das belezas naturais e da biodiversidade somente encontrada na Região Norte do Brasil, bem como a desembocadura do rio Amazonas que pode atrair um grande número de turistas internacionais.

Na pesquisa de receptivo para indicar a **demanda atual**, foi constatado que dos turistas entrevistados no principal portão de saída do município, destaca-se o estado do Pará, considerando também a participa o de visitantes do estado de São Paulo, Amapá, Minas Gerais e a França, Portugal e Estados Unidos como procedência internacional.

O Pólo Marajó espera atrair os visitantes domésticos provenientes do sudeste do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), do Nordeste (Ceará e Maranhão) e do Norte (Amazonas). O produto

de turismo do Pólo poderá também, se bem formatado, ser competitivo em nível internacional e gerar visita de europeus (França e Portugal), asiáticos (Japão) e visitantes oriundos da América do Norte. A posição geográfica do Estado do Pará em relação à América do Sul favorece a visitação, pois se situa próximo de muitos dos locais citados. Visa-se alcançar não só aquele turista que vai a busca de **ecoturismo** e do **turismo rural**, mas aquele que também vai à busca de **sol e praia** e de **turismo cultural**. Para o Pólo Marajó o turismo que deve ser estimulado é o **turismo cultural, o ecoturismo, o turismo rural e sol e praia (fluviais)**.

Ressaltam-se como investimento em todo o Pólo Marajó os **intercâmbios culturais** com Instituições de Ensino, nacionais e internacionais, tendo como objetivo ensinar os estudantes sobre a riqueza da flora e da fauna da região amazônica, a cultura proveniente dos índios, a diversidade do ecossistema, os rios, as praias de água doce, os igarapés, os furos o folclore, as danças regionais e a típica gastronomia.

O Pólo Marajó dispõe de **alojamentos hoteleiros** em número suficiente para atender a demanda atual, porém a grande maioria encontra-se fora dos padrões de qualidade para desenvolver a atividade turística. Em todo pólo conta de 40 equipamentos de Meios de Hospedagem, entre hoteleiros e extra-hoteleiros, dentre os quais estão hotéis, pousadas e fazendas, sendo 432 Unidades Habitacionais - UH's e aproximadamente 1.114 Leitos. (PARATUR, 2008).

São encontrados equipamentos de diversas categorias e estilos de **alimentos e bebidas** em todo Pólo Marajó. De acordo com o levantamento realizado pela Paratur, 2007, constatou-se no pólo, há existência de 55 estabelecimentos voltados para o segmento gastronômico, com capacidade para atender a uma média de 1.300 pessoas. (PARATUR, 2007). Em todo pólo, nos cardápios são oferecidos diversos pratos, geralmente com receitas simples e caseira, utilizando-se de peixes, carnes, sucos e sorvetes regionais, lanches em geral e até açaí em domicílio.

Para o pólo não são disponibilizados equipamentos de **Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Turismo**, também não consta em registros oficiais dados sobre **aluguel de veículos**, porém nos municípios do Pólo, o serviço é ofertado por alguns proprietários de veículos particulares, além de embarcações fluviais.

Apresenta uma **cultura de artesanato** extremamente rica e que é integrada ao produto turístico do destino e figura como um grande atrativo para os visitantes, desde a sua fabricação até a comercialização, agregando valor à comunidade local, intensificando a cultura e melhorando a qualidade de vida da população.

O **sistema de gestão do turismo** nos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras é realizado através das Secretarias Municipais de Turismo, Cultura e Desportos, fazendo parte do Fórum Regional de Turismo do Pólo Marajó. A gestão participativa do turismo nos municípios deve envolver as secretarias e as comunidades que juntas criarão mecanismos para o desenvolvimento do turismo sustentável, através de palestras, debates e fóruns, com temas relevantes como liderança, motivação e trabalho em equipe.

Como **principais emissores do mercado nacional** estão o próprio Estado do Pará (33,4%), do Amazonas (12,2%) e de São Paulo (9,15%), com maior fluxo no período de alta estação, tendo por maior motivação a visita à capital paraense, rever amigos e parentes, além de eventos e negócios. O meio de transporte aéreo é o mais utilizado. (PARATUR, 2008). Em relação aos **principais emissores do mercado internacional**, apresenta-se a França e os Estados Unidos com altíssima prioridade, e sua participação é relevante no quadro de visitação estrangeira no Estado do Pará.

O Pólo Marajó poderá aproveitar a demanda espontânea para Belém, portão de entrada da região, criando oportunidades de pacotes culturais e de ecoturismo junto aos pólos emissores, estimulando o aumento da permanência média do turista no Estado, inclusive nos finais de semana.

Considerados como **os maiores competidores nacionais** do Pólo Marajó, por suas características semelhantes e aspectos geográficos e naturais mais acessíveis, temos, Manaus, São Luiz, Mato Grosso do Sul, Fernando de Noronha e Fortaleza. Constatou-se que, dentre os **concorrentes internacionais**, o Peru, o Equador e a Venezuela na América do Sul, a Costa Rica na América Central, e a Namíbia na África, são os que mais se destacam.

O Pólo Marajó, compreendido pelos Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, as políticas voltadas ao turismo, em sintonia com o mercado, objetivam levar em conta a segmentação dessa atividade, onde o **turismo cultural**, o **ecoturismo**, o **turismo rural e o sol e praias (fluviais)** figuram entre as alternativas econômicas locais na perspectiva do desenvolvimento do pólo. A localidade possui princípios comprometidos com o desenvolvimento local e a participação comunitária, apresentando aspectos consideráveis como potenciais ainda **pouco explorados**, com grande possibilidade de consolidação, mas ainda necessita de uma análise de questões que não estão suficientemente estabelecidas.

Como um bioma único e ainda significativamente preservado, o pólo apresenta um enorme potencial para atrair ecoturistas, constituindo-se, provavelmente, na região com maior potencial para esta atividade no País. Outros segmentos turísticos específicos ou nichos de mercado, relacionados ao ecoturismo, também podem ser desenvolvidos em razão dos atributos naturais da região. Nessa linha, destacam-se os segmentos de pesca, aventura, místico, científico, pedagógico e de bem-estar. (FIPE, 2008).

O turismo cultural também apresenta potencial de desenvolvimento na região, especialmente em razão de seu patrimônio histórico-cultural e das comunidades indígenas e ribeirinhas e quilombolas. Os eventos religiosos, culturais, esportivos e ligados a outros elementos de lazer podem, ainda, vir a ser um segmento do turismo com seu desenvolvimento incentivado. Estes segmentos, apesar de não constituírem a oferta turística principal da região, podem se desenvolver com maior destaque, especialmente se conjugados com a oferta natural. (FIPE, 2008).

Para levantar dados sobre o diagnóstico da atratividade turística, dentre diversos modelos de análises, optou-se no trabalho pela orientação de *Richard Butler*, que separa através das seis fases possíveis as análises das situações atuais dos destinos, que são: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação. Em relação ao PDITS, foi identificado que no Pólo Marajó os municípios de Soure e Salvaterra, encontram-se na **fase envolvimento**, enquanto que o município de Ponta de Pedras está na **fase de exploração**.

**Concluiu-se** que o turismo é um fenômeno social de grande importância econômica para o Pólo Marajó, pois ao demandar bens e serviços dos diversos setores da economia, gera efeitos multiplicadores que refletem no desenvolvimento da região. E mais, o turismo realmente contribui de forma significativa para a economia do município, tanto na geração de renda e empregos, quanto na geração de impostos. A atividade turística proporciona a melhoria dos serviços, pois a mesma exige infraestrutura de acesso e meios de transportes cada vez mais avançados provocando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

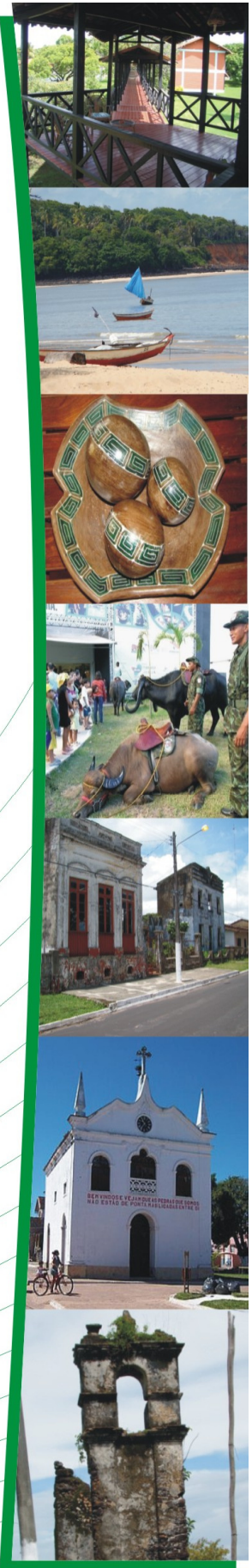
Pólo	Demanda Real (Atual) Segmentos	Demanda Potencial Segmentos	Segmentos a serem Trabalhados	Produtos a serem Comercializados
<b>Pólo Marajó</b>	<b>Soure/Salvaterra</b>  ■ ▲ Sol e Praia (mencionar) ● ◆ Náutico ■ ▲ Cultural ● ◆ Ecoturismo ■ ▲ Rural	<b>Soure/Salvaterra</b>  ■ ▲ ● ◆ Ecoturismo ■ ▲ Turismo Rural ■ ▲ ● ◆ Sol e Praia ● ◆ Náutico ● ◆ Cultural	<b>Pólo Marajó</b>  ● ◆ Cultural ● ◆ Ecoturismo ■ ▲ Turismo Rural ■ ▲ ● ◆ Sol e Praia	<b>Pólo Marajó</b>  ■ ▲ Cadeia Produtiva Rural ■ ▲ ● ◆ Ilha do Marajó ■ ▲ ● ◆ Cerâmica Marajoara ● ◆ Arqueologia ● ◆ Reserva da Biosfera (APAs) ■ ▲ ● ◆ Praias Fluviais ■ ▲ ● ◆ Comunidades Ribeirinhas e Quilombolas ■ ▲ ● ◆ Foz do Rio Amazonas ■ ▲ ● ◆ Gastronomia
	<b>Ponta de Pedras</b>  ■ Cultural	<b>Ponta de Pedras</b>  ■ ▲ Cultural – Étnico (Base Comunitária)		

**Quadro 43** – Síntese da Demanda Atual, Potencial, Segmentos a serem trabalhados e Produtos a serem Comercializados no Pólo Marajó.

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2009.

**Legenda:** ■ Local ▲ Regional ● Nacional ◆ Internacional

# Referências Bibliográficas



### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAV./PA. Disponível em: <http://www.abav.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2008.

ABIH/PA. Meios de hospedagem em construção. Dados coletados no órgão. Belém, 2008.

AGÊNCIA Pará de Notícias - Portal SIPAM. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br>>. Acesso em. 26 abr. 2009.

ALEPA. Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.alepa.pa.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2008.

AMAM. Produto 2. **Projeto de Gestão Ambiental do Município de Ponta de Pedras**. Belém: 2008.

\_\_\_\_\_. Produto 2. **Projeto de Gestão Ambiental do Município de Soure**. Belém: 2008.

AMAZÔNIA por Inocêncio de Sousa Gorayeb (Org.). Belém: Jornal O Liberal/Vale, 2008.

ARCON. Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.arcon.pa.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2008.

BANCO do Nordeste do Brasil. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Fase II **Regulamento Operacional do PRODETUR**. Fortaleza, 2006.

BARROS, Raphael T. de V. et al. Saneamento. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2000.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial; Grupo Executivo do Estado do Pará. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, 2007. Brasília, DF: 2007.

BRASIL M. C. **Marajó**: Em busca da sobrevivência. Manaus: IESAM, v. 7, p. 1-80, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local de turismo da região do Marajó – APL de Turismo. Microrregião de Cachoeira do Arari – Marajó, PA. Belém: Núcleo de Gestão Tecnológica do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

BRASIL. Ministério da Fazenda; BRASIL. Ministério do Planejamento; BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Programa de Aceleração do Crescimento- PAC 2007/2010**. Brasília, DF: SECOM, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia para o desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia Legal Brasileira**. Produto 4. Rio de Janeiro: MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Sumário executivo. Rio de Janeiro: MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR, 2009.

\_\_\_\_\_. Estudo de Mercado do Turismo Sustentável da Amazônia Legal. Produto 4. Brasília: Mtur/MMA/FIPE/IPK/ RUSCHMANN, 2008.

\_\_\_\_\_. Estratégia de ecoturismo para o Pólo Marajó, Pará: inventário e demanda do turismo. Belém: 2009. v.1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.: conservação da natureza – fauna e flora do Pólo Marajó. Belém: 2009. v.2

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.: proposta de roteiros ecoturísticos – diretrizes e ações. Belém: 2009. v.3

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Relatório Brasil por Luis Gustavo Medeiros Barbosa (Org.) 2. ed. Revisada. Brasília: Mtur, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano aquarela**: marketing turístico internacional do Brasil, 2007-2010. Brasília, DF: MTur/ EMBRATUR, 2007.

\_\_\_\_\_. Plano Cores do Brasil. Marketing Turístico Nacional. Fase I – Diagnóstico. Brasília, DF: 2005.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do Turismo. **Uma viagem de inclusão**, 2007/2010. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH; BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Turismo; EMBRATUR. Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo, FGV, ano 4, mar./2008.

BRASIL. Ministério do Turismo; DPF; EMBRATUR – 2007. **Dados e fatos**. Estudos e pesquisas. Quadro - Principais Emissores de Turistas para o Brasil - 2006/2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**, FGV, ano 4, mar./2008.

BRASIL. Presidência da República. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**, 2007. Brasília, DF: 2007.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH; BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.unb.br/cet/turismoeinfancia2007/dados.php>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

CABALLERO, M. E. G. **Estudio sobre la prostitucion infantil em centroamerica**. Guatemala: UNICEF, 1994.

CAGEDE. Empregos formais e informais. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2009.

CASTELLI, G. **Turismo e marketing**: uma abordagem hoteleira. Porto Alegre: Sulina, 1984.

COMERCIALIZAÇÃO e promoção do turismo no estado do Pará. Disponível em: <http://paratur.pa.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2008.

COMPANHIA Paraense de Turismo. Dados sobre serviços. Belém: PARATUR, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano de desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – Governo do Estado do Pará. Disponível em: <<http://paratur.pa.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. Comercialização e promoção do turismo no Estado do Pará. Disponível em: <<http://paratur.pa.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

COMPANHIA de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH. Disponível em: <<http://www.sepof.pa.gov.br/organograma/cph.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

COMPANHIA de Saneamento do Pará. **Dados sobre serviços**. Belém: COSANPA, 2008

DEPARTAMENTO Nacional de Estrada e Rodagem. Dados sobre serviços. Belém: DNER, 2008.

DEPARTAMENTO Nacional de Infraestrutura de Transporte. Dados sobre serviços. Belém: DNIT, 2008.

DIBLASI FILHO, Italo. **Ecologia geral**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Biométrica – Estratégia de Ecoturismo para o Pólo Marajó, Pará conservação da natureza. Belém: 2007.

EBAPE-FGV. Boletim de Desempenho Econômico do Turismo. ano 5, n. 20, out./2008.

EMATER/Pa. Informações Gerais sobre agricultura e pecuária. Disponível em: <[www.emater.pa.gov.br](http://www.emater.pa.gov.br)>. Acesso em: 13 fev. 2008.

EMBRATUR. Ações para atrair investidores em empreendimentos turísticos. In: Brasil intensifica ações para atrair investidores em empreendimentos turísticos, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Brasil assume a 13a posição entre as maiores economias de turismo do mundo. Emprego, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

\_\_\_\_\_. INFRAERO. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária dados de 2008. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Empréstimos para o turismo cresceram 39,7% em 2008.2009. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Turístico. Disponível em: <<http://embratur.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Portos Destinos Indutores. In: Portos dos destinos indutores terão prioridade para investimentos. 2009. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Região dos Campos Marajoaras. EMBRATUR, 2009. Disponível em: <<http://embratur.gov.br/>>. Acesso em: 09 out. 2009.

ENGEBAK, K. (Org.) **Niña**: cultura de la violencia y vulnerabilidad. Memoria del encuentro centroamericano. Guatemala: PRONICE, 1993.

FAMEP. Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.famep.com.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

FEM. Fórum Econômico Mundial. Índice de Competitividade em Viagens e Turismo – ICVT, 2009, Disponível em : <<http://www.informativoli.com/.../brasil-sobe-quatro-posicoes-no-indice-de-competitividade-de-turismo-do-forum-economico>>. Acesso em: 14 set. 2009

FGV. IBRE. **Sondagem de Expectativas do Consumidor**: Pesquisa de Intenção de Viagens. Brasília, DF: 2009

FIPE. Meios de hospedagem estrutura de consumo e impactos na economia. Relatório Final. São Paulo: Abril, 2006.

FÓRUM da Amazônia Oriental, 2, 2009. Centro da Defesa da criança e do adolescente- CEDECA. Disponível em:<<http://www.faor.org.br/qsomos.html>>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

FORUM Social Mundial. **Informações sobre o desmatamento no Estado do Pará**. Belém: 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas - **RAE**. São Paulo: v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HERRERA. **Dinâmica e desenvolvimento da Agricultura Familiar**. Belém: UFPA, 1994.

HOSHINO, Yuko Políticas Públicas e Participação em Programas de Turismo no Município de Soure, Pará: análise de política. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2007.

IBGE. Censo Populacional 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/.../pnsb/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/.../pnsb/default.shtm). Acesso em: 22 fev. 2008.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

IBRE-FGV. **Sondagem de Expectativas do Consumidor**: Pesquisa de Intenção de Viagens. Brasília, DF: 2009.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Disponível em: <<http://www.idesp.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

ILHA DO MARAJÓ. Disponível em:

<[http://images.Google.com.br/imgres?imgurl=http://www.paraturismo.pa.gov.br/destinos/mapas/aventura\\_aatlantica.jpg&imgrefurl=http://www.paratur.pa.gov.br](http://images.Google.com.br/imgres?imgurl=http://www.paraturismo.pa.gov.br/destinos/mapas/aventura_aatlantica.jpg&imgrefurl=http://www.paratur.pa.gov.br)>. Acesso em: 10 dez. 2008.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008. Belém sustentável 2007. Disponível em: <<http://www.imazon.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Dados sobre serviços. Belém: IMAZON, 2008.

\_\_\_\_\_. Relatório de atividade, 2007. Belém: IMAZON, 2007.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia, Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br>>. Acesso em: 2008.

JORNAL Correio Braziliense. Pará: no lombo dos bichos. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br>>. Acesso em: 17 out. 2009.

JUCEPA. Junta Comercial do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.jucepa.pa.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1996.

LEMOS, Leandro. **Turismo**: que negócio é esse? São Paulo: Papirus, 2000.

LIMA, D.; POZZOBON, J. **Amazônia socioambiental**: sustentabilidade ecológica e diversidade social. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologias convencionais e não-Convencionais e a pesquisa em administração. **Caderno de Pesquisas em Administração** – USP. São Paulo, v. 10, n. 2, 1994.

MARTINS, José Clerton O. Cultura e cultura organizacional: pressupostos das ações no turismo. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 1, Fortaleza: Eduece, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. CNES, 2009. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

MUSEU DA UFPA. Disponível em:<

[http://www.ufpa.br/museufpa/paginas/visite\\_o\\_museu.php](http://www.ufpa.br/museufpa/paginas/visite_o_museu.php)>. Acesso em: 19 ago. 2009.

MUSEU Emílio Goeldi. **Informações e histórico**. Belém: 2008.

NOVA Lei de Turismo pode atrair capital estrangeiro para o país. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/09/19/ult3679u4654.jhtm>. Acesso em: 19 jan.2009.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: 31 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Contribuição à Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburg, 2002. Relatório do Secretário Geral, Madri, maio, 2001. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: 31 out. 2009.

PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento, Ciências e Tecnologia. APL turismo: Ilha do Marajó. 2008.

\_\_\_\_\_. Dados sobre serviços. Belém: SEDECT, 2008.

PARÁ. Secretaria de Educação do Estado. Dados sobre serviços. Belém: SEDUC, 2008.

PARÁ. Secretaria Especial de Estado de Produção; PARA. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Política de recursos hídricos do estado do Pará**: Lei nº. 6.381 de 25 de julho de 2001 e legislação complementar. Belém: SECTAM, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura. Dados sobre serviços. Belém: SECULT, 2009.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional. Dados sobre serviços. Belém: SEDURB, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Governo. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/portal/segov>. Acesso em: 15 maio 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. Dados sobre serviços. Belém: SEIR, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Dados sobre serviços. Belém: SEMA, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano de Manejo da APA Marajó. Belém: SEMA, 2009.

\_\_\_\_\_. Potencial turístico e caracterização da APA Marajó: Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó Tomo I. Disponível em: <http://www.sipam.gov.br> . Acesso em: 26 abr. 2009.

PARÁ. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Dados sobre serviços. Belém: SEPOF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mapa Social dos Municípios Paraenses**. Belém: SEPOF, 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. Dados sobre serviços. Belém: SESP, 2008.

## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Informações sobre as policias civil e militar do Estado do Pará.** Belém: SEGUP, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Transportes. Dados sobre serviços. Belém: SETRAN, 2009.

PARATUR. Levantamento da Oferta Turística do Município de Salvaterra: Inventário Turístico do Município de Salvaterra. Belém: 2003.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Inventário da oferta turística de Salvaterra. Belém, 2007.

\_\_\_\_\_. Levantamento da Oferta Turística do Município de Soure: Inventário Turístico do Município de Soure. Belém: 2003.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Inventário Turístico do Município de Soure. Belém: 2007.

\_\_\_\_\_. Levantamento da Oferta Turística do Município de Ponta de Pedras: Inventário Turístico do Município de Ponta de Pedras. Belém: 2002.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Turismo Receptivo. Belém: PARATUR, 2007.

PARATUR; SEBRAE. Projeto turismo Amazônia do Marajó: produto turístico – Vila de Pesqueiro, Soure, Pa. Belém: Paratur/SEBRAE, 2006.

PETROCCHI Consultoria. Pesquisa de Mercado: **Projeto Estruturante do Turismo na Amazônia Brasileira.** Belém: SEBRAE, 2009.

\_\_\_\_\_. Projeto Estruturante do Turismo na Amazônia Brasileira. **Projeto de marketing de Belém.** Relatório. Vitória, 2009,

PLANO de sustentabilidade mercadológica do Marajó: Soure e Salvaterra. 2004.

PONTA DE PEDRAS. Prefeitura Municipal. Dados sobre serviços. Ponta de Pedras: 2008.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor do Município. Lei nº. 463/2006. Ponta de Pedras: 2006.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/)>. Acesso em: 05 out. 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 14 out.2008.

PRODEPA. Disponível em: <<http://www.prodepa.pa.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2008.

RELATÓRIO de Planejamento Estratégico – Gestão 2008/2011. Disponível em: <<http://www.sepof.pa.gov.br/organograma/doc/SEMA.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

REVISTA Cidades do Brasil. Ilha de Marajó. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2009.

RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico.** São Paulo: Manole, 2006.

SALVATERRA. Prefeitura Municipal. Dados sobre serviços. Salvaterra: 2008.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Turismo Receptivo Demanda Turística. Salvaterra: 2003.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Participativo de Salvaterra. Salvaterra: 2006.

SALVATERRA. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. Guia Turístico de Salvaterra. Salterra, 2002.

SALVATTI, S.S. (Org.). **Turismo responsável**: manual para políticas públicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SEBRAE. Caderno de circuitos turísticos: Projeto Turístico Amazônia do Marajó. Soure e Salvaterra, 2007.

\_\_\_\_\_. Histórias de Sucesso: Experiências Empreendedoras. Belém: SEBRAE, 2003.

\_\_\_\_\_. Rotas de desenvolvimento: plano de sustentabilidade mercadológica, 2005-2008. Belém: SEBRAE, 2004.

SEPOF. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Disponível em: [www.sepof.pa.gov.br](http://www.sepof.pa.gov.br). Acesso em: 29 maio 2009.

SENA, Elaine Cristina. Capacitação. DERDIC/PUCSP. Disponível em: [http://www.fapedangola.org/temas/formacao/capacitac\\_profiss.doc](http://www.fapedangola.org/temas/formacao/capacitac_profiss.doc). Acesso em: 23 mar. 2008.

SILVA, Neiva Augusta; MERKEL, Kalinka; OZÓRIO, Kátia; RODRIGUES, Gilson Antunes (org). **Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Impresso em maio de 2006.

SINGTUR/PA. Sindicato dos Guias de Turismo. Disponível em: <http://singturpa.blogspot.com>. Acesso em: 22 nov. 2008.

SISTEMA Nacional de Informações sobre Saneamento. Dados sobre serviços. Belém: SNIS, 2008.

SNIS. Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. Disponível em: <http://www.snis.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2008.

SOURE. Prefeitura Municipal. Dados sobre serviços. Soure: 2008.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Participativo. Projeto de Lei Complementar, 20 de setembro de 2006. Soure: 2006.

SOUZA, A. L. **Evolução do Sistema Agrário do Marajó**: uma perspectiva sócio-histórica, 2007.

SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2000.

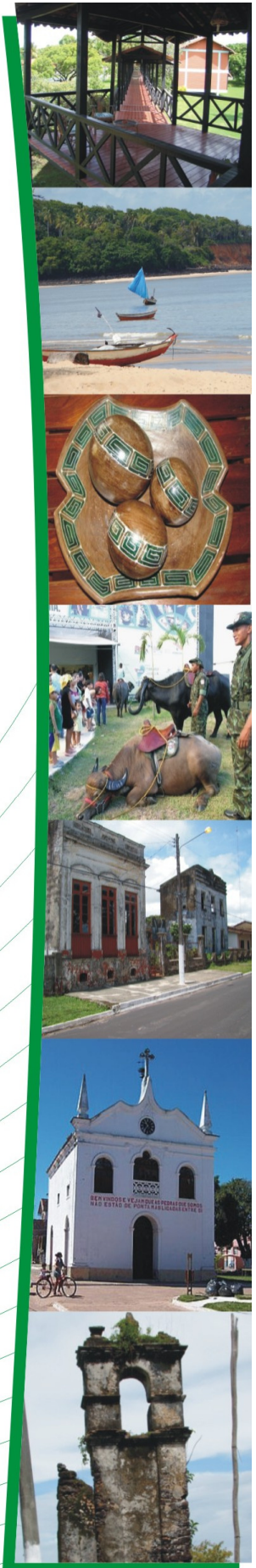
## PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

UFPA; SECTAM. Ilha do Marajó: revisão história, hidroclimatologica, bacias hidrográficas e proposta de gestão por Aline M. M. Lima *et al.* In: **Holos Environment**, v.5, n.1, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Dados sobre serviços. Belém: UFPA, 2008.

**Anexos**



# PDITS DO PÓLO MARAJÓ

---

## ANEXOS

ANEXO A – MAPA DA MESORREGIÃO DO MARAJÓ

ANEXO B – MAPA DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO MARAJÓ

ANEXO C – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SOURE, SALVATERRA E PONTA DE PEDRAS

ANEXO D – MAPA DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS

ANEXO E – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS

ANEXO F – MAPEAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

ANEXO G - MAPA DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

ANEXO H - MAPA DA PROJEÇÃO DE DESMATAMENTO ATÉ 2050

ANEXO I – MAPA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO J – LISTA DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO DO PÓLO

# ANEXO A – MAPA DA MESORREGIÃO DO MARAJÓ



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
CENTRO TÉCNICO E OPERACIONAL DE BELÉM



GOVERNO FEDERAL

## MESORREGIÃO DO MARAJÓ



### PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS



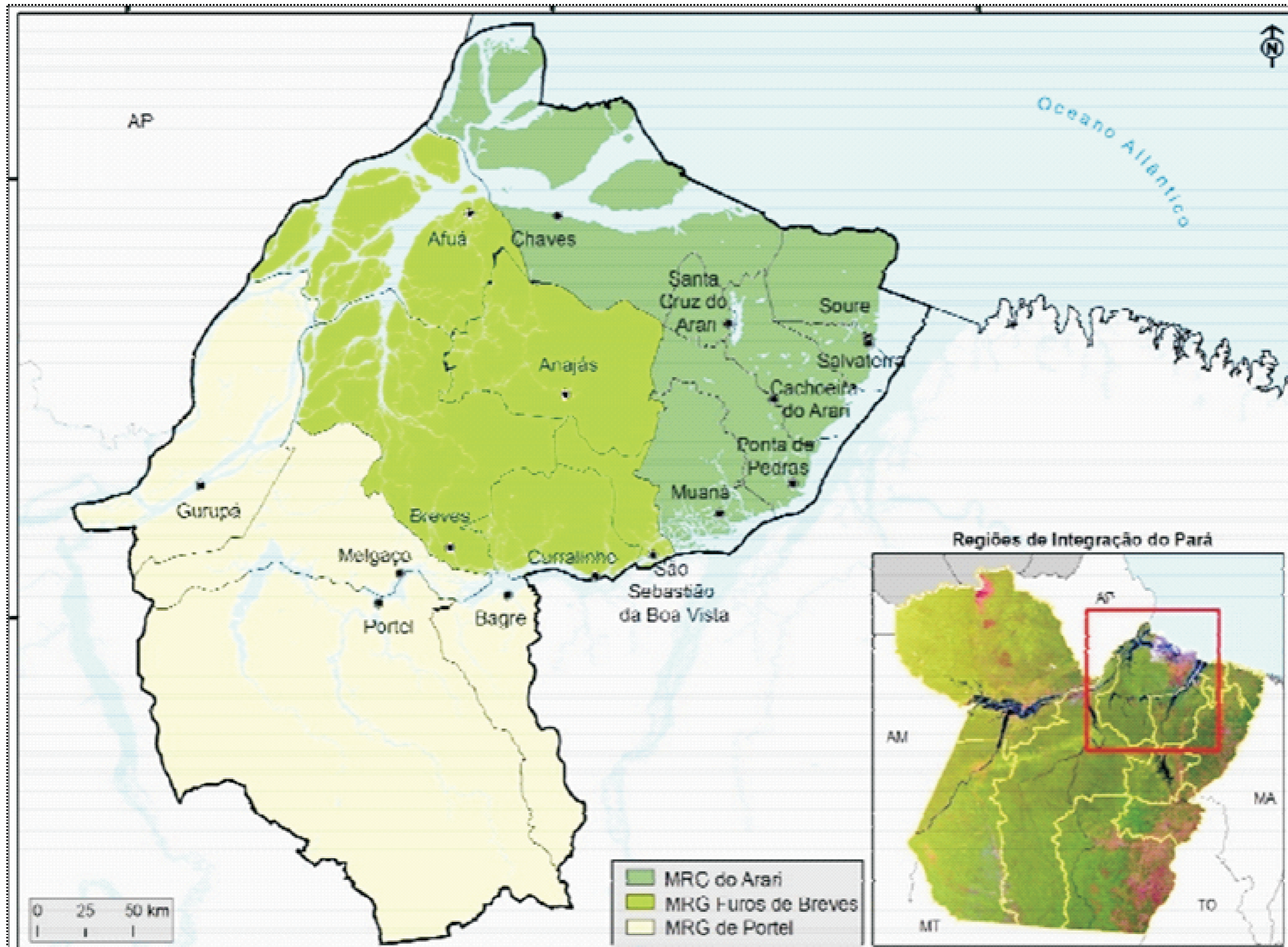
### LEGENDA

- Sedes Municipais
- Mesorregião do Marajó

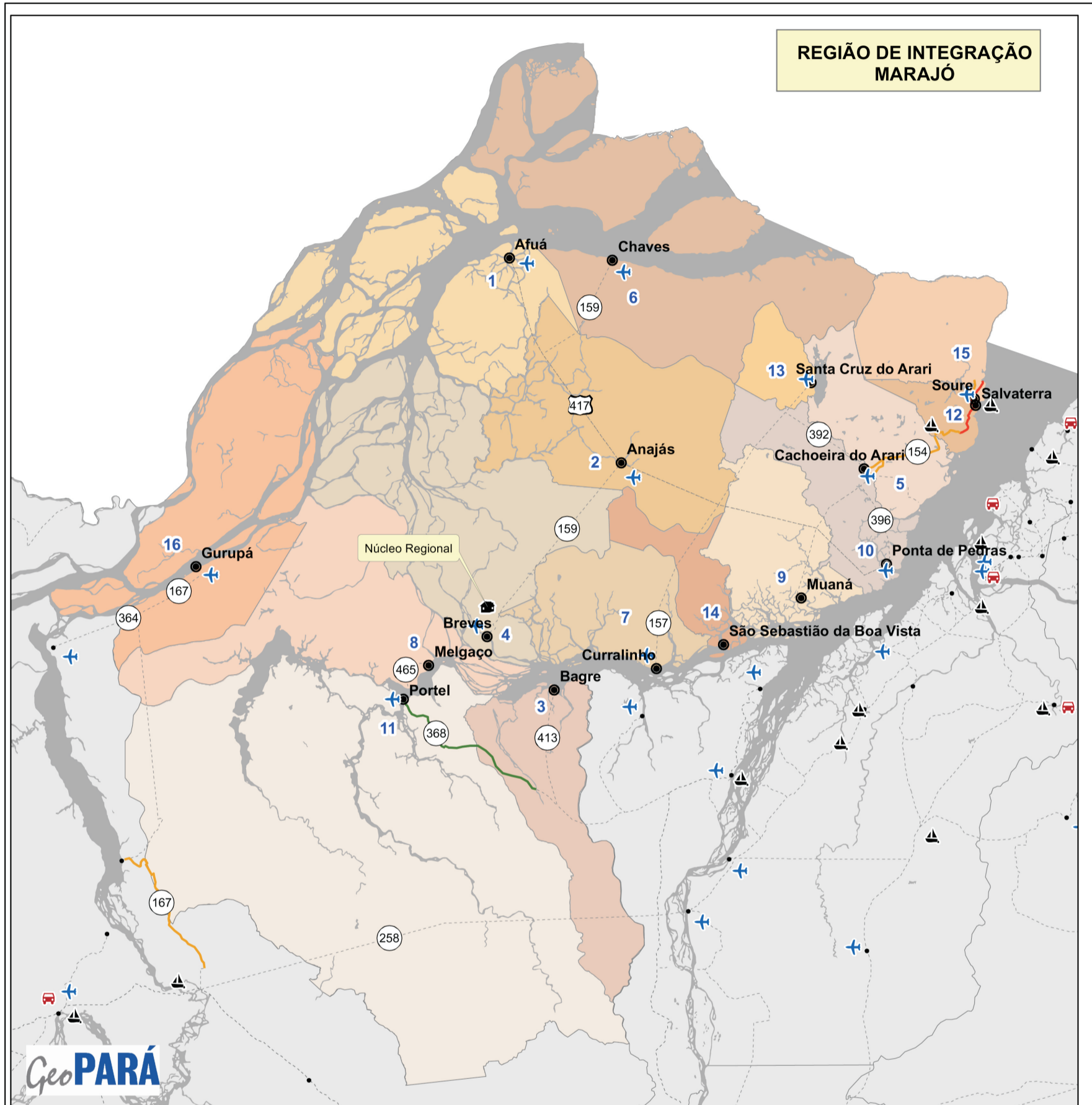
Fonte: Base de Dados SIPAM-IBGE

Fonte: Presidência da República. Casa Civil, 2006.

## ANEXO B - MAPA DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO MARAJÓ



# ANEXO C - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SOURE, SALVATERRA E PONTA DE PEDRAS



Fonte: SEIR/ GeoPARÁ  
Rodovias - Cadastro da Malha Rodoviária, 2007.

## DISTÂNCIAS RODOVIÁRIAS DE BELÉM PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MARAJÓ

Nº	Municípios	Rodoviário (km)	Aéreo (km)	Fluvial (km)
1	Afuá	-	260	286
2	Anajás	-	161	-
3	Bagre	-	203	211
4	Breves	-	238	248
5	Cachoeira do Arari	-	66	68
6	Chaves	-	218	223
7	Curralinho	-	152	160
8	Melgaço	-	255	271
9	Muaná	-	82	99
10	Ponta de Pedras	-	43	43
11	Portel	-	264	274
12	Salvaterria	-	73	29
13	Santa Cruz do Arari	-	115	117
14	São Sebastião da Boa Vista	-	116	135
15	Soure	-	82	44
16	Gurupá	-	353	542

Fonte: Distâncias Rodoviárias - SEIR/ GeoPARÁ  
Distâncias Aérea e Fluvial - Cicerone Nazaré  
Guia de Acesso aos Municípios

## Legenda:

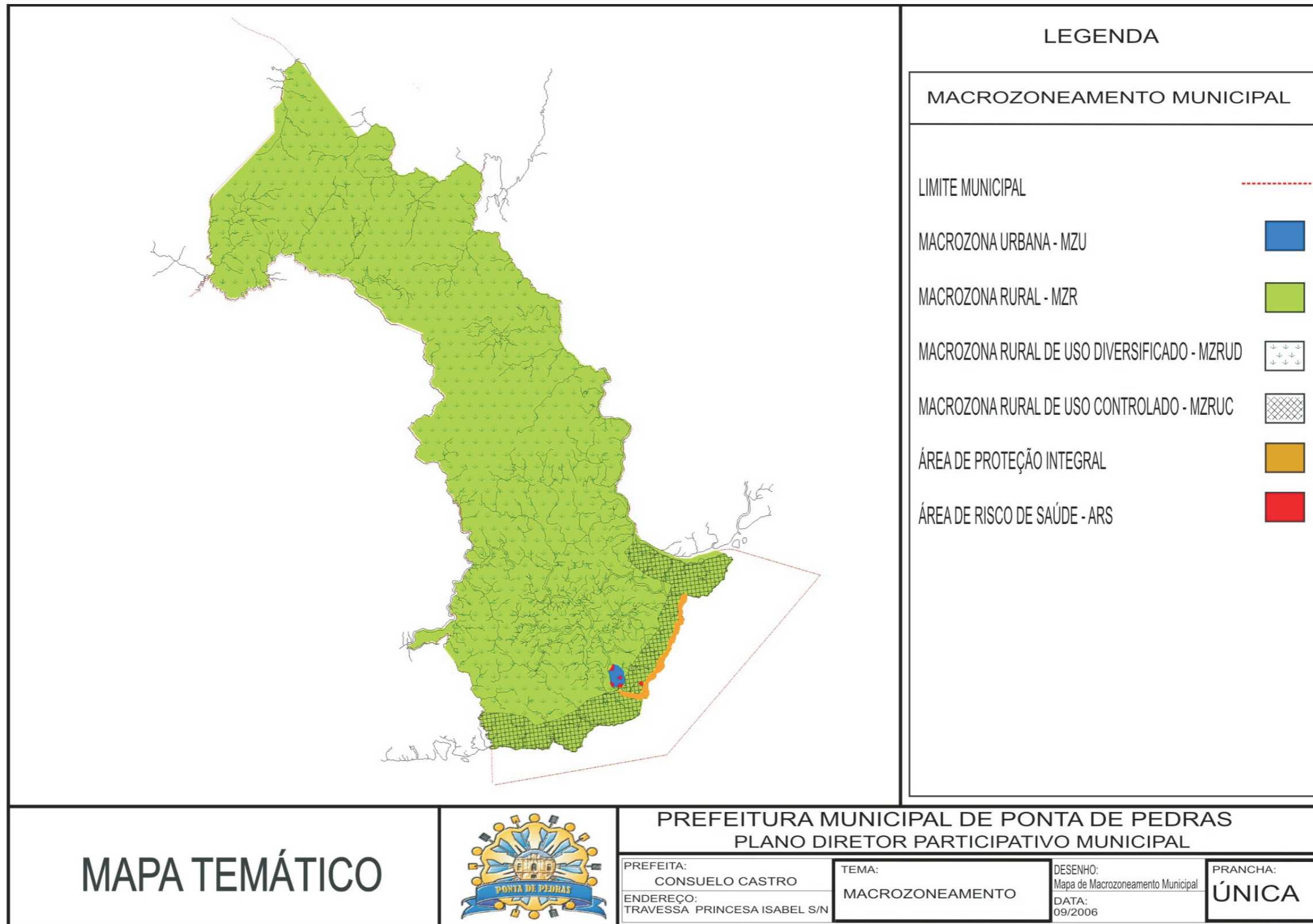
- Sedes Municipais
- Travessias
- Pavimentada
- Terminais Rodoviários
- Aeródromo
- Revestimento Primário
- Núcleo Regional
- Demais Rodovias
- Federal

## DISTÂNCIAS RODOVIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA PARA OS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA DO ARARI E SOURE

Nº	Distância de: Salvaterria para...	Rodoviário (km)
1	Afuá	-
2	Anajás	-
3	Bagre	-
4	Breves	-
5	Cachoeira do Arari	89,01
6	Chaves	-
7	Curralinho	-
8	Melgaço	-
9	Muaná	-
10	Ponta de Pedras	-
11	Portel	-
12	Salvaterria	-
13	Santa Cruz do Arari	-
14	São Sebastião da Boa Vista	-
15	Soure	5,90
16	Gurupá	-

Fonte: Distâncias Rodoviárias - SEIR/ GeoPARÁ

# ANEXO D – MAPA DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS



MAPA TEMÁTICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS  
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL

PREFEITA:  
CONSUELO CASTRO  
ENDEREÇO:  
TRAVESSA PRINCESA ISABEL S/N

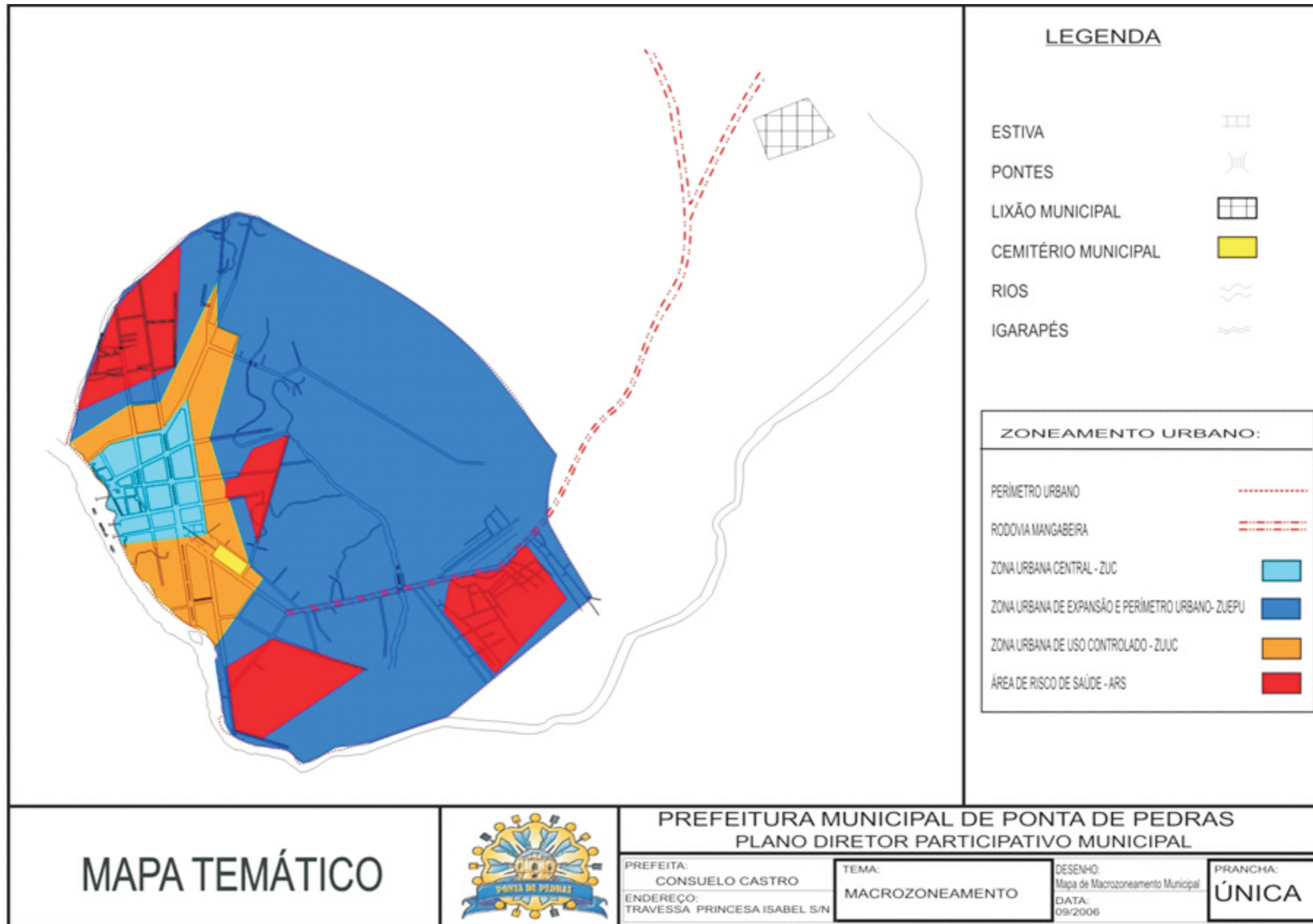
TEMA:  
MACROZONEAMENTO

DESENHO:  
Mapa de Macrozoneamento Municipal  
DATA:  
09/2006

PRANCHA:  
ÚNICA

Fonte: Plano Diretor do Município de Ponta de Pedras

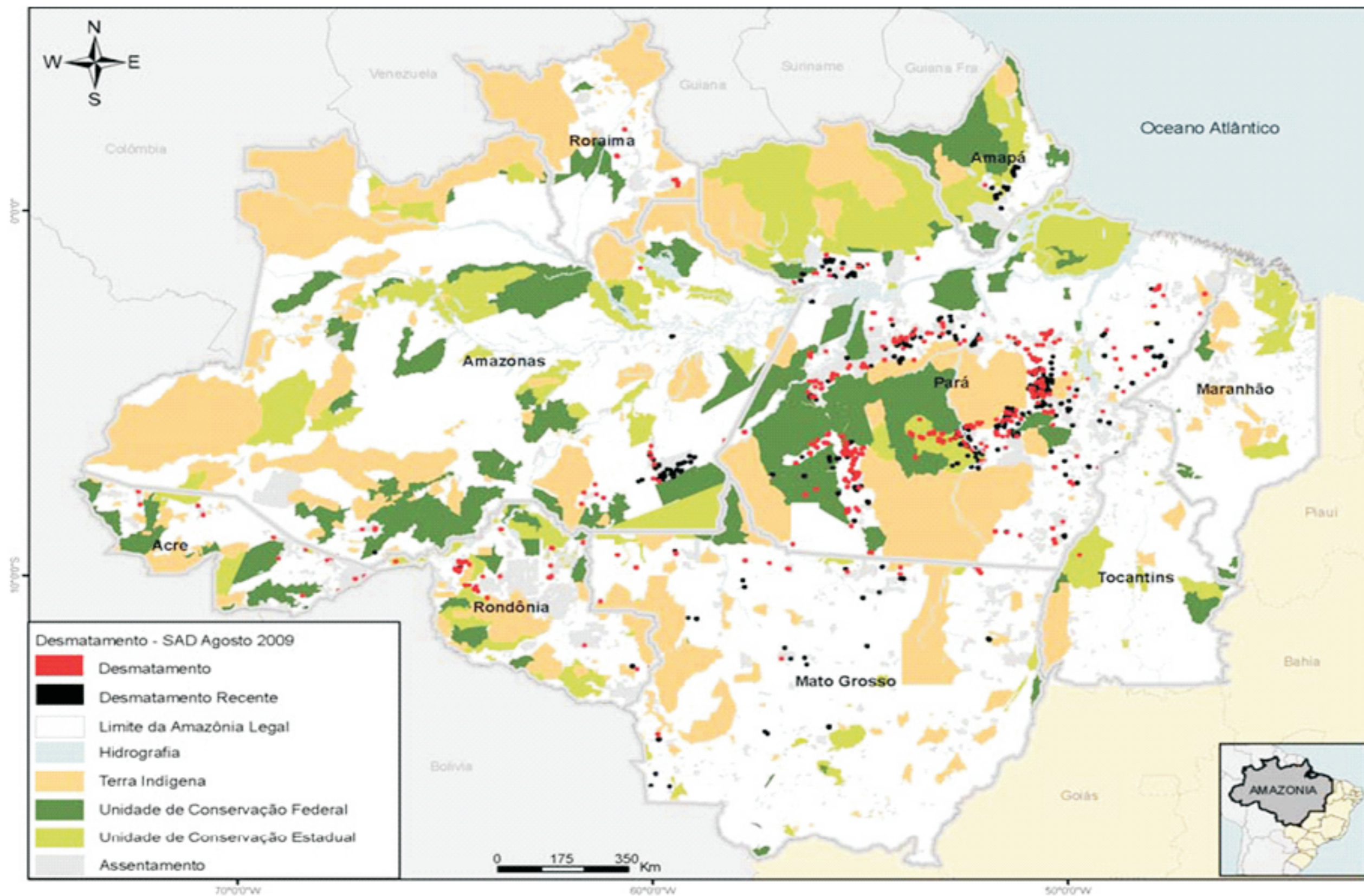
# ANEXO E – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS



Fonte: Plano Diretor do Município de Ponta de Pedras

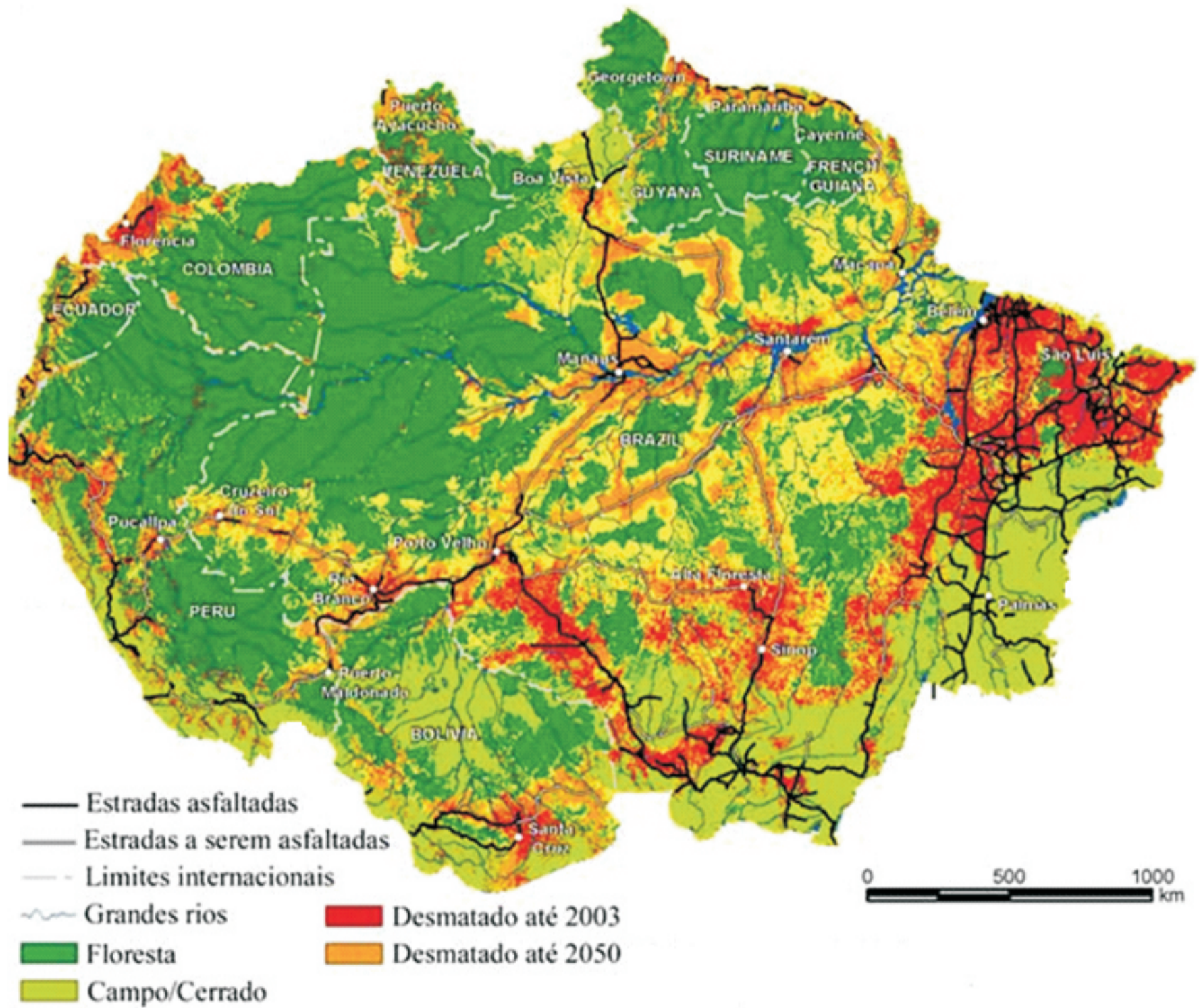


## ANEXO G - MAPA DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA



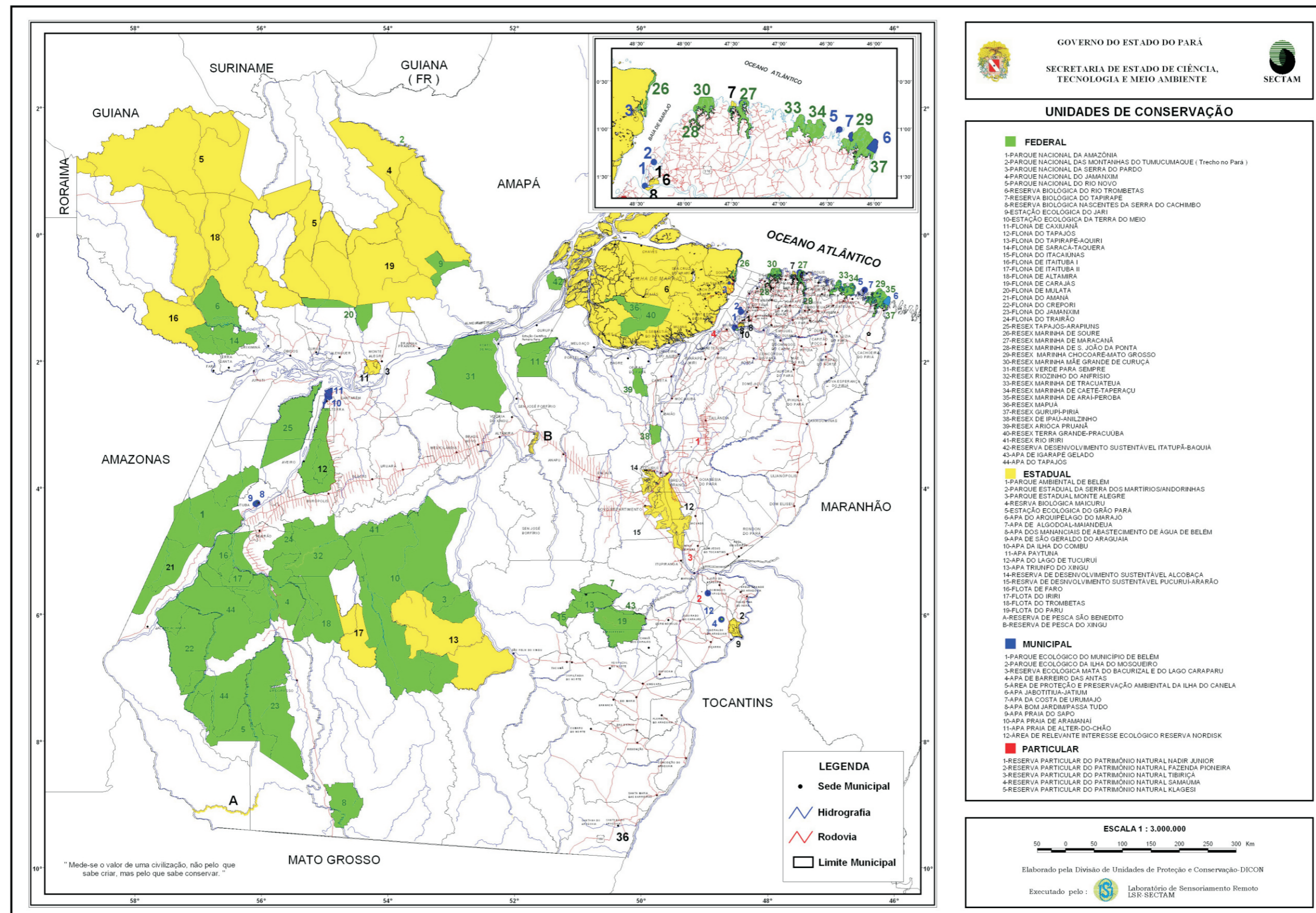
Fonte: IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009

# ANEXO H - MAPA DA PROJEÇÃO DE DESMATAMENTO ATÉ 2050



Fonte: IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009

# ANEXO I - MAPA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ



### ANEXO J – LISTA DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO DO PÓLO

**Fórum Estadual de Turismo – FOMENTUR** congrega as Secretarias de Governo do Estado do Pará e demais entidades do setor público, organizações não-governamentais, associações e entidades do setor privado. Busca reunir as instituições legalmente constituídas, comprometidas com o desenvolvimento turístico do estado, fortalecendo o processo de descentralização do planejamento e gestão das políticas de turismo, avaliando a Política Nacional de Turismo no âmbito estadual e deliberando sobre as propostas de apoio ao incentivo do turismo como atividade econômica, acompanhando e avaliando as ações. O conselho se reúne, com frequência, a participação nas discussões acontece de forma participativa, buscando atuar no desenvolvimento das ações propostas. (PARATUR, 2009).

As entidades que compõem o Fórum Estadual de Turismo – FOMENTUR estão relacionadas a seguir:

#### **Setor Público**

**Secretaria de Estado de Governo – SEGOV**, criada sob a Lei nº 7.021/07, faz parte da Administração Direta Estadual. Sua função é coordenar as diretrizes gerais estabelecidas pelo governo, visando o efetivo cumprimento das deliberações tomadas no âmbito das Câmaras Setoriais e a articulação entre as várias instâncias do poder público, que se articulam entre si, possibilitando maior economia de recursos e ampliando os benefícios sociais. (SEGOV, 2009). A busca de alianças entre o governo federal e municipal tem sido valorizada pelo órgão para consolidar as políticas governamentais e tem executado as ações de maneira eficiente, contribuindo para o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado do Pará.

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA**, criada pela Lei nº 7.026/07, faz parte da Administração Direta Estadual. Sua função é planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades setoriais que visam proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, através da execução das políticas estaduais do meio ambiente e dos recursos hídricos. Iniciou a implementação das Unidades Regionalizadas para apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental e protocolar todas as solicitações de serviços, priorizando licenças, denúncias, declarações, certificações, informações e orientações relativas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR/PA. (SEMA, 2009). É uma secretaria de grande importância para apoiar as atividades turísticas no Estado do Pará e pode contribuir de forma efetiva criando políticas públicas de conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, proporcionando condições favoráveis para a visitação e o desenvolvimento das atividades na região.

**Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT**, criada pela Lei nº 7.017/07, faz parte da Administração Direta Estadual. Sua função é unir ciência, tecnologia e desenvolvimento para promover uma competitividade baseada no conhecimento e uma exploração ambiental mais qualificada dos recursos naturais, incentivando a exploração apoiada em políticas ambientais voltadas para melhor qualidade de vida da população. Também contribui para o conhecimento científico e tecnológico nos processos de bens e serviços, com resultados na melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos, beneficiando segmentos produtivos e a sociedade. A Companhia Paraense de Turismo - Paratur está vinculada a SEDECT. (SEDECT, 2009).

**Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR**, foi criado pelo Governo Federal em parceria com o Ministério do Turismo - MTur, objetivando o financiamento de programas regionais, através da captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As atividades realizadas foram: Aprovação da Carta-consulta com a

Proposta do Estado do Pará; Constituição da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP/PA), que ora está sendo estruturada, por orientação do Mtur; Realização da Missão de Identificação BID; Arranjo Institucional do Programa - Constituição de Grupo de Trabalho – GT Prodetur – Termo de Cooperação; Convênio Mtur/Paratur nº 702743/2008; Convênio Mtur/Paratur nº 708/2007; Convênio Mtur/Paratur nº 683/2007; Convênio Mtur/Paratur nº 702784/2008; Proposta de Fortalecimento Institucional; Proposta de Plano de Marketing do Estado; Lei nº 7.229, de 4/12/2008, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano De Desenvolvimento; Constituição de GT's por Componente, denominados GT Temáticos; Treinamentos do BID/MTur.

**Companhia Paraense de Turismo – Paratur**, é o órgão oficial de turismo do Estado do Pará, é uma sociedade de economia mista da Administração Indireta. Constituída nos termos da Lei Estadual nº 4.368, de 09 de dezembro de 1981 e criada através do Decreto nº 8.026/72 é dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial e tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento do turismo no Estado do Pará. Atua conforme as diretrizes da Política Nacional do Turismo – PNT. Atua no fomento e adequação da infraestrutura de interesse do setor, na movimentação da cadeia produtiva local e no incremento do receptivo, promovendo o estado nos mercados emissores nacionais e internacionais, que levam ao desenvolvimento, inclusão, emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população. (PARATUR, 2009). Desenvolve, junto ao setor privado, uma política de estímulo e regulamentação da atividade turística, tendo capacidade de gerir todas as ações de turismo e contribuir de forma efetiva para o crescimento da atividade em todo o Estado do Pará.

**Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – CIDS**, criada pela Lei nº 7.023/07, é vinculada à SEGOV. Surgiu devido à importância estratégica da Amazônia em respeito ao contexto das relações internacionais, considerando o desenvolvimento do estado. Dotada de infraestrutura e de recursos humanos composto por assessores nacionais e internacionais competentes para apoiar, subsidiar e promover as atividades turísticas em nível nacional e internacional e as políticas públicas através de parcerias definidas como relevantes para este crescimento, baseadas na melhoria da qualidade de vida da população; inovação para o desenvolvimento, e gestão participativa, descentralizada e democrática visando à preservação da Amazônia. (SEGOV, 2009).

**Assembléia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA** possui 13 Comissões Permanentes, de caráter técnico-legislativo ou especializado: de Agricultura, Terras, Indústria e Comércio; de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais; de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia; de Educação, Cultura e Saúde; de Fiscalização Financeira e Orçamentária; de Redação; de Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social; de Segurança Pública; de Transportes, Comunicação e Obras Públicas; de Turismo e Esportes; e de Prevenção às Drogas. (ALEPA, 2009). A Assembléia Legislativa pode contribuir de forma concreta para o desenvolvimento das atividades turísticas, aprovando leis que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente, conservação do patrimônio histórico-cultural e natural, e outras que possam contribuir para a sustentabilidade da atividade em todo o Estado do Pará.

**Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA**, criada pelo Decreto nº 6.384, em 30 de novembro de 1876. Inicialmente Junta Comercial da Província do Pará, substituindo o antigo Tribunal do Comércio, teve suas atividades iniciadas em 30 de maio de 1877, conforme a Lei Estadual nº 4.414 de 24 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 8.358 de 23 de maio de 1973, passando a integrar a Administração Indireta Estadual. Sua função é efetuar o registro público das empresas mercantis e atividades afins, garantindo a segurança e validade. (JUCEPA, 2009). A junta comercial tem um papel importante para o desenvolvimento do turismo, pois pode em parceria com a sociedade, manter um cadastro atualizado das empresas que prestam serviços a atividade turística em todo o Estado do

Pará, nos ramos de atividade como alimentos e bebidas, meios de hospedagem, agências de viagem e locadoras de veículos, lojas e oficinas de artesanatos, empresas de entretenimento de lazer, dentre outras, que de forma indireta apóiam as atividades de turismo.

**Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO**, tradição de 35 anos no mercado, fixando a credibilidade. Vinculada ao Ministério da Defesa, administra os aeroportos do país. Sua função é assegurar o cumprimento de normas e padrões de proteção ao meio ambiente na operação, manutenção e expansão dos aeroportos administrados pela empresa, visando à minimização e prevenção dos impactos ambientais que possam ser provocados por suas atividades. Dispõe de uma política ambiental desde 1995. (INFRAERO, 2009). A INFRAERO é uma instituição com grande potencialidade e pode contribuir de forma efetiva nas atividades turísticas em todo o Estado do Pará.

**Universidade Federal do Pará – UFPA**, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Instituição federal organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Ensino Superior - SESU. O princípio fundamental é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão. Instituiu o bacharelado em Turismo, sendo pioneiro no Brasil, há mais de 30 anos. A faculdade visa formar profissionais competentes e capacitados para a área do planejamento. (UFPA, 2009). A Universidade realiza trabalhos de ensino, pesquisa e extensão para a atividade turística em todo o Estado do Pará e desta forma é uma grande parceira para o desenvolvimento do turismo no Pólo.

**Associação dos Municípios do Marajó – AMAM**, tem como principal diretriz a adoção de ações capazes de dotar os municípios de recursos financeiros, técnicos e administrativos, que promovam o seu desenvolvimento. É uma das principais associações do Pólo Marajó e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento da gestão do turismo no Pólo, visando o bem-estar e progresso das comunidades locais.

### **Organizações Não-Governamentais**

**Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará – FAMEP**, criada em 07 de maio de 1991, pela necessidade de resoluções das áreas técnicas e políticas no âmbito dos governos federal e estadual. Sua missão é prestar assessoria junto a seus filiados no processo de planejamento do desenvolvimento equitativo das regiões paraenses, na tomada de decisão das ações estratégicas de governo a nível estadual, regional e municipal, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do Pará. (FAMEP, 2009). A federação atua tecnicamente e politicamente nas decisões governamentais e tem contribuído de forma efetiva nas questões ligadas ao desenvolvimento do segmento turístico em todo o Estado do Pará.

**Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA**, criada em 1949, busca atender as necessidades da indústria no estado, da instalação ao bem-estar do trabalhador. Insere-se em ações que determinam os rumos da economia estadual. Reúne entidades dos segmentos produtivos, tornando-a uma das principais instituições históricas do Estado. Congrega o Sindicato das Empresas de Turismo – SINDETUR, o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – SHRBS, o Sindicato dos Trabalhadores em Agências e Empresas de Turismo do Estado do Pará – SINTRATUR, dentre outros. (FIEPA, 2009). A Federação das Indústrias tem um importante papel na gestão do turismo por congregar os sindicatos dos ramos de atividades que trabalham diretamente com as atividades turísticas e pelas políticas de classe que são aplicadas em todo o estado. Pode contribuir com a gestão do turismo mantendo atualizado um cadastro dos empregados sindicalizados de todo o Estado do Pará.

**Associação Brasileira de Agências de Viagens do Pará - ABAV/PA**, criada há 36 anos como pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade civil, sem finalidade

lucrativa, com prazo de duração indeterminado. Sua função é congrega, reunir e associar as Agências de Viagem, e representa, no estado, a classe empresarial das Agências de Viagem a elas associadas. (ABAV/PA, 2009). A associação é identificada como um órgão atuante na gestão do turismo, contribuindo ao longo dos anos, com o desenvolvimento do turismo sustentável no estado. Pode contribuir com a gestão do turismo mantendo atualizado um cadastro das agências de viagem de todo o Estado do Pará.

**Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH**, criada em 1954, é reconhecida como órgão de utilidade pública. É o único órgão nacional que congrega hotéis e similares de todos os lugares do Brasil sob a mesma orientação. Instituição de âmbito nacional que possui representatividade em todos os estados do país. (ABIH, 2009). A associação é atuante e muitas ações já foram concretizadas desde a sua criação. Como forma de ajuda para a gestão do turismo no estado, a sugestão é manter atualizado um cadastro de hotéis com sua respectiva tipologia, os dados certamente contribuirão significativamente com a gestão do turismo no Estado do Pará.

**Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis – ABLA** executa, no estado, ações e posicionamentos subordinados ao desejo de suas associadas, que recebem da entidade tratamento democrático e uniforme, de pequena ao grande porte, franqueadas, franqueadoras ou independentes. (ABLA, 2009). A associação pode contribuir de forma participativa com a comunidade no desenvolvimento do turismo local.

**Sindicato dos Guias de Turismo SINGTUR/PA**, criado em 2008, estabelece valores relacionados à prestação de serviços executados por guias de turismo. Entidade fiscalizadora das atuações de guiamento, promovendo, ainda, treinamentos para os profissionais conveniados, além de discussões sobre os problemas que envolvem a profissão. (SINGTUR, 2009). O sindicato embora seja criado recentemente vem realizando atividades e atuando de forma efetiva para o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo no estado.

**Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABBTUR/PA**, entidade civil, sem fins lucrativos, cuja função é contribuir para o desenvolvimento da atividade e das políticas públicas do turismo. Promove o intercâmbio de conhecimentos no âmbito da atividade e contribui para o desenvolvimento de novas tecnologias na área, além de reunir e representar os bacharéis em turismo do país, promovendo a imagem da classe e zelando pela ética profissional. (ABBTUR/PA, 2009). A associação é extremamente importante na difusão do conhecimento e de novas tecnologias na área do turismo e tem como desenvolver a gestão da atividade em parceria com as entidades de ensino.

### Setor Privado

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE**, criada em 1974, busca o desenvolvimento sustentável das pequenas empresas paraenses. Capacita, mobiliza e dissemina o empreendedorismo e o associativismo, cria ambiente favorável à sustentabilidade e ampliação dos negócios com menor tributo, menos burocracia, acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento. Desde 1990 atua no turismo, gerando emprego e renda. Tem parceria com o MTur e outros órgãos do setor, como o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo. Faz parte da Organização Mundial de Turismo – OMT. (SEBRAE, 2009). É uma instituição atuante e fundamental para promover a capacitação dos prestadores de serviço nos ramos de alimentos e bebidas, meios de hospedagem, agências de viagem e locadoras de veículos, empresas de entretenimento e lazer e outras atividades de apoio ao turismo no Pólo, para a melhoria da qualidade de vida da população e para desenvolvimento do turismo sustentável na região.



**Expansão**  
Gestão em educação e eventos

[www.expansaoeducacao.com.br](http://www.expansaoeducacao.com.br)